

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGH
MESTRADO

A BUSCA POR UM AMBIENTE EM QUE TODOS ESPAIREÇAM: a administração pública na perspectiva de fragmentos da gestão ambiental em Goiânia (1933-1959).

Mestrando: Thiarlles Elias de Paula

Orientador: Alberto Baena Zapatero

Goiânia

2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: THIALLES ELIAS DE PAULA

Título do trabalho: A BUSCA POR UM AMBIENTE EM QUE TODOS ESPAIREÇAM: a administração pública na perspectiva de fragmentos da gestão ambiental em Goiânia (1933-1959).

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Thialles Elias de Paula

Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

Liliana de Souza Soares

Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 27/10/2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

THIARLLES ELIAS DE PAULA

A BUSCA POR UM AMBIENTE EM QUE TODOS ESPAIREÇAM: a administração pública na perspectiva de fragmentos da gestão ambiental em Goiânia (1933-1959).

Trabalho apresentado ao curso de Pós-Graduação em Mestrado em História para a obtenção de título de mestre.

Linha de Pesquisa: Poder, Sertão e Identidades.

Orientador: Alberto Baena Zapatero.

Goiânia
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Elias de Paula, Thiarlles

A BUSCA POR UM AMBIENTE EM QUE TODOS ESPAIREÇAM: a administração pública na perspectiva de fragmentos da gestão ambiental em Goiânia (1933-1959). [manuscrito] / Thiarlles Elias de Paula. - 2017.

CCXLV, 245 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Baena Zapatero.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2017.

Bibliografia.

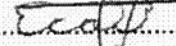
Inclui siglas, mapas, fotografias, lista de figuras.

1. Goiânia. 2. Ambiente. 3. Administração Pública. 4. Gestão Ambiental. I. Baena Zapatero, Alberto, orient. II. Título.

CDU 94(817.3)



Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Thiarlles Elias de Paula**. Aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete (2017), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Thiarlles Elias de Paula**, cujo título foi **“A BUSCA POR UM AMBIENTE EM QUE TODOS ESPAIREÇAM: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PERSPECTIVA DE FRAGMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL EM GOIÂNIA (1933-1959)”**. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº 091/17-PPGH, de 11 de dezembro de 2017, pelos seguintes Professores Doutores: **Alberto Baena Zapatero - videoconferência (Presidente)**, **Eliézer Cardoso de Oliveira (UEG)**, **Alexandre Martins de Araújo (UFG)** e, como Suplente, **Prof. Dr. Carlo Patti (UFG)**. Os examinadores arguiram na ordem acima citada. Às 16:4 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato aprovado.....

Prof. Dr. **Eliézer Cardoso de Oliveira (UEG)**, Ass: .....

Decisão (aprovado.....)

Prof. Dr. **Alexandre Martins de Araújo (UFG)** Ass: .....

Decisão (aprovado.....)

Presidente da Banca Prof. Dr. **Alberto B. Zapatero -videoconferência**, Ass: .....

Decisão (.....)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: .....
Prof. Dr. Marlon Feison Salomon

Secretário: .....
Cintila Alves Garcia



AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por esta etapa da minha vida realizada. Depois, ao meu orientador, Alberto Baena Zapatero, que me deu a chance de realizar este trabalho. À minha mãe, Geralda Eva de Paula, pelos momentos de superação que passamos juntos. Aos professores Alexandre Martins de Araújo e Eliézer Cardoso de Oliveira pelos conselhos durante a pesquisa. Ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

Agradeço aqueles que mesmo sem estarem envolvidos diretamente com o meu trabalho, contribuíram de maneira emocional, logística, espiritual entre outras, como o Edmilson Rodrigues Xavier, Fátima Silva Cansado. Ao pessoal do Arquivo Histórico como o Alexandre Borges e Sueli. Agradecimentos à Pedro Paulo, Marcus Vinícius, Sthepânia, Lisa, Bariane Hortêncio, Izabel, Dra. Cristina de Cássia Pereira Morais, Marlon Salomon, Marco Aurélio, Rodrigo, Ronaldo, Dr. Barsanulfo e todas as outras pessoas que me ajudaram nesta etapa da minha vida.

Ao Deus que consola, inspira e renova o ser a cada dia. Ao Onisciente e Onipresente, que, pela Sua imensa graça manifesta o amor.

SIGLAS

AHE – Arquivo Histórico Estadual

CELG – Centrais Elétricas de Goiás

CIDARQ – Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás

DVOP – Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Goiás

IBGE – Instituto Histórico, Geográfico e Estatístico

IECBO - Instituto Educacional e Cultural BarianiOrtencio, Goiânia - GO

IHGG - Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia – GO

IECBO - Instituto Educacional e Cultural BarianiOrtencio, Goiânia - GO

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Geográfico – Goiânia - GO

IPEHBC - Institutos de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

LEHIS - Laboratório de Ensino de História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás – UFG

PUG – Plano de Urbanização de Goiânia

SANEAGO – Companhia de Saneamento de Goiás S/A

SEMDUS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável – Goiânia – GO

SEPLAM –Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Goiânia

LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo Janssen do Museu Antropológico da UFG

Arquivo Frei Simão, Cidade de Goiás – GO

Arquivo Histórico Estadual, Goiânia - GO

Arquivo do Museu das Bandeiras – Cidade de Goiás – GO

Arquivo do MIS – Museu da Imagem e Som – Goiânia – GO

Arquivo do Fórum de Goiânia-GO

Arquivo Hélio de Oliveira, Goiânia - GO

Biblioteca Anhanguera, Goiânia– GO

Biblioteca Central Professor Alpheu da Veiga Jardim, UFG, Goiânia – GO

Biblioteca e Documentação (DVDOC) da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Goiânia – GO. Atual SEMDUS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável

Biblioteca Estadual Escritor Pío Vargas, Goiânia – GO

Biblioteca Central da UniEvangélica, Anápolis – GO

Biblioteca Marieta Telles Machado, Goiânia – GO

Biblioteca Seccional Goiás, UFG, Cidade de Goiás – GO

Biblioteca da Superintendência de Ensino Fundamental (SEF) da Secretaria de Estado da Educação Cultura e Esporte, SEDUCE – Vila Nova.

Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás

Grande Hotel – Acervo disponível

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, Goiânia - GO

Institutos de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, PUC Goiás – Goiânia – GO

IECBO - Instituto Educacional e Cultural Bariani Ortêncio, Goiânia - GO

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Geográfico – Goiânia - GO

Laboratório de Ensino de História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás

Laboratório de Estudos e Pesquisa das Dinâmicas Territoriais do Instituto de Estudos Socioambientais - UFG

Mapoteca – SEPLAM, Goiânia – GO

Museu Antropológico da UFG – MA/UFG

Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea da Praça Cívica (1937).....	46
Figura 2: Planta de uma casa fornecida pela administração pública (1937).....	59
Figura 3: Projeto para uma edificação na Av. 24 de Outubro (1937).....	59
Figura 4: Vista de onde é a atual Praça do Botafogo (1937).....	61
Figura 5: Trabalhadores pioneiros ao lado de carros de boi (década de 1930).....	62
Figura 6: Propaganda de vendas terras e lotes em Goiânia (1937).....	65
Figura 7: Traçado do Jardim Goiás do início da década de 1950.....	72
Figura 8: Onde estariam os primeiros traçados projetados para o Jardim Goiás.....	72
Figura 9: Esboço de um dos primeiros zoneamentos de Goiânia.....	74
Figura 10: Indicação da direção dos ventos em Goiânia (década de 1950).....	77
Figura 11: Planejamento de indústrias para as regiões Oestes e Noroeste.....	78
Figura 12: Demarcação de zonas comerciais, residenciais e administrativas.....	79
Figura 13: Traçados projetados para o Setor Oeste (década de 1950).....	80
Figura 14: Onde estariam os primeiros traçados do Setor Oeste(referente à figura 13)....	80
Figura 15: Lançamento da pedra fundamental (1933).....	93
Figura 16: Primeira missa (1933).....	94
Figura 17: Sede da prefeitura de Goiânia (1936).....	98
Figura 18: Esboço do projeto de Goiânia (plano piloto e derredor).....	104
Figura 19: Vista aérea da área do Setor Sul (década de 1930).....	113
Figura 20: Primeiros traços projetados para o Jardim Europa.....	116
Figura 21: Traçados projetados para ruas e avenida do Setor Sul (déc. de 1950).....	117
Figura 22: Traçados projetados para a Vila São João (década de 1950).....	117
Figura 23: Onde estariam os primeiros traços da Vila São João (ref. à figura 22).....	117
Figura 24: Traços projetados para o Jardim Esmeralda.....	118
Figura 25: Onde estariam os traçados projetados para o Jardim Esmeralda (ref. à fig. 24)..	118
Figura 26: Projetos das quadras 3 e 4 e espaços para coleta de lixo.....	123
Figura 27: Ranchos da feira livre (1936).....	127
Figura 28: Carros de boi transportando madeira para a construção de Goiânia (1937).....	129
Figura 29: "Carretão" puxando tronco para a construção de Goiânia.....	130
Figura 30: Caminhão carregando o que seria "manilhas" (aprox. 1940).....	131

Figura 31: Uma das primeiras pedreiras de Goiânia (década de 1930).....	132
Figura 32: Extração de areia no rio meia ponte (década de 1930).....	133
Figura 33: Carregamento de telhas em carro de boi (década de 1930).....	134
Figura 34: Projeto de fossa séptica fornecido pelo poder público (1937).....	150
Figura 35: Projeto de residência aprovado pelo governo (1937).....	151
Figura 36: Cartografia sobre indicações da escolha do local segundo hidrografia.....	156
Figura 37: Cartografia da bacia hidrográfica da região do plano piloto de Goiânia.....	159
Figura 38: Barragem da usina Jaó.....	163
Figura 39: Barragem do Jaó após rompimento (década de 1940).....	165
Figura 40: Vista do Palácio das Esmeraldas (1937).....	187
Figura 41: Vista do Palácio das Esmeraldas no sentido "nordeste" (década de 1930).....	193
Figura 42: Avenida Goiás (1937).....	201
Figura 43: Praça Cel. Joaquim Lúcio (1936).....	204
Figura 44: Praça Cel. Joaquim Lúcio após intervenção urbanística (1940).....	204
Figura 45: Projeto de alargamento de avenidas e ruas e de construção de ciclovias.....	211

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender, em uma perspectiva de fragmentos daquilo que é intitulado de gestão ambiental, do ambiente (ou do espaço), parte da administração pública em Goiânia entre os anos de 1933 a 1959. Aborda-se o controle do poder público na cidade por meio de justificativas profiláticas, sanitárias, de zoneamento, paisagismo e urbanismo, pois na época estudada, não se utilizava o termo meio ambiente, entretanto já se conceituava de ambiente as áreas a serem administradas. Todavia, muitas ações administrativas do espaço urbano abordadas à época, seriam utilizadas até os dias atuais, porém não dentro de uma taxonomia referente aos impactos sinérgicos e cumulativos para o contexto do período estudado. Nessa perspectiva, fundamenta-se o conceito de ambiente de Goiânia a partir de ressignificados lexicais, com o olhar no passado, em uma perspectiva ambiental. Perscrutam-se os seguintes itens básicos da gestão do ambiente (ou ambiental), considerados mais importantes no período, que são: resíduos sólidos (coleta de lixo), usos da água, ordenamento (zoneamento e uso do solo) do espaço urbano, além de paisagismo e urbanismo. Estes não são abordados de forma segregada, mas observados de forma holística em um contexto de um ambiente para os moradores de Goiânia “espairecerem”, como narrou o fundador de Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira. Entretanto, percebe-se as limitações do poder público no que diz respeito à abrangência de cuidados com o ambiente para todos os moradores da nova capital de Goiás, sobretudo, os da periferia da cidade. Destarte que, quando os pioneiros de Goiânia não tinham acesso às políticas públicas, eles mesmos espaireciam-se pelo ambiente natural e pelas mudanças ambientais na nova cidade que emergia. Utilizam-se fontes primárias para pesquisa, que são os atos administrativos, como memorandos, ofícios, relatórios, entre outros documentos emitidos pelo poder público à época. Isso, para analisar ações da administração pública em Goiânia, além de jornais, revistas, bibliografias dentre outras.

Palavras Chave: Goiânia; Ambiente; Administração Pública; Gestão Ambiental

ABSTRACT

This work aims to understand, from a perspective of fragments of what is called environmental management, the environment (or space), part of the public administration in Goiânia between the years of 1933 to 1959. It addresses the control of public power in the city by means of prophylactic, sanitary, zoning, landscaping and urbanism justifications, because at the time studied, the term environment was not used, however, the areas to be administered were already conceptualized in the environment. However, many administrative actions of the urban space addressed at the time, would be used until the present day, but not within a taxonomy referring to the synergic and cumulative impacts for the context of the studied period. From this perspective, the concept of environment of Goiânia is based on lexical resigned, with the look in the past, from an environmental perspective. The following basic items of environmental (or environmental) management, considered most important in the period, are considered: solid waste (garbage collection), water uses, urban zoning and land use. landscaping and urban planning. These are not addressed in a segregated way, but holistically observing them in a context of an environment for the residents of Goiânia to "get away", as the founder of Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira. However, one can see the limitations of public power regarding the scope of care for the environment for all residents of the new capital of Goiás, especially those on the outskirts of the city. Thus, when the pioneers of Goiânia did not have access to public policies, they themselves became aware of the natural environment and environmental changes in the new emerging city. Primary sources are used for research, which are administrative acts, such as memos, letters, reports, among other documents issued by the government at the time. This, to analyze actions of the public administration in Goiânia, besides newspapers, magazines, bibliographies among others.

Key words: Goiânia; Environment; Public administration; Environmental management

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
OUTRAS PERGUNTAS, HIPÓTESES, IMPORTÂNCIAS, MÉTODOS E OBJETIVOS	20
CAPÍTULO I	
AMBIENTE E PERSPECTIVAS DE FRAGMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL EM GOIÂNIA	26
1.1 O CONCEITO E A SEMÂNTICA AMBIENTAL.....	30
1.2 GESTÃO AMBIENTAL	40
1.3 LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS	51
CAPÍTULO II	
USO DO SOLO, ZONEMAMENTO E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	58
2.1 USO DO SOLO	58
2.1 ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	63
2.2 ZONEAMENTO	73
CAPÍTULO III	
CIDADE E PLANO DIRETOR	81
3.1 UM BREVE HISTÓRICO DA CIDADE	87
3.1.1 O surgimento	92
3.2. ETAPAS DO PRIMEIRO PLANO DIRETOR	100
3.4 A DIFERENÇA NO TRATAMENTO DOS ESPAÇOS LEGAIS E ILEGAIS DA CIDADE	107
3.5 O CASO DO SETOR SUL	112
3.6. OUTROS PROJETOS DE LOTEAMENTOS E BAIROS NA DÉCADA DE 1950	116
CAPÍTULO IV	
RESÍDUOS SÓLIDOS, COLETA DE LIXO, ESGOTO E PROFILAXIA	119
4.1. COLETA DE LIXO E MANUSEIO DE "RESÍDUOS SÓLIDOS"	122
4.2 MATANÇA DE ANIMAIS E PROLIFERAÇÃO DE MATERIAL ORGÂNICO	135
4.3 AMBIENTE, PROFILAXIA E DOENÇAS	139
4.3 LIXO INDUSTRIAL	146
4.5 SANEAMENTO: FOSSAS SÉPTICAS E ESGOTO.....	148
CAPÍTULO V	
USOS DA ÁGUA.....	154
5.1. GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	161
5.2. BALNEÁRIOS E NASCENTES, INCLUINDO, NA ÁREA URBANA.....	170
5.3. ÁGUA PARA CONSUMO E DEMAIS USOS HUMANO	173
CAPÍTULO VI	
PAISAGISMO, URBANISMO E ESPAIRECIMENTO SEGUNDO OS PIONEIROS	181

6.1 PAISAGENS SOB O OLHAR DOS PIONEIROS.....	182
6.2 URBANIZAÇÃO DE LOGRADOUROS E O CASO DA PRAÇA CORONEL JOAQUIM LÚCIO.....	200
6.3 MANUTENÇÕES, SERVIÇOS EM LOGRADOUROS E PRIORIDADES DE DESPESAS.....	206
6.4 LAGO DAS ROSAS, BAIRRO BOTAFOGO, “PISCINA PÚBLICA”, PROJETO DE CIVLOVIAS, OUTRAS EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS.	208
6.4.1 Avenida “Contorno Norte” (atual Perimetral) e a preservação de chácaras na região norte de Goiânia	211
6.4.2 Horto Florestal.....	214
6.5 ESTUDOS E PLANEJAMENTO PARA O SEGUNDO PLANO DIRETOR INSTITUCIONAL, NA DÉCADA DE 1950.....	215
6.5.1 Encaminhamento para o fim das Cidades Satélites.....	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	230
FONTES.....	244

INTRODUÇÃO

“Olha, o povo lá em Goiânia é muito porco, eles fazem as necessidades dentro de casa¹”.

Para um historiador, as interpretações se dão a partir dos fragmentos representados por meio das fontes que servem para significar os fatos. É através das representações dos documentos nas instituições e bibliografias pesquisadas, que encontramos o objeto de nossa pesquisa, que será perscrutado visando a busca de determinadas carências de orientações no presente.

Desse modo, tendo como base vestígios que levam ao levantamento da pesquisa, apresentaremos a seguir nossas fontes e salienta-se que as selecionamos a partir de nossa necessidade em dar respostas às questões do tipo: Como conceber uma gestão ambiental durante a primeira metade do século XX, numa cidade que surge no meio do sertão do Brasil, em um período em que, para alguns, o conceito de meio ambiente ou a “invenção” ambiental²

¹ Relato de uma visitante de Goiânia após regressar à Cidade de Goiás, possivelmente na década de 1930, citada por MOREYRA, et al., 2005, p. 33

² Segundo Drummond (2006), a “invenção ambiental” e de desenvolvimento sustentável possuem suas origens nos estudos dos cientistas naturais. Apesar de que, parte dos cientistas sociais reivindica essa primazia para si. Durante as décadas de 1930 e 1940 emergiram estudos que trataram de efeitos da desertificação a nível planetário e da ética ambiental. Paul Bigelow Sears publicou em 1935 um trabalho que, juntamente com a pesquisa de outros cientistas que estudaram os fenômenos da *desertificação* em escala planetária. Este grupo formou duradouras linhas e redes de pesquisa que se tornaram a base de políticas públicas e que atuam de maneira contínua há sete décadas, às vezes com o apoio de organizações intergovernamentais, como, por exemplo, a FAO – *United Nations Food and Agriculture Organization*”. (DRUMMOND, 2006, p. 10). Já na década de 1940, Aldo Leopold (1887-1948) publica um dos textos mais influentes para a moderna consciência ambientalista, *A Sand County Almanac* (LEOPOLD, 1984, original de 1949 apud DRUMMOND, 2006, p. 11). Leopold abordou a questão da ética ambiental a qual teria que ocorrer não apenas entre os homens, mas, sobretudo, entre os homens e a terra. Através desta ética, se evitaria privilégios unilaterais em relação a utilização dos recursos naturais. Consequentemente, haveria uma maior equidade e capacidade de resiliência da natureza. Todavia, como ainda a consciência ambiental estava nascendo, dificilmente, os empreendedores da cidade que nasceu no meio do sertão brasileiro, Goiânia, teriam esta consciência também. Todavia, para o professor José Carlos Babieri (2007), “o século XIX trouxe o primeiro acordo internacional sobre o meio ambiente: assinado em Paris em 1883, ele tinha por objetivo proteger as focas do mar de Behring”. (BARBIERI, 2007 apud PEARSON, 2011, p. 21). Em 1900, “por exemplo, a coroa inglesa convocou as demais potências que mantinham colônias na África – Alemanha, Bélgica, Itália e Portugal – para uma reunião em Londres. Conhecido como Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África (...). Dois anos depois, o uso excessivo das espingardas foi combatido, novamente, na Convenção para a Proteção de Pássaros Úteis à Agricultura. Em 1923, Paris sediou o I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza, palco de amplas discussões sobre a preservação ambiental. Na ocasião, também se fizeram ouvir as primeiras vozes a favor da criação de uma organização para a proteção do meio ambiente. Não demorou muito até que as metrópoles imperialistas negociassem um novo acordo: em 1933, a Convenção para a Preservação da Fauna e da Flora propôs a preservação de animais e plantas do território africano, criando áreas de preservação ambiental no continente”. (PEARSON et al., 2011, 21-23).

estava em processo de consolidação? Como eram os serviços públicos de coleta de lixo, tratamento de esgoto, usos da água, paisagismo e urbanismo entre os anos de 1933 a 1959 em Goiânia? É possível sintetizar a pesquisa em um ambiente urbano (Goiânia), com diferentes elementos naturais e antrópicos?

O fundador da *urbs* goianiense, Pedro Ludovico Teixeira, proferiu as palavras pelas quais parafraseou-se o título deste trabalho. Ao projetar Goiânia, seu idealizador disse que a nova capital do estado seria um lugar onde os seus habitantes encontrariam um “ambiente para espaiçarem³”. (Mesmo com afirmação do inteventor com aparente conotação política, a questão aqui é ressaltar que termos ambientais já eram utilizados até pelo próprio fundador de Goiânia na década de 1930). O que significaria qualidade de vida para os seus moradores, os quais poderiam ter lazer e saúde⁴. Entretanto, veremos que não eram todos os pioneiros de Goiânia que tinham acesso aos serviços públicos para “esperecerem”. Percebe-se que muitos moradores, não contemplados pelo poder público da nova capital, procuravam as suas próprias formas para divertirem-se e descansar nos ambientes naturais e antrópicos da cidade que estava surgindo.

No início da década de 1930, as aspirações ludoviquistas foram corroboradas pelo projetista Atílio Corrêa Lima, que apontou aspectos higiênico-sanitários no projeto de Goiânia: “Para que fossem alcançadas condições ideais de saúde física e psíquica⁵” da população local. Bernardo Élis faz uma menção enfática aos objetivos de Pedro Ludovico em relação ao ambiente da nova capital:

o discurso de Pedro Ludovico em 24 de outubro (1933), quando foi lançada a pedra fundamental de Goiânia, é um discurso belíssimo. Mostra a utopia que o dominava. Ele sonha com uma cidade grande, com as pessoas, depois do almoço ou do jantar,

³ Teixeira, Pedro Ludovico apud CÂMARA, Jaime. Os Tempos da Mudança. Goiânia 1979. Editora O Popular, 272 p., p. 82.

⁴ Engenheiro que trabalhou na construção de Goiânia, Godoy, concebia a cidade de Goiânia para satisfazer “determinadas funções da vida”, concebendo os setores da nova capital como “interdependentes”, que formariam um “todo único” para que houvesse “uma única cidade completa”. Godoy foi enfático ao referir-se à uma homogeneidade do conceito ambiental urbanidade para Goiânia. “de passagem, que não queremos significar que estamos projetando todos esses ambientes, o que é impossível, dada a evolução imprevisível da vida humana – queremos, isto sim, significar que estamos tomando o homem como ponto de partida para todos os estudos de urbanização. Não são preconceitos de estilo, nem tampouco regras empíricas que determinam esta ou aquela solução; são as necessidades da vida humana que encaramos e procuramos satisfazer, daí resultando as soluções adotadas no projeto”. (GODOY, 1937, apud CORDEIRO, 1989, p. 13). Pelo menos na perspectiva de Godoy, ao projetar o PUG (Plano de Urbanização de Goiânia), pensou-se nas necessidades humanas as quais norteariam os futuros projetos para os “ambientes” da capital (mesmo se não passasse das teorias). Segundo o engenheiro da nova capital, o homem seria “o ponto de partida” e desta vivência da população goianiense na cidade é que poderia surgir futuros projetos adaptados à comunidade local.

⁵ Id. 1979, p. 240

‘sentado’(sic) na porta da rua (sic), no jardim com as crianças brincando, as pessoas fazendo esporte e o povo feliz. Então, é uma beleza esse discurso dele⁶.

O interventor de Goiás nos anos de 1930, no dia do lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia, “previa que dentro de cinco anos grande porção daquela área destinada à futura cidade estaria coberta, senão de luxuosas, de alegres vivendas em que os preceitos de higiene se casariam com o conforto e beleza da arquitetura⁷”.

A “fórmula cidade-jardim fazia uma ponte entre a cidade e o campo, podendo tornar o processo de urbanização de Goiânia menos devastador⁸”, em uma perspectiva “conciliadora para uma cidade que nasceu sob a oposição cidade-sertão⁹”. Naquele contexto, no entanto, em muitos locais da área urbana “o que deveria ser uma nova forma de morar, tornou-se apenas um arranjo um pouco diferente da maneira habitual de emparelhar as residências¹⁰”.

De maneira análoga, Silva diz que Goiânia correspondeu a uma “imperiosa necessidade da integração do Brasil sob o ponto de vista demográfico, econômico e social ... o âmbito de nossa soberania política¹¹”. Neste caso, o esparecimento dos seus idealizadores e de sua população poderia permear a ideia da perspectiva de progresso¹² de sentimento de modernidade de parte dos moradores de Goiás em relação ao surgimento de uma nova cidade, pela qual, seu surgimento, é confrontado pelas limitações estruturais do interior do Brasil à época:

No plano nacional, a Marcha para o Oeste deu prosseguimento ao princípio colonizador da América portuguesa¹³ (...). Abrir caminhos e semear cidades, derrubar florestas e transformá-las em ricos e produtivos campos costurados por vias de trem, cujas estações abandonadas são hoje seus velhos sinais. Em outra escala,

⁶ ÉLIS, et al., 2005, p. 36. Em entrevista à Sérgio Paulo Moreyra e Maria Araújo Nepomuceno, realizada em meados de 1997, Bernardo Élis e os entrevistadores, em forma de uma espécie de “mesa redonda”, publicada no primeiro capítulo do livro “Bernardo Élis: vida em obras”, organizado por Wolney Unes⁶, descrevem um pouco do ambiente de Goiânia durante as três primeiras décadas. Segundo Sérgio Paulo Moreyra

⁷ COSTA, 1985, p. 31

⁸ MELLO, 2006, p. 45

⁹ Ibid., p. 45

¹⁰ Ibid, 2006, p. 46

¹¹ SILVA, et al 1986, p. 62

¹² Em Goiânia, o *art déco* era “moderno sem ser modernista¹², era ousado e inovador sem promover rupturas” (MELLO, 2006, p. 80). Seria uma adaptação do rústico à um processo de modernização que criou paisagens e edifícios. Isso geraria uma satisfação modernista na mente dos goianienses, todavia, este esparecimento seria mais pleno no mundos das ideias do que no mundo real. O processo de modernização da paisagem goianiense contrastava com as casas construídas com material rústico em relação aos padrões considerados modernos para época. Havia casas de fazendeiros que eram vistas na cidade as quais “eram verdadeiras réplicas de habitações rurais” (OLIVEIRA, et al., 2016, p. 126).

¹³ PIRES (2009) faz uma analogia de continuidade da conquista do interior do Brasil. Isso é claramente percebido nas analogias dos fundadores de Goiânia quando dicursavam que os precursores da nova capital de Goiás seriam os “novos bandeirantes” do século XX na “conquistado sertão” por meio do progresso que a nova cidade simbolizaria.

em um ermo e desolado Cerrado, espécie estranha de savana, traços de vias de comunicação, absurdamente semelhantes a Versalhes, são os leitos para os carros puxados por bois que, carregados de material de construção, entoam um triste lamento, sob o sol inclemente da meseta central¹⁴.

Pires sintetiza essa perspectiva de expansão com intuito progressista¹⁵ de um “desolado” cerrado¹⁶ traçado por vias de comunicação na região de Goiânia, esses traços semelhantes a “Versalhes” (traçados almeijados pelo primeiro arquiteto da nova capital, Atílio), são tratados pelo autor como um evento que ocorrera “absurdamente”. A distância entre as aspirações em relação a Goiânia e o isolamento de onde a mesma foi erigida, em meio ao cerrado, para época, fez com que muitos concebessem a ideia como absurda. Para o primeiro prefeito da nova capital do estado, a futura cidade possibilitaria “a renovação nos costumes, do ambiente e da mentalidade¹⁷” Isso, paradoxalmente, enquanto a cidade estava surgindo, em um “enorme acampamento coberto de poeira ou de lama, onde todos se conheciam e onde predominava o espírito do pioneirismo¹⁸”.

Em 1933, o núcleo urbano sonhado por Teixeira foi discursado com tão entusiasmo “que o inspirou a tal ponto de poder traçar, com incrível fidelidade, a vida de uma sociedade que sequer existia¹⁹”, e talvez, nunca existisse de fato para todos os seus moradores à época, a não ser, poder-se-ia apresentar-se em suas inspirações imaginárias. A ânsia por uma nova capital no Estado era: “uma combinação objetiva de políticas de vários ministérios, no sentido de planejar a direção dos fluxos migratórios para áreas disponíveis do Centro-Oeste e da fronteira amazônica²⁰”. Diferentemente do que se tem percebido, Goiânia seria fomentadora

¹⁴ PIRES, 2009, p. 127

¹⁵ Nesta perspectiva, enquanto a cidade se erguia, para aqueles que eram a favor da mudança, “os hábitos sociais da novel capital, com uns toques acentuados dos grandes centros urbanos, influam e muito na mentalidade goiana, amoldando-a aos confortos da civilização” (COSTA, 1985, p. 32). Isso porque “a cidade é educadora: ela educa, ela forma valores, comportamentos, ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser aprendido por seus habitantes”. (CAVALCANTE, et al., 2001, p. 23).

¹⁶ Na perspectiva goianiense, observa-se que o tempo passou e “os belos bosques da cidade que os humanistas aproveitaram com tanto espírito de humanidade, são hoje aglomerados infames aos sonhos de Atílio Correa ima ou Armando de Godoy, pelas invasões feitas neles”. (ÉLIS, Bernardo, et al p. 27).

¹⁷ BORGES, 1987, p. 21

¹⁸ ÉLIS et al 1986 p. 26. Neste contexto, considerando que Goiânia “era quase um formigueiro humano, na labuta de levantar a cidade – baianos, paulistas, mineiros, nordestinos – povo do Brasil inteiro, aliando-se para a grande empreitada” (ALMEIDA, et al., 1986, p. 123), poder-se-ia dizer que a população influenciara de forma decisiva nos espaços urbanos da futura capital, ao mesmo tempo, esse “formigueiro humano” fazia parte da paisagem.

¹⁹ COSTA, 1985, p. 31

²⁰ Ibid., p. 126

da Marcha Para Oeste na política de governo e não o contrário, pois a “Marcha” varguista, teria sido lançada oficialmente quando Vargas esteve em Goiás, em 1940²¹.

As palavras “ambiente para espairecerem,” do próprio interventor goiano, foram proferidas antes de a nova capital ser consolidada, ainda na década de 1930²², quando o governante do Estado considerava os resultados que a cidade poderia propiciar aos seus habitantes. Perceberemos separa todos os habitantes ou apenas para uma parcela destes pioneiros. A declaração poderia ser percebida apenas como uma expressão política. Antagonicamente, Bernardo Élis indaga: “Será que se concretizou sonho tão generoso? Acho que não. Goiânia não passou de um grande mercado imobiliário que enriqueceu meia dúzia de famílias²³”. Ludovico apontava querer mais do que Élis analisou, “sonhava” com “parques, jardins, ruas arborizadas, espaços para esportes, casas bem separadas umas das outras²⁴”.

Considerando a percepção ambiental da população, que foi mudando com o crescimento da cidade²⁵, antes de completar dez anos, a nova capital já empolgaria parte de seus moradores²⁶: “Goiânia não era para ser vista e sim para ser compreendida²⁷”. Filtrada na concepção de pioneiros, a nova capital era descrita, por exemplo, com

²¹ Ibid., p. 129.

²² Neste contexto do início do século XX, mais precisamente na década de 1930, período em que o Brasil passa por um processo de industrialização considerado tardio, e está em andamento a primeira década de Goiânia. O que se percebe é que, até então, a ciência que passara por um alto pragmatismo positivista, durante o final do século XIX, vê-se agora diante do desafio da maior complexidade social mediante o próprio desenvolvimento científico e um crescente processo de urbanização. Neste contexto, em busca da compreensão e resolução de novos problemas, aparece a visão holística do ambiente, as consequências em cadeia e as relações de causa e efeito, no ambiente urbano, de forma mais integrada.

²³ ÉLIS, et al 1986 p. 26

²⁴ GODINHO, 2004, p. 58

²⁵ Esta percepção da nova capital por parte de seus primeiros moradores, de uma cidade erguida no meio do cerrado, poderia abranger a perspectiva da Pearson, que cita esta relação homem-natureza, pela qual corrobora com a vertente a que considera “que o homem jamais se viu como parte do meio ambiente” (GIL, 2005, p. 45-56 apud PEARSON et al., 2011, p. 8).

²⁶ Neste processo de apreensão do ambiente de Goiânia, segundo o imaginário popular, José Mendonça Teles faz uma simbiose do espairecimento dos habitantes da cidade nas duas primeiras décadas e a percepção lúdica em relação à nova capital: Quando conheci Goiânia, você tinha quinze anos, na Campininha fui morar, e ficamos namorando – um namoro bem platônico, como era naquele tempo, paixão desenfreada, lágrimas molhando lenço – eu de lá, você de cá, um amor sempre crescente, suas ruas eram silêncio, eu morando na Tiradentes – caminhava liberdade, nas ruas dos onze anos, uma caixinha de engraxar, o dinheiro capitalizando – pois sonhava todo dia alargar meu horizonte, transpor o Lago das Rosas, água cristalina, da fonte passar no Setor Oeste, que era só cerradão, também no Aeroporto, onde descia avião – atingir o Jôquei Clube, bater pés no asfalto, daí em diante só de você, Goiânia linda, salto alto – o Cine Teatro Goiânia, era cultura demais, ofuscando e invejando Vila Boa de Goiás – a Tocantins e Araguaia, embaixo a Paranaíba, na Praça Cívica a cabeça...” (TELES, 2003 In: Jornal O Popular 13/07/2003 apud MELLO, 2006, p. 57). Percebe-se no texto de José Mendonça Teles que a nova capital parece ser concebida como uma “pessoa”, pela qual o autor diz ter “um amor platônico”. Sua ambição são as conquistas do vislumbre, trabalho e o alargamento (ou seria paisagens) no “horizonte”, composto pelos diversos espaços da cidade em uma única pessoa. Ou seria em um único ambiente, no qual o autor inclui o Lago das Rosas, Setor Aeroporto, Oeste e o cerradão. Espaços taxomizados, ordenados, antropizados e regularizados ou não pelo poder público. A apreensão ambiental dos goianienses e o sentimento de quem interage no espaço urbano, seria diferente da real estrutura física da *urbs*, a cidade pode ser compreendida como uma “extensão da casa”, ou a própria.

o aspecto jovial de suas vistas verde-encarnadas, de tetos novos sob o fundo vegetal, aqui e acolá pintalgando pela obra humana. Seus bangalôs elegantes e aprazíveis, numa constante porfia de estilo e conforto; suas principais avenidas já asfaltadas; suas ruas modernamente designadas (rua 3, rua 20...); seu excelente aparelhamento automático de telefones, em vias de inauguração; seu majestoso cinema, considerado por técnicos uma das mais bem construídas casas de diversões congêneres do Brasil; seus ginásios, escolas normais; seu magnífico Lyceu de Artes e Ofícios; sua Faculdade de Direito, equiparada pelo governo federal; a Colônia Santa Marta; seus estabelecimentos clínicos e cirúrgicos; uma potente rádio emissora em funcionamento; Um Instituto Técnico Comercial; um formidável conjunto de edifícios públicos, excepcionalmente bem distribuídos como em raríssimas sedes governamentais do mundo – tudo em Goiânia resumia em esforço e consciência dos altos desígnios da raça brasileira. (COSTA, 1985, p. 82)

Neste contexto Costa, dentre outros, do ambiente “jovial” goianiense, contemplaremos os principais itens de uma administração urbana no período abordado, porém, focaremos o que já era administrado pelo poder público de forma mais incisiva, nas áreas profiláticas e de ordenamento espacial urbano, pelos quais encontramos mais rastros testemunhais e documentais. Ações essas que são: coleta de lixo (incluindo o tratamento de resíduos sólidos de forma geral); usos da água; esgoto, ordenamento espacial, paisagismo e urbanismo, como componentes de ações da gestão pública que contribuiria na formação do “ambiente²⁸” da cidade, abordagens pelas quais obter-se-ia a perspectiva de fragmentos do que é entendido como gestão ambiental (termo que perscrutaremos no capítulo um)²⁹. Neste contexto, Atílio Correia Lima, “com apenas 32 anos e um ar que combinava mais com Paris do que com o

²⁷ FIGUEIREDO, et al 1986, p. 156

²⁸ Observa-se que no planejamento de Goiânia há ordenamento espacial, separação de áreas ecológicas e de lazer. Gestão ambiental é gerir o ambiente, que é formado de espaços e constitui paisagens. A cidade é concebida e vista como um todo, mas este todo para formar uma *urbs*, só depois dos problemas se manifestarem na maior parte, seriam vistos de maneira multilateral para suas soluções, problemas que podem adquirir proporções à “juros compostos”, fazendo com que, caso não sejam enfrentados, considerando seus impactos sinérgicos e cumulativos, talvez, nem sequer haveria a possibilidade de administrá-los. Além do ambiente “fabricado” por meio da edificação de prédios e casas. Se estabelece uma ligação intrínseca do Plano Original de Goiânia (de 1935) com a gestão ambiental. “Assim, do Plano Original, extraiu-se uma importante diretriz para a gestão ambiental de Goiânia: Índice de Área Verde (IAV), que, considerando a densidade populacional prevista e a área do sítio inicialmente parcelado, proporcionou a cada habitante urbano a quantia de 121, 78m² de espaços livres, dos quais 32,5 m² são de domínio público”. (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 68)

²⁹ Entre os fatores ambientais escolhidos para abordagem deste trabalho, percebe-se a abordagem técnica fundamentada nos seguintes itens: controle ambiental, que perpassa o saneamento; gestão da água; resíduos sólidos; áreas verdes e integração dos elementos nos espaços. Além de outros autores expostos ao longo deste trabalho, esta classificação está sistematizada por técnicos da Universidade de São Paulo, encontra-se no livro: *Curso de Gestão Ambiental* Organizadores: BRUNA, Gilda Collet; JR, Arlindo Philippi; ROMERO, Marcelo de Andrade. Barueri – SP: Manoele, – Coleção Ambiental; 1. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Núcleo de Informações em Saúde Ambiental. p. 3. 2004. A divisão dos autores os quais abordam cada item encontra-se no livro está da seguinte forma: JR. Philippe Arlindo; SILVEIRA, Vicente Fernando. *Saneamento Ambiental e Ecologia Aplicada*. BASSOI, Lineu José; GUAZELLI, Milo Ricardo. *Controle Ambiental da Água*. TENÓRIO, Jorge Alberto Soares; ESPINOSA, Denise Croce Romano. *Controle Ambiental de Resíduos*; BONONI, Vera Lúcia Ramos. *Controle Ambiental de Áreas Verdes*. NAKAZAWA, Valdir, *Sistemas de Integração*

chão vermelho goianiense³⁰”, protagonizou os primeiros traços da nova capital, observando variados aspectos hídricos, sanitários, vegetais, topográficos, dentre outros que veremos.

No capítulo um perscrutaremos os conceitos de ambiente e da gestão ambiental e suas questões semânticas, veremos a possibilidade da utilização de fragmentos ou derivados destes para delinear uma abordagem administrativa da gestão pública em Goiânia no período pesquisado. Neste sentido, perscrutaremos no capítulo dois a questão do uso do solo, zoneamento e especulação imobiliária em Goiânia e as limitações administrativas na cidade. No capítulo três, veremos os estudos para a formação dos primeiros planos diretores e as especificidades no início e na consolidação de alguns bairros da nova capital. No capítulo quatro analisa-se a administração dos resíduos sólidos e da coleta de lixo em Goiânia. No quinto capítulo observa-se os diferentes usos da água no que diz respeito à geração de energia elétrica, balneabilidade, lazer e consumo humano. Já o capítulo seis refere-se ao paisagismo e urbanismo, como também aos relatos de esparecimento dos pioneiros, de forma mais específica, em relação as diferentes paisagens no município, tanto as afetadas pela estrutura administrativa, como as naturais, utilizadas pelos moradores que não estariam contemplados pelo poder público local.

Outras perguntas, hipóteses, importâncias, métodos e objetivos

Ressalta-se que este trabalho não pretende reter-se à descrição de espaços que teriam sido planejados politicamente por seus empreendedores durante o surgimento de Goiânia. Muito menos restringir-se aos discursos deste ambiente urbanos, que aos poucos, estava sendo formado. Mas tentar encontrar uma representação de como a cidade foi modificada nas frentes finalísticas de execução da administração pública, bem como seu ordenamento teria sido efetivado, e como, na prática, se a administração pública foi correspondida ou não à questão discursiva de seus administradores.

Se fôssemos partir do pressuposto da história ambiental, o meio ambiente (ou o ambiente) seria o protagonista. No caso desta pesquisa, o concebemos (o ambiente) como “coadjuvante principal”, o resultado do objeto desta pesquisa, que possui a administração pública dos espaços de Goiânia como eixo narrativo (pois são nos documentados que baseou-se grande parte da pesquisa em pauta). Por isso, consideramos como itens importantes neste trabalho, os atos administrativos utilizados para ordenar o ambiente de Goiânia, sendo que

³⁰ GODINHO, 2004, p. 58

este é descrito como resultado dos atos, que são partes do objeto, que é a própria administração pública do ambiente da nova capital e a reciprocidade dos moradores à esta.

A quantidade de ações da gestão pública que interfere diretamente no ambiente fez com que surgissem fatos curiosos e enigmáticos neste período da história da nova capital, que iremos perscrutar como: a greve dos carroceiros; fauna transeunte; surgimento de bairros, epidemia de malária devido aos criadouros do mosquito transmissor da doença, a falta de cuidados com os espaços públicos e privados, dentre outros. Alguns destes fatos narrados despertam para serem aprofundados, porém, obteve-se o cuidado de não destacá-los incisivamente, e não estendê-los de forma narrativa, pois é importante enfatizar que o objeto da pesquisa não são estes fatos isoladamente, mas sim, os atos administrativos que proporcionaram o ambiente holístico que foi formado pelos elementos naturais e antrópicos da região urbana e parte da rural no início de Goiânia.

Verificaremos se os atos do poder público foram correspondidos para que a população de Goiânia se espairecesse, como supostamente queria o fundador da nova capital de Goiás. Pretende-se abordar uma cidade em formação mais próxima das representações das fontes primárias e dos atos administrativos, do que do discurso de modernidade da Revista Oeste³¹.

Diante da visão panorâmica ambiental, obter-se-ia um novo desafio na narrativa histórica em métodos de abordagens ou enredos, epistemologias do conhecimento, dentre outros. Esses desafios já são debatidos no meio acadêmico, por exemplo, na abordagem de Moraes³², que diz que a área ambiental ainda estaria “tateando”, mas, ele a considera de “importância ímpar”. Ainda é difícil responder a pergunta sobre a investigação ambiental.

Esta pergunta não está respondida, pois geralmente partimos de pesquisas disciplinares (sic) e chegamos a um universo interdisciplinar difuso, cuja delimitação ontológica não está feita³³. Isto é, carecemos de uma identificação clara

³¹ A Revista Oeste foi lançada para as comemorações do Batismo Cultural de Goiânia, em 05 de julho de 1942. Data considerada como o dia da “inauguração oficial” da cidade. Segundo a Revista Oeste, Goiânia “é uma grande ideia da vida nacional, é um símbolo” (Revista Oeste, 1942, p. 3). A revista fomentou o simbolismo de Goiânia como a cidade que traria a modernidade para Goiás. Segundo Chaul (1997), “Goiânia expressava a modernidade e o progresso” (CHAUL, 1997, p. 229).

³² MORAES, 1997

³³ Nesta multidisciplinar abordagem, enfrenta-se diferentes desafios que partem de um novo ordenamento social de uma “teia” de demandas que passa a não ser necessariamente segmentada. Destacam-se dentre as atividades, as de “lazer, de educação, de trabalho e de descanso” (OLIVEIRA, 1999, p. 29). “Assim uma cidade planejada com tal concepção dispõe necessariamente de uma quantidade elevada de áreas verdes por habitante. Além dos aspectos estéticos, esse tipo de traçado se constitui num indicador de qualidade de vida urbana, denominado de índice de área verde, dada em metros quadrados *per capita*”. (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 59). Como ressalva Delli, percebe-se que, da forma que os elementos os quais se constituem os diferentes ambientes, formados pelos mais diversos itens naturais ou artificiais, verificar-se-ia ser até uma incongruência não abordá-los de forma holística, multidisciplinar, transdisciplinar e ou transversal. Todas estas “partes” sofrem influência da radiação solar, da rota da terra, dos ciclos geofísicos de vinte quatro horas, dentre vários outros. Isso é

e precisa de nosso universo de análise: quer dizer, uma localização filosófica dos fenômenos e relações que buscamos na investigação empírica. Este é um primeiro *front* do trabalho epistemológico na área³⁴.

É justamente devido a esse “primeiro *front*”, abordado por Moraes, que se optou neste trabalho por delinear e restringir à gestão da administração pública em Goiânia como eixo aglutinador do tratamento ambiental na cidade, junto com a análise do nível de reciprocidade de seus pioneiros. E pautado neste referencial, não aprofundaremos os fatos explanados nas portarias, memorandos, ofícios, decretos e demais documentos pesquisados (por mais que estes possam chamar a atenção), pois, como veremos, considera-se o ambiente como fator holístico e interdisciplinar.

Focaremos no direcionamento administrativo que formou o ambiente urbano em Goiânia nas três primeiras décadas, de maneira *stricto sensu*, descrevendo o ambiente (resultado da administração ou por falta dela) como um coadjuvante principal de resultado da gestão pública. Nesta perspectiva, a História Ambiental³⁵ será uma referência, mas não o “ator principal”, pois o ambiente de Goiânia no período estudado, seria resultante dos atos públicos e ou sociais de contrapartida de vivência de seus moradores. Nesta conjectura, observaremos o que foi planejado e o que efetivamente foi executado, como por exemplo, as áreas delimitadas para *parkways*, jardins, *play-grounds*, separadas pela gestão pública na cidade.

denominado como Ordem Cósmica (GONÇALVES, 1989). Quanto mais perto do século XXI, mais os estudos científicos viram-se obrigados a estudarem o “todo”. Essa visão, em diversas interações do homem na natureza, levou ao estabelecimento de novos conceitos linguísticos e semânticos, como o conceito ambiental e de meio ambiente.

³⁴ MORAES, 1997, p. 46

³⁵ Na História Natural, por exemplo, delinear-se-ia de forma *stricto sensu*, os elementos da biosfera, da fauna, da flora e da geologia. Na História Ambiental, esses elementos da História Natural poder-se-iam ser inseridos em um contexto político, administrativo, econômico e cultural, que é o que este trabalho propõe. A paisagem que se constituiu Goiânia é muito mais do que o resultado da degradação do bioma cerrado no município. É também derivada da gestão administrativa, da gestão dos recursos naturais e hídricos que existiam à época, (seria resultado de uma gestão ambiental ou dos espaços da cidade). Com a maior ênfase científica e social dada aos ambientes natural e antrópico, na segunda metade do século XX, como a Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, surgiu naquele ano o “primeiro curso universitário de maior repercussão, com o título de ‘História Ambiental’, ministrado na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, pelo historiador cultural Roderick Nash”. (PÁDUA, 2010 et. al., p. 81). Para Lopes (2006), a História Ambiental origina-se desse processo de mudanças durante o século XX. Seu surgimento pode ser remetido “à interdisciplinaridade da escola francesa dos *Annales*, no final do primeiro terço do século XX” (LOPES, et al 2006, p. 484). Dessa maneira houve uma maior abrangência do campo da história. Deu-se mais ênfase à “natureza, à paisagem, à população e à demografia, aos costumes, dentre outros”. (DOSSE, 2003, p. 83 apud LOPES, et al 2006, p. 484). Nesse contexto, Fernand Braudel dialogou com a geografia em sua obra “O Mediterrâneo”. Segundo Braudel, o “ambiente era as formas da terra-montanhas, planícies, marés – um elemento quase fora do tempo agindo na moldagem da vida humana” (WOSTER, et al 1991, p. 200). Todavia, antes mesmo da institucionalização da História Ambiental, a preocupação com a natureza demonstrava evidência, desde a Antiguidade.

Outrossim, a metodologia da pesquisa constitui-se em primeiramente fundamentar a utilização da questão da gestão ambiental para época, por meio de pesquisas bibliográficas, histórica, da genealogia de conceitos, itens da História Ambiental e efeitos sinérgicos e cumulativos³⁶, advindos de ações governamentais no tratamento do ambiente urbano³⁷ e holístico. Considera-se imperiosa a importância de fundamentar a utilização de termos ambientais, trabalhar os conceitos de ambiente, gestão ambiental e meio ambiente. Isso porque, durante a pesquisa, observou-se análises corroborativas à vertente que será explanada, mas também percebeu-se uma necessidade de fundamentá-la para abordagem deste objeto. Temática a qual seria relativamente nova na perspectiva de eixo narrativo histórico de registro historiográfico, que seria a questão ambiental. Afinal, nunca teria-se discutido tanto sobre as questões ambientais na história da humanidade como na atualidade.

Posteriormente, trabalhou-se com fontes primárias referentes diretamente aos atos administrativo em Goiânia entre 1933 a 1959, como portarias, ofícios, leis aprovadas, projetos, decretos, estudos técnicos, dentre outros relativos ao gerenciamento público do espaço urbano. O que foi possível relatar das consequências destes atos complementou-se por meio de notícias de jornais, relatos de pioneiros e pela literatura na qual Goiânia era o pano de fundo durante suas três primeiras décadas.

Devido à questão que este trabalho teve como eixo documentos de governo, inicialmente, houve a necessidade de investir tempo em pesquisas e em arquivos. Devido a questões logísticas e temporais, optou-se utilizar-se de entrevistas já publicadas em revistas, jornais e livros. No que diz respeito à estrutura textual narrativa e cronológica, optou-se uma narrativa que expusesse diferentes itens referentes à questão ambiental de maneira separada, mas considerando a questão holística de ambiente, iniciando na década de 1930 (com algumas exceções para explicações históricas), até a final da década de 1950.

Quando se trabalha diretamente com atos administrativos de governo, há uma quantidade significativa de fontes primárias em relação ao tamanho do trabalho como um todo. Percebe-se uma densidade, intensidade e grande quantidade de informações. Isso se dá

³⁶ Acredita-se que as avaliações para a qualidade de vida dos moradores de uma cidade, “devam iniciar-se pela caracterização do meio ambiente (ou ambiente – Grifo nosso) urbano: “a história, o quadro socioeconômico e cultural da população, seus aspectos físicos, recursos disponíveis, elementos poluentes” (CUTTER (1985) apud RIBEIRO; VARGAS et al., 2004, p. 16), dentre outros. Apesar das ações públicas no início da nova capital terem sido em grande parte segmentadas, observa-se que havia uma percepção das autoridades para resolver problemas interligados, no ambiente urbano de Goiânia, em maior quantidade, apenas após as consequências da falta de prevenção na limpeza, abastecimento de água, dentre outros itens.

³⁷ Durante as primeiras obras do novo núcleo urbano em Goiás, as cidades brasileiras cresciam em um processo de industrialização considerado tardio em relação aos países mais industrializados, o que levou a administração pública enfrentar os impactos sinérgicos e cumulativos nos espaços urbanos devido a expansão dos mesmos.

porque a máquina pública permeia uma variedade extensa de demandas da cidade, as quais teriam influenciado diretamente no ambiente da capital.

Deliberações da administração pública podem contribuir para destruição e degradação dos espaços naturais em prol do processo de modernização. Neste contexto, durante as suas primeiras décadas, Goiânia tornou-se “um espaço complexo, segregador, com problemas estruturais de serviços básicos e de habitação; enfim, um espaço que expressa a produção social³⁸”.

Para observar o resultado da gestão pública na cidade, são utilizadas as descrições das diferentes paisagens da nova capital por meio das lembranças dos pioneiros³⁹. Para isso, foi consultado diferentes registros de livros de memórias por meio de uma pesquisa bibliográfica que visou encontrar trechos nos quais os pioneiros descrevessem o ambiente e paisagens naturais ou antrópicas de Goiânia da época pesquisada. Questões essas relativas a água, resíduos sólidos, saneamento e outros fragmentos que poderiam compor os espaços ambientais da emergente capital estadual do Brasil.

Os relatos dos precursores fazem com que as percepções do ambiente dos períodos narrados sobre a *urbs* sejam mais representativos. E não apenas tenhamos descrições da cidade, que em grande parte passara pelos filtros de propagandas governamentais. Outrossim, observa-se as fontes primárias de atos administrativos, que ajudam a compreender essas diferenças. As figuras expostas no decorrer deste trabalho, contribuem para obter-se uma melhor representação e um comparativo entre as narrações do ambiente goianiense pelos pioneiros e as imagens, mesmo se “filtradas” pelas propagandas governamentais, se for o caso.

Aparentemente, por se perceber um tema relativamente “disperso” na historiografia goiana para o período e objeto estudado, além de levantar dados, haveria a necessidade de criá-los. Portanto, foi necessário encontrar o tema referente ao ambiente de Goiânia e a administração do mesmo à época nas mais diversas bibliografias, o que justificaria a quantidade de referências e notas de rodapé para fundamentação teórica e histórica deste trabalho. Pate desta fundamentação poderia ser utilizada não só para Goiânia, mas também para a história da gestão de espaços de outras cidades, o que corroboraria ainda mais para a importância deste trabalho.

³⁸ CAVALCANTE, et al., 2001, p. 27

³⁹ Estas transformações das paisagens criariam novas perspectivas de convivência. As mudanças mediante as construções da nova capital, geraria novos hábitos em parte dos goianos.

No que diz respeito à questão temporal, inicialmente, optou-se pela abrangência das duas primeiras décadas goianienses durante a pesquisa documental. Todavia, observou-se que grande parte dos problemas ambientais da nova capital (como a sujeira nos logradouros, a proliferação de moscas, dentre outros), foi registrada, com maior destaque, após a vigência do Estado Novo no Brasil e, a consequente saída de Pedro Ludovico Teixeira da interventoria federal de Goiás, em 1945. Até porque a censura tende a ser constante em períodos ditatoriais.

Não obstante, a maior parte dos principais veículos de comunicação existentes no Estado, nos primeiros doze anos, seriam ludoviquistas. Só a partir de 1945, uma maior quantidade de meios de comunicação passou a ser oposição ao governo. Isso fez com que problemas como a falta d'água, moradias às margens dos rios, resíduos sólidos e animais mortos, odores e outros problemas com causas socioambientais, fossem estampados nos jornais, em maior quantidade, e com mais destaque, a partir da segunda metade da década de 1940.

Entende-se que a construção de Goiânia durou desde o seu lançamento da Pedra fundamental, em 24 de outubro de 1933, até a sua inauguração “oficial”, em 05 de julho de 1942⁴⁰. Como o próprio fundador da cidade disse: “Goiânia levou nove anos para ser construída, mesmo porque Goiás não tinha condições financeiras de fazer uma obra de vulto em pouco prazo⁴¹”. Todavia, a taxonomia entre as datas do início oficial do surgimento da nova capital e de sua inauguração seria política pois, antes e depois destas datas, com as mesmas autoridades ou não, a área da capital foi criando formas e se compondo em um ambiente urbano.

⁴⁰ Homenagem à data na qual houve o levante do movimento tenentista no quartel de Copacabana, em um acontecimento conhecido como “Os 18 do Forte”, ocorrido em 5 de julho de 1922. Tenentistas que mais tarde seriam protagonistas da Revolução de 1930, que levara Getúlio Vargas ao poder no Brasil e consequentemente Pedro Ludovico à interventor de Goiás, o que lhe abriria espaço político para a posterior construção de Goiânia.

⁴¹ Entrevista concedida a Pedro Ludovico ao Jornal Folha de Goiaz (*sic*). Publicado em 24.10.1979.

CAPÍTULO I

AMBIENTE E PERSPECTIVAS DE FRAGMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL EM GOIÂNIA

“O que nós somos é o que fazemos, e o que fazemos é o que o ambiente nos faz fazer”.
(Jonh Watson)

Quando se descreve a falta de limpeza urbana na nova capital de Goiás, durante suas três primeiras décadas, parece haver uma relação automática com os problemas atuais⁴². Isso porque os moradores da cidade não deixaram de interagir com o ambiente no qual vivem. O mato crescendo em volta de logradouros, as ocupações urbanas às margens dos cursos d’água, a proliferação de criadouros de vetores de doenças, epidemias e outros problemas do ambiente urbano parecem ainda estarem tão próximos à população. Todos estes problemas urbanos interferem no ambiente, por isso, focaremos neste, porém, conseqüentemente, discorreremos também sobre o meio ambiente, pois este último conceito adviria do primeiro⁴³. Para a Pearson Education⁴⁴

Assim como o jornalista André Trigueiro, o professor José Carlos Barbieri (2007) mostra que o modo como definimos meio ambiente reflete o tipo de interação com ele. O prefixo latino *ambi*, presente em ambiente, pode ser traduzido como ao redor, sentido ainda realçado pela palavra meio. Com as línguas francesa e inglesa não é diferente. As palavras *environnement* e *environmet* derivam do francês antigo *environer*, que significa rodear. Como era de imaginar, a noção de meio ambiente reforça a ideia de um lugar que está em volta do homem⁴⁵.

Uma das fundamentações deste trabalho é o conceito de ambiente da Academia Pearson explanado acima, o qual é concebido como aquilo que está “ao redor”, com os

⁴² As soluções ambientais encontradas pela administração pública na então nova capital de Goiás, durante as três primeiras décadas da cidade, para os padrões atuais, podem ser consideradas desacertadas devido à limitada evolução tecnológica e a menor conscientização ecológica à época.

⁴³ Essa relação semântica entre ambiente, ambiental e, por último, meio ambiente adviria de uma “apreensão conceitual” (KOSELLECK, 2006, p. 10). Desta forma, o mundo tomou consciência de sua “modernidade” (KOSELLECK, 2006, p. 10), a qual seria expressa por meio da linguagem. Ao longo da História, por meio da comunicação adotaram-se novos conceitos, houve transformações, englobando itens os quais, também, por meio de narrativas históricas, podem sintetizar diversos fatores, como a terminologia “meio ambiente”. O conceito deste engloba espaços urbanos, rurais, naturais, antrópicos e “tudo aquilo que interage e “rege a vida⁴³” humana, seja de ordem “química, física ou biota” (inciso I, do artigo 3º da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1931).

⁴⁴ PEARSON, 2011

⁴⁵ PEARSON, 2011, p. 5

indivíduos interagindo no “meio”, produzindo formas de espaços⁴⁶. Expressões ambientais são concebidas para antes do século XIX⁴⁷ e se mantiveram no início do século XX⁴⁸.

Observa-se uma relação de causa e efeito no que diz respeito ao zoneamento urbano (em relação aos bairros operários separados do centro de uma cidade), tratamento de água, a questão econômica e diversos tipos de doenças⁴⁹. Em pleno processo de Revolução Industrial, a falta de planejamento das cidades levou às epidemias⁵⁰.

Com o crescimento desordenado das cidades, no geral, os aspectos sinérgicos e cumulativos não foram sempre totalmente pensados com as perspectivas de causas e efeitos. Geralmente, as ações administrativa na preservação de um ambiente urbano saudável eram realizadas em maior intensidade apenas depois que os efeitos da poluição e contaminação se manifestavam entre a população. Os projetos das cidades tinham outras aspirações, ruas e avenidas mais largas em zonas urbanas teriam sido já planejadas em meados do século XVI,

⁴⁶ Uma dessas formas são os ambientes domesticados (Segundo Barbieri 2007), que podem ser concebidos como áreas de reflorestamento, açudes e lagos artificiais. PEARSON, 2011, p. 7) e o fabricado (Formaria de centros urbanos e estradas BARBIERI 2007, apud PEARSON, 2011, p. 7), constituem-se da “ação do homem na transformação do espaço” (PEARSON, 2011, p. 7). Incapaz de suprir suas necessidades vitais, os espaços urbanos “contam com os ambientes domesticados e naturais para o abastecimento de alimentos e outros recursos”. (Ibid. 2011, p. 7). E com Goiânia não foi diferente, desde seu planejamento, a necessidade de compatibilizar os ambientes domesticados e naturais em uma só cidade foi sempre ponderada por meio da arborização, construções de lagos artificiais entre outras obras paisagísticas

⁴⁷ Inclui-se até como concebidas as manifestações “definidas historicamente por um longo período de ‘ruralização’ (incluindo neste caso à época do Brasil Colônia até o início do século XX - Grifo nosso), no qual os goianos tiveram que inserir ou de submeter-se às condicionantes da realidade ambiental” (MARTINS JUNIOR, 2007, p. 52). Observa-se que, o termo ambiental e suas expressões derivadas já são utilizados até para pesquisas do Brasil Colônia. Engloba-se neste cenário o legado das comunidades tradicionais “de conhecimento sobre a biodiversidade tropical, que se expressa no uso das plantas nativas, na arte culinária, na medicina popular” (MARTINS JUNIOR, 2007, p. 51). Martins Júnior (2007) já se utiliza de termos (mesmo que seja para o legado indígena antes mesmo de áreas colonizadas) como “recursos naturais” e de “interação da cultura com o meio ambiente” (MARTINS JUNIOR, 2007, p. 51). Segundo Pearson (2011), no final do século XVIII, “a comunidade científica passou a se interessar mais intensamente pelas questões ambientais”. (PEARSON et al p. 21).

⁴⁸ Para Gonçalves (1989), “o século XIX será o triunfo desse mundo pragmático (...). A natureza cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado é agora subdividida em química, física e biologia. O homem em economia, sociologia, antropologia, história, psicologia, etc. (sic). Qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de uma forma orgânica e integrada torna-se agora mais difícil, até porque a divisão não se dá somente enquanto pensamento”. (GONÇALVES, 1989, p. 34).

⁴⁹ O crescimento urbano já incitava a preocupação higiênico-sanitária nas *urbs* europeias, como assinala um artigo de Engels de 1887, no qual, inclusive, cita-se as “modernas ciências da natureza” como estudo da relação entre as cidades e as doenças. “As modernas ciências da natureza demonstraram que os chamados ‘bairros maus’ onde os operários são apinhados são os focos de todas as epidemias que de tempos em tempos afligem as nossas cidades. A cólera, o tifo, e a febre tifoide, a varíola e outras doenças devastadoras espalham os seus germes no ar pestilento e na água contaminada destes bairros operários. Quase nunca de lá desaparecem, desenvolvendo-se, logo que as circunstâncias o permitem, em grandes epidemias e, ultrapassando então os seus focos, vão atingir também as partes das cidades mais arejadas e saudáveis...” (ENGELS, 1887 apud MELLO, 2006, p. 36).

⁵⁰ Neste mesmo período, Pearson (2011) refere-se a fatos diacrônicos para utilização de termos ambientais para época. Como considerar que a Revolução Industrial, desde o final do século XVIII, “transformou artesãos em proletários, ambientes domesticados em artificiais (ver subitem sobre gestão ambiental). Além das transformações econômicas, a Revolução Industrial também intensificou problemas ambientais, acelerando a extração de recursos naturais”. (Pearson et al., 2011, p. 21).

porém, muitas vezes não com uma finalidade profilática, mas, militar, deixando uma “tradição” da seguinte maneira:

Segundo Mumford (1998, p. 399), as avenidas retilíneas e largas foram inventadas para facilitarem a circulação de veículos de roda, tipo de locomoção que teve seu uso generalizado nas cidades a partir do século XVI, e para facultarem a evolução das tropas militares, tornando-se lugares estratégicos em ocasiões de conflito e propícios às grandes manifestações e exposições⁵¹.

Séculos depois das concepções de avenidas “para fins militares” e “rodagens” citadas acima por Mumford, no período do século século XX, durante a concepção de Goiânia, o dinamismo ambiental foi surgindo “transformando a paisagem⁵². No traçado artístico de Atílio Corrêa Lima (implantado na primeira metade da década de 1930⁵³), no trabalho eficiente dos irmãos Coimbra Bueno – (Jerônimo e Abelardo)⁵⁴”, em maior patamar, no final da década da fundação da cidade, já havia uma concepção de interação e bem estar no que diz respeito aos projetos paisagísticos das cidades.

Entretanto, no âmbito regional de Goiás, mais adiante, em outro governo, apesar das aspirações da cidade-jardim, houve a criação de traçados com fins militares para logradouro em Goiânia, como veremos no capítulo cinco, que ocorreu com a “Avenida Contorno Norte” (atual Perimetral), durante a década de 1950, na nova capital do Estado. Em relação à Cidade de Goiás e as zonas urbanas do interior do Brasil, os logradouros goianienses teriam sido planejados em padrões relativamente grandes para região do planalto central no período estudado, buscando semelhanças, evidentemente, dentro de suas proporções, ao estilo europeu.

A respeito dessa concepção de ruas mais alargadas, Dante Ugarelli diz que, quando esteve na medição para determinar a largura da avenida Goiás, na década de 1930, queria que a mesma medisse 60 m. Segundo Ungarelli, pioneiros “riam” dele e lhe perguntaram o porque ele a queria daquela largura. O próprio disse que “seria uma avenida ampla que viria

⁵¹ MELLO, 2006, p. 40

⁵² Tecnicamente, a paisagem inclui as pessoas, a fauna, a flora, as produções de espaço e suas alterações antrópicas em todo ambiente urbano que o homem possa produzir. “Daí decorre a distinção entre paisagem urbana e espaço urbano. Na análise do espaço urbano, a paisagem é uma importante categoria, à medida que, pela observação atenta e criteriosa, ela fornece pistas para a compreensão deste espaço” (PEARSON et al., 2011, p. 14). Esta compreensão pode abranger a absorção do imaginário coletivo em relação ao ambiente urbano e o espaçamento dos indivíduos que interagem no mesmo.

⁵³ Grifo nosso

⁵⁴ ALMEIDA, et al., 1986, p. 123

encontrar com Goiânia, que (sic) Campinas e Goiânia seriam um ‘bloco’ (sic) só de cidade⁵⁵”. Mesmo com aspirações modernas de arquitetura para nova *urbs* goiana, à época de seus idealizadores, parte da população do Estado, no geral, não tinha a dimensão das aspirações estéticas dos trajetos das ruas e avenidas do novo núcleo urbano que estava sendo construído.

A década de 1930 pode ser considerada um marco para a política ambiental brasileira. Foi nesse período que o presidente Getúlio Vargas implantou o primeiro Código Florestal Brasileiro em 1934⁵⁶. Na Constituição Federal de 16 de julho de 1934, estabeleceu-se no artigo 10º, inciso III, que era competência dos Estados e da União “proteger as belezas naturais”. Em 10 de julho de 1934, Vargas baixou outro decreto, que instituiu o “Código das Águas⁵⁷”. Sem a concessão público-administrativa, não se poderia utilizar as águas “para aplicações da agricultura, da indústria e da higiene⁵⁸”. Estes pode-se considerar fatores preponderantes para o surgimento de um novo aglomerado urbano no meio do cerrado, como Goiânia.

Outras atribuições para inspeções administrativas referiam-se às “águas comuns e as particulares (sic) no interesse da saúde e da segurança pública⁵⁹”. Percebe-se, por meio da legislação nacional, que devido ao desenvolvimento científico e a maior complexidade no processo de industrialização tardia do Brasil, que já não havia como desvincular as políticas públicas voltadas para os elementos da natureza (ambiente) com a questão da saúde. A visão holística da ciência⁶⁰, em relação à interação da natureza e o homem⁶¹, transcenderam para as políticas de governos⁶². É justamente neste processo de caracterização do espaço permeado pela política, economia e cultura, somado às caracterizações bióticas e geofísicas, que os estudos ambientais atuam.

⁵⁵ UNGARELLI, et al 1986, p. 66

⁵⁶ BRASIL, DecretoNº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

⁵⁷ BRASIL. Decreto Nº 24.643. 1934.

⁵⁸ Ibid., Capítulo IV, artigo 43.

⁵⁹ Ibid., artigo 69, alínea “a”.

⁶⁰ “Nota-se que nesse quadro de crise, com sua abordagem holística, a Ecologia tem funcionado como um agente catalisador, promovendo a aglutinação de especialistas de muitas outras ciências em torno de questões maiores, que dificilmente poderiam ser equacionadas por esforços individuais ou pela abordagem reducionista”. (DELITTI et al., 1995, p. 164)

⁶¹ “Quando se inclui o homem com toda sua cultura, obtém-se um conjunto que reúne as ciências humanas e as ciências do ambiente, sendo esta ligação extremamente complexa quando consideradas todas as suas inter-relações”. (DELITTI et al., 1995, p. 164)

⁶² A Academia Pearson explana uma relação histórica pela qual os homens buscaram na natureza “uma fonte inesgotável de insumos para suas atividades” (PEARSON et al., 2011, p. 8), muitas vezes sem pensar na convivência. Elementos como a água, terras, paisagens, plantas, parques, efeitos da poluição das indústrias, dentre outros, passaram a fazerem parte das paisagens ou projetos urbanos. Tudo isso intercalou-se com a antropologia do comportamento humano nas cidades.

Partindo do princípio de que uma cidade surgiu justamente em um período em que, no Brasil, até então, iniciou-se com mais efervescência um processo de aglomeração urbana, pressupõe-se que quanto mais densidade demográfica, “maior as transformações do meio ambiente natural, maiores seriam a diversidade e a velocidade dos recursos extraídos e as mais diversas seriam a quantidade e a diversidade dos resíduos gerados e, menor seria, a velocidade de reposição desses recursos⁶³”. Portanto, na primeira metade do século XX, no Brasil, é observado o crescimento do ambiente urbano resultaria em uma maior degradação e extração dos recursos naturais em relação à história da nação até então.

1.1 O conceito e a semântica ambiental

O crescimento urbano e a maior integração dos elementos constituintes dos diversos ambientes (físico, biótico e antrópico), fez com que essa visão das diversas interações do homem com natureza⁶⁴. Isso também urgiu ao estabelecimento de novos conceitos linguísticos e semânticos⁶⁵, como o conceito ambiental e de meio ambiente⁶⁶, que chegou a ser institucionalizado posteriormente pelo poder público. Segundo a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, por exemplo, que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, em seu artigo

⁶³ PHILLIP JR; ROMERO; BRUNA, 2004 et al , p. 3-4. Grifo nosso.

⁶⁴ Neste processo etimológico, o físico Fritjof Capra trata a ecologia nos termos da origem grega da palavra “oikos, que significa casa”. (PEARSON, 2011, p. 6). Portanto, “se o sufixo logos quer dizer estudo, a ecologia nada mais é do que o estudo da casa”. (Ibid., p. 6). Essa perspectiva inclui a noção de ecossistema, “composto pelas palavras gregas oikos e systema, seu significado real é sistema da casa”. (Ibid., p. 6). De maneira análoga ou não, em um estudo de ambiente da nova capital, teríamos um estudo da interdependência das casas na urbs, interdependentes ou não pelos sistemas de usos da água, tratamento de esgoto, fauna, flora, dentre outros que permitem “explorar as inter-relações existentes entre os organismos vivos e os demais elementos que o compõem” (PEARSON, 2011, p. 6). Ou mesmo se não interligados estruturalmente, estes “ecossistemas urbanos” estariam regidos por políticas de governos locais. A percepção científica ecossistêmica é que a mesma é constituída de interações entre seus elementos e que “o todo não é mais que as partes”. (MORIN apud GONÇALVES, 1989, p. 65). Cada parte possui suas especificidades. Todavia, nesse antagonismo entre as partes, não é excluído um elemento natural do outro. Há uma interdependência entre os vários itens da natureza, os diferentes ecossistemas e o homem. Assim como também há uma interdependência entre os vários problemas ambientais de uma cidade. Uma definição de ecossistema está contextualizada por Pearson, seria “o conjunto composto por diversas comunidades biológicas que vivem e interagem em uma determinada região e, também, pelos fatores abióticos (água, ar, solo, relevo, luz, temperatura, pressão atmosférica, dentre outros)” (PEARSON, 2011, p. 6).

⁶⁵ Para Rösen (2007), conceito linguístico “é o material com que são construídas as teias históricas e constituem o mais importante instrumento linguístico do historiador” (RÜSEN, 2007, p. 91). Enfatiza-se que “os conceitos não são históricos, porque se referem ao passado, mas porque lidam com a relação intrínseca que existe, no quadro de orientação da vida prática presente, entre a lembrança do passado e a expectativa do futuro”. (RÜSEN, 2007, p. 92). Entende-se, portanto, que o conceito ambiental permeia de forma grandiosa o entendimento cognoscível das gerações presentes e da perspectiva de futuro, na atualidade.

⁶⁶ Pearson (2011) chega a dizer que “durante milhares de anos o argumentou que destruiu o meio ambiente para obter recursos indispensáveis à sua subsistência” (Pearson et al., 2011, p. 20), observa-se aqui, a concepção etimológica e semântica de meio ambiente e da questão ambiental alargando em milhares de anos da história humana.

3º, inciso I, é estabelecido que meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e interações, de ordem química, física e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. O meio ambiente não significa, necessariamente, o espaço o qual é constituído de elementos naturais, mas, sobretudo, o mesmo é encarado:

Como sendo o produto da interação entre os homens e a natureza e da interação entre os próprios homens, em espaços e tempos concretos e com dimensões históricas e culturais específicas que expressa também o significado político e econômico das mudanças que se pretende induzir ou sustar⁶⁷.

Outrossim, “aos poucos, o homem aprendeu a manipular os produtos que a natureza lhe oferecia, domesticando o espaço⁶⁸. Por último, suas técnicas atingiram tamanho estágio de sofisticação⁶⁹ que, hoje em dia, já produzem ambientes artificiais⁷⁰”. Tendo-se, assim, o espaço (ou ambiente) caracterizado como condições, leis, influência de ordem “química”: se inalamos poeira ou somos contaminados por um produto químico, por exemplo; físico: se sentamos em uma cadeira, encostamos em uma parede ou jogamos bola em um campo gramado ou se sentamos no sofá; biótico: se cheiramos flores, ou sentimos odores, nosso corpo reage organicamente à um determinado lugar, dentre outras situações⁷¹.

⁶⁷ MARTINS et al., 2001, p. 98 apud RATTNER, 1992, p. 63.

⁶⁸ O ambiente influencia e interage com as vidas dos indivíduos (além de ser moldado pelos mesmos, inclusive, pelo Estado). Essa visão holística da natureza, junto com o desenvolvimento da biologia, apontou também para o conceito de ecossistema, que passou a ser percebido como um conjunto de diferentes elementos de todo um ambiente. Poder-se-ia perceber essa dinâmica ambiental durante o surgimento de Goiânia. Na cidade em formação, que abordaremos nos capítulos adiante, como a extração de areia no Rio Meia Ponte para as construções das casas, a degradação do cerrado para a formação urbana, dentre outros itens. Neste contexto, Exiline expõe como diretriz que, “as cidades, por serem construções humanas e tendo suas particularidades históricas, socioeconômicas e culturais, não se constituem em um modelo único, o que dificulta a criação de um referencial universal” (EXLINE, 1982 apud RIBEIRO; VARGAS et al., 2011, p. 15) de se conceber apenas uma visão ambiental para uma cidade. Porém, a fundamentação teórica para abordagem da temática ambiental, contribui para eventuais referenciais e estudos históricos ambientais, não apenas de Goiânia (que é o caso desta pesquisa), mas também, como já se mencionou, poderia ser utilizada para outras cidades.

⁶⁹ Neste aspecto de gerir um sistema teoricamente mais dinâmico nas *urbs*, Pearson (2011) cita o ex-ministro da cultura Gilberto Gil para afirmar que, se considerarmos o domínio do homem sobre a natureza, e ou como parte dela, as questões ambientais ou relacionadas ao meio ambiente ter-se-iam manifestado desde a “nossa existência terrestre” (GIL, 2005, p. 45 apud PEARSON et al., 2011, p. 8).

⁷⁰ PEARSON et al., 2011, p. 11

⁷¹ O homem modificaria tanto o ambiente que “poder-se-ia dizer que Natureza (sic) não existe para o homem, mas apenas lares” (DUBOS, 1971, p. 691 apud MACHADO et al., 1997, p. 15). Isso porque no período da primeira metade do século XX, não se observava em Goiás, de maneira mais incisiva, a perspectiva da otimização dos usos de recursos naturais para que os mesmos fossem perenes. Aliás, o desmatamento era sinônimo do progresso e o crescimento urbano produziu uma complexidade de problemas, que não devem ser encarados em uma única área do saber. Portanto, para a questão ambiental “não há como concentrar a abordagem em um único tipo de conhecimento”. (GONÇALVES, 1989, p. 5). Cita-se aqui Gonçalves que faz uma abordagem ampla, da qual, em diferentes aspectos, o surgimento de Goiânia aparenta não estar fora deste diversos contexto do autor.

Portanto, como exemplo, define-se de maneira institucionalizada, até em lei federal, como já se mencionou, que a sala de estar de uma casa⁷², quartos, ruas, avenidas, florestas, jardins e todos demais conjuntos e “condições, leis, influências, e interações, de ordem química, física e biológica, que permite e rege a vida em todas as suas formas⁷³” é meio ambiente. Não obstante, há uma taxonomia entre meio ambiente urbano ou rural, antrópico ou natural, que também são chamados apenas de ambientes segundo suas respectivas classificações⁷⁴ e até simbiose, ou ecológicas e antagônicas entre os espaços.

Bringel complementaria a perspectiva deste trabalho ao discorrer que “o mundo atual entende como meio ambiente tudo que está a nossa volta: a saúde, a educação, as condições de habitação, a família, amigos, etc. Portanto, meio ambiente transcende os ‘antigos’ conceitos preestabelecidos do ‘verde pelo verde⁷⁵”.

Percebe-se que parte dos estudos históricos tem buscado rever a história com esse desafio das novas epistemes⁷⁶. O ambiente emerge como um pensamento que “busca reintegrar as partes de uma realidade complexa⁷⁷”. Para Pearson, “meio ambiente não é apenas o lugar onde vivemos. Ele abrange o próprio ser humano e os demais organismos vivos, bem como as circunstâncias que tornaram possível a vida no planeta⁷⁸”. Ou seja, o ambiente pode ser resultado do que foi administrado ou gerido pelo homem⁷⁹, mas também o homem incluído no seu meio faria parte do mesmo⁸⁰.

⁷² Observa-se que “a produção do espaço urbano para fins de habitação obedece à lógica da produção econômica, é comandada por diferentes agentes, principalmente o Estado e os agentes imobiliários”. (CAVALCANTE, et al., 2001, p. 13- Grifo nosso)

⁷³ Art. 3º, inciso 1 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

⁷⁴ Segundo Machado, há uma “saga humana que tem sido, na verdade, a infinita busca de novos ‘meios ambientes’ (sic), e a cada novo deslocamento e criação tem exigido mudanças adaptativas, muitas vezes dolorosas e perigosas” (MACHADO et al., 1997, p. 15. Grifo nosso.) Machado ainda complementa que “para o homem moderno a palavra natureza precisa incluir agora suas criações urbanas e industriais” (MACHADO et al., 1997, p. 15).

⁷⁵ Ibid., p. 42

⁷⁶ PEARSON, et al., 2011, por exemplo, utiliza-se literalmente da expressão “meio ambiente”, ao afirmar: “Praticada há milênios, a agricultura sempre produziu impactos negativos sobre o meio ambiente”. (Pearson, 2011, p. 20).

⁷⁷ Ibid., artigo 3º, inciso I da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

⁷⁸ PEARSON et al., 2011, p. 5.

⁷⁹ Não obstante Pearson (2011) corrobora: “Do ponto de vista ambiental, repare que a história do homem pode ser vista como uma transição gradual do ambiente natural para o artificial, passando pelo espaço domesticado. Em outras palavras, o primeiro lar da humanidade foi a natureza selvagem, lugar onde se desenvolveu as civilizações primitivas” (Pearson et al., 2011, p. 11.). O segundo, seria a construção de lares ou casas.

⁸⁰ Essas relações entre o homem, natureza e espaços naturais e antrópicos mediante o crescimento urbano, desenvolvimento tecnológico e científico fez com que a biologia e a geografia tivessem dificuldades “para tratar do homem, na sua especificidade, na sua complexidade” (GONÇALVES, 1979, p. 76). Se os números de máquinas, do consumo e a utilização de recursos exauríveis cresceram, foi devido, sobretudo, aos sistemas políticos e à concorrência econômica, além do desenvolvimento tecnológico, que culminaram em problemas sociais e em mais poluição e ou degradação dos espaços. As paisagens podem ser resultado de diversas políticas públicas, inclusive, da desobediência à elas. Os estudos da Academia Pearson (2011), tratam da questão

Observa-se que já há bibliografias⁸¹, utilizadas e citadas ao longo deste trabalho, que veremos ainda mais adiante, nas quais utilizam-se o termo “ambiente” e seus derivados semânticos e, até mesmo a expressão “meio ambiente” para tratarem da administração dos espaços antrópicos e naturais no início de Goiânia. Além do próprio fundador da nova capital goiana, antes mesmo de a cidade se consolidar na década de 1930, utilizar-se deste primeiro conceito⁸². Segundo Accorsi, a cidade de Goiânia nasceu “influenciada pelo movimento que ‘influenciava’ (sic) os espaços livres e a integridade ‘ambiental’ (sic)⁸³”.

Após o lançamento da pedra fundamental goianiense, o pioneiro Gerson de Castro intitula o início de Goiânia pela ordem: como um “ambiente de piquenique do início de sua edificação, em seus primeiros dias (Campinas, ruas 20 e 24, Praça Cívica); o da inauguração oficial, ou batismo cultural, em 1942; o das aberturas dos setores urbanísticos do projeto de Corrêa Lima e tantos outros⁸⁴”. A visão ambiental é concebida em um foco de amplitude pelos próprios pioneiros da cidade, ornamentada por uma série de elementos, como Gerson cita o surgimento dos “prédios e setores urbanísticos” como integrantes de um ambiente de “piquenique”. Sabino Júnior utiliza a expressão “ambiente” para descrever a nova capital durante o término de seus primeiros prédios:

A perfeita simetria de suas avenidas e ruas, que tinham como dispersão a Praça Cívica, ajudava conferir ao ‘ambiente’ (sic) certa monotonia. O término dos edifícios do Palácio, do Tribunal de Justiça, da Diretoria Geral da Fazenda, do Correio da Delegacia Fiscal da União, do Tribunal Eleitoral e da Delegacia da Agricultura, refletindo as tendências inovadoras que libertavam a arquitetura do formalismo acadêmico, já ocupados ou prestes a serem ocupados, concorria para aumentar a movimentação de pedestres e veículos em suas adjacências⁸⁵.

ambiental, ou relação do homem com o “meio ambiente”, desde as comunidades primitivas, incluindo a Revolução *Neolítica* (Pearson, 2011 et al., p. 9), passando pelas civilizações greco-romanas (Pearson et al., 2011, p. 10), classificando de “grande vilão ambiental” (Pearson, 2011 et al., p. 10), a cunhagem de “5% do chumbo” que evaporava ainda durante este último período (Pearson et al., 2011, p. 10). Utiliza-se da nomenclatura de “degradação ambiental” para a Idade Média, cujo o modo de produção “apoiava-se essencialmente na agricultura, promovendo o desmatamento para abrir espaço para as plantações” (Pearson et al., 2011, p. 10). Utiliza-se do termo “meio ambiente” para o período Renascentista, no qual, orientou-se, “tanto a produção cultural quanto a relação homem com o meio ambiente”. (Pearson et al., 2011, p. 10). Serve-se do termo para o Período Moderno, destacando que, à época, “houve um aumento contínuo do impacto que as atividades humanas produziam sobre o meio ambiente”. (Pearson et al., 2011, p. 10). Outrossim, os estudos da Academia Pearson perpassa como questões ambientais e meio ambiente também durante a Revolução Industrial, até os dias atuais. (Pearson et al, 2011, p. 10-11).

⁸¹ Estamos citando Martins Júnior (2001), Sabino Júnior (1986), dentre várias outras no decorrer deste trabalho.

⁸² Não obstante, explana-se bibliografias que já abordam a semântica ambiental para o período pesquisado, por exemplo, para Neiva, “o plano urbano original de Goiânia continha elementos importantes de preservação ambiental, como os parques lineares, as proteções das nascentes, as reservas florestais, além da preocupação com a permeabilidade do solo na concepção das vias, calçadas e áreas verdes”. (NEIVA, et al 1996, p. 33).

⁸³ ACCORSI, 1996, p. “XV” do Prefácio In: MARTINS JUNIOR, Osmar Pires. *Uma Cidade Ecologicamente Correta*. AB, Goiânia – 1996. 224 p.

⁸⁴ COSTA et al 1986 p. 82

⁸⁵ SABINO JÚNIOR, et al 1986, p. 147

Sabino Júnior descreve justamente uma visão na perspectiva panorâmica de Goiânia e o resultado da administração pública no espaço urbano. Neste caso, essa visão seria a “simetria” entre avenidas e ruas, término de edifícios, arquitetura, movimentação de pedestres e veículos, tudo isso é sintetizado como o “ambiente” da cidade, que Sabino Júnior adjectiva como “de monotonia⁸⁶”.

Como vimos, o início de Goiânia é descrito por diferentes autores citados a partir de termos derivados de expressões ambientais. De uma maneira mais ampla e contextual, estes “conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais⁸⁷”, são compreendidos em diferentes “comunidades linguísticas⁸⁸”. Percebe-se também, na atualidade, a fundamentação de conceitos ambientais para vários desses sistemas socioeconômicos⁸⁹. O conceito de meio ambiente no presente englobou o entendimento sanitário do passado, que atualmente se desdobra em várias disciplinas e nos mais diversos cursos acadêmicos, como a saúde ambiental⁹⁰.

Antes, por exemplo, se multava em Goiânia pelo acúmulo do lixo devido às questões profiláticas, hoje, multa-se por questões ambientais, que também são profiláticas e envolvem diversas outras, como a paisagem⁹¹, que permeia o conceito ambiental para o bem estar, qualidade de vida, saúde preventiva dentre outros.

⁸⁶ Os conceitos podem adaptar à estas evoluções. Observa-se que o fundador de Goiânia não vislumbrava uma nova capital com apenas aspectos naturais, mas, concebeu-se a cidade como um todo, inclusive, os prédios, o paisagismo, as plantas alóctones e a arquitetura das construções, o que corrobora com a percepção utilizada de ambiente urbano. Essa nova visão de ambiente urbano fez com que a linguagem fosse adaptada para que este olhar urbano ambiental fosse explanado.

⁸⁷ Ibid., p. 98

⁸⁸ Ibid., p. 98

⁸⁹ Rösen denomina esse tipo de constituição narrativa de sentido como “as orientações com sentido das ações humanas” (RÜSEN, 2007, P. 116.). Uma das maneiras de tratar estas operações é hermeneuticamente, pois “a constituição de narrativa de sentido, é obtida mediante a pesquisa dos fatos culturais, nos quais as mudanças temporais do passado se cristalizam na linguagem dos atores e de seus locutores⁸⁹”, podendo perfazer um encontro de “unidade pela linguagem” (ou escrita). (RÜSEN, 2007, p.116.). Nesta relação de passado e presente, outro pioneiro relata que “Goiânia é uma projeção cinematográfica de um aldeamento, onde os homens formigavam em seus carreiros invisíveis para a busca do ‘amealhamento’ para os rigores do inverno”. (COSTA et al 1986 p. 84). “A Goiânia de ontem foi a sementeira e a de hoje é a seara, como aliás tudo na vida: obedece à lei da transformação, onde nada se cria nem nada se perde, como nos fala Lavoisier. Assim é não só nos três reinos da natureza. Também o é no campo da fenomenologia social”. (COSTA et al 1986 p. 91).

⁹⁰ Do ponto de vista deste maior desafio das autoridades públicas em relação a maior dinamização das cidades, para Pearson, apesar de muitos acreditarem que a questão ambiental seria “uma invenção do século XX” (PEARSON, 2011, p. 8), isso não rompeu uma tradição “de harmonia com a natureza. Tampouco foi a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX um divisor de águas como o homem enxergava o meio ambiente”. (Ibid., p. 8).

⁹¹ A observação da paisagem urbana permite perceber a espacialização das diferentes classes sociais; áreas deterioradas, áreas segregadas, áreas nobres, áreas em processo de valorização, são facilmente reconhecidas na

Observa-se que “o homem criou no seu entorno um meio ambiente próprio⁹²”, conseqüentemente, ao transformá-lo, adapta sua maneira de tratá-lo, assimilando sua dinâmica sinérgica e cumulativa⁹³. Entende-se assim que o conceito ambiental permeia de forma grandiosa o entendimento cognoscível das gerações presentes e da perspectiva de futuro na atualidade.

A sociedade vive os problemas que vem do passado e os explanam, a partir de novos conceitos e semânticas, sendo o fato, visto a partir do presente, o mesmo é “integrado às perspectivas nas quais desenvolve sua eficácia orientadora como história. Ou seja: é mais real, do que se existisse apenas como resquício e fosse expresso na linguagem das fontes⁹⁴”. Por exemplo: No âmbito macro da História, Reinaldo intitula de “contaminação excessiva do meio ‘ambiente’ (sic) natural⁹⁵” o processo de desenvolvimento tecnológico que foi acelerado “desde a Revolução Industrial⁹⁶”.

Assim, “a constituição de narrativa de sentido, é obtida mediante à pesquisa dos fatos culturais, nos quais as mudanças temporais do passado se cristalizam na linguagem dos atores e de seus locutores⁹⁷”, podendo perfazer um encontro de “unidade pela linguagem⁹⁸” ou escrita (neste caso a semântica ambiental). Como exemplo, em nostalgia, uma das primeiras moradoras de Goiânia relembra “a terra vermelha, sendo revolvida como nos conta o livro de

paisagem. É também possível perceber a historicidade da sociedade materializada na paisagem, através de formas antigas que permanecem para além das funções que a criaram. (CAVALCANTE, et al., 2001, p. 14)

⁹² REINALDO (2009), p. 1

⁹³ “Falar em produção do espaço é falar deste como componente da produção social em geral, que tem uma lógica, uma dinâmica que é própria dessa produção social em geral, de um modo de produção da sociedade. Isso é diferente de falar em organização, que ressalta a forma e o aspecto técnico dessa forma, que destaca também um sentido de exterioridade frente ao modo de produção da sociedade, um sentido de neutralidade frente a esse modo de produção”. (Santos, 1999, p. 15 – Grifo nosso). Ao considerarmos este “modo de produção” ou de surgimento de áreas urbanas exposto acima, concluiria-se que o plano piloto de Goiânia não fora produzido pelas relações sociais baseadas especificamente na cultura goiana. Mas, foi imposto pautado por uma exterioridade de um projeto de governo advindo de fora das práticas culturais da sociedade do então centro do poder goiano, que era a Cidade de Goiás. Neste sentido de planejamento outorgado pelo governo, a população pode reagir (mesmo que as reações sejam por necessidade de sobrevivência), dando conotação social-cultural aos aspectos urbanos

⁹⁴ RÜSEN, 2007, p. 96

⁹⁵ REINALDO, 2009, p. 1. Observa-se que Reinaldo (2009), utiliza o termo meio ambiente já para meados do final do século XVIII, o que naquela época era, talvez, um termo aparentemente inimaginável do ponto de vista do presente como o é concebido. Isso corrobora com, muitas vezes, a necessidade de ressignificação dos conceitos ou as novas formas semânticas de expressá-los para que haja maior compreensão do passado na atualidade.

⁹⁶ REINALDO, 2009, p. 1

⁹⁷ RÜSEN, 2007, p.116.

⁹⁸ Para Rösen, “a história é um contexto temporal de fatos passados, que se pode compreender, quando se completa os fatos à luz dos significados que lhes foram atribuídos na forma de objetivações culturais das intenções humanas. Hermeneuticamente, a história é sempre, em seu âmago, história da cultura. Ela encontra sua unidade, sua delimitação categorial como experiência histórica temporal específica, no critério do potencial de criação cultural do espírito humano, ou, como também se poderia dizer, na existência da linguagem instituída no mundo” RÜSEN, p. 137

Eli Brasiliense, o Grande Chão Vermelho (sic), em que a cidade nascente é a maior personagem⁹⁹”.

Esta apreensão conceitual é acompanhada “pela construção dos seres humanos por um espaço de vivência que, diferente do natural, se deu sempre à revelia e com modificação do ambiente natural (sic)¹⁰⁰”. Por essa via a organização da área urbana

deixa de ser natural, isto é, apesar de guardar sua dimensão natural; a dimensão social assume papel preponderante (...) Pensar o espaço urbano enquanto produto social significa que o produto deve, necessariamente, ser reconstruído no conjunto de suas relações, e o isolamento de um momento do todo só pode ocorrer pela mediação de outro objeto que não é completamente isolável¹⁰¹”.

Nessa relação de entender os aspectos ambientais sob a visão no presente, Martins Júnior, ao se referir ao projeto do traçado de Goiânia, referente ao Plano Diretor da cidade de 1938. No que diz respeito aos espaços entre as cidades satélites da emergente nova capital goiana, utiliza-se de termos que só foram abordados por meio da legislação brasileira à *posteriori*, ou décadas depois, como¹⁰²: “Áreas de Preservação Permanente” (APP’s), “reserva legal” dentre outros¹⁰³. Ao se referir ao “cinturão do Plano Piloto de Goiânia”, projetado na década de 1930, é utilizado a expressão “preservação ambiental” para o mesmo à época¹⁰⁴.

⁹⁹ ALMEIDA, et al., 1986, p. 123

¹⁰⁰ REINALDO, 2009, p. 1

¹⁰¹ CARLOS, 1994, p.159-160 apud CAVALCANTE, et al., 2001, p. 15

¹⁰² MARTINS JÚNIOR, 2007

¹⁰³ A função ambiental do paisagismo urbano projetado no Plano de Goiânia confirma-se com a preocupação de interligar os espaços livres de praças, canteiros, ilhas e rotatórias com os *parkways* – alamedas ajardinadas traçadas ao longo das margens dos cursos d’água, cuja as águas seriam protegidas pela poluição através da implantação dos parques lineares, que visa garantir o abastecimento público, além de proporcionar efeito plástico e visual com lagos decorativos. (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 68).

¹⁰⁴ O termo ambiente é utilizado na bibliografia regional até para expressar o estado de espírito da população de Vila Boa antes mesmo dos primeiros decretos do interventor para construir a nova capital, quando Pedro Ludovico retornando de Bonfim (atual Silvânia), após anunciar publicamente e oficialmente o desejo de mudança da capital, em junho de 1932, “encontrou um ambiente de agitação e natural sobressalto” (COSTA, 1985, p. 17). Percebe-se que o termo também pode estar intrinsecamente ligado aos sentimentos de quem com ele interage, inclusive, no esparecimento ou não. Cordeiro também utiliza a expressão “ambiente” ao se referir ao domínio total do Estado “no controle do uso do solo” (CORDEIRO, 1989, p. 44) durante as duas primeiras décadas goianienses. Para Oliveira, não se deve levar em conta apenas critérios urbanísticos modernos no discurso dos mudancistas da nova capital de Goiás, como a arquitetura *art déco*, a expansão capitalista, dentre outros, que “desconsidera a cidade como um ambiente, sobretudo, ambíguo”. (OLIVEIRA, 1999, p. 29). Outrossim, “ambiguidade é a capacidade de fornecer duas ou mais respostas de natureza diversa a uma mesma pergunta” (Ibid., p. 09), assim, perceber ia-se a necessidade de respostas da gestão pública às demandas urbanas. A este ambiente ambíguo das primeiras décadas da nova capital, entre o discurso e a prática, Oliveira explana que há “uma consequência de representação imagética múltipla” (Ibid., p. 09) que gera tensão “no âmbito mental dos habitantes de Goiânia”. (Ibid., p. 09). Não obstante, a primeira fase histórica de Goiânia é concebida por Oliveira na perspectiva que “nos anos que transcorrem sua construção, até o início dos anos 60, Goiânia foi considerada uma cidade provinciana”. (Ibid., p. 29).

Os problemas urbanísticos durante o surgimento de Goiânia, dentro da abordagem semântica de Martins Júnior parecem corroborar com a percepção de Prost de que: “a permanência inalterada das palavras não constitui, por si só, um indício suficiente da estabilidade das realidades designadas por ela¹⁰⁵”. Ou seja, buscando uma referência para o âmbito local, o fato das autoridades públicas em Goiânia darem um caráter de modernidade às paisagens antrópicas¹⁰⁶ da cidade, durante as primeiras décadas e, também, o tratamento dos espaços de maneira profilática, das quais muitas atualmente são consideradas ambientais, não mudariam, como mencionado por Prost, a “estabilidade das realidades¹⁰⁷”. Ou, por que não? Até as mudariam em fragmentos, porém, na ótica do presente¹⁰⁸. Os atos oficiais do passado podem ser discutidos na “ótica da presente análise da questão urbanístico ‘ambiental’ (sic) goianiense¹⁰⁹”.

Outro exemplo diz respeito à criação de órgãos ambientais da administração pública, os quais elencaram várias funções, que antes muitas vezes eram executadas de maneira segregada pelo poder executivo. Durante o século XX (partes das secretarias de saúde e vigilância sanitária desmembraram-se, por exemplo, criando-se secretarias de meio ambiente¹¹⁰). Essa maior abrangência dos órgãos ambientais na gestão pública do espaço urbano é devido a sintetização administrativa para a solução de problemas que estão interligados sinergicamente. Suas devidas proporções e contextos históricos, são parecidos com muitos desafios atuais. Isso também contribuiu para que a abordagem semântica das questões ambientais fosse sintetizada.

Um exemplo é que, em um processo de educação ambiental, para a conscientização de erros ecológicos do passado em uma comunidade, o uso das ressignificações semânticas seriam preponderantes na compreensão e sensibilização ecológica para o entendimento das

¹⁰⁵ PROST, 2008, p. 129 apud KOSELLECK, 1990, p. 106.

¹⁰⁶ Em um contexto geral, a paisagem urbana é o aspecto visível do espaço, é sua expressão formal, aparente. Enquanto dimensão formal, expressa o conteúdo, as relações sociais que a forma. Assim ela é histórica, social e concreta. O espaço é o conteúdo, são as relações sociais em movimento e que se materializam espacialmente. Paisagem é o conjunto formado pelos objetos e sua disposição, pelos sons e odores, pelas pessoas e seus movimentos. (CAVALCANTE, et al., 2001, p. 14)

¹⁰⁷ Ibid., 129. Entretanto, “a permanência inalterada das palavras não constitui, por si só, um indício suficiente da estabilidade das realidades designadas por ela” (KOSELLECK, 1990, p. 106 apud PROST, 2008, p. 129).

¹⁰⁸ Apresenta-se o meio ambiente a partir da “diversidade da experiência histórica, assim como a soma das características objetivas, teórica e práticas, em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito” (KOSELLECK, 2006, p. 109). Dessa forma, movimenta-se a historiografia reconstruindo “fatos ainda não manifestados na linguagem” (KOSELLECK, 1990, p. 115 apud PROST, 2008, p. 116). Talvez aqui, o seja na linguagem ambiental para diferentes fatos históricos de Goiânia.

¹⁰⁹ Ibid., p. 60

¹¹⁰ Em Goiás, por exemplo, a Secretaria do Meio Ambiente, durante o século XX, é resultado da desvinculação da Secretaria de Saúde e da Vigilância Sanitária.

populações do presente¹¹¹. Nesta perspectiva, em um campo macro a perenidade ou não de uma palavra pode ou não coincidir “com a alteração das realidades que ela designa¹¹²”.

Conceber uma vertente “ambiental” da gestão da administração pública em Goiânia, durante as suas primeiras décadas, pode não mudar, portanto, a representação dos fatos tratados à época, mas poder-se-ia ressignificá-los ou sistematizá-los, do ponto de vista ambiental, em uma percepção didática para melhor entendimento da população no presente¹¹³. Enfatiza-se que “os conceitos não são históricos, porque se referem ao passado, mas por que lidam com a relação intrínseca que existe, no quadro de orientação da vida prática presente, entre a lembrança do passado e a expectativa do futuro¹¹⁴”.

Nesse processo de significância, segundo Bourdieu: “A significação das palavras no passado exige ser traduzida em uma linguagem compreensiva nos dias de hoje e, inversamente, a significação dos conceitos atuais devem ser redefinidas se pretendermos traduzir o passado por seu intermédio¹¹⁵”. Mesmo com uma bibliografia fundamentada para a utilização de conceitos semânticos ambientais, teve-se o cuidado neste trabalho para que, apesar das justificativas aqui expostas, em optar-se em focar na formação de um ambiente que indicaria se pessoas poderiam esporecerem, por meio de Goiânia¹¹⁶, contextualizando o que Ludovico dissera, em não utilizar-se enfaticamente a expressão “meio ambiente”.

Cabe ao historiador, porém, contextualizar os fatos, por exemplo, que no período estudado¹¹⁷, ainda não haveria a consolidação científica¹¹⁸ dos estudos ambientais como o é

¹¹¹ No que diz respeito às explicações didáticas históricas ambientais para a população do presente, volta-se a uma genealogia do porquê da utilização do conceito ambiental na perspectiva atual, neste trabalho, expondo aqui pesquisas que abordam a semântica ambiental, que englobam citações (adiante) até mesmo aos índios tupinambás, antes mesmo da colonização do Brasil como: “Aos aborígenes australianos, dos esquimós aos povos mais antigos da África e da Ásia, das sociedades indígenas da América do Norte aos Guaranis da América do Sul, ninguém se fundiu ou confundiu com o meio ambiente” (GIL, 2005, p. 45-56 apud Pearson et al., 2011, p. 9). Ressalta-se que o termo “meio ambiente” é utilizado por Gil (2005) e ratificado pelos estudos da Academia Pearson (2011) para até os povos primitivos, além de mais antigos em alguns lugares do que a própria chamada civilização europeia.

¹¹² BOURDIEU, 1995, p. 116 apud PROST, 2008, p. 129

¹¹³ Ressalta-se que, para Prost, o conceito (nesse caso, o ambiental- grifo nosso) não é a coisa, mas o nome pelo qual ela é manifestada e ou representada, cabe ao historiador “historicizar” os conceitos da história, para que os mesmos possam comportar-se em sentidos (PROST, 2008, p. 129).

¹¹⁴ RÜSEN, 2007, p. 92

¹¹⁵ BOURDIEU, 1995, p. 116 apud PROST, 2008, p. 129

¹¹⁶ No geral, uma cidade qualquer pode ser percebida como um “ambiente em que predominam as impressões duradouras, impressões que diferem apenas ligeiramente uma da outra, impressões que assumem um curso regular e habitual e exibem contrastes regulares e habituais (sic)”. (SIMMEL, 1967, p. 12 apud OLIVEIRA, 1999, p. 53). Estas impressões entre os moradores referem-se aos “tipos de ruas, alcóoltras, doentes mentais, mendigos, prostitutas, vadios, homossexuais, etc.,” (OLIVEIRA, 1999, p. 54) que vagavam pela cidade no período em pauta. Costa utiliza a expressão para representar a Goiânia dos anos trinta, com pessoas que estavam sob um “ambiente de mistura e aspirações para progredir, alegre, com uma notável fonte de ocorrências pitorescas”. (COSTA, 1985).

¹¹⁷ É na primeira metade do século XX que a ciência clássica “entra em confronto com novos fundamentos da ciência” (MORAES, 1997, p. 53). Não obstante, a partir de então, observa-se o todo em toda “parte e não as

atualmente, que dessem suporte para as políticas públicas denominadas “ambientais” no emergente município goiano.

O meio ambiente é considerado como um fator importante para a geração atual¹¹⁹. Portanto, aborda-se justamente o “fazer história” para respaldar a exposição do passado na linguagem do presente, dialogando com a historiografia existente sobre o início de Goiânia.

Este entendimento pode permear as formas de gestão e a compreensão destas por novos significados semânticos e lexicais (que podem não mudar os fatos, ou podem). Pois, “a partir da investigação de significados passados, tanto a história dos termos quanto a dos conceitos conduz a fixação destes significados sob a perspectiva contemporânea¹²⁰”. Um relato de um pesquisador de Goiânia diz: “Nenhuma nação pode encarar o futuro se não se detém o segredo do seu passado. O próprio presente só é interpretável enquanto são visíveis suas raízes¹²¹”. Essa visibilidade, em muitos aspectos, abrangeria a ótica ambiental para se tornar explícita no presente.

particularidades de cada sistema. Afinal, o átomo, a célula, os astros, a sociedade, a cidade só tem em comum a palavra sistema. ‘Ironicamente, a floresta impede agora que se vejam as árvores’ (MORAES, 1997, p. 60).

¹¹⁸ Essa consolidação científica em tratar o ambiente de maneira interdisciplinar e transdisciplinar, ou seja, holisticamente, intensificou-se a partir da primeira metade do século XX (período em que nasce Goiânia). A sucessão deste ciclo de administração pública, que era do ponto de vista cartesiano, deixara de ser um processo linear passando a um “processo multidimensional, dialético, onde o indivíduo pode apresentar sinais evidentes de estar vivenciando uma ou várias etapas do ciclo de satisfação de suas necessidades”. (MACEDO, 1994, p. 56).

¹¹⁹ O prisma da modernidade em Goiânia, que seria “direcionado para o futuro, agora é invertido para o passado” (OLIVEIRA, 2008, et al. p. 231). Se o futuro (da cidade no passado) era direcionado ao progresso, esse pretérito se manifesta no presente por meio das preocupações com a qualidade de vida. O que reforça a importância de se pesquisar o surgimento e crescimento de Goiânia em uma perspectiva ambiental, que seria uma das “orientações do presente” na nova capital de Goiás.

Há concepções que dizem que, novos termos referentes à questão ambiental surgiram junto com a utilização do conceito chamado “pós-modernismo”, nos anos de “1950 e 1960” (OLIVEIRA, et al 2008 p 228 apud CONNOR, 1992, p. 14). Segundo as quais esses termos ganharam força na década de 1970, na qual se observou uma mudança “substancial em vários campos da existência humana” (OLIVEIRA, 2008, et. al p. 228). Entre esses campos, destacou-se a ecologia. Oliveira (2008) cita Giddens para discorrer essa vertente de observação “pós-modernista”. O que contraria a percepção progressista epistemológica, de que “a ‘história’ é destituída de teleologia e, conseqüentemente, nenhuma versão de ‘progresso’ pode ser plausivelmente defendida” (GIDDENS, 1991, p. 52 apud OLIVEIRA et al 2008, p. 228). Não se trata aqui de digladiar-se em diferentes campos epistemológicos do conhecimento histórico, mas sim, em compreender que a maior complexidade do comportamento humano, advindo da evolução sócio científica, tem sido um desafio nos estudos acadêmicos. A partir de então, “uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas”. (Ibid., p. 228) Nunca se discutira tanto sobre o meio ambiente na história da humanidade, como atualmente. Assim, o historiador encontrar-se-ia diante do desafio de reescrever esse passado, justamente na perspectiva ecológica, para que, essa representação do passado, fosse mais próxima das percepções sociais do presente.

¹²⁰ KOSELLECK, 2006, p. 104

¹²¹ CARVALHO, et al., 1986, p. 117

1.2 Gestão Ambiental

Obsevaremos o complemento etimológico anterior ao termo ambiente, que advém do logos da expressão gestão, que deriva do latim *gestio*, “ato de administrar, de gerenciar, de *gerere*, levar, realizar¹²²”. Ou seja, o termo gestão seria antigo, ao ponto de Macedo expressar que 50 anos antes da publicação de seu trabalho (entorno de 1944), já se indagava: “quem diria, a nossa ‘Velhinha’ (sic) Gestão (sic) tratando do ambiente (...)”¹²³. Macedo enfatiza justamente o cuidado para não restringir a questão ambiental a partir da gestão apenas em “especialidades¹²⁴”:

No entanto, o uso indiscriminado da terminologia técnica de uma dada área do conhecimento por especialistas de áreas distintas pode ocasionar algumas mudanças conceituais, que não raro surpreendem aos próprios criadores desta terminologia. Não, desastres conceituais não, apenas algumas mudanças (...) Aos olhos de um profissional exógeno à Escola de Administração (pública ou de empresas), Gestão e Gerenciamento são coisas distintas(!) (sic) E ficariam mais surpresos ainda quando ouvissem as explicações que demonstram cabalmente (!) (sic) as diferenças¹²⁵.

O próprio Macedo trata a questão da gestão ambiental com uma possível crítica de abordagem, talvez encarada com “purismo conceitual¹²⁶”. Considera-se “purismo exacerbado” diferenciar os processo da “Gestão (sic) quando comparados ao Gerenciamento (sic)¹²⁷”. Por isso, o gestor dos processos da administração culpariam o gerente que executa, e haver-se-ia isenção de culpas de responsabilidades, hipótese que “constitui-se uma série ameaça à qualidade dos resultados da administração ou da engenharia ambiental¹²⁸”.

Ratifica-se, portanto, que a gestão é o resultado de “um todo¹²⁹” e não de especificidades segmentadas¹³⁰. Em outro momento, seria um “grave erro, que consiste em misturar os significados dos verbos que a língua vernácula oferece (gerir e gerenciar)¹³¹”.

¹²² Dicionário

¹²³ MACEDO, 1994, p. 15

¹²⁴ As própria cidades são abordadas em estudos os quais pemeaim a multidisciplinaridade, são vistas como “ o *locus* privilegiado da vida social, à medida que, mais do que abrigar a maior parte da população, ela produz um modo de vida que se generaliza. Em função de sua complexidade e de requerer enfoques multi e interdisciplinares, ela é objeto de preocupação de muitos profissionais, estudiosos e pessoas interessadas em contribuir para uma sociedade mais justa, mais solidária e respeitosa com o ambiente em que vive”. (CAVALCANTE, et al., 2001, p. 11)

¹²⁵ MACEDO, 1994, p. 15

¹²⁶ *Ibid.*, p. 15

¹²⁷ *Ibid.*, p. 15

¹²⁸ MACEDO, 1994 p. 16

¹²⁹ Os problemas coletivos pareciam estarem interligados uns aos outros e a gestão pública não teria conseguido resolver muitos deles de maneira segmentada. Era necessário administrar pensando a cidade como um todo, de forma multilateral, interdisciplinar, como em um só ambiente, com interconexões de elementos desafiadores dos problemas urbanísticos. Este desafio da época é observado, de maneira geral, pela Academia Pearson: O início

Ainda do ponto de vista do ordenamento do ambiente-espaço antrópico, Martins Júnior é enfático ao descrever parte da história da abordagem estatal neste “meio” urbanizado, citando o surgimento do Primeiro Código Civil Brasileiro, estabelecido pela lei federal nº 3.701 de 1916, a qual “do ponto de vista do meio ambiente urbano, estabeleceu restrições ao direito de construir, mediante regulamentos administrativos (art. 572) e realizou o enquadramento dos bens públicos (artigos 66 e 67) em três categorias¹³²”, que assim o mesmo estabeleceu:

bens de uso comum do povo – as vias de comunicação, as praças e os parques, que são dotados de características peculiares da inalienabilidade (não podem ser transacionados, vendidos ou doados) e da imprescritibilidade (caráter de um direito que não extingue por efeito da prescrição, isto é, não pode caducar);
bens de uso especial – os destinados aos equipamentos comunitários como escolas, hospitais, postos policiais, quadras esportivas, que sofrem restrições alienação pelo Poder Público, em função da satisfação pelas necessidades comunitárias na oferta daqueles serviços a que os bens foram destinados, segundo o plano de loteamento e a densidade prevista;
bens dominiais ou dominicais – os de propriedade do Estado, que podem ser transacionados de acordo com as leis das licitações públicas¹³³.

Essas categorias explanadas por Martins Júnior em termos gerais podem ser percebidas na própria gestão da construção ambiental urbana de Goiânia, que dividia as categorias de espaços na cidade desde antes da construção da então futura capital goiana¹³⁴, exposta também sobre o primeiro Código Civil Brasileiro de 1916. Esta taxonomia dos

do século XX deu os primeiros passos rumo à discussão multilateral, que se intensificou com o passar das décadas. No entanto, os acordos à época ficaram muito aquém de uma preservação eficaz. Apoiados em uma visão precária de meio ambiente, os governos buscavam conservá-los apenas para garantir a manutenção de atividades econômicas. Por isso, a preservação da natureza ficava limitada à determinadas espécies consideradas ‘úteis’. (PEARSON, et al., 2011, p. 23)

¹³⁰ Em uma análise macro de diretrizes ambientais para o nicho local, neste contexto, Ribeiro e Vargas tratam a qualidade ambiental urbana a partir de dois conceitos que já poderiam ser observados durante as três primeiras décadas de Goiânia, dentro do contexto da época, que são: “a qualidade de vida e o ecossistema urbano” (RIBEIRO; VARGAS et al., 2011, p. 15). Não obstante, o ecossistema urbano é um sistema complexo cujos elementos e funções estão estreitamente correlacionados. Como nos ecossistemas naturais, um ecossistema urbano transforma energia (trabalho humano, capital, energia fóssil, etc.) e materiais (madeira, ferro, areia, rochas, informação, etc.) em produtos, que são consumidos, exportados e em resíduos. (BRUGMANN and HERSH apud ROSELAND, 1992 apud RIBEIRO; VARGAS et al., 2011, p. 15). O ecossistema urbano é caracterizado, portanto, “pela forte presença da atividade humana transformando o ambiente natural, (...) e pelos estabelecimentos de fluxos intensos de toda ordem (fluxos de pessoas, de energia, recursos econômicos e relações sociais BRUGMANN, 1992 apud RIBEIRO; VARGAS et al., 2011, p. 15)”. Isso ratifica a concepção da produção de ambientes que permeia os itens físico, antrópico, biótico e geológico.

¹³¹ Id. 1994, p. 15-16

¹³² MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 46

¹³³ Ibid., p. 46-47

¹³⁴ MARTINS JÚNIOR, 2007

espaços em bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominiais ou dominicais influem na salubridade, organização e convivência no ambiente da cidade.

Havia a prerrogativa do estado em fazer a manutenção de espaços comunitários e também naqueles que a administração pública poderia reservar. Goiânia (que surgiu na década de 1930) estaria justamente sobre a égide deste Primeiro Código Civil de 1916, entretanto, não significa que os governos locais teriam cumprido a legislação à risca, o que veremos mais adiante. Essa maior complexidade da gestão pública em trabalhar com os ambientes urbanos durante o surgimento da nova capital goiana teria feito com que a abordagem estatal nas cidades fosse mais sintetizadas do ponto de vista da causa e efeito nos espaços urbanos brasileiros como um todo, devido à estas intervenções.

Em proporções mais amplas, a partir de leis mais restritas aos vários itens da natureza e dos espaços ocupados, “a Política Ambiental de uma Nação (sic) constitui-se em um documento estratégico da gestão ambiental¹³⁵”. Se levarmos essas primícias para pleno período da construção de Goiânia (1933-1942), essa política foi reforçada pelos Códigos Florestal, de Mineração e das Águas de 1934, quando o tratamento dos ambientes (naturais ou não), foram institucionalizadas ainda mais. Logo, percebe-se a necessidade de desenvolvimento de processos na gestão pública para lidar com esse novo paradigma, e Goiânia estava surgindo nesse contexto.

Os princípios básicos legislativos estabelecidos na década de 1930 podem ser, neste trabalho, parte das regras dos cuidados ambientais (dos espaços), que e em termos mais amplos “constituem-se nos valores que orientam os planos nacionais, setoriais, e locais, tanto públicos quanto privados¹³⁶”, neste caso, para época pesquisada.

A gestão ambiental do poder público é “a ação pública empreendida por um conjunto de agentes caracterizados na estrutura do aparelho de Estado¹³⁷”. Como parte das diretrizes de uma gestão ambiental, há “a estrutura legal nacional, direta ou indiretamente vinculada ao setor ambiental¹³⁸” que deve conter “dispositivos destinados à viabilização ambiental das atividades transformadoras do meio, tanto aquelas que venham a ser propostas, quanto e, sobretudo, das atividades existentes que eventualmente promovam efeitos negativos em seu sítio de influência¹³⁹”.

¹³⁵ Ibid., 1994, p. 17

¹³⁶ MACEDO, 1994, p. 26

¹³⁷ MORAES, 1997, p. 29.

¹³⁸ MACEDO, 1994, p. 29

¹³⁹ Ibid., p. 29

Sobre a estrutura legal, supramencionou-se uma parte da legislação a nível nacional durante a década de 1930. No contexto local, utilizaremos no capítulo três os planos diretores de Goiânia durante o período pesquisado, entre outras legislações estaduais e municipais. Já entre as propostas de regulamentação espacial, entre as referências, observaremos adiante, com mais afinco, nos próximos três capítulos, o relatório de Atílio Corrêa Lima, entregue ao então interventor Pedro Ludovico Teixeira em janeiro de 1935¹⁴⁰ para a construção de Goiânia.

Em termos macros, para os autores Bruna, Junior e Romero¹⁴¹, o processo de gestão ambiental inicia-se “quando se promovem adaptações ou modificações no ambiente natural, de forma a adequá-lo às necessidades individuais e coletivas, gerando dessa forma o ambiente urbano nas suas mais diversas variedades de conformação e escala¹⁴²”. Ou seja, para Bruna, Júnior e Romero, antes da rua, poder-se-ia haver uma árvore ou uma floresta, antes do aterro poderia haver uma mina d’água, dentre outras transformações das paisagens no processo de urbanização.

Corroborar-se que “os instrumentos tradicionais de gestão ambiental urbana apresentam quatro formatos distintos¹⁴³”, os quais analisaremos nos próximos itens e capítulos, que teriam sido utilizados em grande parte pela administração pública no início de Goiânia (1933-1959) e, pelos moradores não contemplados pelo poder público de forma “clandestina”:

os normativos, que incluem as legislações de uso do solo, a regulação de padrões de emissão de poluentes nos seus diversos estados – líquido, sólido e gasoso -, dentre outros; os de fiscalização e controle das atividades para que estejam conformes às normas vigentes; os preventivos, caracterizados pela delimitação de espaços territoriais protegidos (parques e praças) ..., licenciamento ambiental; e os corretivos, que se constituem nas intervenções diretas de implantação e manutenção de infraestrutura, saneamento, plantio de árvores, formação de praças, canteiros e jardins, obras de manutenção, serviço de coletas de resíduos (lixo¹⁴⁴), etc¹⁴⁵ (sic).

¹⁴⁰ Para Daher, “a conclusão da execução do projeto original de Goiânia, prevista para 1935, não ocorreu nem após a sua inauguração, em 1942, pois não houve recursos financeiros suficientes, apesar do departamento de vendas de loteamento ter obtido algum lucro com as vendas de lotes”. (DAHER, 2003, p. 214). Mesmo que o planejamento de Goiânia não fora executado em sua totalidade, “de toda forma, como era inevitável, o volume das obras ultrapassou de muito os 2.700 contos previstos inicialmente, e a venda de lotes não passava de uma modesta contribuição às despesas”. (PALACÍN, 1976, p. 43 apud DAHER, 2003, p. 214).

¹⁴¹ BRUNA; JUNIOR; ROMERO et al 2004.

¹⁴² Ibid., p. 3.

¹⁴³ RIBEIRO; VARGAS et al., 2004, p. 13-14

¹⁴⁴ Grifo nosso

¹⁴⁵ RIBEIRO; VARGAS et al., 2004, p. 14

Os processos de fiscalização, licenciamento, em termos gerais, para construções urbanas, dentre outros citados por Ribeiro e Vargas¹⁴⁶, são percebidos no decorrer deste trabalho direcionando-os nas devidas proporções para o objeto em questão, que é o início da nova capital¹⁴⁷. Ainda consideramos como crivo para uma representação de gestão ambiental o “processo de ordenamento territorial que constitui a abordagem metodológica básica (teórica), em conjunto com as técnicas de geoprocessamento, para o desenvolvimento da gestão ambiental¹⁴⁸”.

A administração pública da urbanização influencia na vida privada, como por exemplo, durante a falta de asfalto no início de Goiânia uma moradora dos primeiros anos da cidade foi vagorosamente “se acostumando com o chão vermelho, barrento, nos tempos da chuva e também com redemoinhos constantes na seca¹⁴⁹”. Não que esses elementos (resíduos sólidos, água, paisagismo, poeira, chão vermelho e natureza), estejam lançados de forma genérica na narrativa histórica, mas a importância e a relação dos mesmos tornaram-se tão grande, perante a evolução e a complexidade em que se alcançou a sociedade humana, que quando se fala em gestão ambiental, aqueles elementos seriam pensados de forma sinérgica e automática. Já estariam como dados, interligados, cauterizados. Seria difícil desvinculá-los do conceito ambiental. Da mesma forma, pelo menos durante as próximas décadas, não haveria como fugir deste desafio de abordá-lo (o ambiente), administrativamente, com seus efeitos sinérgicos e cumulativos sobre a sociedade.

A partir do que se observaria como diretrizes adotadas em uma gestão ambiental na administração pública, podemos perceber alguns itens observados nos estudos ambientais de maneira geral, que também foram administrados durante as três primeiras décadas da capital goiana, os quais são em diretrizes administrativas macro: “instrumentos institucionais disponíveis, as condições necessárias para a garantia da estabilidade ecológica do seu território, reabilitando áreas degradadas; conservando áreas em processo de uso/ocupação e utilizadas/ocupadas¹⁵⁰”.

Neste contexto, as áreas que foram reservadas aos bosques e parques em Goiânia vão de encontro a regra geral de “preservação de regiões cujas as características biofísicas e específicas, por motivos de variadas naturezas, impeçam ou desaconselhem seu uso e

¹⁴⁶ RIBEIRO; VARGAS et al., 2004

¹⁴⁷ Ribeiro e Vargas parte do prisma ambiental para salientar que na busca por espaços urbanos “os interesses conflitantes podem ser econômicos, sociais, ou mesmo culturais” (RIBEIRO; VARGAS et al., 2004, p. 14).

¹⁴⁸ SANTOS, 2013 et al., Int. p. XIII. Grifo nosso

¹⁴⁹ CARVALHO, et al., 1986, p. 115

¹⁵⁰ MACEDO, 1994, p. 29

ocupação¹⁵¹”. O que, no objeto em epígrafe, poderemos perceber em relação ao atual Horto Florestal (região à jusante do Córrego Capim Puba) e outras áreas, que apesar de diminuídas com o tempo, foram preservadas nas primeiras décadas goianienses, e algumas o são até os dias atuais.

Além da influência do ordenamento demográfico nas ocupações das áreas urbanas, em termos gerais, a gestão ambiental envolve políticas públicas que modulam espaços que envolvem questões econômicas, sociais e territoriais. Segundo Moraes,

seriam as políticas ambientais modalidades de política territorial? No nosso entender, sim. Neste entendimento o ambiental deixa de ser visto como um vetor reestruturador de lógica científica (a razão ambientalista como propõe alguns), pondo-se como mais um fator a ser considerado na modelagem do espaço terrestre. (...). De um ponto de vista ontológico, a questão ambiental teria o estatuto teórico da questão urbana, por exemplo.

A avaliação mais modesta, não implica, todavia, perda da complexidade que envolve o manejo da questão ambiental. Esse caráter complexo advém de grande parte de que os problemas tratados no setor não se agrupam em uma única classe de atividades. Antes se distribui praticamente por todo campo das políticas territoriais. Assim, o ambiental não se homogeneiza num só alvo de ação, antes se difundi como uma faceta inerente a todo ato de se produzir espaço. Nesse sentido, a gestão ambiental deveria acompanhar toda atividade de gestão do território, seja a interveniente sobre o espaço já construído seja atinente ao manejo dos fundos territoriais e de seus patrimônios naturais¹⁵².

Moraes¹⁵³ está entre os autores que fundamentam a concepção de gestão ambiental para este trabalho. Gerir o ambiente é também gerir espaços e territórios, podendo incluir os antrópicos e naturais, como é exemplificado no caso de uma cidade¹⁵⁴. Não apenas em uma visão ambientalista científica, mas também na complexidade das ações que proporcionam os diversos ambientes urbanos ou rurais.

Todo esse processo de gestão do ambiente pode resultar em disfunções “dos espaços político, econômico, social e cultural¹⁵⁵”, o que, trazendo para o caso goiano, pode ser

¹⁵¹ Ibid.

¹⁵² MORAES, 1997, p. 30.

¹⁵³ MORAES, 1997

¹⁵⁴ Desta resignificação do espaço e da maior capacidade do homem de manipular a natureza, poder-se-ia delinear três tipos de ambientes, “como mostra o professor Barbiere (2007): ambiente natural, domesticado e fabricado”. (BARBIERE, 2007 apud PEARSON, p. 7). Neste contexto, na perspectiva da gestão da nova capital de Goiás, segundo Martins Júnior, além da vazão e do tráfego, as vias de comunicação da cidade também foram projetadas visando o aspecto da “arborização e o ajardinamento voltados para o aspecto estético ambiental, como manutenção da permeabilidade e viabilização do escoamento pluvial”. (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 66). Portanto, “fica clara, assim, a preocupação do projetista em fazer com que as vias de comunicação cumprissem não só sua função viária precípua, mas também de controle da qualidade ambiental”. (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 67)

¹⁵⁵ MORAES, 1997., p. 58

percebido no planejamento de Goiânia, na qual projetou-se a região da Praça Cívica (figura 1, pág. 46) como espaço de poder e político, havendo a tentativa que a atual Praça do Trabalhador fosse uma região industrial, e a demarcação da região comercial entre o espaço de poder governamental e a área industrial no primeiro plano piloto da cidade. Nesta conjectura, em Goiânia

a praça central, elemento fundamental, foi construída no alto do terreno, para obter, como se diz, o aspecto monumental e nobre desejado, de acordo com as exigências de uma capital. O efeito perspectiva se obteve com o genericamente chamado *patê d'oise* (sic), colocado diante do Palácio do Governo¹⁵⁶.

Observa-se a questão política no planejamento que diz respeito às principais ruas estarem voltadas ao centro do poder. Nesse sentido, haveria uma hierarquia dos espaços em Goiânia, pela qual os principais prédios públicos ficaram voltados ao Palácio das Esmeraldas¹⁵⁷. Por outro lado, não teria havido um planejamento para o estabelecimento dos trabalhadores da nova capital neste novo município que surgia. A separação entre o poder e entre àqueles que não o detinham era composta por um descampado (figura 1, p. 46), que inicialmente, para habitá-lo e ocupá-lo, houve a necessidade de estímulos para que este fosse ocupado pelos que apoiavam os detentores do *status quo* político e social.



Figura 1: Vista aérea da Praça Cívica de 1937, área que seria mais tarde o "centro do poder" goiano e, como apontado por PIRES, 2009, "construída no alto do terreno, para obter como se diz, o caráter monumental" (p. 215), de onde as principais avenidas emanavam. Onde foi construído edifícios para uma centralização dos principais órgãos públicos. A administração pública fez questão de deixar o espaço aberto envolta do núcleo central, para o estabelecimento mais próximo de servidores públicos e famílias privilegiadas. Fonte da imagem: AHE.

¹⁵⁶ PIRES, 2009, p. 215

¹⁵⁷ Nesta perspectiva, em Goiânia, para o Palácio das Esmeraldas, e em torno do mesmo, Ludovico adotou o projeto do arquiteto Attílio Corrêa Lima em se inspirar nos traçados perto do Palácio de Versalhes (mesmo que este traçado fosse, inicialmente, sobretudo, para imigrantes da roça e carros de boi).

Pela figura 1 (p. 46), nota-se o homem dominando o espaço (não se sentindo apenas parte do mesmo). Desmatou-se o cerrado, implantou-se edifícios centrais, estabeleceu-se um descampado de divisão dos demais (inclusive do povoado e núcleo urbano de Campinas). Percebe-se assim a demarcação de espaços políticos, econômicos e para a sociabilidade. Dentro deste prima em uma visão ampla:

O ordenamento territorial, em síntese, consiste em compatibilizar as necessidades do Homem relativas à ocupação e ao uso do solo, com a capacidade de suporte do território que pretende ocupar. A ocupação a ser procedida envolve estruturas e equipamentos destinados às atividades essenciais da habitação, educação, saúde, energia, produção, transporte, comunicação, cultura e lazer¹⁵⁸.

No planejamento de Goiânia, houve preocupação com fatores semelhantes de estrutura pública como ruas, praças, dentre outras (mesmo que não fossem para todos os moradores), isso englobaria a gestão ambiental do território urbano¹⁵⁹. As situações de uso e ocupação do solo seriam entendidas no prisma geral como “oportunidades ambientais¹⁶⁰”, concebendo estas situações como “ecologicamente corretas com relação aos fatores físicos e biológicos, ou seja, o uso e ocupação do solo que não afeta um espaço territorial em suas potencialidades biofísicas primitivas¹⁶¹”. Neste processo, sobretudo em área urbana, é imperativo salientar que não envolvem-se apenas o ambiente natural, mas em um processo de gestão ambiental de uma *urbs* observa-se

cada um dos segmentos contemplados (habitação, educação, saúde, energia, produção, transporte, etc.), bem como de suas unidades constituintes. Essas descrições precisam oferecer algumas medidas de volume do beneficiamento antrópico, biológico e físico decorrentes da proposta de ocupação de uso. Dentre estas medidas destaca-se por segmento, a população contemplada pelos serviços essenciais, as suas estruturas e equipamentos constituintes, o volume da geração de novos empregos, outros benefícios tangíveis e intangíveis derivados, para curto, médio e longos prazos, em especial em termos da melhoria da qualidade ambiental e da vida¹⁶².

¹⁵⁸ MACEDO, 1994, p. 68

¹⁵⁹ Ratifica-se que a explanação de Godoy (um dos principais engenheiros responsáveis pela construção de Goiânia), de 1937, é enfatizada da seguinte maneira: Os quatro setores previstos inicialmente para a região do Plano Piloto não formariam “conjuntos isolados, elementos urbanos completos e apenas localizados adjacentes. Não, cada um deles, tendo a satisfazer a determinadas funções da vida, são interdependentes, formando um todo único, uma única cidade completa”. (Godoy, 1937 s/p).

¹⁶⁰ MACEDO, 1994, p. 71

¹⁶¹ Ibid., p. 71

¹⁶² Ibid., p. 79

A observação acima é clara no que diz respeito aos diversos elementos que devem se perceber em um ambiente, sobrepondo ou não ao caráter estético das construções¹⁶³. Esta gestão do ambiente também é vista em uma amplitude maior de diretrizes da seguinte forma:

As potencialidades e vulnerabilidades de um território devem ser identificadas especificamente quanto aos usos correntes e pretendidos. Constituem-se assim nos resultados possíveis dos quadros alternativos de ocupação e uso do solo. Por se tratarem de atributos do espaço territorial, sempre estão envolvidos seus fatores bióticos e abióticos. (...). Uma forma elegante e produtiva de realizar esta identificação parte da análise das feições geomorfológicas do território, passa pela análise dos quadros de seus recursos hídricos, em termos de vazão e qualidade, e culmina nos limites da densidade demográfica passível de ser realizada no território, sem ameaças a sua capacidade de suporte. São consideradas ainda as áreas de riscos ambientais de todas as naturezas, a cobertura vegetacional a ser mantida ou reconstituída e a presença da fauna, associada a seus *habitats* preferenciais e às cadeias tróficas de que fazem partes¹⁶⁴.

Essas potencialidades e vulnerabilidades apontadas por Macedo, no que tange ao objeto em epígrafe, são nítidas durante o planejamento, construção e manutenção pelo poder público, bem como parte daquilo que é considerado “fundamental¹⁶⁵” para uma gestão ambiental¹⁶⁶, dentre outros itens, como:

inventário dos recursos naturais e ambientais ocorrentes no território; quantidade de recursos naturais e ambientais a serem apropriados, no intervalo de tempo contemplado pelo plano; qualidade destes mesmos recursos e sua relevância no contexto da estabilidade ambiental dos ecossistemas¹⁶⁷ que participam; tecnologia

¹⁶³ Observa-se que “a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais, enquanto que espaço urbano é o conteúdo, são as próprias relações sociais que se materializam no espaço” (CAVALCANTE, et al., 2001, p. 14). Destarte que “a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto que este é o abstrato, porém que dá sentido e natureza à cidade” (SANTOS, 1999, s/p apud CAVALCANTE, et al., 2001, p. 14). Não obstante, “a cidade é um espaço geográfico, é um conjunto de objetos e de ações, mas entendendo que o expressa como lugar de existência das pessoas, não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado”. (Ibid., p. 15 – Grifo nosso). Ou seja, a forma da cidade depende tanto dos moradores, como também do poder público, envolvendo um aspecto social que compõe espaços de maneira híbrida.

¹⁶⁴ MACEDO, 1994, p. 68. p. 80

¹⁶⁵ Ibid., p. 99

¹⁶⁶ Migrando para uma análise local do objeto estudado, Goiânia, ratifica-se pela explanação de Godoy, de 1937 complementada da seguinte maneira: Os quatro setores previstos inicialmente para a região do Plano Piloto não formariam “conjuntos isolados, elementos urbanos completos e apenas localizados adjacentes. Não, cada um deles, tendo a satisfazer a determinadas funções da vida, são interdependentes, formando um todo único, uma única cidade completa”. (Ibid., p. 13). Assim, percebe-se a visão holística da cidade de um dos principais engenheiros (senão o principal) durante as primeiras obras da nova capital, na segunda metade da década de 1930. Essa visão panorâmica para a nova capital, do ponto de vista administrativo, é corroborada na abordagem de Cordeiro, ao afirmar que “havia grande preocupação ecológica nos elementos que nortearam o Plano de Urbanização de Goiânia e que Armando de Godoy previa expansões futuras” (CORDEIRO, 1989, p. 13), e dizia ainda que a percepção de ambiente poderia ter diferentes fatores entre a população.

¹⁶⁷ Considera-se que a definição de ecossistema delineada aqui, corrobora com a observação que “dá destaque especial à capacidade dos organismos e do ambiente físico de se influenciarem mutuamente e lutarem por um equilíbrio que garanta a sua sobrevivência”. (PEARSON, 2011, p. 7). Para esta sobrevivência, a maioria dos habitantes da nova capital goiana viviam como podiam, construíam fossas, queimavam lenha para cozinhar

associada aos processos de apropriação dos recursos inventariados; (...); finalidades de cada apropriação e benefícios resultantes; e resultados socioeconômicos esperados, sobretudo enfocando a população beneficiada e fatores de melhoria da qualidade de vida¹⁶⁸.

Não há um inventário específico de todos recursos naturais disponível na região escolhida da então futura capital. Todavia, observa-se a quantificação e medição de vários recursos naturais e elementos da natureza em diferentes relatórios e estudos, que veremos nos próximos três capítulos, como no relatório de 1935 de Lima, que explana a estimativa de abastecimento de água, vegetação a ser preservada, entre outros itens.

Também, poder-se-ia mencionar os dados do IBGE. Em muitos casos, sem se preocuparem com estes recursos naturais, empresários e os chamados popularmente à época de “grileiros do asfalto”, tentavam de todas as maneiras influenciarem a gestão dos espaços da nova capital, sem se preocuparem com a destruição das matas, veredas, córregos, dos elementos da flora e mortes da fauna.

Em âmbitos gerais, há o entendimento de que para uma gestão eficaz na área ambiental “é necessário captar os sinais do universo da política, da economia, entender a complexidade da vida social, que transcende em muito a capacidade explicativa do conceito de ação antrópica¹⁶⁹”. Ou seja, além do gerenciamento dos espaços, há também a gestão dos elementos naturais e antrópicos que moldam os mesmos¹⁷⁰, a sociabilidade e o jogo do poder e econômico.

Se Pedro Ludovico queria que os goianienses pudessem espairecerem, percebemos a necessidade de ações básicas, as quais adviriam de fragmentos em uma perspectiva de gestão ambiental, as quais corresponderiam naquilo que é visto como norteamento de qualidade de vida às “necessidades fisiológicas; necessidades de segurança e espaço; necessidades de aprendizado; necessidades sociais e de participação; necessidades de realização¹⁷¹”. Mesmo que estas preocupações satisfizessem na maioria das vezes apenas uma parte da sociedade.

alimentos, buscavam água potável e tomavam banhos nos cursos d’água, como no rio Meio Ponte, córrego Botafogo, dentre outros.

¹⁶⁸ Ibid., p. 101

¹⁶⁹ Ibid., p. 32.

¹⁷⁰ Foi explicitamente estabelecida, no memorial descritivo do primeiro Plano de Urbanização de Goiânia, a quantia de 162 hectares ou 1.620.000 m² de espaços livres públicos e urbanos – parques, *parkways*, jardins, *play-grounds*, campos de esporte – de função ambiental, recreativa, lazer e/ou de esporte. (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 68)

¹⁷¹ MACEDO, 1994, p. 54-55

Observa-se que “as necessidades fisiológicas são entendidas como as necessidades de alimentação, defecção, reprodução e descanso¹⁷²”. Entretanto, em Goiânia, via-se, aparentemente, a questão estética sobressair-se em diversos pontos, como a própria segregação espacial.

Ribeiro e Vargas ratificam como princípios de qualidade de vida a gestão de parte das mesmas necessidades expostas por Macedo, inclusive utilizando um autor que nomeou essas diretrizes, Maslow¹⁷³, o qual também as observa como: “necessidades fisiológicas: fome, sono; necessidades de segurança: estabilidade, ordem; necessidades de amor e pertinência: família, amigos; necessidade de estima: respeito, aceitação; necessidade de auto atualização: capacitação¹⁷⁴”.

Todas estas questões enfatizadas por Maslow envolve o esparecimento. Neste contexto de necessidades, “os homens que construíram Goiânia não tinham as mínimas condições de divertimento. A cidade embrionária, não lhes oferecia ao menos um salão onde realizar festas¹⁷⁵”, que eram realizadas embaixo de uma moreira, na região central da cidade.

Percebe-se que Ribeiro e Vargas cita termos subjetivos e objetivos para a definição de um bom ambiente de uma cidade para seus habitantes. Na questão ambiental, considera-se não apenas as condições objetivas (sociais ambientais), mas também as perceptivas, pois há de levar-se em conta “a imagem subjetiva do indivíduo e de suas expectativas em relação ao lugar¹⁷⁶”. O primeiro prefeito da nova capital goiana expressa o sentimento de parte dos goianos, na década de 1930 de que, mesmo não estando pronta, “Goiânia era uma esperança que não podia morrer¹⁷⁷”. Assim partiram “da estaca zero, contando com escasso material humano. Faltava tudo, menos o ideal que animava os pioneiros, que vieram, muitos deles, trazendo nada, senão a força de trabalho e o desejo de participar da obra gigantesca de construir a cidade que nascia na gleba inculta¹⁷⁸”.

Nas perspectivas objetiva e subjetiva, geralmente, o indivíduo pode “estar parcialmente realizado em suas aspirações, desde as mais simples, até as mais complexas¹⁷⁹”, por meio de fatores ambientais “com que interagem voluntariamente ou não: ar, água, solo,

¹⁷² Ibid., p. 55 – Grifo nosso. As “necessidades de segurança e espaço que estão arrolados ao espaço íntimo primitivo, o afeto, a saúde e as vestimentas” (MACEDO, 1994, p. -55).

¹⁷³ MASLOW, 1954

¹⁷⁴ CUTTER 1985 apud Ribeiro; Vargas et al., 2004, p. 16

¹⁷⁵ Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 8.

¹⁷⁶ CUTTER 1985 apud Ribeiro; Vargas et al., 2004, p. 15

¹⁷⁷ BORGES, 1987, p. 22.

¹⁷⁸ Ibid., p. 23

¹⁷⁹ MACEDO, 1994, p. 56

fauna e flora¹⁸⁰”. A partir destes referenciais corroborados por Macedo, dentre outros, poder-se-ia conceber como gestão ambiental da administração pública de, pelo menos, parte dos itens considerados como foco nos ambientes (ou espaços), os elementos de ações voltadas às interações humanas ambientais.

Por isso, as relações involuntárias e indispensáveis com o ambiente para a sobrevivência, “podem ser gerenciadas exclusivamente pela razão ou tecnologias disponíveis”. As outras, “embora não prescindam da racionalidade e da tecnologia, exigem, em igual intensidade, outros atributos humanos, tais como princípios, ética, civilidade e emoção¹⁸¹”.

Pautado em dados recentes estabelecidos para uma Gestão Ambiental, como a Política Nacional de Meio Ambiente, poder-se-ia trabalhar itens que já eram geridos de forma propositiva e intensamente durante a construção de Goiânia (mesmo se tivessem uma outra nomenclatura ou nenhuma), até o final da década de 1950, como:

Gerenciamento do patrimônio sociocultural; gerenciamento do patrimônio físico; gerenciamento das unidades nacionais (neste caso estaduais e municipais¹⁸²) sob conservação; gerenciamento das bacias hidrográficas; gerenciamento do uso e da ocupação do solos; gerenciamento do uso e da qualidade da água(...); gerenciamento dos recursos da flora; gerenciamento dos recursos da fauna¹⁸³.

Observa-se a gerência de diversos elementos naturais como a água e flora no processo de gestão ambiental, observa-se também que a questão do uso do solo está sempre incluída de maneira incisiva no planejamento urbano.

1.3 Limitações Administrativas

Em 1935 Lima sugeriu que se criasse, administrativamente, para a cidade de Goiânia “um sistema ideal típico, livre das influências políticas¹⁸⁴”. Havia a intenção no plano diretor inicial de estabelecer um organograma administrativo “dentro das normas de divisão racional do trabalho, um sistema simples formando uma engrenagem que, por si só se moverá,

¹⁸⁰ Ibid., p. 57

¹⁸¹ Ibid., p. 57

¹⁸² Grifo nosso

¹⁸³ MACEDO, p. 31-32

¹⁸⁴ LIMA, 1935, apud JUNIOR, 1958, p. 109.

evitando o mandonismo, doença peculiar a nós brasileiros¹⁸⁵”. Ao que se percebe, este desejo de Atílio, ficara apenas nas intenções. Pois até para se realizar a coleta de lixo em Goiânia na segunda metade da década de 1930, um departamento ou órgão público passava a responsabilidade para outro, como veremos no capítulo sobre “Resíduos Sólidos e Coleta de Lixo”.

Visto que o interventor Pedro Ludovico Teixeira e seus sucessores fizeram diversas reformas administrativas e criaram e destituíram secretarias, durante as três primeiras décadas, talvez, seria necessário um outro trabalho de pesquisa só para delinear (se for possível) todos os órgãos e autarquias administrativas durante as três primeiras décadas de Goiânia. Pois, como é de praxe na administração pública, as mudanças eram constantes ao longo dos sucessivos governos e mandatos. Enfatiza-se também que, durante grande parte deste período abordado neste trabalho, percebe-se que o Estado tinha mais influência na administração da cidade do que a própria prefeitura. Portanto, delinearemos aqui os principais órgãos que influenciavam na gestão do ambiente municipal.

As primeiras construções receberiam estes primeiros órgãos: antes mesmo de se construir Goiânia, Pedro Ludovico decretou que fosse estabelecido os lugares para os edifícios públicos para os governos estadual, municipal e federal, vislumbrando uma possível taxonomia de departamentos e secretarias da administração. Isso foi feito pelo Decreto nº 3.547, de 06 de julho de 1933, que estabelecia as construções e o traçado do Plano Piloto da cidade e em seu artigo 8º vislumbra os seguintes edifícios: “1 – Palácio do Governo; Secretaria Geral do Estado; Diretoria Geral de Segurança e Assistência Pública; Palácio da Justiça; Quartel da Força Pública e Prefeitura, além de vinte tipos de casas para funcionários públicos¹⁸⁶”.

Outrossim, “o primeiro decreto lavrado em Goiânia, foi o de nº 560, de 13 de dezembro de 1935, determinando a transferência para Goiânia das repartições que eram necessárias aqui, entre as quais, a Secretaria Geral e a Casa Militar¹⁸⁷”. Após a transferência destes dois órgãos, “o Decreto nº 772, de 22 de janeiro de 1936, transferiu a Diretoria dos Serviços Sanitário, de que era chefe Irani Alves Ribeiro¹⁸⁸”, para Goiânia. Além destes, os principais órgãos e departamentos diretamente ligados à questão da gestão do ambiente ou do

¹⁸⁵ Ibid., p. 109.

¹⁸⁶ Decreto nº 3.547/1933, artigo 8º apud SABINO JÚNIOR, 1958 p. 85 (grifo nosso).

¹⁸⁷ ARTIAGA, 1953, p. 286.

¹⁸⁸ ARTIAGA, Zoroastro. História de Goiás: Síntese dos acontecimentos da política e da administração pública em Goiás, de 1592 até 1935. 1953. Goiânia – Estado de Goiás, Brasil. p. 286

espaço em Goiânia eram: Diretoria Geral de Saúde; Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz (sic) e Departamento de Propaganda e Vendas de Terras.

As Delegacias Regionais Sanitárias durante o Estado Novo, incluindo a de Goiânia durante a construção da capital, agiam em locais considerados pobres e sem infraestrutura. Por outro lado, nas regiões “legalizadas” da nova capital de Goiás em obras e áreas consideradas relativamente “nobres”, trabalhara-se a saúde através da Secretaria Estadual de Educação e Saúde de Goiás, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde do Governo de Getúlio Vargas.

No final da década de 1940, criou-se o DVOP – Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Goiás – que, posteriormente, pelo decreto nº 826/49, ficou responsável pela pavimentação, abertura de ruas, abastecimento de água e coleta de esgoto. A CELG foi fundada apenas em 1956.

Mesmo ainda durante o início da cidade, na década de 1930, no Jornal “Lavoura e Comércio”, que era impresso em Minas Gerais, mas considerado um jornal “semioficial do Estado de Goiás¹⁸⁹”, publicava de forma incisiva propagandas sobre a nova capital goiana, “inclusive matéria oficial, paga pelo governo¹⁹⁰”. O poder público queria impressionar, atrair novas pessoas para a capital de Goiás (inclusive, pessoas qualificadas para trabalhar na administração pública), e para isso, pela perspicácia jornalística, publicava-se até lendas que:

remetidas por Câmara Filho, era simplesmente fantástico. Falava-se em verdadeiro Eldorado (sic). Era um Brasil desconhecido que estava nascendo no Planalto. ‘Havia ouro’ (sic) e ‘diamante’ (sic) pelas ruas (sic), a terra dava tudo (sic), os animais eram fabulosos (sic). Até um ‘King Kong’ (sic) tinha aparecido lá pelo Araguaia (sic), conforme mandara dizer Câmara Filho¹⁹¹.

No nascente núcleo urbano chegavam “pessoas pobres que não tinham fortuna e capital e aqui se viravam. Era uma cidade pragmática, objetiva, ‘capitalista’, onde a expansão, a riqueza, vestir-se bem, tomar uísque, andar de automóvel, tudo isso era importante, fundamental¹⁹²”. De outra forma, o primeiro prefeito fez alusão “à grande contribuição dada pelos nordestinos que aqui vieram. Eles eram serventes de pedreiro, os carpinteiros, mas também contribuíram para o abastecimento da cidade, comprando e vendendo gêneros alimentícios¹⁹³”.

¹⁸⁹ FIGUEIREDO, et al 1986, p. 150

¹⁹⁰ Ibid., p. 150

¹⁹¹ FIGUEIREDO, et al 1986, p. 150

¹⁹² ÉIIS, et al., 2005, p. 35

¹⁹³ BORGES, Venerando de Freitas. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 8

Nessa perspectiva, controla-se não apenas os espaços físicos, mas também as pessoas que influenciam neste ambiente (como supramencionou-se, as pessoas fazem parte deste), mesmo que seja o poder público que provoque diversões aos trabalhadores, independentemente da construção da cidade. Na administração municipal o prefeito se considerava como uma espécie de “porta bandeira no carnaval”, como ele mesmo dissera:

O prefeito de Goiânia, na época, era uma espécie de porta bandeira no carnaval. Tinha que participar de tudo que acontecia na cidade. Principalmente, para dar uma impressão de participação ativa na vida da comunidade, e criar uma imagem popular. As diversões eram poucas. Por isso, organizavam-se brincadeiras de toda ordem, de todos os rincões do Brasil. Inventavam-se gincanas e eu nem sabia o que era isso. Numa dessas gincanas organizadas por nordestinos, eu, como prefeito, tive que montar e correr num jumento ali na Avenida Goiás. E tenho até fotografias disso¹⁹⁴.

O prefeito “montar no jumento” não era apenas uma aparente diversão para os construtores imigrantes de Goiânia, era também uma forma de diminuir eventuais tensões por meio de momentos de descontração entre a autoridade pública e os trabalhadores que construía o ambiente urbano. Ao mesmo tempo, os operários lembravam suas raízes e poderiam sentirem-se como estivessem em suas terras natal, mesmo que fosse apenas naquele momento da autoridade municipal em cima do animal em disparada. Neste contexto, no âmbito da administração pública, “as famílias privilegiadas eram as detentoras do poder político¹⁹⁵”, mesmo que se submetessem aos ambientes culturais dos imigrantes proletários. Por outro lado, o governo tentava também trazer imigrantes para aproveitar o máximo de capital intelectual pois o poder público

era obrigado a aproveitar todo mundo que aparecesse. Um lugar qualquer onde ninguém era alfabetizado precisava de um professor, e aí aparecia um camarada; se ele fosse ‘branco, preto, azul’ (sic), comunista ou integralista, o governo aproveitava, precisava de todos que aparecessem¹⁹⁶.

A falta de mão de obra qualificada era um problema na administração pública. O governo era obrigado a utilizar-se do “que tinha”, professores tonavam-se autoridades públicas, estas, contratavam seus ex-alunos para outros cargos. Desta maneira provisória, Goiânia ia sendo administrada com o conhecimento das autoridades que iam surgindo, vindo

¹⁹⁴ Ibid. p. 10

¹⁹⁵ Id., 1986, p. 22

¹⁹⁶ ÉLIS, et al., 2005, p. 38

de longe, caso soubesse ler e houvesse demanda para alguns cargos, a contratação seria quase certa.

Para as pessoas mais qualificadas de outros estados irem à Goiás, o investimento em propagandas era incisivo. Havia também notícias que chamavam a atenção de grande parte do Brasil pelo seu caráter “exótico”:

Em Belo Horizonte, costumavam perguntar se existiam onças passeando pelas ruas de Goiânia. Onças e índios pareciam ser os emblemas do Estado, da mesma forma que jogadores de futebol e mulatas rebolantes e seminuas são, até hoje, as personagens que corporificam o Brasil na Europa e nos Estados Unidos¹⁹⁷.

Criou-se uma “marca, ou estigma, do Estado de Goiás, que era de lugar isolado, onde os benefícios da modernidade não podiam penetrar; local atrasado, que está ‘atrás’ dos outros, portanto em grande desvantagem¹⁹⁸”. Assim, este seria o efeito colateral do excesso de propaganda e do desespero do governo para trazer trabalhadores e mão de obra qualificada de fora do estado. Para o primeiro prefeito de Goiânia:

a maior parte das dificuldades a ser enfrentada era a obtenção de material humano para começar as atividades administrativas do Município (sic). Aqui não havia contadores, técnicos de espécie alguma, nem pessoas habilitadas sequer para assumir a Secretaria da Prefeitura. O primeiro secretário foi o sr. Orlando Dias, vindo de Uberlândia, porque tinha prática de Cartório, portanto, pelo menos, sabia escrever, tinha uma bonita caligrafia, e certa prática de serviço público. O contador também veio de Minas Gerais, era o sr. Divino Oliveira. O coletor e as demais pessoas recrutadas foram os meus ex-alunos da velha capital¹⁹⁹.

A falta de técnicos qualificados na administração pública poderia fazer com que muitos projetos não fossem correspondidos na prática durante a ocupação do descampado goianiense. A quantidade de espaços livres na cidade fazia parte de um processo para estabelecer uma diretriz “no plano que tinha como objetivo proporcionar à população goianiense uma elevada relação de áreas verdes *per capita*²⁰⁰”.

Não obstante, durante a década de 1930, ao considerar os dados “observados, obtêm-se 121,78m² de áreas verdes urbanas e rurais, públicas e privadas para cada habitante, de acordo com a população inicialmente prevista para os setores Norte, Central, Sul, Oeste e para

¹⁹⁷ MELLO, 2006, p. 30

¹⁹⁸ Ibid., p. 30. Grifo nosso

¹⁹⁹ BORGES, Venerando de Freitas. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 7. p. 6 – 10.

²⁰⁰ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 68

a Cidade Satélite de Campinas²⁰¹”. Na segunda metade da década de 1930, Armando de Godói adaptou o projeto de Goiânia à novos espaços que deram “à cidade sua forma arborizada, inspirado no modelo das cidades jardim de Ebenezer e Howard, modelo esse que considerava mais compatível com a origem rural da maioria dos atuais habitantes de Goiânia²⁰²”.

Na medida que muda-se o planejamento, a gestão pública, o partidarismo, pode-se também haver mudanças geográficas, urbanísticas e sociais nos espaços governados por seus respectivos grupos. Quem não era a favor do ideário mudancista da capital de Goiás, poderia, inclusive, sofrer com uma espécie de segregação, não apenas do ponto de vista geográfico, mas também no contexto da sociabilidade.

Percebe-se que na cidade que em uma cidade “a segregação é um processo fundamental da estruturação do espaço ‘intra-urbano’. Seu estudo é importante para análise da cidade na sua relação com a cultura, com o exercício da cidadania, com a vida cotidiana²⁰³”. Por isso, observa-se que durante a construção da nova capital em processo de urbanização

os habitantes não servidos de equipamentos urbanos estavam dentro não só da classe mais pobre, como os invasores de terra, mas também entre a classe com recursos um pouco maiores, que vivia em locais de melhor qualidade e não invadidos, como os loteamentos particulares²⁰⁴.

Portanto, durante o surgimento de Goiânia, tanto grupos favorecidos economicamente, como os de menores aquisições financeiras, poderiam carecer de serviços públicos. No que diz respeito ao surgimento de lugares nas cidades como um todo, “é possível constatar que hoje, como no passado, existe uma forte conexão entre a produção desse lugar e a cultura das pessoas que nele vivem²⁰⁵”. A produção social que orienta o espaço urbano²⁰⁶, pode ser denominada de “produção da vida cotidiana das pessoas que vivem na cidade e nela atuam,

²⁰¹ Ibid., p. 68

²⁰² FREITAG, Barbara In: MELLO, 2006, p. 12. Grifo nosso.

²⁰³ CAVALCANTE, et al., 2001, p. 17

²⁰⁴ DAHER, 2003, p. 224

²⁰⁵ CAVALCANTE, et al., 2001, p. 11

²⁰⁶ Nota-se que “a cidade é a expressão de um modo de vida e de que este modo de vida tem como sustentação um modo de produção, poder-se-ia inferir que há uma racionalidade única, a do capital, que orienta esse modo de produção geral”. (CAVALCANTE, et al., 2001, p. 18-19). Essa “produção” do lugar não precisa ser necessariamente técnica, mas pode ser “abraçada” pela sociedade no geral. A imagem cartográfica das ruas e avenidas do núcleo urbano de Goiânia, formada de maneira técnica, como veremos neste trabalho, suscitou o imaginário popular a ponto de suas principais avenidas serem concebidas de maneira poética pelos seus moradores.

suas atividades e o arranjo espacial decorrentes dessas ‘atividades’ (sic). Destacam-se dentre estas ações, as de lazer, de educação, de trabalho e de descanso²⁰⁷”.

Doravante, reduzindo em um espectro local, “para que a vida nas cidades possa ocorrer, é preciso que as pessoas possam circular por sua malha viária e possam participar assim, individual e coletivamente, de sua produção²⁰⁸”. Portanto, a ordenação dos espaços de uma cidade, ou seu zoneamento, é fundamental para a constituição de um ambiente salubre.

²⁰⁷ CAVALCANTE, et al., 2001, p. 13 - Grifo nosso

²⁰⁸ Ibid., p. 13

CAPÍTULO II

USO DO SOLO, ZONEMAMENTO E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Devido ao crescimento do número de trabalhadores na construção da nova capital, o poder público controlava os espaços urbanos não só com a justificativa profilática, mas também consolidaria uma segregação espacial entre a população com melhores e as de menores condições financeiras. Na nova cidade goiana

o Estado exercia ampla tutela sobre as construções de caráter particular, tanto residenciais quanto comerciais, mediante regulamentação rigorosa da ocupação e uso do solo e das edificações, fornecimento de plantas padronizadas e venda de serviços de elaboração de projetos arquitetônicos diferenciados, fiscalização rígida das construções em andamento, etc.²⁰⁹

Nesse contexto, o agir humano sobre os espaços, seja de ordem política, econômica e cultural, em maior escala, teria influenciado o meio ambiente em Goiânia em prol de uma ordem regida por grupos dominantes.

2.1 Uso do solo

No que diz respeito ao uso do solo, o Estado fornecia as plantas das primeiras habitações da nova capital. Logo, os primeiros moradores a ocuparem o descampado próximo ao centro de governo (o padrão arquitetônico de moradia também era designado para a construção de residências mais distantes do Centro, como em Campinas), teriam que obedecer a arquitetura e estética estabelecida para as residências, como nos exemplos das figura 2 e 3 (p. 59).

²⁰⁹ MACIEL, 2015, p. 35, et al

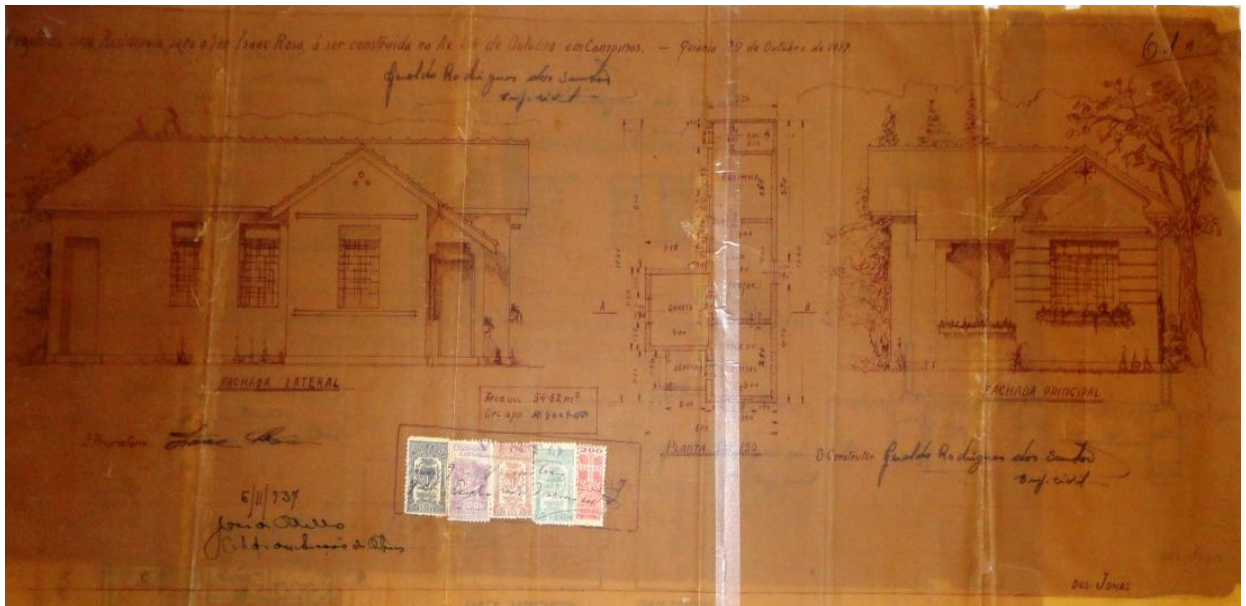


Figura 2: Planta de uma casa fornecida pela administração pública para ser construída na Av. 24 de Outubro, em Campinas, datada de 29 de outubro de 1937. A arquitetura de novas casas "legalizadas" deveriam obedecer padrões não apenas para ocupação do solo e convivência, mas também estéticos. Fonte AHE.

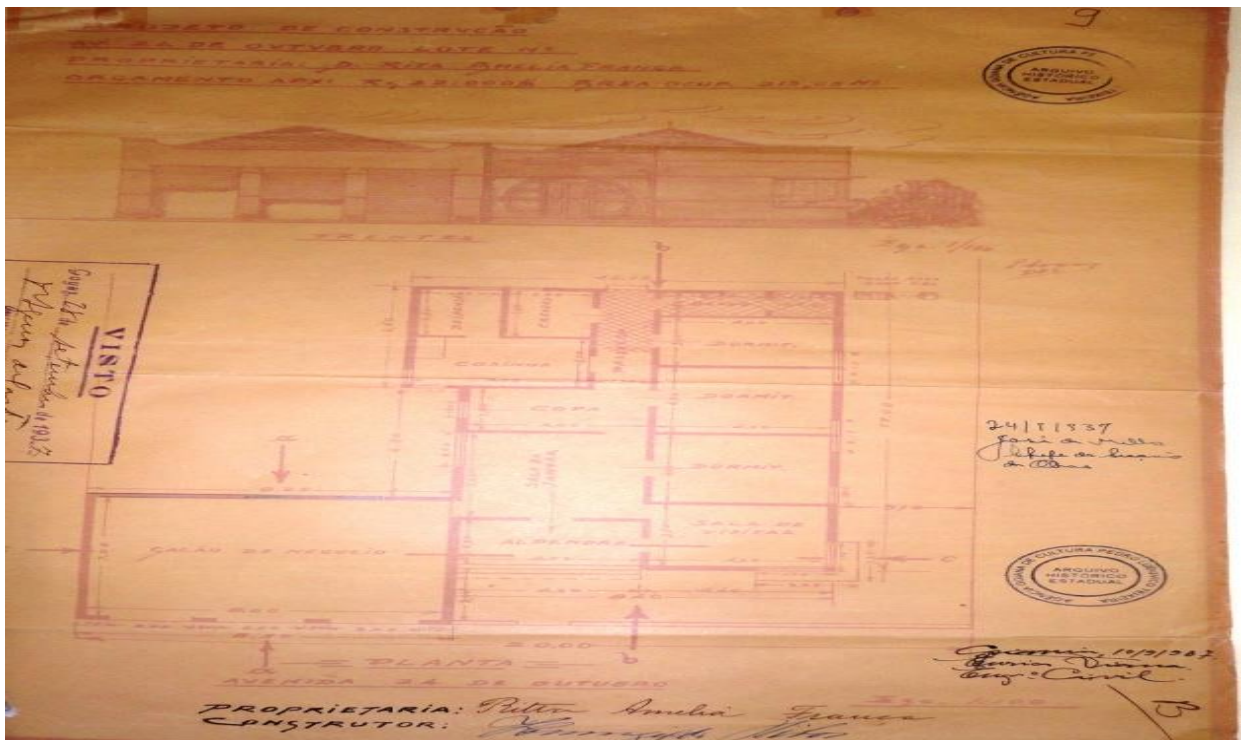


Figura 3: Projeto para uma edificação na avenida 24 de outubro de 1937. Fonte: AHE

O poder público monitorava as ocupações dos espaços, esses teriam que satisfazer normas de salubridade, mas observa-se que a questão estética era um dos itens preponderantes para as novas construções legalizadas em Goiânia. Em termos gerais, a estética das

construções e de uso do solo levaram ao amadurecimento de discussões ambientais mais complexas, nas relações entre a sociedade e espaços ocupados. Até porque devido aos avanços liberais econômicos, o protagonismo das ações e mudanças ambientais passou para outros atores, além do Estado (o que veremos no item sobre especulação imobiliária). O Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, que estabeleceu o lugar para a construção da cidade, em seu artigo 2º previa que houvesse na futura capital

demarcações das áreas destinadas às construções dos edifícios públicos, federais, estaduais e municipais, escolas, templos, bibliotecas, museus, teatros, cemitérios, hospitais, mercados, praças, quintais e jardins públicos, passeios, estações, oficinas e armazéns ferroviários e estações para os meios de transportes urbanos (ônibus e *tramways*), etc., (sic).²¹⁰

A partir da ocupação de espaços que tornam-se antropizados, como foram os projetados para Goiânia (edifícios públicos, museus, escolas), obtém-se um processo que, segundo Erlinch, em termos gerais, partem para “uma das tendências demográficas mais antigas, que é a referente à urbanização²¹¹”. O crescimento de Goiânia teria sido “intensificado a partir dos anos 1950, é visto como decorrente do acelerado processo de êxodo rural, do avanço da fronteira agropecuária e do uso agrícola²¹²”, observando que

o elevado crescimento demográfico dessa região (...) é um produto da intensificação das atividades econômicas na área. A partir de 1950, Goiânia integra-se definitivamente à economia nacional, passando a ser um dinâmico entreposto comercial, seguindo-se o aparecimento de oportunidades econômicas, traduzidas em termos de empregos, renda, ocupação, etc. Estes fatores contribuíram enormemente para a canalização de um intenso fluxo migratório para a região²¹³.

A rápida ocupação demográfica na cidade mudara de forma efêmera sua paisagem, conseqüentemente, as formas de ocupação do espaço urbano. Ações administrativas envolvem políticas públicas sobre os espaços construídos e naturais. Por isso, Goiânia foi erigida justamente com base na gestão de espaços projetados pelo seu primeiro plano diretor, que será abordado mais adiante. Em Goiás, a maior “dimensão dos espaços urbanos era uma coisa totalmente nova²¹⁴”. Há um percalço no planejamento do núcleo urbano goianiense, que Moreyra explana à Bernardo Élis, sobre o antes e o depois de Goiânia no Estado de Goiás, no que diz respeito aos espaços e os trabalhadores da cidade:

²¹⁰ GOIÁS, Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, art. 2º apud SABINO JÚNIOR, 1958, p. 73.

²¹¹ EHRLICH, 1974, p. 45, grifo nosso.

²¹² PASQUALETO et al., 2005, p. 95

²¹³ GOIÁS. In: Fundação Indur. 1981, p. 10

²¹⁴ MOREYRA, et al., 2005, p. 36

O plano de Goiânia não reservou lugar para os trabalhadores. Foi uma falha, mas não sei se eles tinham condições de pensar nisso, numa sociedade que nunca tinha pensado nisso. Em qualquer ‘corrutela’ sertaneja – era o que mais havia em Goiás – o chegante procurava a autoridade e perguntava onde podia fazer um rancho. Não havia interdição do espaço porque não havia segregação e nem especulação imobiliária urbana, que começou com Goiânia. Mas, quando se fez o plano de Goiânia, não se pensou onde é que os operários iriam morar. Onde é que iriam ficar depois aqueles que viriam para construir a cidade. O resultado foi o fenômeno das invasões: primeiro a do Botafogo, depois a da Vila Nova, Nova Vila, Criméia, Fama e até a do Macambira²¹⁵”

As invasões em Goiânia são resultados da falta de planejamento e de ordenamento urbano. Por causa de erros ou relapsos no zoneamento, obteve-se casebres às margens dos córregos na cidade. Até no comércio “havia ranchos ou casas improvisadas para vender biscoitos, doces, refeições²¹⁶”. Se grande parte do comércio era improvisado, quanto mais eram muitas casas dos trabalhadores.

Nessa conjuntura é considerado “desafio da gestão urbana²¹⁷” no processo de urbanização no Brasil, durante a gestão de Getúlio Vargas, a partir da década de 1930, com o aumento progressivo do êxodo rural no país. Os resultados são emergentes paisagens urbanas em diversos pontos do Brasil que, aos poucos iam surgindo. Na nova capital goiana, paralelamente, observava-se aspectos do meio rural em plena cidade emergente, como na figura 4 (p. 61).



Figura 4: Vista de Goiânia de onde é a atual Praça do Botafogo (na avenida Anhanguera). 1937. Segundo legenda do AHE: “É realmente de se admirar uma pessoa que, olhando para esta paisagem, vislumbre uma cidade”. Os pioneiros de Goiânia vislumbravam uma cidade mesmo vendo os maiores percalços antagônicos como ranchos, matas, ruas de terra, casas de adobe, dentre outros. Fonte: AHE.

²¹⁵ Ibid., p. 43. (Na época, a região “Macambira” era também assim chamada na área do atual Setor Pedro Ludovico).

²¹⁶ ÉLIS, et al., 2005, p. 43

²¹⁷ MARTINS JUNIOR, 2007, p. 56

Na nova capital essas demarcações dos espaços começaram com acampamentos, às margens direita e esquerda do Córrego Botafogo, como relata um pioneiro:

Goiânia de início se constituía apenas de ranchos de operários à margem esquerda do Botafogo e mais sete casas de tábuas, também à margem direita do córrego. Com esse núcleo de ranchos começou Goiânia. Eu mesmo morei dois anos e meio numa dessas casas, onde também morava num dos compartimentos independentes o mestre de obra do Lyceu de Goiânia. Mais tarde, essa casa foi dividida também com a Delegacia Geral de Polícia²¹⁸.

A nova capital começara por meio de ranchos, casas de adobe e de madeira. Essas primeiras residências serviram de suporte para trabalhadores e administradores públicos fomentarem as primeiras construções ditas modernas. A maior segregação social começou justamente depois que as autoridades e servidores públicos mudaram para as novas residências e prédios públicos.



Figura 5: Trabalhadores pioneiros na construção de Goiânia ao lado de carros de boi. Provável imagem da década de 1930. Fonte: AHE.

Os trabalhadores nas invasões mudara em muitos momentos a preocupação das autoridades do núcleo do plano piloto da cidade para a periferia do mesmo. Por outro lado, havia o gerenciamento dos prédios públicos *art déco* e demais construções consideradas “patrimônio físico” na zona urbana. Tanto no plano piloto como na periferia haviam cursos d’água que faziam parte da bacia hidrográfica que influenciara na escolha do local exato do Plano Piloto da nova capital de Goiás, e no conseqüente abastecimento de água para os goianienses, o que veremos no capítulo quatro, sobre usos da água.

²¹⁸ BORGES, Venerando de Freitas. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. P. 7. p. 6 – 10.

Somado ao uso e ocupação do solo por meio das divisões das áreas comercial, industrial e residencial no plano piloto da cidade; o desmatamento por meio da flora, as formas de tratos com a fauna e a qualidade da água, atualmente, seriam itens considerados por Macedo²¹⁹ da gestão ambiental. Entretanto, estes foram gerenciados pela administração pública durante as três primeiras décadas de Goiânia, e observados aqui também como administração do ambiente.

Alguns pioneiros da sociedade goianiense, mais atentos, parecem questionar a funcionalidade física dos edifícios depois de algum tempo construídos, o que corrobora com a percepção de que, para alguns, os mesmos foram mais fomentados pelo sentimento político de modernidade do que fariam parte da efetiva modernização:

Esses edifícios, quando foram construídos, era o que havia de mais moderno naquele tempo. Tenho a impressão, não sei, mas acho que o doutor Pedro viajou até Paris, justamente na época em que estava começando a construir a Capital, e ele ficou encantado com aquilo e procurou aplicar alguma coisa do *Art Déco* em Goiânia, e foi aí que começaram essas construções antigas, hoje são obsoletas, mas são bonitas. Um exemplo que pode ser dito é o Palácio das Esmeraldas, ele é um edifício charmoso, mas não tem funcionalidade nenhuma²²⁰.

A percepção de Hélio de Oliveira sobre os primeiros edifícios de Goiânia, demonstra uma certa falta de planejamento do poder público em pensar sobre a utilização daquelas construções a longo prazo. À princípio, parece que a gestão pública planejara mais impressionar o sertanejo com os traços de alguns edifícios do que necessariamente pensar em suas necessidades básicas a longo prazo

2.1 Especulação Imobiliária

Pelo Decreto nº 4.941, de 1º de setembro de 1934, criou-se o Departamento de Propaganda e Vendas de Terras, no local demarcado para a construção da nova capital²²¹. Este Departamento estava subordinado ao diretor geral da fazenda e, tinha o intuito de “incentivar a formação do núcleo da Nova Capital e a colonização dos municípios circunvizinhos²²²”. No departamento havia “um superintendente, um secretário-controlador, escriturários e delegados

²¹⁹ MACEDO, 1994

²²⁰ OLIVEIRA, Hélio de. apud OLIVEIRA, 2007, p. 20

²²¹ GOIÁS, Artigo 1º do Decreto Nº 4.941, de 1º de setembro de 1934 apud SABINO JÚNIOR, 1958, p. 129

²²² Ibid.

regionais²²³”. A partir de então a ocupação dos espaços no início da construção da nova capital começou a ser estimulada de forma incisiva. O governo deu autorização para os corretores não apenas receberem 3% a 20% dos lotes vendidos, como também os mesmos tinham atribuições de fazer propaganda de Goiânia²²⁴.

Os delegados regionais poderiam ser contratados pelo superintendente e ganharem comissões de 10 a 15% das vendas que realizassem²²⁵. Os contratos eram celebrados pelo superintendente que tinha poderes, inclusive, para ratificá-los junto aos bancos, sobre recebimentos e arremessas de dinheiro²²⁶. As vendas destes lotes teriam que obedecer “rigorosamente o plano aprovado pelo governo”, inclusive, as plantas geográficas estabelecidas para os terrenos²²⁷.

Quanto maior a largura da rua, mais caro era o lote. As margens dos logradouros, de uma a outra, foram estabelecidas de 17m a 60m na zona comercial, 12m a 25m na zona residencial e de 25m a 60m na zona industrial²²⁸. Para a zona suburbana, o governo autorizou a venda de chácaras com até dez hectares²²⁹.

Visando à intensificação da venda de lotes, o governo dividiu o Departamento de Propaganda e Venda de Terras em duas sessões de superintendências distintas, mudando o nome da instituição para “Departamento de Propaganda e Expansão Econômica do Estado”, com uma Superintendência Cadastral do Estado e outra Superintendência de Propaganda e Expansão Econômica²³⁰, cujo o seu primeiro superintendente foi o jornalista Joaquim Câmara Filho.

Pelo Decreto nº 312, de 1º de agosto de 1935, foi concedido aos funcionários públicos lotes gratuitamente, desde que construíssem suas casas no prazo de um ano, a partir da referida data²³¹. Para a implantação da nova capital, foram doados, vendidos ou permutados uma área total de “3.643 hectares e 14 ares, segundo escrituras registradas no cartório do então município de Campinas²³²”. Neste contexto o prefeito Venerando de Freitas Borges afirmara

²²³ Ibid.

²²⁴ O “modo de produção” que fomentou as obras de Goiânia adviria dos serviços públicos por meio da cobrança de impostos, além da venda, doações e permutas de terrenos.

²²⁵ GOIÁS, Artigo 6º do Decreto Nº 4.941, de 1º de setembro de 1934 apud SABINO JÚNIOR, 1958, p. 130.

²²⁶ Ibid., artigo 8º

²²⁷ Ibid., p. 131.

²²⁸ Ibid., p. 132.

²²⁹ GOIÁS, Decreto nº 5.136, de 20 de novembro de 1934 apud SABINO JÚNIOR, 1958, p. 133

²³⁰ GOIÁS, Decreto 238, de 06 de julho de 1935 apud SABINO JÚNIOR, 1958, p. 134

²³¹ SABINO JÚNIOR, 1958, p. 154

²³² Ibid., p. 72.

A Lei nº 167, de 06 de julho de 1937, autorizava o executivo a organizar um plano diretor destinado “à venda de lotes de terras da Nova Capital²³⁶”. Por esta lei criou-se “cargos de corretores, tantos quanto necessários ao desenvolvimento das vendas dos ditos lotes ou terrenos da ‘Nova Capital’ (sic), fora do Estado, à critério do governo²³⁷”. Para isso seria criado uma Procuradoria fora do estado. Os delegados regionais e corretores exerceriam “suas atividades na venda de lotes, com atribuições de assinar contratos de compra e venda, os primeiros dentro do Estado e os últimos fora do Estado²³⁸”. Faziam-se propagandas em jornais de outras regiões do país, como no sudeste, para a venda de lotes, como na figura 6 (p. 65) e não apenas dentro do Estado de Goiás.

Pela Lei nº 243, de 05 de agosto de 1937, para efetivar possíveis alterações nas zonas de loteamentos, o poder executivo foi autorizado a “indenizar os prejudicados, permutar lotes, e doar lotes e terrenos para estabelecimentos e instituições de reconhecida utilidade pública²³⁹”. Entre os corretores “o negócio de venda de lotes era movimentado, embora, no início, muitos duvidassem da concretização de Goiânia. Os preços eram incrivelmente baixos. Felizes os que tiveram o bom senso de adquiri-los, então²⁴⁰”. Apesar da especulação, grande parte das áreas urbanas e suburbanas, durante a década de 1930, ainda pertencia ao Estado:

As terras de propriedade pública, no município de Goiânia, estavam situadas no perímetro urbano, exceto os setores Campinas e Coimbra. As áreas situadas no perímetro suburbano também eram de propriedade pública, exceto as áreas onde estão hoje os setores Jardim Goiás, Criméia Leste e Oeste, alguns bairros próximos a Campinas, Setor Bueno e pequenos bairros próximos. As áreas rurais não foram desapropriadas e continuaram nas mãos dos proprietários particulares²⁴¹.

Talvez, o fato de áreas rurais não desapropriadas estarem perto da zona urbanizada no plano piloto, tenha contribuído para a proximidade e mistura até de paisagens urbanas e rurais na nova capital. Na época da construção de Goiânia, “estava em vigor o Decreto nº 58, de 10 de dezembro de 1937, que no artigo 36 determinava – tal como na lei atual – a transferência, para o domínio do município, das vias de comunicação e dos espaços livres existentes no memorial e na planta do loteamento (...) ²⁴²”. Isso não dificultaria a continuidade de intervenção do Estado, visto que o país estava em regime de exceção a partir do final da década de 1930 com o Estado Novo. “Assim, o empreendedor responsável pela construção de

²³⁶ Caderno de Leis do Governo Estadual de Pedro Ludovico, 1937, AHE.

²³⁷ GOIÁS, Artigo 2º, da Lei nº 167/1937 Caderno de Leis do Governo Estadual de Pedro Ludovico, 1937, AHE.

²³⁸ Ibid., Artigo 3º

²³⁹ Legislação Goiana 1937, Maio nº 11, Agosto nº 14. AHE.

²⁴⁰ ALMEIDA, et al., 1986, p. 125

²⁴¹ DAHER, 2003, p. 216

²⁴² MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 60

Goiânia – o Estado de Goiás – submetia-se a uma legislação urbanística própria, como qualquer outro empreendedor particular²⁴³”.

Segundo Cordeiro, “o período compreendido entre 1933 e 1947 se caracteriza basicamente pelo controle do uso do solo pelo Estado e manutenção do Plano de Urbanização de Goiânia²⁴⁴”. Por meio deste, observa-se o Decreto-Lei nº 90-A de 1938, o que dava poder e autonomia ao “Departamento de Terras, que funcionava como ‘banco de terras’, parcelando, doando e vendendo o solo para fins urbanos²⁴⁵”. Esta fase finda-se em 1947, quando é aprovado o Decreto-Lei nº 574, de 12 de maio de 1947, conhecido também como o Código de Edificações de Goiânia.

Pela Lei nº 243, de 05 de agosto de 1937, autorizou o poder público a efetivar possíveis alterações nas zonas de loteamentos, o poder executivo foi autorizado a “indenizar os prejudicados, permutar lotes, e doar lotes e terrenos para estabelecimentos e instituições de reconhecida utilidade pública²⁴⁶”. Em 1940, 15% dos imóveis em Goiânia eram alugados, 13,6% próprios e 71,34% em outras condições (cedidos, invasões, etc.). Dez anos depois, em 1950, 34,86% dos domicílios eram alugados, 50,88% próprios e baixou para 14,25% os imóveis em outras condições²⁴⁷

O comércio de imóveis para venda e aluguel monopolizaria um grande capital. Em 1940, havia 42 pessoas nesse ramo e em 1950 esse número quadriplicou, com 202 pessoas, enquanto sua população nem sequer dobrava entre 1940 e 1950, com 48.166 e 53 mil habitantes respectivamente²⁴⁸.

O crescimento de especuladores e do comércio de imóveis fez com que fosse baixado o Decreto-Lei nº 11, de 1944, o qual proibiu “loteamentos pelo espaçamento de cinco anos e a formação de novas chácaras nos subúrbios da capital²⁴⁹”. Havia excepcionalidades para aprovação de novas áreas para habitação, “desde que o loteamento não acarretasse a poluição das águas de serventia de Goiânia, nem prejudicasse o plano da cidade²⁵⁰”.

a partir de 1947, Coimbra Bueno, governador de Goiás, impõe nova direção ao plano original de Goiânia. Assim que sobe ao poder, libera seu loteamento para a

²⁴³ Ibid., p. 60

²⁴⁴ CORDEIRO, 1989, p. 11

²⁴⁵ Ibid., p. 11

²⁴⁶ Legislação Goiana 1937, Maio nº 11, Agosto nº 14. AHE.

²⁴⁷ FONTE: IBGE apud DAHER, 2003, p. 222

²⁴⁸ DAHER, 2003, p. 218

²⁴⁹ CORDEIRO, 1989, p. 30

²⁵⁰ Ibid., p. 30

comercialização. Segundo Elias Bufaiçal, empresário do setor imobiliário em Goiânia, os proprietários de terra reivindicaram do governo também a liberação de suas áreas para ser loteadas e comercializadas²⁵¹.

Observa-se o setor privado permeando a administração pública por meio da venda de terras e buscando o estabelecimento de novos loteamentos. Coimbra Bueno teria mudado os espaços para áreas de lazer em Goiânia, transformando-os em loteamentos e tendo lucros com a especulação imobiliária. Onde seria zonas de esporte, áreas verdes, voltadas ao lazer e uma espécie de parte do “cinturão verde” e as futuras projetadas “cidades satélites”, é transformado em bairros para especulação imobiliária:

A inclusão do Setor Coimbra no Primeiro Plano Diretor de Goiânia, com o beneplácito do Estado, exemplifica claramente a importância da empresa Coimbra Bueno como agente produtor do espaço urbano de Goiânia. O Setor Coimbra se configurou como um ‘enxerto’ colocado entre os setores constantes do Plano Diretor. Um ‘enxerto’ que pegou e foi ficando, crescendo, enraizando e, inclusive, crescendo suas raízes sobre si mesmo, pois até as áreas públicas do Setor Coimbra foram loteadas pela citada firma. No relatório apresentado pelo arquiteto Atilio Corrêa Lima ao Estado de Goiás, em 1935, a área destinada à implantação da Zona de Esportes possuía 1.467.844 m². Nessa área foi implantado o Setor Coimbra. As áreas públicas alienadas deste setor perfazem 15.845 m² de praças, 2.689 m² de verde de acompanhamento viário; e, 22.265 m² destinadas a equipamento público²⁵².

Para aqueles que tinham dinheiro, faziam-se “enxertos” de loteamentos em Goiânia em espaços que nem eram projetados para a construção de residências. Por outro lado, as famílias menos favorecidas ocupavam as chamadas invasões. O próprio dono da construtora de Goiânia, engenheiro Abelardo Coimbra Bueno (dono do loteamento “enxertado”), tinha cargo público como superintendente geral das obras da nova capital na década de 1930. Sua influência no surgimento da cidade foi tamanha, que o mesmo convenceu o interventor federal, Pedro Ludovico, a baixar um decreto, de nº 2.148, de 07 de agosto de 1937, para alterar o “traçado das zonas Comercial e de Diversões da região Central de Goiânia. Estas zonas foram reduzidas com o conseqüente acréscimo de 535 lotes residenciais²⁵³”. Justificou-se para tal medida que uma zona comercial maior, para aquela situação inicial de cidade nascente, comprometeria a oferta de produtos dos comerciantes, reduzindo seus lucros.

²⁵¹ DAHER, 2003, p. 227

²⁵² MARTINS JÚNIOR, et al., 2008, p. 131

²⁵³ Ibid., 2008, p. 128

É perceptível que Coimbra Bueno estaria “de olho na apropriação dos lucros advindos com a comercialização de terrenos localizados na região central da cidade²⁵⁴”, os quais eram servidos em maior quantidade pela infraestrutura urbana. O governo aumentou o prazo das construções para dois anos, conforme Lei nº 113, de 29 de junho de 1937²⁵⁵.

No período de 1935 até 1950, ocorreu uma apropriação do solo urbano e da sua valorização pela firma Coimbra-Bueno & Cia Ltda, pois milhares de lotes dos Setores Central, Coimbra, Oeste e Sul foram comercializados por esta empresa. A descaracterização do planejamento da cidade, portanto, está relacionada diretamente à atuação da firma citada²⁵⁶.

Havia loteamentos pertencentes ao estado, que eram maioria na década de 1940. Entretanto, a partir do final dos anos quarenta e início dos cinquenta, começa haver uma explosão de loteamentos particulares em Goiânia. No início da década de 1950:

o perfil de ocupação dos domicílios havia se modificado bastante. Na década de 1940, em ‘outra condição’, estava incluída a maioria das invasões e habitações de trabalhadores rurais na área rural de Goiânia (...). Isso se deu também em decorrência da diminuição das áreas rurais e conseqüentemente das moradias cedidas aos trabalhadores rurais²⁵⁷.

Quando Pedro Ludovico retoma o poder, em 1951, “os tempos tinham mudado e a ‘democracia’ agora levaria o poder público a adquirir uma outra postura bastante diversa do período ditatorial de Vargas, pois setores da sociedade deveriam participar das decisões políticas²⁵⁸”. Entre estes setores, estava o lobby de empresários e latifundiários que permeavam o governo e influenciavam decisivamente nos novos traçados urbanos de Goiânia

o plano diretor que ele tanto conduzira com autoridade, encontrava-se agora nas mãos também dos proprietários de terra e da população, principalmente de baixa renda. Ele tenta retirar algumas favelas que ocupam áreas públicas e loteamentos particulares já era um processo consolidado²⁵⁹.

Na década de 1950, o governo goiano viu-se em um problema desesperador na nova capital. Vários empresários e latifundiários comercializavam terras onde seria o “cinturão verde” de Goiânia envolta do plano piloto da cidade. Terras que estariam relativamente

²⁵⁴ Ibid., 2008, p. 129

²⁵⁵ Caderno de Leis do Governo Estadual de Pedro Ludovico, 1937.

²⁵⁶ MARTINS JÚNIOR, et al., 2008, p. 131

²⁵⁷ DAHER, 2003, p. 224

²⁵⁸ Ibid., p. 235

²⁵⁹ Ibid., p. 235

distantes do centro para época, como Jardim Europa, Vila Boa, Jardim Esmeralda, Bairro Hilda, receberam aqueles “bairros planejados”. Mais perto da Praça Cívica, setores como Oeste e Bueno tiveram áreas projetadas. Mesmo assim, o descontrole do poder público sobre os espaços de Goiânia, após o início da construção de Brasília, levou o governo a sancionar a Lei nº 1.566, de 11 de setembro de 1959, que fazia com que ficasse

suspensa a aprovação de loteamentos particulares no município de Goiânia, perímetro urbano, até que seja feita uma revisão geral nos atuais. Mas os processos de loteamentos, em andamento, terão tramitação regular e poderão ser aprovados, desde que sejam obedecidas as normas legais²⁶⁰.

Os lotes mais distantes, com dimensões maiores, como na região do Jardim América, Nova Suíça, dentre outros, eram aproveitados para a construção de moradias nos fundos das casas, que passaram a serem denominadas de “barracões”. Alguns lotes chegavam a tamanhos tão grandes que pareciam “mini-chácaras” em solo urbano. O mercado imobiliário também passara a investir mais nas construções verticais. Para Índio Artiaga:

entre as décadas de 50 e 60, teve início uma intensa especulação imobiliária e a consequente ‘superutilização’ (sic) do lote urbano, através da construção vertical. Desrespeitava-se assim a Lei do Zoneamento e Uso do Solo com a complacência das autoridades, sobrecarregando-se toda infraestrutura física do centro urbano²⁶¹.

Autoridades como o então prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges (desta vez eleito por voto direto para mandato de 1951-1954), recebem alertas sobre as ocupações desordenadas na cidade. Em um destes alertas, por um ofício que, aparentemente fora emitido pelo topógrafo Edwald Janssen, contratado pelo Estado na década de 1950, recomenda-se que a prefeitura “tome as necessárias providências no sentido de coibir os abusos por parte de particulares que vem vendendo lotes nesta Capital (sic), à prestação, sem obedecer os preceitos legais, isto é, sem a necessária aprovação do loteamento pela Prefeitura Municipal (sic) de Goiânia²⁶²”. Segundo o alerta

Esses loteamentos irregulares, na maior parte, não obedecem ao Código de Edificações de Goiânia e tão pouco ao Departamento de Viação e Obras Públicas, a quem está afeto o plano diretor da cidade. Nestas condições as ligações dos traçados

²⁶⁰ Lei nº 1566/1959 apud DAHER, 2003, p. 240

²⁶¹ ARTIAGA apud IPLAN, 1982, p. 3

²⁶² JANSSEN, Edwald. Início da década de 1950. Ofício enviado ao então prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

existentes e aprovados, depois de minucioso estudo por parte deste Departamento (sic) e dessa Prefeitura (sic), são grandemente prejudicados, de vez que vem quebrar a continuidade, impedindo, desta forma o fechamento de áreas, algumas já bastante povoadas.

É bom salientar que nesta Capital (sic) já existe grande quantidade de lotes que se encontram na situação acima descrita e, já se acham vendidos.

Tratando de sério problema para a vida da cidade, o Departamento de Viação e Obras Públicas, no intuito de regularizar a situação do caso em tela, solicita a V. Excia. as medidas que julgar próprias²⁶³.

Na citação acima, há um alerta ao poder público sobre os novos loteamentos impedirem o “fechamento de áreas”, que seria o impedimento da expansão desordenada de novos bairros. É observado também que a administração pública ficara preocupada com o aumento de lotes devido à questão da maior demanda de infraestrutura, o que acarretaria mais necessidade de recursos.

Na década de 1950, a especulação imobiliária acentuou-se até o ano de 1959, “quando se proibiu a criação de novos loteamentos, foram aprovados pela prefeitura de Goiânia quase duas centenas de²⁶⁴” espaços para formação de lotes. No entanto, durante quase toda a década de 1950, foi projetado novos bairros e loteamentos por parte do setor público e da iniciativa privada.

Demarcação dos loteamentos (sic)

Por causa da falta de amarração de diversos loteamentos com o ponto ‘zero’ da Cidade (sic) e da ligação calculada entre os diversos loteamentos é necessária a demarcação dos eixos e dos cantos das quadras de todas as Avenidas como também das ruas periféricas (sic) de todos os loteamentos e a abertura das mesmas.

Isto é o único meio para que o D.V.O.P. possa verificar o fechamento das vias principais, como também a ligação entre os diversos loteamentos²⁶⁵.

Muitos loteamentos foram demarcados e ligados por eixos (avenidas abertas, inclusive, muitas ainda não pavimentadas até então). Muitos traçados destes novos bairros se mantém até os dias atuais, como podemos observar nas figuras 7 e 8 (p. 72), no caso do Jardim Goiás.

²⁶³ JANSSEN, Edwald. Envio de relatório ao diretor do D.V.O.P., Eurico C. de Godoi. Possivelmente na metade da década de 1950. s/d. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

²⁶⁴ FONTANEZY, 2004; MOYSÉS, 2001 apud OLIVEIRA, et al., 2016, p. 126

²⁶⁵ JANSSEN, 1956 p. 6. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

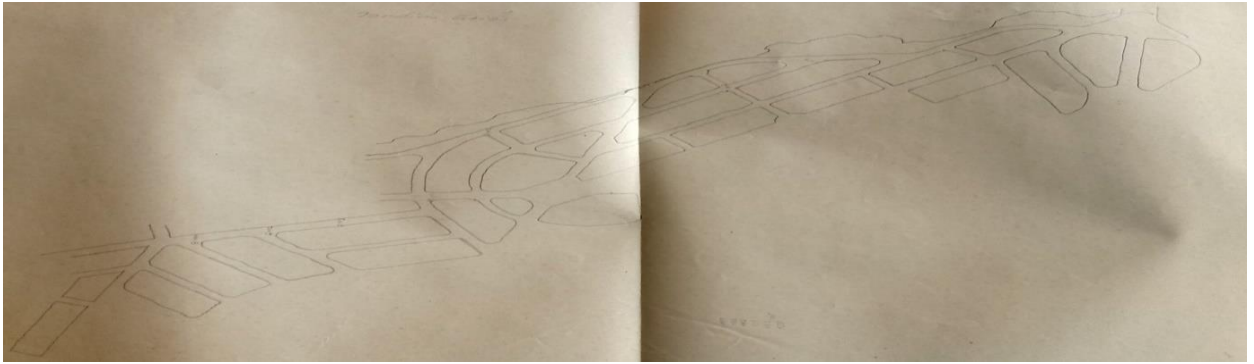


Figura 7: Traçado do Jardim Goiás, início da década de 1950. Fonte: Arquivo Jansen. Museu Antropológico da UFG.



Figura 8: Acima, onde estariam os primeiros traçados projetados para o Jardim Goiás (referente à figura 7). Fonte: Google Maps. Acesso: 09/2017. Arte: ELÍAS DE PAULA, 2017.

O Jardim Goiás, projetado na década de 1950, possui parte dos seus traçados originais até os dias atuais, como podemos perceber no seu esboço comparando com imagens atualizadas do Google Maps (figuras 07 e 08 da p. 72). Isso demonstra que, diferentemente do que se tem notado e, mesmo com a especulação imobiliária, poder-se-ia dizer que muitos bairros afastados do centro de Goiânia ou, que antes eram considerados “periferia”, foram planejados:

O Jardim Goiás, aprovado pelo Decreto nº 18, de 22/09/50, foi projetado para ser um bairro do tipo cidade-jardim, com 14,6% de espaços livres, correspondendo a 374.663 m² de parques, jardins públicos e praças ajardinadas, sendo que, ao longo dos córregos existentes, ‘foram deixadas faixas verdes que depois de melhoradas e tratadas construirão belos parques para a recreação da população²⁶⁶’.

Apesar da aspiração para que os bairros distantes ou considerados “periféricos” para década de 1950 tivessem jardins e espaços livres, pela imagem de satélite atualizada, podemos perceber que grande parte das áreas que seriam para a convivência em espaços públicos, com

²⁶⁶ MARTINS JÚNIOR, et al., 2008, p. 130

o passar do tempo, foram antropizadas e ocupadas por edificações. A indústria dos loteamentos em Goiânia impediu com que a população pudesse ter acesso a mais áreas verdes e maior qualidade de vida no decorrer da história da cidade. Bairros como Setor Coimbra e parte do Bueno, segundo o plano original, eram para serem grandes parques ecológicos de lazer.

2.2 Zoneamento

Percebe-se a preocupação no ordenamento urbano da cidade na perspectiva do gerenciamento ambiental por meio do zoneamento. Isso porque, do ponto de vista macro da gestão ambiental, “as cidades ou aglomerações urbanas, que incluem os setores industrial, residencial, comercial, de serviços públicos e de transporte, são organismos vivos e pulsantes (...), produzindo resíduos²⁶⁷”.

Os idealizadores da nova capital queriam que a cidade fosse industrial, bancária e comercial. Em seu planejamento havia: “A Zona Industrial: Sua localização na parte mais baixa da cidade, onde a planície se entende, justifica-se pela necessidade que tem a indústria de ocupar grandes áreas’ (...)²⁶⁸”. Entretanto, a cidade não correspondera ao idealismo de seus fundadores no que diz respeito à propagação de indústrias no município.

Na figura 9 (p. 74) observa-se as três principais zonas divididas no projeto de Goiânia, sendo a industrial ao sul (região da atual Praça dos Trabalhador); a Comercial: ao centro (entre a Av. Paranaíba, passando pela Av. Anhanguera, subindo pela Av. Goiás); a Residencial: que estaria à direita da Av. Araguaia; e à esquerda, indo ao sul da Av. Tocantins e, à esquerda e à direita do Palácio das Esmeraldas. Além da própria zona Administrativa (na região da Praça Cívica).

²⁶⁷ BRUNA; JR; ROMERO, ANDRADE et al 2004. p. 4.

²⁶⁸ *Plano diretor de Goiânia* da década de 1930 apud *Goiânia Documentada* p. 81 e 95, apud PALACIN, Luiz, Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás, Oriente, Goiânia 1976:95.

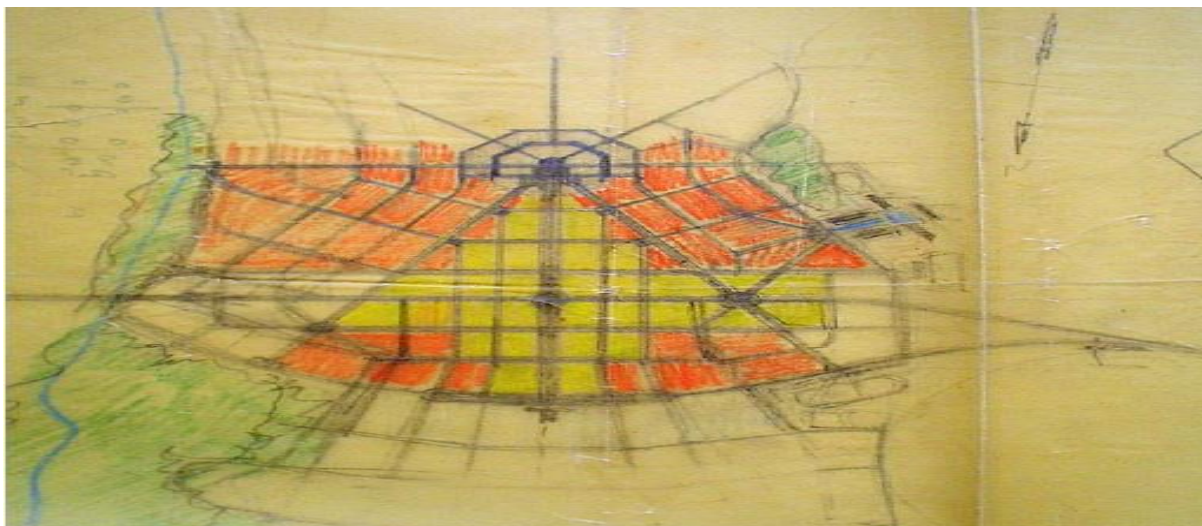


Figura 9: Esboço do zoneamento de Goiânia (LIMA, 1932). Segundo Diniz, as áreas pintadas na cor vermelha são as zonas residenciais (Urbana ou A e Suburbana ou B). As amarelas seriam áreas da zona comercial. Fonte: Acervo Corrêa Lima apud DINIZ, 2007, p. 130.

A zona residencial dividir-se-ia em duas, a urbana e a suburbana. As demais seriam zonas rurais, destinadas “à pequena agricultura²⁶⁹”. Mesmo na zona residencial, seria necessária a utilização de espaços públicos das zonas comerciais para o descarte do lixo, para que dali, o mesmo fosse transportado para fora do plano piloto. Nota-se que a questão do zoneamento estava intrinsecamente ligada à coleta de lixo, como veremos também no capítulo 4, sobre a questão da produção e coleta de resíduos sólidos.

No Setor Central, já se delineavam as linhas essenciais do zoneamento, focalizando a zona Comercial e de Diversões²⁷⁰”. Doravante, em meados de agosto de 1937, foi entregue ao governador o seguinte parecer técnico pelos Coimbra Bueno:

Vimos, respeitosamente, apresentar à aprovação de V. Excia., o traçado das zonas Comercial e de Diversões, do Setor Central, do Plano de Urbanização da cidade de Goiânia, cujos estudos vamos levando a efeito.

Pedimos, outrossim, a V. Excia., as providências necessárias para a manutenção dos limites que são estabelecidos nas plantas que vão anexas, que são calcadas na mais moderna técnica do urbanismo, e constituem os fundamentos do referido Plano.

Permita-nos o senhor Governador, expor à sua sensata atenção, a importância que esta questão tem para a obra que, o incansável idealismo de V. Excia. resolveu submeter os estudos que tínhamos a fazer neste setor, indicou uma zona comercial, tecnicamente perfeita para a cidade. Os limites indicados pelo Dr. Godoy, são bem mais restritos que os que estamos submetendo à apreciação de V. Excia., apesar de abandonarmos inteiramente as conclusões dos estudos do Dr. Godoy, quer pelos estudos que temos feito, quer pela sensatez das razões técnicas que nos foram apresentadas por ele, quer por ter o abono do professor Anhaia de Melo, que, com o

²⁶⁹ Ibid., p. 102

²⁷⁰ CORDEIRO, 1989, p. 23

Dr. Godoy, fazem os nomes de maior projeção técnica em urbanização, do nosso meio²⁷¹.

Os irmãos Coimbra Bueno, sócios da principal firma responsável pela construção de Goiânia na segunda metade da década de 1930, sabiam da dificuldade governamental de manter a zona residencial de Goiânia, restritas às regiões originalmente estabelecidas. Também tinham interesses em expandirem as zonas residenciais para implantarem os seus loteamentos na então fazenda Vaca Brava (que abrangia os atuais setores Coimbra e Bueno, que receberam estes nomes em “homenagem” aos dois irmãos). Os irmãos construtores também chamaram a atenção do interventor no que diz respeito à pressão sobre a zona comercial e, a possibilidade de o comércio ser expandido de forma legal para outras zonas:

Assim, temos plena consciência de que, qualquer ampliação da zona comercial proposta, será um atentado contra a perfeição do Plano de Urbanização de Goiânia. Mas, não nos são desconhecidas as dificuldades que V. Excia. terá que vencer, para manter a execução desta obra do plano, impedindo construções de casas para comércio fora da zona indicada, contrariando, assim, tantos interesses particulares. Por isso, não hesitamos sacrificar parcialmente a perfeição do Plano, ampliando, até o limite possível, a zona comercial, com o fim de diminuir a avalanche de interesses contrariados, que V. Excia. terá de conter. A manutenção da zona comercial, dentro dos limites já dilatados, que estabelecemos, constitui a pedra básica do Plano de Urbanização de Goiânia, e a condição primeira e fundamental da perfeita harmonia do seu desenvolvimento futuro (...)²⁷².

Os irmãos Coimbra Bueno disseram ao interventor que não hesitariam “sacrificar parcialmente a perfeição” do Plano Diretor de Goiânia, com o intuito de ampliar os limites da zona comercial devido a maior demanda de empresários. A especulação imobiliária e a pressão empresarial sobre o governo, faria, mais de uma década depois, com que a administração pública cedesse grande parte da zona rural do município para que a mesma se tornasse em novos loteamentos em áreas inseridas na zona urbana. Na década de 1950, é estabelecido um Plano Funcional de Zoneamento que, entre outras novidades, institui áreas verdes como “zona”.

PLANO FUNCIONAL DE ZONEAMENTO: (sic)

O Plano Funcional de Zoneamento localiza, de conformidade com as necessidades e, dispõe de acordo com a estética, a economia e os demais fatores que intervêm no

²⁷¹ COIMBRA BUENO, 1937, apud CORDEIRO, 1989, p. 23-24

²⁷² Ibid., p. 23-24

Traçado (sic), as diferentes regiões da Zona Urbanizável, sendo esta última dividida em: 1) – Zona Residencial, a qual já compreende as áreas destinadas ao Comércio (sic) e a Administração (sic); 2) – Zona Industrial; 3) – Áreas Verdes, onde estão incluídas as avenidas ajardinadas, as praças, os bosques, as chácaras, os hortos florestais e as matas que devem circuncidar as cidades²⁷³.

Uma outra zona industrial é planejada para a região Oeste de Goiânia (incluindo, onde estaria o atual Parque Oeste Industrial), e entre os motivos estaria a questão do vento (não aborda-se aqui a cientificidade técnica do topógrafo Janssen, um dos responsáveis pelos estudos na década de 1950, mas como o mesmo considerou suas análises, como veremos adiante). Segundo o topógrafo contratado pelo Estado, as indústrias seriam implantadas em áreas estratégicas para que as correntes de vento periódicas não levassem os odores e resíduos das indústrias às zonas residenciais. Na década de 1930, o zoneamento urbano permeava até a questão do lixo, já na década de 1950, o zoneamento abrange o item das correntes de vento. Como não tratar a gestão do ambiente não considerando os diferentes elementos? Seria impossível até para técnicos, à época:

A direção geral dos ventos, fator de grande relevância na localização da zona industrial, é de Sul (We) para Norte (oeste)²⁷⁴, por esta razão as áreas destinadas às indústrias acham-se localizadas na periferia das faixas Leste e Oeste, pois nestas condições, a fuligem resultante das fábricas, passará tangenciando as zonas reservadas para residências²⁷⁵.

Diferentemente do que se tem dito que a região norte seria a única, na década de 1930, que foi inicialmente projetada para a instalação de indústrias em Goiânia, a partir da década de 1950, a região Oeste (mais à noroeste da cidade), foi estabelecida para tais práticas (mesmo se não correspondidas em sua totalidade). Inclusive, com projetos e anexos de relatórios técnicos e, até desenhos cartográficos e mapas técnicos, como se pode ver na figura 10 (p. 77).

²⁷³ JANSSEN, Edwald. Plano de Urbanização de Goiânia. Capital do Estado de Goiás. 27/12/1952, p. 2. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG. Grifo nosso.

²⁷⁴ Grifos à caneta do autor

²⁷⁵ JANSSEN, Edwald. Plano de Urbanização de Goiânia. Capital do Estado de Goiás. 27/12/1952, p. 3. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG. Grifo nosso.

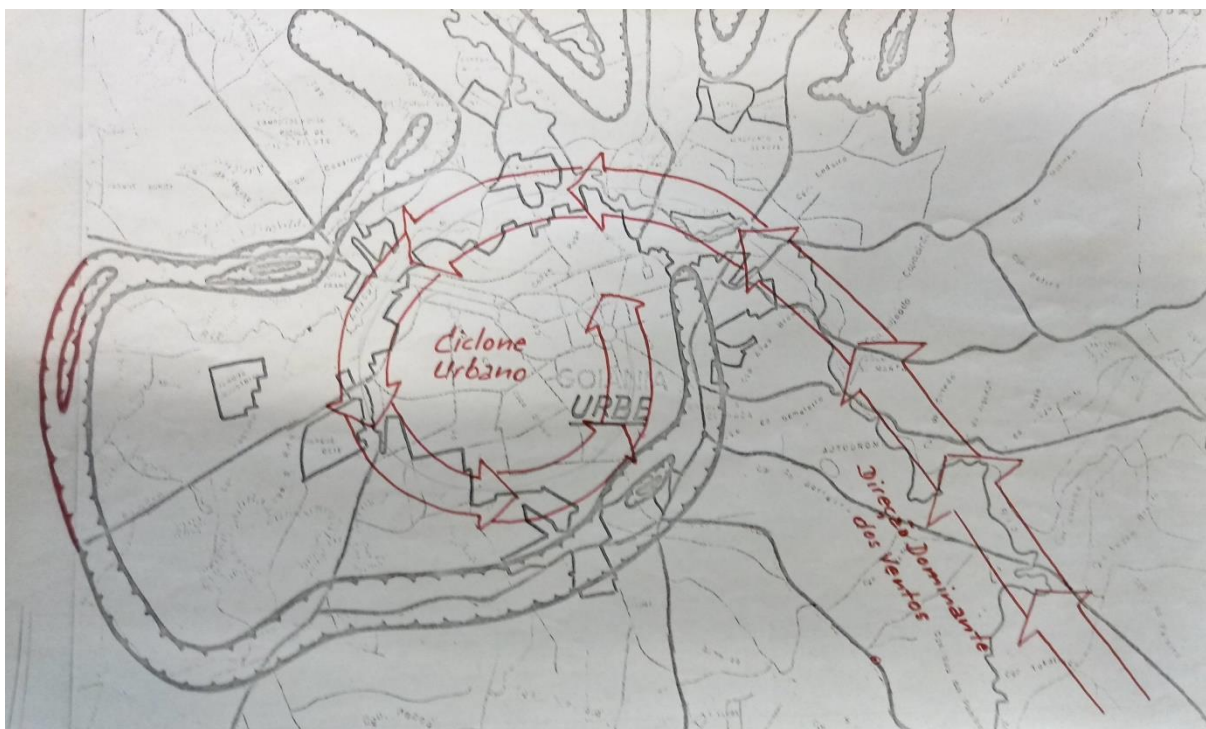


Figura 10: Indicação do que seria a direção “dominante dos ventos” em Goiânia, a qual influenciou diretamente no zoneamento geográfico e econômico da cidade. Década de 1950. Fonte Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

Observa-se na figura 10 que é estabelecido um fluxograma de “direção dominante dos ventos” na área urbana, a qual tornar-se-ia em um “ciclone urbano” que envolveria justamente o Centro da nova capital. Ainda para proteger a zona residencial de fuligens, fumaça, odores e demais resíduos, projetou-se as indústrias para depois do chamado “cinturão verde”, que envolveria a vegetação das matas de galerias ao longo dos cursos d’água como os Córregos Botafogo, Capim Puba, Anicuns e Macambira. Observa-se a vegetação e os cursos d’água, também influenciando diretamente no zoneamento urbano, como podemos observar nas figuras 11 e 12 (p. 78 e 79, respectivamente).

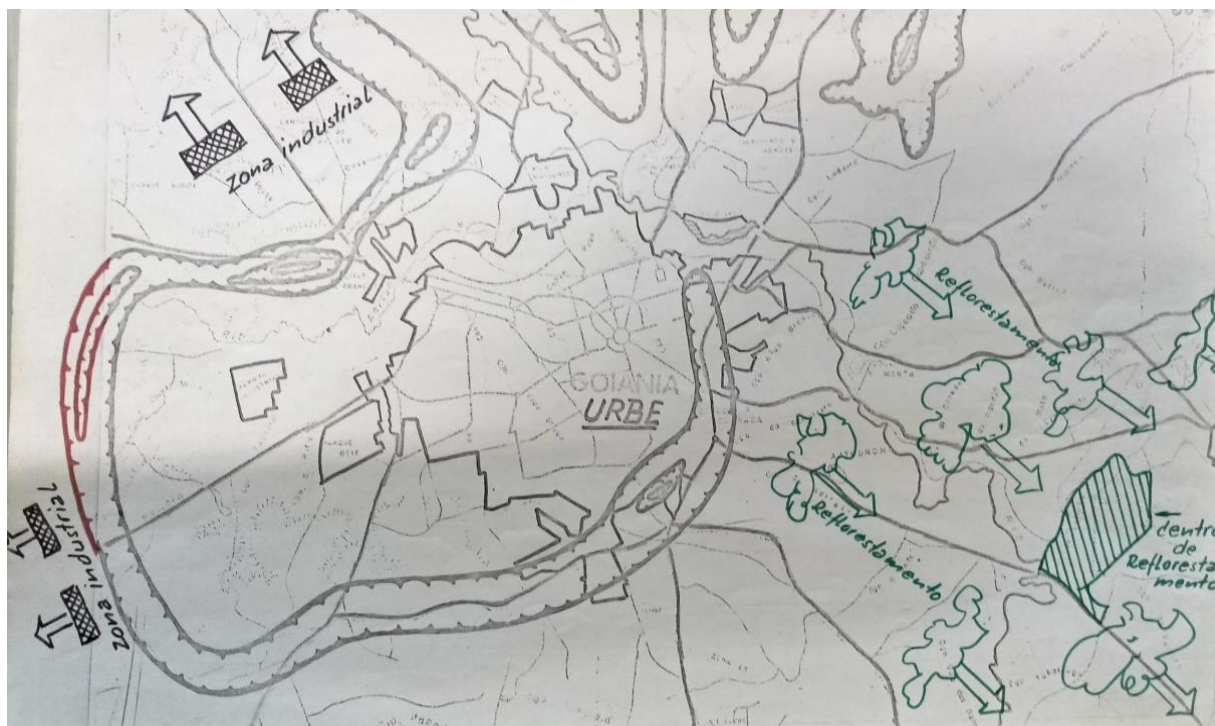


Figura 11: Planejamento de indústrias para as regiões Oeste e Noroeste, após o chamado "cinturão verde", com projetos de reflorestamento ao sudeste do plano piloto. Ventos, cursos d'água, matas e reflorestamento, teriam influenciando de maneira fundamental no ordenamento territorial urbano da nova capital goiana. Década de 1950. Arquivo Janssen. MA/UFG.

A figura acima demonstra claramente as zonas industriais sendo projetadas para depois do “cinturão verde”, formado ao longo dos cursos d’água, como os córregos Capim Puba, Macambira e Anicuns. Há também um projeto de reflorestamento para a região sul-sudeste (onde estaria o Parque Ateneu, Parque Amazônia, dentre outros). Os estudos de zoneamento de Goiânia, da década de 1950, influenciaram de forma decisiva no atual formato da cidade. Como podemos observar na figura 12 (p. 79), as zonas residenciais para edifícios de até 20 andares estariam justamente nas áreas as quais hoje estão os setores Bueno e Bela Vista, nas quais onde há o maior número de prédios verticais em Goiânia.

Nota-se que, à oeste da cidade, há o Parque Oeste Industrial, que, apesar de não ter indústrias de forma significativa, possui este nome até os dias atuais. O zoneamento para a construção de edifícios verticais em Goiânia teria sido feito com que houvesse um excesso de prédios residenciais em regiões consideradas com topografia mais alta. Já as edificações voltadas à indústria e comércio não se propagaram rapidamente como as residenciais. Todavia, no Setor Oeste, por exemplo, ainda se vê diversos edifícios comerciais que, em muitos pontos daquele setor, são observados em maior quantidade do que os prédios residenciais.



Figura 12: As zonas residenciais fora do plano piloto estão ao sul (onde estão os setores Bueno, Bela Vista) , já as comerciais e industriais são observadas, sobretudo, à oeste. Nas zonas residenciais foram previstos prédios de até 20 andares para época. Atualmente, o alto do Bueno não teria a maior concentração de prédios por acaso. Fonte: Arquivo Janssen. MA/UFG.

Nota-se que nos estudos de ordenamento espacial são considerados os novos setores projetados, sobretudo nas regiões sul e sudeste. Outros setores, que já teriam sido planejados, como o Setor Oeste, Jardim Goiás e outros, à época, estavam recebendo projetos de traços urbanos para as suas áreas. Traçados que são percebidos até os dias atuais, como podemos observar nas figuras 13 e 14 (p. 80), que se referem à uma área do Setor Oeste, que segundo a figura 12 (p. 79), possuiria “centros comerciais”.

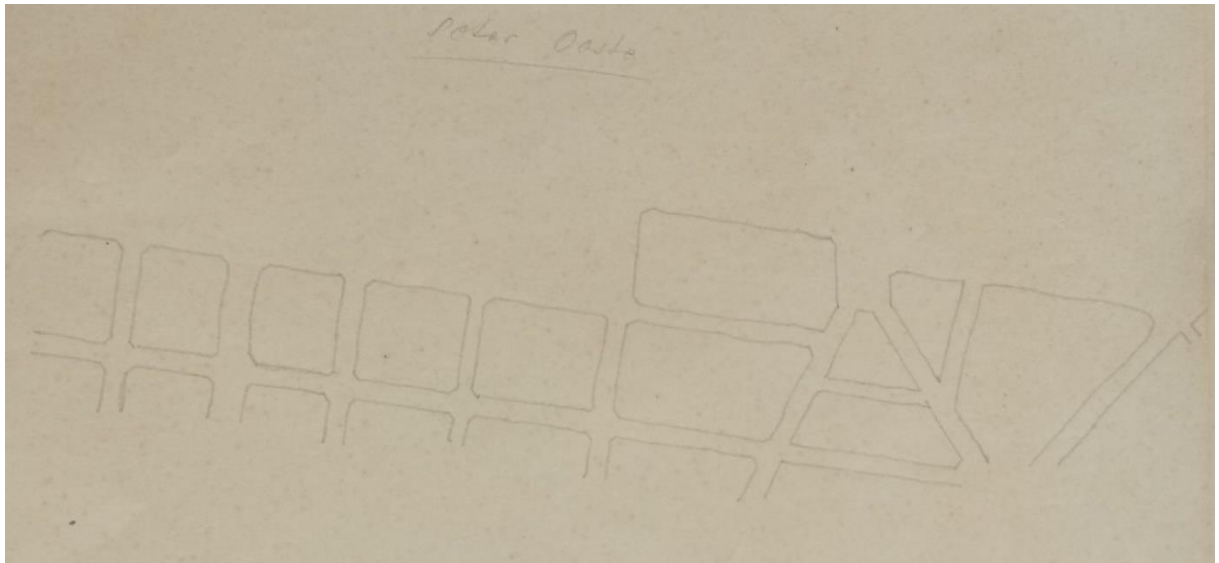


Figura 13: Traçados de uma área do Setor Oeste, que teriam sido feitos pelo topógrafo Janssen. Início da década de 1950. Fonte: Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG. MA/UFG



Figura 14: Acima, onde estariam os primeiros traçados da década de 1950 projetados para o Setor Oeste (referente à figura 13). Fonte: Google Maps. Acesso: 09/2017. Arte: ELIAS DE PAULA, 2017.

CAPÍTULO III

CIDADE E PLANO DIRETOR

“...as imagens urbanas, correspondem a informações solidamente relacionadas a um significado, que se constrói numa síntese de contornos claros, que a faz única e intransferível²⁷⁶”

Os planos diretores no Brasil, entendidos como são atualmente, só começaram a ser trabalhados no início do século XX. Atualmente, planos diretores podem abranger códigos de posturas, áreas verdes, patrimônio cultural²⁷⁷, material e imaterial, paisagismos, tipos de plantas que podem ser cultivadas nos quintais residenciais, entre vários outros elementos, além do próprio zoneamento²⁷⁸. Mas isso é fruto de um processo de evolução, pelo qual, durante o surgimento de Goiânia, ainda não havia chegado nos moldes atuais.

Antes disso o que havia eram leis avulsas, sobretudo, nos âmbitos municipais e estaduais, que regiam ao ordenamento urbano das cidades e questões ambientais. A Constituição do Império, de 1824, “não fez qualquer referência à matéria, apenas cuidando da proibição de indústrias contrárias a saúde do cidadão (art. 179, nº XXIV). Sem embargo, a medida já traduzia certo avanço no contexto da época²⁷⁹”.

Observa-se que a Constituição brasileira do início do século XIX já dispunha no artigo 169 que as Câmaras Municipais exercessem suas “funções municipais, formação das posturas

²⁷⁶ FERRARA, 2000, p. 121

²⁷⁷ No que diz respeito a esta relação com o cerrado Martins Júnior (2007) chama de “manifestações culturais e ambientais²⁷⁷” as práticas sociais da história da sociedade goiana no que diz respeito à “relação homem – ambiente, no aspecto da saúde humana, sob a influência dos socioculturais de formação da sociedade goiana, reforçando o paradigma eco – histórico de ‘Bertran’ (MARTINS JUNIOR, 2007, p. 52 apud BERTRAN, 1994)”. As manifestações culturais entre os indivíduos e os espaços nos quais os mesmos interagem, portanto, juntos, podem ser classificados de ambiente ou processo de formação deste. No caso de Goiânia, este processo esteve sob a égide da aspiração do progresso. Martins Júnior denomina também de “aspecto ambiental” (MARTINS JUNIOR, 2007, p. 54), para o início da década de 1930 em Goiás, o “projeto do governo que previa a alteração de culturas e a implantação de uma agricultura permanente, como forma de evitar a depredação das matas” (ibid.) Ou seja, a sintetização de toda uma dinâmica de paisagens, projetos, culturas e demais atividades, constituir-se-ia em uma síntese de “aspecto ambiental”, com efeitos sinérgicos e cumulativos na sociedade goianiense.

²⁷⁸ O último Plano Diretor de Goiânia (modificado e ampliado depois), foi aprovado por meio da Lei Complementar Nº 171, de 29 de maio de 2007. Aborda os mais diversos elementos ambientais e, não apenas as ocupações dos espaços. Mas, não menos importantes, são abordadas as posturas individuais e coletivas nas relações dos seus moradores com o meio ambiente.

²⁷⁹ MILARÉ, Édis. 2009, p. 151

policiais, aplicação de suas rendas e todas as suas particulares e úteis atribuições²⁸⁰”, que seriam decretadas por uma lei regulamentar. O artigo 169 da Constituição de 1824 foi regulamentado por meio da Lei de 1º de outubro de 1828, na qual pelo o artigo 66, dava as seguintes deliberações de polícia nas “povoações”:

1º Alinhamento, limpeza, iluminação e ‘despachamento’ (sic) das ruas, cais e praças, conservação e reparos das muralhas feitas para segurança dos edifícios, prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações²⁸¹.

Sobre as Câmaras Municipais, atribuía-se competência sobre o esgotamento de pântanos e “qualquer estagnação de águas infectadas; sobre a economia e asseio dos currais e matadouros públicos; sobre a colocação de curtumes; sobre os depósitos de imundície e tudo que se possa alterar e corromper a salubridade da atmosfera²⁸²”. As Câmaras ainda legislavam sobre “edifícios ruinosos, escavações e precipícios nas vizinhanças das populações²⁸³”, incluindo advertências aos transeuntes, suspensão e lançamento de corpos que pudessem obstruir passagens, prevenção de incêndios e até “sobre as vozeiras nas ruas em horas de silêncio²⁸⁴”.

No parágrafo 6º da referida lei de outubro de 1828, ainda versava-se sobre a “construção, reparo e conservação das estradas, caminhos, plantações de árvores, para a preservação de seus limites à comodidade dos viajantes e das que forem úteis para a sustentação dos homens e dos animais²⁸⁵”.

Para Ackel, “o urbanismo no Brasil até o final da Primeira Guerra era uma coisa de engenheiros²⁸⁶”. A contribuição da engenharia do ponto de vista urbano, “originava-se no higienismo e no sanitarismo²⁸⁷”. O primeiro plano para a antiga capital federal, Rio de Janeiro, foi elaborado em 1875²⁸⁸.

O texto constitucional de 1891 atribuía à União para legislar sobre suas minas e terras²⁸⁹. As reformas urbanas consideradas mais significativas no início do século XX “foram

²⁸⁰ ANTUNES, 2002, p. 49

²⁸¹ Ibid., p. 50

²⁸² Ibid., p. 50

²⁸³ Ibid., p. 50

²⁸⁴ Ibid., p. 50

²⁸⁵ Ibid., p. 51

²⁸⁶ ACKEL, 2007, p.33

²⁸⁷ Ibid., p.33

²⁸⁸ Ibid.

²⁸⁹ MILARÉ; ÉDIS. 2009, p. 151

feitas pelo então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (1902-1906), com absoluto predomínio dos engenheiros no trato das questões urbanas²⁹⁰”. Além do projeto de urbanismo da cidade de Belo Horizonte, “elaborado no final do século XIX²⁹¹”. Entre os distintos estilos urbanistas do final do século XIX, até o “entre guerras” do início do século XX, observa-se que

os culturalistas planejavam uma cidade cujo modelo centrava-se na cidade do passado, com seus elementos tradicionais, ainda que eles apresentassem traços de modernidade, com a presença do verde com justificativas higienistas, e compreendem-se como um elemento de um complexo regional. Para os pensadores que defenderam essa corrente, havia uma supremacia da estética sobre a função. O urbanismo culturalista pode ser considerado uma utopia prospectiva que se entrelaçava com todas as vanguardas positivas que abriram o século XX²⁹².

Não obstante, “entre as duas guerras, na busca pela solução do déficit de moradias, o urbanismo moderno culturalista era predominante, ainda que destituído da força de suas propostas originais²⁹³”. Já no Brasil da Segunda República, após a Revolução de 1930²⁹⁴, há um novo marco na concepção dos espaços urbanos. Pela constituição de 1934, considerada um “divisor de águas no urbanismo brasileiro²⁹⁵”, trata-se

o conceito de propriedade como função social, que impôs limitações ao interesse particular em benefício do interesse comum, que àquele se sobrepõe. Desde então, através das várias limitações de uso do solo urbano em decorrência desse conceito, é que se pode começar a falar de urbanismo como um direito da população brasileira²⁹⁶.

A partir de então, mesmo de forma gradual, os Planos Diretores começaram a serem mais fomentados e elaborados. Osmar Pires considera o início da década de 1930 uma época em que “o relativo salto evolutivo do urbanismo no Brasil, nesse período, esteve relacionado ao binômio industrialização *versus* urbanização²⁹⁷”. Destarte que nas décadas de 1920 e 1930:

²⁹⁰ ACKEL, 2007, p. 33

²⁹¹ Ibid., 2007, p. 34

²⁹² PIRES, 2009, p. 26

²⁹³ Ibid., p. 26 – Grifo nosso

²⁹⁴ Boris Fausto ressalta que, a nível nacional: “(...) a verdade é que os objetivos da revolução de 30, como movimento social, eram perfeitamente claros. Tratava-se de criar as condições para a rápida expansão do capitalismo no Brasil, o qual vinha sendo entravado, agora de modo intolerável, pelo completo domínio do aparelho estatal, exercido pela oligarquia, voltada para o exterior”. (FAUSTO, 1970, p. 17-18).

²⁹⁵ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 47

²⁹⁶ Ibid., p. 47

²⁹⁷ Ibid., p. 47

o país culturalmente encontrava-se apoiado na tradição cultural francesa, sustentada pela elite intelectual brasileira. A presença do ‘modelo francês’, no Brasil, até as vésperas da Segunda Guerra Mundial²⁹⁸, está evidenciada no projeto do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, do consultor francês Joseph Antoine Bouvard, e no plano diretor do Rio de Janeiro, elaborado por Agache em 1927. Também se instalavam no Rio de Janeiro as primeiras cidades-jardins (bairros) de influência inglesa (...). E nos projetos de Corrêa Lima, da cidade-jardim de Piratininga, em Niterói (1927), e na proposta do plano de Goiânia (1933)²⁹⁹.

Em 1927, Alfred Hubert Donald Agache foi convidado para trabalhar no projeto de urbanismo e remodelação da cidade do Rio de Janeiro, seu projeto ficou conhecido como “Plano Agache” e, pode ser considerado especificamente um dos primeiros planos urbanísticos do Brasil. Atílio Corrêa Lima foi convidado para trabalhar junto com Agache antes de empreitar o projeto de Goiânia, na década de 1930.

Segundo Milaré³⁰⁰, até o início da segunda metade do século XX, “jamais se preocupou o legislador constitucional em proteger o meio ambiente de forma específica e global³⁰¹”. Cuidava-se de forma fragmentada das florestas, da caça, do minério dentre outros elementos da natureza. Neste modelo

a urbanização mal orientada gera enormes problemas de deterioração no meio ambiente urbano, nos aspectos físico (uso e abuso do solo, poluição atmosférica e hídrica), sociais (favelização, marginalização, insegurança, desemprego, desatenção à saúde e à educação) e biológicos (destruição das áreas verdes, expulsão da fauna, etc.)³⁰².

Para esse processo de deterioração do ambiente, pode-se buscar soluções “desses problemas que podem serem feitas mediante a intervenção do poder público, com o objetivo de transformar o meio urbano e criar novas formas urbanas³⁰³”. Nesta construção da epopeia goiana, observaríamos um processo, que em termos macros ou gerais, denominaria-se de “urbanificação, que é uma forma deliberada de correção da urbanização, através da renovação urbana – reurbanização – ou, também da criação artificial de núcleos urbanos³⁰⁴”. Outrossim, poder-se-ia dizer que “a urbanização é o mal, a urbanificação é o remédio³⁰⁵”. Em um contexto regional, nota-se que:

²⁹⁸ RIBEIRO, 1996, p. 15 apud PIRES, 2009, p. 17

²⁹⁹ PIRES, 2009, p. 17

³⁰⁰ MILARÉ, Édis. 2009

³⁰¹ Ibid., p. 152

³⁰² MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 56

³⁰³ Ibid., p. 56 – *Grifo nosso*

³⁰⁴ AFONSO DA SILVA, 1995, p. 21 apud MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 56

³⁰⁵ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 56

A urbanização de Goiânia, como já se viu, decorreu de uma política deliberada e planejada, tanto do Governo Federal, que desejava a redistribuição demográfica como forma de integração do processo de transformação da estrutura econômica brasileira, quanto ao Governo de Goiás, como estratégia de frações da oligarquia dissidente pela consolidação do poder estadual. Acima disso tudo, representou a oportunidade de aplicação dos princípios do urbanismo através de uma unificação embasada em uma concepção urbanística moderna e inovadora³⁰⁶.

A política de urbanização no país, a partir do século XX, sofreu os reflexos da denominada “Carta de Atenas”, a qual possui a concepção de que “o plano urbano não circunscreve à etimologia da palavra ‘*urbes*’ (do latim *urb*, *urbis*, significando a cidade e seus habitantes), mas relaciona a cidade ao meio em que se insere, e, portanto, aquele não se realiza sem a planificação regional³⁰⁷”. Antes, de maneira mais intensiva

o poder estatal colonial estabeleceu uma série de mecanismos – como os critérios restritivos de posse – que, por um lado, dificultou a concessão dos benefícios da propriedade aos menos favorecidos, interessados no cultivo da terra, e por outro, permitia o acesso legal apenas aos que dispunham de influência e conheçam os meandros da burocracia, obtendo assim grandes glebas³⁰⁸.

Nesse contexto de não haver uma legislação que regia de forma constitucional e institucionalizada a obrigatoriedade de um plano diretor para as cidades, observa-se que não havia uma obrigação para constituir-se o primeiro plano diretor de Goiânia, que foi conceitualizado como tal posteriormente que, basicamente, o mesmo passou por três etapas. O que é considerado “primeiro plano diretor oficial de Goiânia” por alguns, só foi aprovado por lei posteriormente, em 1938, segundo Gonçalves³⁰⁹. Este teria se iniciado por meio do relatório técnico de escolha do local para a construção da nova capital, assinado pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy, em 04 de março de 1933³¹⁰. A segunda etapa seria o relatório sobre Goiânia entregue por Atílio Corrêa Lima ao governo de Goiás, em janeiro de 1935³¹¹, pelo qual o próprio arquiteto destaca:

Da topografia tiramos partido também para realçar o principal motivo da cidade, que é o seu centro administrativo. A situação que lhe demos é de grande destaque, sobressaindo visivelmente de todos os pontos da cidade e principalmente para quem nela chega. Quem atravessar a cidade ao longo de sua principal via comercial (avenida Anhanguera), verá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três grandes avenidas que convergem para aquele centro. Procuramos adotar o partido clássico de Versailles (sic), Karlsruhe e Washington, genericamente

³⁰⁶ Ibid., p. 56

³⁰⁷ MARTINS JUNIOR, 2007, p. 47

³⁰⁸ Ibid., p. 50

³⁰⁹ GONÇALVES, 2003

³¹⁰ MONTEIRO, 1979, p. 36.

³¹¹ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 59

chamado *Pate d' oie* pelo aspecto monumental e nobre, como merece a capital de um grande estado (evidentemente que guardando as devidas proporções)³¹²

Fundamentado neste primeiro relatório de Attílio, Martins Júnior correlaciona o termo urbanismo com o ambiente do início de Goiânia e requer um termo advindo de ambiente que é o de “princípios ambientais”, o qual seria um item presente na origem do primeiro Plano de Urbanização de Goiânia.

Um fator importante de descaracterização do Plano de Urbanização de Goiânia (PUG) está na obtenção de ganhos econômicos através da especulação imobiliária. Mas a condição necessária para o fenômeno especulativo em Goiânia está na descaracterização da concepção original, fundamentada em princípios socioeconômicos e ambientais, que embasou a formulação do PUG³¹³. (Plano de Urbanização de Goiânia).

A terceira etapa do primeiro plano diretor institucionalizado, perpassaria a aprovação legislativa do plano de Goiânia, com várias mudanças e exclusões das ideias de Attílio, ratificadas ou refutadas por Armando Augusto de Godoy, por meio do Decreto-Lei municipal 90-A, de 30 de julho de 1938³¹⁴. Segundo Martins Júnior, um outro entrave para o planejamento e manutenção da cidade no início de Goiânia, seria a falta de conhecimento técnico de profissionais durante a construção da cidade, sobretudo, depois que Attílio Corrêa Lima deixara de trabalhar nas obras de Goiânia após 1935, e enquanto o engenheiro Armando Godoy esteve trabalhando no Rio de Janeiro, no início da década de 1930.

O núcleo central de Goiânia foi estabelecido sob a égide da administração pública. O esparecimento dos goianienses seria condicional ao destaque do centro do poder, dos prédios públicos, dos grupos dominantes residindo no plano piloto e a zona de comércio perto do núcleo administrativo. Doravante, “o centro administrativo, que abrigaria todos os edifícios públicos administrativos federais, estaduais e municipais, foi tomado como foco irradiador de outras vias³¹⁵”. Entretanto, aqueles que não eram contemplados pela administração pública, se divertiam nas ruas de terra, córregos, matas dentre outros afazeres.

³¹² LIMA, 1942, p. 100 apud MELLO, 2006, p. 49

³¹³ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 59

³¹⁴ GONÇALVES, 2003, p. 47.

³¹⁵ MELLO, 2006, p. 49

3.1 Um breve histórico da cidade

Desde o século XVIII, o primeiro governador da então Capitania de Goiás, Dom Marcos de Noronha (1749-1755), conhecido como Conde dos Arcos, cogitou a mudança da capital de Goiás para a Vila de Meia Ponte (atual Pirenópolis)³¹⁶. Noronha indagava sobre o clima quente da cidade, dificuldades de comunicação e da expansão urbana³¹⁷. Aqui já se percebe o ambiente quente como um dos itens para a escolha de um local para a nova capital (mas não seria o preponderante). Todavia, os custos para as construções de novos prédios públicos foram considerados para que este anseio fosse protelado³¹⁸.

Em 1830, o então governador Miguel Lino Arrais, propôs a mudança da capital para Água Quente (atual Niquelândia), que seria uma “região mais povoada e de comércio mais franco³¹⁹”, o que também não foi efetivado. A ideia do Marechal de Campo Miguel Lino de Moraes, “aconselhava a transferência da sede do governo goiano para local mais acessível³²⁰”. Destarte que “o eco de sua fala se perdeu nos sovocões da Serra Dourada³²¹”. Posteriormente, “em 1863 e 1890, mais duas vezes autorizadas, a do General Couto de Magalhães e a de Rodolfo Gustavo da Paixão, reviveram a ideia sem resultado prático³²²”, respectivamente.

Ainda na segunda metade do século XIX, o então governador de Goiás no Segundo Império (1863-1864), José Vieira Couto Magalhães, enfatiza sobre a necessidade de mudança da capital de Goiás, devido às questões topográficas que impediriam o desenvolvimento econômico da primeira capital do Estado³²³.

Durante a Primeira República (1889-1930), os legisladores estaduais conseguiram inserir no artigo 5º da Constituição do Estado de Goiás, em 1891, que: “a cidade de Goyaz (sic) continuará a ser capital do Estado (sic), enquanto outra causa não deliberar o Congresso³²⁴”. Ou seja, no final do século XIX, o debate da mudança encontra-se tão forte que é institucionalizado. Esse artigo foi ratificado nas reformas constitucionais estaduais de 1898 e 1918³²⁵.

³¹⁶ MORAES, 2012, p. 81

³¹⁷ JUNIOR, 1980, p. 31.

³¹⁸ ELIAS DE PAULA, 2007, p. 24

³¹⁹ JUNIOR, 1980, p. 31.

³²⁰ BORGES, et al., 1986 p. 187

³²¹ Ibid., p. 187

³²² BORGES, et al., 1986 p. 187

³²³ JUNIOR, 1980, p.32

³²⁴ GOIÁS, Constituição Estadual. 1891.

³²⁵ JUNIOR, 1980, p. 32

A transferência da capital de Goiás, durante a Primeira República já era uma ideia tão discutida que, em 1918, no contrato entre o Estado e a empresa Força e Luz da cidade de Goiás, constava que “se a capital do estado for mudada para outra localidade, a empresa fica com o direito de montar aí o serviço de iluminação e força elétrica, continuando o privilégio até terminar o prazo do contrato³²⁶”.

Durante a Primeira República (sobretudo, a partir de 1914), há uma narrativa de que a família Caiado em Goiás estenderia-se para a “monopolização do progresso eleitoral³²⁷”. Isso por meio de fraudes eleitorais. Essas ações eram chamadas de domínios coronelísticos, sobre os quais imperava o “voto de cabresto”, que era uma rotina no Brasil na “República do Café Com Leite”. Enquanto isso, as regiões sul e sudoeste do estado, cresciam economicamente e em pretensões políticas³²⁸.

A oposição ao governo, nos anos de 1920, aumentava dentro da própria cidade de Goiás, por meio do dissidente Mario Caiado. “No sudoeste, a dissidência ficou a cargo de, entre outros, Pedro Ludovico Teixeira³²⁹, médico da cidade de Rio Verde³³⁰”, onde fundou o jornal O Sertão, que passara a se chamar Sudoeste, pelo qual fazia forte oposição aos Caiado.

Pedro militou nas eleições de 1928, quando as oposições se uniram pelo Partido Republicano de Goiás e, a nível nacional, os opositores se juntaram à Aliança Liberal. Sendo a vez de Minas Gerais governar o país por meio da política do “Café com Leite”, elegendo seu representante nas eleições nacionais marcadas para 1º de março de 1930. Com o rompimento do acordo entre São Paulo e Minas, o candidato paulista Júlio Prestes (apoiado pelos Caiado em Goiás), venceu a eleição nacional, inclusive em Goiás, porém houve a não aceitação dos resultados das eleições de 1930 por parte da oposição no Estado³³¹.

Cerca de um ano antes, em 1929, Pedro Ludovico manteve contato com o governador de Minas Gerais, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, além de outros integrantes da Aliança

³²⁶ Ibid., 1980, p. 32

³²⁷ Ibid., 1999, p. 28.

³²⁸ Para aliviar os efeitos da crise do final dos anos de 1920, o governo estadual passou a reter exportações de alimentos e matéria prima, devido a falta de abastecimento no estado. O que também fez agravar as relações do centro do poder, na Cidade de Goiás, e as regiões do estado mais próximas das principais metrópoles do país, que haviam aumentado suas exportações devido a estrada de ferro (CHAUL, 1999, p. 30).

³²⁹ Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás em 23 de outubro de 1891, cursou medicina no Rio de Janeiro, retornando para o estado goiano em março de 1916³²⁹. Clinicou em Bela Vista de Goiás e, em 1917, foi morar em Rio Verde, onde esteve casado com Dona Gercina Borges e, onde juntamente com seu sogro, passou a militar na política.

³³⁰ Ibid., p. 32.

³³¹ Para Chaul: “Os dissidentes derrotados não estavam, porém, dispostos a aceitar as viciadas regras do jogo político, das eleições fraudadas, das farsas dos números e das atas falsas. O desenvolvimento capitalista internacional, nacional e regional exigia uma mudança, em termos participativos, que envolvesse não alguns apaniguados do poder, mas uma parcela bem mais significativa da sociedade (CHAUL, 1999, p. 35).

Liberal³³². O movimento dos revoltosos eclodiu, em 1930, no “dia 03 de outubro, e já no dia 04 Pedro Ludovico seguiu para Minas Gerais, unindo-se aos desconformados com os resultados das eleições de 1930”, a fim de juntar-se aos ‘revolucionários’³³³.”

Não restava quase nenhuma alternativa para oposição em Goiás, além de apoiar o movimento liderado por Getúlio Vargas. No estado, “um médico enveredado pelos caminhos da política, tomou frente ao movimento³³⁴”, Pedro Ludovico Teixeira. Em outubro de 1930, saindo de Uberlândia, entrando pelo sul e sudoeste goiano, Ludovico avançou ao norte, rumo à Rio Verde, com cerca de 110 homens armados. O próprio Ludovico narra em seu Livro de Memórias o acontecido:

Depois do meu combate em Rio Verde, na ‘Revolução de 1930’, quando cai prisioneiro depois de uma luta de três horas de fogo mesmo cruzado eu estava muito cansado e o meu pessoal já estava sem munição, não podia combater mais. Eu entrei por dentro do mato e dormi. (...) eles me pegaram dormindo e me levaram para a cadeia. (...). Fiquei 14 dias no Xadrez (sic) de Rio Verde. (...). Depois quando vim trazido para Goiás, também por força policial e por paisanos, todos me tratavam bem. (...). Quando cheguei nas proximidades de Goiás, a Revolução tinha triunfado³³⁵.

De prisioneiro, indo para a Cidade de Goiás, Pedro Ludovico torna-se interventor federal do estado após a “Revolução de 1930”. Pois, apesar de não ter triunfado no sudoeste goiano, o movimento foi vitorioso em outros estados, consolidando o triunfo em 24 de outubro de 1930 (data na qual, três anos depois, seria lançada a pedra fundamental de Goiânia, em homenagem a “Revolução”).

Entre os vencedores dos revoltosos, estava a coluna mineira intitulada de Artur Bernardes, chefiada por Quintino Vargas. “Que após temORIZAR as forças caiadistas, a referida coluna chegou a Goiás já ciente da vitória da Revolução³³⁶”. Após uma junta governamental

³³² Diante da derrota que seria por fraude, Getúlio Vargas (candidato apoiado por Minas, que foi derrotado), lança um manifesto com o apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, “ante uma contrarrevolução para conquistar a liberdade, para reparar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional” (CASTRO, 1978, p. 97 apud CHAUL, 1999, p. 35). Este manifesto impulsionou os preparativos para uma luta armada. Com a crise de 1929, que também influiria no cenário brasileiro da exportação do café paulista, o governo nacional tornara-se mais frágil. Com um crescente processo de urbanização nas cidades brasileiras, crescia os anseios por uma política industrial que fizesse frente a uma cultura que, até então, era agrário exportadora. Neste contexto, aumenta o apoio das classes médias urbanas em prol da oposição. A Aliança Liberal estava entre estes principais grupos oposicionistas.

³³³ SILVEIRA, PX. *Pedro Fundamental In: A Saga da Construção de Goiânia no Coração do Brasil*, (Org.) MACHADO, Iris Rezende. Senado Federal. Brasília-DF, 2001, p. 15

³³⁴ CHAUL, 1999, p. 50.

³³⁵ TEIXEIRA, In: *Diário da Manhã, Edição Histórica*. 24 de outubro de 1983, apud CHAUL. 1999, p. 50

³³⁶ CHAUL, 1999, p. 51.

trina³³⁷ em forma de governo provisório tomar posse em Goiás, Pedro Ludovico assume como interventor federal, em 21 de novembro do mesmo ano da “revolução”. A “Revolução de 1930” propiciaria a Pedro Ludovico realizar um desejo que ele dizia ter ainda garoto, transferir a capital do Estado de Goiás³³⁸.

Transferir a capital diminuiria o poder da família Caiado e da oposição na região da Cidade de Goiás (até então, centro político do Estado – Grifo nosso), além de fortalecer politicamente Pedro Ludovico e os adeptos da “Revolução de 1930”. A resistência à mudança da capital era constante na Cidade de Goiás, “não só pelos grandes proprietários rurais e urbanos, que dominavam a política, mas também pelos pequenos funcionários do governo, pelo comércio miúdo da cidade e pelos roceiros do cinturão da capital³³⁹”.

Pedro Ludovico, para aglomerar apoio das regiões sul e sudoeste do estado, utiliza a ideia de mudança da capital de Goiás como discurso político em busca de apoio³⁴⁰. Em 04 de julho de 1932 é feita a primeira menção pública e oficial sobre o desejo no governo Ludovico de mudança da sede do governo goiano, em Bonfim (atual Silvânia). Quando o interventor foi perguntado sobre o assunto, ele disse que os estudos já estavam sendo realizados. Segundo Palacin, “o governo não considerava a construção de uma nova capital um gasto, mas um investimento necessário para o desenvolvimento³⁴¹”.

Ao visitar o Rio de Janeiro, em novembro de 1932, em longa entrevista ao “Diário da Noite” daquele Estado, o assunto da mudança “foi ventilado de maneira clara pelo interventor,

³³⁷ Pinheiro Chagas administrou o Estado por “apenas 3 dias” (FLEURY, et al., 1986 p. 171) . Após os três dias do primeiro interventor da “Revolução”, a junta governativa administrou o Estado até 25 de novembro de 1930, “tendo a nomeação para interventor Federal recaído na pessoa de Dr. Pedro Ludovico Teixeira” (FLEURY, et al., 1986 p. 171).

³³⁸ Neste processo de transição em Goiás “houve um comício em Goiás e falou o dr. Pinheiro Chagas que acentou da necessidade da construção de uma nova capital³³⁸” (SOUZA, et al 1986, p. 158). Após chagas receber o governo de Goiás, o entregou a uma junta governativa, formada por Mario Alencastro Caiado, Emílio Pova e Pedro Ludovico Teixeira.

³³⁹ PALACIN, 1994, p. 107.

³⁴⁰ A posição de Pedro Ludovico Teixeira, de que a cidade de Goiás se encontrava ‘trancada pela tradição’, era criticada por vilaboenses e opositores à mudança da capital, os quais consideravam mais econômico fazer algumas melhoras no local. A essa contraproposta, Ludovico respondeu que não trabalharia em benefício de uma minoria somente. Os favoráveis à mudança previam um desenvolvimento que apoiasse os municípios do interior, marginalizados pela política anterior. (PIRES, 2009, p. 175). Houve mobilizações para a constituinte, em 1933, para as eleições dos representantes nacionais e estaduais para as assembleias regionais. A campanha naquele ano definiria as votações indiretas que indicariam os governadores e o presidente da república em 1934. Pedro Ludovico, para aglomerar apoio das regiões sul e sudoeste do estado, utiliza a mudança da capital de Goiás como discurso político e em busca de apoio. Apesar do movimento de 1930 ter contribuído para a derrocada das oligarquias da Primeira República, no início da década pós “revolução”, ainda era muito forte o poder da oposição em Goiás, que era composta principalmente por grupos ligados a família Caiado. Ainda muito influentes na primeira capital. Em nível nacional, os paulistas reagiram ao movimento de 1930, através de uma revolta em julho de 1932, que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista Paulista. Apesar da vitória das forças federais sobre os paulistas, levantou-se a discussão da constitucionalidade do governo Vargas no país, sendo marcada uma Constituinte que culminaria em novas eleições a serem realizadas em 1934.

³⁴¹ PALACIN 1994, P.08

inclusive, manifestando os seu desejo de dar início às obras da nova capital, ‘em maio do ano vindouro’, isto é, 1933³⁴²”. Ao “Diário da Noite”, dissera que o Governo de Goiás “na verdade está no firme propósito de dotar o Estado de uma nova capital³⁴³”. O noticiário carioca estampou a seguinte manchete da entrevista: “O Estado de ‘Goiáz’ (sic) construirá em 1933 sua nova capital³⁴⁴”. Não obstante, o interventor não queria “aproveitar uma das cidades do Estado” porque considerava que uma cidade já pronta “não daria os resultados desejados”, por isso, vislumbrava uma *urbs* “construída especialmente para este fim³⁴⁵”, ser a capital do Estado. O então governante goiano queria um núcleo urbano construído praticamente do zero.

Goiânia seria considerada como um símbolo de progresso em Goiás nos anos de 1930 e 1940, mesmo que este “progresso” da cidade, na prática, não tenha correspondido o discurso político referente à mesma³⁴⁶. Segundo Hélio de Oliveira, “o doutor Pedro, talvez pensando em Cidade de Goiás, que tinha 10, 12 mil habitantes, planejou uma Capital para 50 mil pessoas. Ele deve ter achado que isso ia custar a chegar, mas foi um pulo³⁴⁷ (sic)”.

A nova capital do Estado trazia consigo um conteúdo simbólico que apontava para ideais de novos tempos de desenvolvimento e progresso. Pretendia-se que a cidade fosse o marco da passagem para uma nova etapa de história: isso significava que a sua construção era um ato de quebra de estigma, ou seja, de ressignificação³⁴⁸.

Em 20 de dezembro de 1932, pelo Decreto nº 2.737, foi nomeada uma comissão para a escolha do local no qual seria construído Goiânia. Apesar que os aspectos naturais poderiam influenciar na escolha do lugar para a construção da nova capital, antes da escolha da dita comissão, o interventor já teria decidido antes, do alto do Morro do Serrinha (região do até então município de Campinas – GO), o local para a nova capital. Todavia, há no relatório técnico da comissão aspectos da topografia, clima e abundância de água na região que o interventor mencionara para a nova *urbs*. Além de considerar a proximidade com a estrada de ferro. Os debates para escolha do local, talvez o fosse apenas por questões políticas, para

³⁴² BORGES, et al., 1986 p. 188

³⁴³ COSTA, 1985, p. 19

³⁴⁴ COSTA, 1985, p. 19

³⁴⁵ Diário da Noite, 1932 apud COSTA, 1985, p. 20

³⁴⁶ Bernardo Élis considera que mesmo com os problemas da cidade, “a vida em Goiânia era melhor³⁴⁶”, onde os habitantes tinham a “mentalidade mais aberta e progressista³⁴⁶” (ÉLIS, et al 1986., p. 22), com uma perspectiva de progresso que, para ele, “em Goiás não existia³⁴⁶” até então: “Quando a Capital inaugura os edifícios públicos em *Art Déco* (sic), tenho a impressão que as pessoas que moravam aqui sentiam orgulho daquelas construções, a gente notava, por exemplo, quando havia um desfile, que as autoridades ficavam dentro do Coreto. E outra coisa, eu via gente passeando, sentando nos bancos da Avenida Goiás e da Praça Cívica, hoje a violência tem afastado as pessoas desses lugares”. (Hélio de Oliveira apud OLIVEIRA, 2007, p. 20).

³⁴⁷ Hélio de Oliveira apud OLIVEIRA, 2007, p. 20

³⁴⁸ MELLO, 2006, p. 30

mobilização social e a justificativa de que houve estudos e uma espécie de “eleição”, que ficou entre Pires do Rio, Bonfim (atual Silvânia), Ubatã e Campinas.

A animosidade destas cidades e regiões candidatas para ser capital goiana, talvez, pode ser representada por Bernardo Élis, que dizia que o desenvolvimento urbano em Goiás no início dos anos de 1930 era tão pequeno, que “a capital de Goiás era Araguari ou Uberaba³⁴⁹”. Até então Campinas “era uma cidadezinha pacata e feliz, de clima saudável, que, como milhares de outras no interior do Brasil, tinha uma vida de restrições quase absolutas a seus limites urbanos³⁵⁰”. Os trabalhos de pesquisa para a escolha do local foram iniciados por Bonfim (atual Silvânia), “fixando-se em Campinas para ponto de encontro³⁵¹”.

Em 04 de março de 1933, a comissão sugere o local de Campinas – Goiás. Desde então, são destacados Armando Augusto de Godoy, Américo Carvalho Ramos e outros membros da comissão para analisarem o resultado da escolha para um parecer técnico “definitivo”, que contribuiria para uma publicação mais política do que técnica: “Caberia a Armando de Godoy o parecer definitivo, que ele encaminhou a Pedro Ludovico no dia 24 de abril de 1933³⁵²”. Após a corroboração “técnica”, Ludovico baixa o Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933. Pelo qual foi determinado que as regiões das fazendas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, fossem escolhidas para a implantação da nova capital de Goiás.

3.1.1 O surgimento

Os trabalhos de preparação do terreno para a construção de Goiânia começaram menos de dez dias após o decreto que institucionalizaria a escolha do local. Iniciados em 27 de maio daquele ano, ficaram “concluídos em outubro, quando então se escolheu a data de 24 (do mesmo mês) para a solenidade de lançamento da pedra fundamental³⁵³”.

³⁴⁹ ÉLIS, et al., 2005, p. 27

³⁵⁰ COSTA, 1985, p. 71

³⁵¹ SILVA, et al 1986, p. 60

³⁵² ROCHA, 2003, p. 17.

³⁵³ JUNIOR, 1958, p. 26 – Grifo nosso



Figura 15: Lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia. 24 de outubro de 1933. Fonte: Arquivo Histórico Estadual.

Segundo um pioneiro, “a pedra fundamental de Goiânia foi fincada no local onde se ergueu o Palácio das Esmeraldas³⁵⁴”. Poucos meses antes de seu lançamento, Costa descreve de maneira ufanista o ambiente da região no começo dos trabalhos de roçagem para a construção da *urbs*, em 27 de maio de 1933.

Seguindo a tradição do povo brasileiro, o ritual religioso não faltou. Em manhã clara e suavemente ensolarada, em pleno manto verde e inculto daquelas campinas viridentes (sic), celebrou-se a primeira missa do local, pelo padre Conrado (...) Não pode deixar, com efeito, de ser deslumbrante presenciar-se a uma parcela do povo brasileiro, em pleno âmago geográfico de um território imenso como o nosso, sem os mais comezinhos bens da civilização, não pode deixar de ser deslumbrante presenciar-se a uma parcela de um grande povo iniciar uma arrancada de tão bandeirismo, assim, no afã generoso de erguer cidades modernas nos sertões bravios.

Naquela memorável manhã, o sangue pátrio teve uma eclosão mais possante nas suas artérias dilatadas, eis que o oeste do País (sic), começa a construção de um dos seus pórticos. E os braços nus e musculosos dos trabalhadores, em meio à verdura infinita daqueles campos, nada mais faziam para rasgar estradas para o progresso do Brasil.

Foi desse modo, com uma missa campal, revivendo um episódio longínquo do descobrimento da Terra de Santa Cruz, que os trabalhos da futura capital de Goiaz (sic) tiveram início³⁵⁵.

No discurso de Costa parecia que a cidade de Campinas não existia antes de Goiânia, ou melhor, que Goiás e esta parte do oeste do país não estavam nos mapas. Antes do

³⁵⁴ SILVA, et al 1986, p. 61

³⁵⁵ COSTA, 1985, p. 26

surgimento efetivo da futura metrópole, em meio ao sertão, já se teria construído um sentimento de aspiração de modernidade em parte dos goianos³⁵⁶.



Figura 16: A primeira missa, 1933. Fonte: Arquivo Histórico Estadual.

Costa compara a missa que precedeu a roçagem de Goiânia ao descobrimento do Brasil, quando este ainda era nomeado Terra de Santa Cruz. Para os mudancistas, a pedra fundamental da futura capital simbolizava a vinda do progresso³⁵⁷.

Desde, porém, que se lançou, em 1933, a pedra fundamental de Goiânia, a localidade recebeu uma plethora de novo sangue, tornando-se um centro de alto progresso. Em pouco tempo se construíram várias ruas e avenidas, dentre estas se destacando a 24 de outubro³⁵⁸.

Não obstante, na “época da construção de Goiânia, o arquiteto Atílio Corrêa Lima marcou o local onde seria construído o Palácio do Governo com um esqueleto de ema³⁵⁹”. Segundo o próprio Atílio o “único objeto disponível na ocasião neste belo cerrado³⁶⁰”. Para Mello, “o esqueleto de ema e o palácio eram elementos contrários, mas não contraditórios, pois estavam dentro da lógica da ‘modernidade no sertão’ que se movia pelo binômio

³⁵⁶ Nesta perspectiva, enquanto a cidade se erguia, para aqueles que eram a favor da mudança, “os hábitos sociais da novel capital, com uns toques acentuados dos grandes centros urbanos, influíam e muito na mentalidade goiana, amoldando-a aos confortos da civilização” (COSTA, 1985, p. 32). Destarte que “a materialidade destes edifícios esteve impregnada de um esforço que vai além dos elementos estéticos que lhe são inerentes”. (MELLO, 2006, p. 81).

³⁵⁷ “Terminou o dia 24 de outubro de 1933. A futura capital de Goiaz (sic) contava apenas com sua pedra angular, um simples marco num extensíssimo altiplano (sic) do Brasil Central”. (COSTA, 1985, p. 32).

³⁵⁸ COSTA, 1985, p. 71

³⁵⁹ MELLO, 2006, p. 32

³⁶⁰ LIMA apud CORDEIRO, 1989, p. 47 apud MELLO, 2006, p. 32

destruição e transformação³⁶¹”. Esta “destruição” denominada por Mello (2006) de “criativa³⁶²” expressaria

a dualidade do processo modernizador em geral, pois, ‘como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não pode fazer um omelete sem quebrar os ovos, como observou toda uma linhagem de pensadores modernistas de Goethe e Mao^{363,364}’.

A ideia de progresso fazia com que a destruição de matas e aberturas de estradas fossem narradas em tom ufanista e poético³⁶⁵. Em 28 de setembro de 1933 “foi assinado um outro contrato com a firma P. Antunes Ribeiro & Cia, tendo como proposto Atílio Corrêa Lima, para acompanhar as execuções da obra³⁶⁶”. Nos últimos meses de 1933 e início de 1934, na nascente capital,

ergueram-se numerosas habitações de tábuas para abrigo dos operários, em grande parte chamados de São Paulo e de outras regiões do País. E aquela grande colmeia humana, gozando as vantagens do clima soberano dos campos em que estava, começou a erguer, a pedra e cimento, uma das provas mais eloquentes do dinamismo do homem do *hinterlande* nacional³⁶⁷.

A partir de 1933, Pedro Ludovico, residindo até então no Palácio Conde dos Arcos na Cidade de Goiás, ia “toda semana à Goiânia acompanhar o andamento das obras³⁶⁸”. Isso, até transferir-se definitivamente para a nova capital, em 1935, onde morou “em uma casa no primeiro quarteirão da rua 20, onde está hoje a Justiça Federal e onde funcionou a antiga Faculdade de Direito³⁶⁹”.

³⁶¹ MELLO, 2006, p. 32

³⁶² Ibid., p. 32

³⁶³ HARVEY, 1993, p. 26 apud MELLO, 2006, p. 32

³⁶⁴ MELLO, 2006, p. 32

³⁶⁵ Com o passar do tempo, Oliveira (2008), observou que, o acidente com o Césio 137 mudara a visão progressista goianiense de anseio pelo progresso a qualquer custo, pela qualidade de vida. A partir daquele momento, os administradores utilizaram “expressões novas nos elogios à cidade, como: respeito ao meio ambiente, qualidade de vida, a recuperação da memória histórica, etc.” (OLIVEIRA, 2008, et al., p. 231). Oliveira expõe as capas das listas telefônicas de Goiânia com forte cunho ambiental na década de 1990 (poucos anos depois do acidente radioativo), como uma busca para se transmitir um imaginário de “qualidade de vida” na cidade “houve uma considerável mudança de conteúdo das representações sobre Goiânia após o acidente radioativo, em direção à imagem vinculada à ecologia” (OLIVEIRA, 2008, et al., p. 242). Eliézer ainda explana que, na atualidade, “o medo do progresso e da tecnologia não é exclusivo dos goianienses – é ainda uma preocupação global” (OLIVEIRA, 2008, et al., p. 241). Não obstante, estuda-se um determinado período em Goiânia, no qual as autoridades ansiavam pelo progresso. Isso, na perspectiva do atual cotidiano de parte da sociedade com a visão de “medo deste futuro ambiental”.

³⁶⁶ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 62

³⁶⁷ COSTA, 1985, p. 33

³⁶⁸ SOUSA, et al 1986, p. 158

³⁶⁹ SOUSA, et al 1986, p. 158

o ano de 1934 se escoava lentamente. As dificuldades de transportes do material necessário, que era adquirido nos centros industriais paulistas, constituíam sérios óbices ao prosseguimento dos trabalhos. Desse modo, durante esses doze meses, nada mais foi dado ao espectador observar senão a marcha pouco acelerada das construções, sob o olhar impaciente e paternal de Pedro Ludovico, que, acompanhado de amigos e auxiliares, as visitava com frequência³⁷⁰.

Em 29 de abril de 1934, “foi aprovada pelo Interventor Federal em Goiás a proposta do engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno para assumir a direção geral das obras³⁷¹”. Todavia, o contrato com a firma P. Antunes Ribeiro & Cia só foi rescindido em 26 de abril de 1935. Pedro Ludovico teria feito um

insistente apelo, inicialmente negado, foi reiterado pelo intermediário, via telegrama endereçado ao Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, residente no Rio de Janeiro: ‘Dr. Jerônimo Coimbra Bueno – Voluntários da Pátria, 246, Rio – Doutor Pedro deseja sua vinda urgente de acordo (sic) com o telegrama que lhe dirigiu. Abraços, Oscar³⁷².

A partir de então o acordo foi aceito. A firma dos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno assumiram “a direção geral das obras, cujo o contrato foi assinado no dia 04 de dezembro de 1934³⁷³”.

a construção de Goiânia ficou de fato sob responsabilidade de iniciativa particular. Inicialmente a firma construtora P. Antunes Ribeiro foi contratada entre 1933 e 1935. Em seguida foi substituída pela firma Coimbra Bueno e Pena Chaves (1935-1938). A exploração da rede de energia elétrica e telefonia foi cedida à empresa particular B. Santana e Cia. Ltda., em novembro de 1934. As redes de água, esgoto e iluminação foram cedidas à empresa Herbert Pereira e Cia. Ltda., em novembro de 1934³⁷⁴.

No ano de 1935 as obras de Goiânia começam a acelerar com mais afinco, foi um ano considerado “de grandes e proveitosas atividades para o jovem núcleo de população³⁷⁵”. O relatório de Corrêa Lima focalizou “com argumentações de técnica (sic), os problemas vitais da cidade que se erguia, salientando as providências que desde cedo se devia tomar, a bem da coletividade³⁷⁶”.

³⁷⁰ COSTA, 1985, p. 34

³⁷¹ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 62

³⁷² ALVARES, 1942, p. 80 apud MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 62

³⁷³ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 62

³⁷⁴ DAHER, 2003, p. 214-216

³⁷⁵ COSTA, 1985, p. 36

³⁷⁶ COSTA, 1985, p. 36

Corrêa Lima previu não apenas o *art déco*, mas também redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e de lixo. Outrora, após o ano de fundação da cidade, “viria 1935 encontrando somente arcabouços de alguns prédios do governo, de algumas casas definitivas e de várias destas de madeira, moradas provisórias. Mas aquela área não ostentava mais o espetáculo completamente verde da natureza³⁷⁷”. Não obstante, “aqui e acolá já se via rasgado o seio rubro da terra por onde os operários estavam arrastando os caminhões e as carretas que integravam o concerto sonoro daquele belo cometimento³⁷⁸”

Entende-se que a mudança da empreitada da firma pela qual Corrêa Lima trabalhava, para a de Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda, tenha influenciado nesta quebra de continuidade de planejamento no que se refere aos itens básicos para administrar uma cidade limpa, arejada e mais higiênica. Em 1935, “quando Atílio Corrêa Lima foi substituído pela firma Pena e Chaves Ltda, dos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, houve uma série de modificações em relação ao traçado pensado por Atílio foram feitas em Goiânia³⁷⁹”. Não obstante, “em 1935, Atílio desligou-se de seu trabalho de implantação e construção da nova capital por falta de remuneração, acredita-se. Mesmo assim, não se pode desconsiderar que por dois anos ele perseverou nas obras da cidade³⁸⁰”. Mediante a poucos recursos do governo estadual

as construções particulares se espalhavam profusamente pela área urbana. Formavam-se os bairros. As zonas comerciais e industriais, demarcadas na planta, ganhavam vida, com a presença de seus primeiros povoadores. A confiança, até há bem pouco bem arredia, começava a chegar aos corações de todos os habitantes. Nota-se um crescente movimento econômico-social entre Goiânia e as cidades circunvizinhas³⁸¹.

Ainda em 1935 a posição de mudança da capital pelos governistas e os que eram contra a mudança, os oposicionistas, deixa claro a questão política da construção de Goiânia. Transferir a capital não seria apenas por progresso e para esparecimento dos goianos, seria também uma questão política. Mesmo que a transferência fosse realizada, inicialmente, com estabelecimento de órgãos públicos em edifícios de madeira, como a prefeitura, fotografada na figura 17 (p. 98).

³⁷⁷ COSTA, 1985, p. 34

³⁷⁸ Ibid, p. 34

³⁷⁹ OLIVEIRA, 2007, p. 17 – Grifo nosso

³⁸⁰ MELLO, 2006, p. 42

³⁸¹ COSTA, 1985, p. 59



Figura 17: Ainda em 1936, a sede da prefeitura ainda era ocupada em um prédio provisório de madeira, como está na imagem acima. Fonte: AHE.

Ao reunir seus correligionários do Partido Social Republicano para as eleições de 1935, o interventor disse aos mesmos “com franqueza excepcional, falou-lhes do programa de sua administração, que teria como objetivo principal, conforme até ali demonstrara, a mudança da capital³⁸²”. Em meados de 1937,

Goiânia já agora com o cetro de metrópole, passou a ser um verdadeiro cartaz nas zonas mediterrâneas do País (sic), mesmo nas proximidades do litoral. Afluíam à ela pessoas de todos os recantos, animadas - umas da nobre intenção de trabalhar honradamente e outras, apenas de explorar a generosidade da sua gente³⁸³.

Para o principal idealizador da empreitada, a mudança da capital não era “apenas um problema na vida de Goyaz (sic). É também a chave, o começo de solução de todos os seus problemas³⁸⁴”. Goiânia era vista para ser “uma capital acessível, que irradie o progresso e marche na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à

³⁸² COSTA, 1985, p. 39

³⁸³ COSTA, 1985, p. 69

³⁸⁴ TEIXEIRA, 1935 apud COSTA, 1985, p. 40

maioria dos municípios por uma rede rodoviária planejada³⁸⁵”. Um pioneiro descreve este contexto citando o decreto de transferência:

O decreto, muito embora energeticamente bombardeado, foi cumprido. Pode-se ver então a futura capital em perspectiva. As avenidas eram rasgadas, amplas, convergindo para uma grande praça, onde todos os prédios públicos se agrupavam. Aqui, a zona residencial; ali, a comercial; acolá, a industrial. Rua 20, rua 35. Bairro Popular. Vila Militar. Avenida Anhanguera. Avenida Tocantins. Catedral. Caixa d'água. E a gente ficava, extasiado, a namorar a planta, metendo o dedo à procura disto ou daquilo, sem se lembrar se quer de que a cidade ainda não existia³⁸⁶.

Depois de quatro anos de construção a população de Goiânia era de “cerca de 9 mil pessoas³⁸⁷”. O administrador municipal, Venerando de Freitas Borges, “vivia nas ruas e nas estradas, fiscalizando obras, planejando, consertando e estimulando³⁸⁸” trabalhadores. O primeiro prefeito de Goiânia critica aqueles que foram contrários ao surgimento da nova capital, citando os que trabalharam para que ela surgisse, fazendo uma relação entre estes e o ambiente dos primeiros anos da cidade:

São os inveterados derrotistas que não participaram dos primeiros embates; são os que não se misturaram ao pó vermelho dos primeiros tempos da cidade que nascia; são os que não dormiram nos ranchos e nas casas de tábuas, e não ouviram o coaxar dos sapos nas barrancas do Botafogo e não tiveram a ventura de assistir ao saracotear desengonçado das emas assustadas pelo barulho das máquinas e das ferramentas, na faina contínua da construção; são aqueles que não se irmanavam na simplicidade dos primeiros moradores da nova fronteira que se abria no coração da Pátria – os operários vindos de outras terras³⁸⁹.

Na explanação do prefeito Venerando, percebe-se o barulho da natureza e o das máquinas, o coaxar dos sapos misturado com o das ferramentas da construção. Esta espécie de “simbiose” entre a modernização e o sertão seria angariada politicamente pela “Marcha para o Oeste” do Governo Federal. Doravante, “assim, Goiânia, surgia do nada para se transformar, poucos anos depois, no marco decisivo da Marcha para o Oeste fabuloso³⁹⁰”.

A estratégia de Ludovico selava a coincidência dos interesses regionais e federais em torno da construção da nova capital, já que uma das políticas do presidente

³⁸⁵ TEIXEIRA, 1935 apud COSTA, 1985, p. 40

³⁸⁶ COSTA, 1985, p. 28

³⁸⁷ SABINO JÚNIOR, et al 1986, p. 147

³⁸⁸ FIGUEIREDO, et al 1986, p. 154

³⁸⁹ BORGES, et al., 1986 p. 189

³⁹⁰ Ibid., p. 186 – Grifo nosso

Vargas era a Marcha para o Oeste, que tinha como meta de crescimento a tomada de território rumo ao Amazonas. Goiânia era um ponto estratégico deste roteiro³⁹¹.

Portanto, “a união de Vargas e Pedro Ludovico Teixeira para viabilizar a criação de Goiânia foi talvez um dos primeiros passos na real consciência do significado dessa expansão em direção ao Oeste, tão necessária para ocupação do país³⁹²”. Segundo Vargas, “cada nova instalação territorial (colônia agrícola, fábrica, cidade), implantada num lugar, deveria assumir um caráter exemplar para o conjunto dos demais lugares do país³⁹³”. A nova capital goiana também “permitiria trazer reflexos sobre a futura capital federal, que um dia chegaria³⁹⁴”. Outrossim, “sob muitos aspectos, Goiânia é prefiguração de Brasília, e com certeza, Lúcio Costa inspirou-se nela, consciente ou inconsciente, quando germinou em seu espírito a ideia-chave que iria materializar-se na Capital Federal³⁹⁵”.

Em 1942, Costa chama Goiânia de “cidade – dínamo. Todas as suas vias públicas estão tomadas pela presença ruidosa do operário. Asfalto, esgoto, telefones, prédios em geral, obras artísticas – dir-se-á uma colmeia social em pleno movimento³⁹⁶”.

3.2. Etapas do primeiro plano diretor

Entre os tópicos destacados no primeiro relatório para a escolha do local da nova capital, elaborado pela comissão composta via Decreto nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, estão

A situação geográfica (localização e densidade demográfica) e a topografia são apropriadas. Dentro de um raio de 12 quilômetros, em rumo de 130 graus de Campinas, distante 7 quilômetros desta, num planalto de 760 metros de altitude, de terras ótimas para a cultura, todas cobertas com matas, localizava-se o melhor local para se construir uma cidade moderna³⁹⁷.

³⁹¹ MELLO, 2006, p. 34

³⁹² PIRES, 2009, p. 126

³⁹³ LOPES, 1993, p. 25 apud PIRES, 2009, p. 126

³⁹⁴ PIRES, 2009, p. 126

³⁹⁵ BRUAND, 1981, p. 352 apud PIRES, 2009, p. 126. Embora com um sucesso menos notável do que Brasília – no que se refere ao planejamento físico – a cidade de Goiânia reflete um esforço que, levando-se em consideração a escassez de recursos existentes em Goiás por ocasião da sua fundação, foi indiscutivelmente superior ao da construção da capital federal. (GOIÁS. In: Fundação Indur. 1981, p. 10). Em termos proporcionais, o desafio de emergir a cidade teria sido maior do que o de Brasília devido a pouca infraestrutura disponível para tal, a dificuldade em conseguir materiais para construção devido as distâncias com o sudeste do Brasil (neste caso, por causa da menor infraestrutura em Goiás na década de 1930), a resistência de quem não queria mudar a capital, a obstinação de autoridades públicas de manter o ordenamento do Plano Original, o fator da especulação imobiliária, dentre outros

³⁹⁶ COSTA, 1985, p. 83

³⁹⁷ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 60 - Grifo nosso

No relatório da comissão para escolha do local já constava que “num raio de 12 quilômetros” do ponto central onde seria a cidade havia “terras ótimas para cultura, todas cobertas de matas”, o que corrobora com a percepção de que no local onde se construiu Goiânia, havia extensas áreas verdes e de vegetação. Segundo o relatório, na então região na qual se vislumbrava-se a instalação da nova capital, a hidrografia era considerada importante para a manutenção do clima urbano e para abastecer a população³⁹⁸. Outrossim, percebe-se uma quantificação dos recursos naturais (mesmo que relativamente limitada), no relatório da comissão de escolha da nova capital goiana.

Por meio do Decreto nº 3.547, de 06 de julho de 1933, Pedro Ludovico resolve encarregar ao urbanista Atílio Corrêa Lima, que era representante da firma P. Antunes Ribeiro e Cia, do Rio de Janeiro, o estabelecimento do projeto da futura capital do Estado³⁹⁹. No decreto que nomeava Atílio, é institucionalizada a palavra “plano diretor” para a nova capital de Goiás. No artigo 3º é mencionado o ordenamento do plano urbanístico, explanado da seguinte maneira:

a) sistemas de logradouros públicos; b) indicações relativas a circulação; c) zoneamento e divisão da cidade em várias zonas, cada uma com determinada finalidade; d) esquema das redes de água esgoto de luz e força; e) sistemas de parques, jardins, ruas-jardins, terrenos para esporte e recreio, bem como indicação sobre a arborizações das ruas; f) plano detalhado do centro cívico e dos principais edifícios correspondentes; g) indicações sobre a coleta transporte e tratamento de lixo; h) caderno de obrigações relativo aos edifícios a serem construídos nas quadras centrais; relatório justificando as soluções dadas pelo plano aos diferentes problemas, compreendendo: I – legislação relativa ao plano diretor, II – regulamento sobre abertura de ruas e loteamento do terreno, III - regulamento de construções, IV – projeto de organização administrativa⁴⁰⁰.

Nota-se que na lei que estabelece as diretrizes para o plano diretor de Goiânia (de 1933, bom ressaltar), já são delineadas as preocupações do ambiente urbano, como redes de água e esgoto, parques, jardins, ruas-jardins, arborização e até sobre a coleta e o tratamento de lixo na cidade. Isso parece ser algo relativamente ainda novo no Brasil, nestas proporções para aquele período, assim como o termo “plano diretor” para as cidades.

Em contextos gerais no planejamento das cidades, como explanou-se, as maiores decisões consideradas importantes na gestão ambiental está a responsabilidade sobre os

³⁹⁸ MARTINS JÚNIOR, 2007

³⁹⁹ Ibid., p. 81

⁴⁰⁰ GOIÁS, Decreto nº 3.547, de 06 de julho de 1933 apud JUNIOR, 1958 p. 81-82

espaços urbanos (que formam o ambiente), territórios e atividades urbanísticas. Essas, no aspecto mais amplo, “estão associadas à definição de diretrizes gerais e a adoção de um processo de planejamento que estabeleça as três fases necessárias à implantação de planos, programas e projetos⁴⁰¹”.

Isso significa que o decreto, que estabelecia as diretrizes do Plano Diretor estava muito técnico para ser baixado apenas de forma política e institucional. Portanto, entende-se que mesmo antes de Attílio ser nomeado para a elaboração do Plano Diretor de Goiânia, ele já teria conversado previamente com o interventor de Goiás e ou com a administração estadual, repassando-lhes diretrizes técnicas, para edição do decreto que indicaria a elaboração do projeto da nova capital.

Depois de mais de dois anos do início das obras, é assinado o Decreto nº 327, de 02 de agosto de 1935, que cria o município de Goiânia, que seria instalado, já com comarca, no dia 20 de novembro daquele mesmo ano. Ludovico mudou-se definitivamente para Goiânia em 04 de dezembro de 1935⁴⁰². Porém, mesmo o governador morando na nova cidade (ainda em construção), Goiânia até então não era oficialmente capital do Estado. A legislação indicava que a cidade seria capital apenas no ano seguinte. Todavia, aos poucos, via decretos, Pedro Ludovico transferia os órgãos públicos da Cidade de Goiás para Goiânia, o que provocava grande descontentamento em grande parte dos habitantes da antiga capital.

O projeto que previa a elaboração institucionalizada do primeiro plano diretor de Goiânia, exposto pelo Decreto nº 3.547, de 06 de julho de 1933, deu as diretrizes para que Attílio Corrêa Lima iniciasse os estudos para a nova capital. Após a entrega do relatório do “Plano Diretor” ao governador de Goiás, no início de janeiro de 1935, uma parcela significativa dos estudos do arquiteto (mesmo sendo utilizados em parte), não foi institucionalizada em forma de lei. No início das obras, Attílio montou “seu escritório junto às obras que se iniciavam na vasta e erva campina onde deveria ser erguida a capital goiana⁴⁰³”.

Portanto, seria salutar dizer que se aproveitou do plano de urbanização original entregue por Attílio em 1935 e, junto com Armando Godoy e técnicos do poder público, elaborou-se de forma legislativa e institucionalizada, o primeiro “plano” de urbanização, de maneira institucional para aprovação na Assembléia Legislativa, de Goiânia, mais de dois anos depois da entrega do relatório do projeto ao interventor.

⁴⁰¹ BRUNA, Gilda Collet; JR, Arlindo Philippi; ROMERO, Marcelo de Andrade. p. 3, 2004.

⁴⁰² ROCHA, 2003, p. 21

⁴⁰³ SILVA, 1999, p. 40

Quando Armando Augusto de Godoy assumiu, o arcabouço do plano reformulado ficou pronto em 1937 (...) Nele, só foram mantidos o Núcleo Central e o Setor Norte do projeto original de Atílio, pois era tarde para mudanças, já que as obras em andamento se baseavam nestes projetos. As transformações pretendidas, porém, eram plenas de sentido. Godoy empenhou-se na realização de um sonho: projetar e ver materializada uma cidade-jardim brasileira – Goiânia⁴⁰⁴.

Durante cerca de três anos, desde a entrega dos trabalhos de Atílio (janeiro de 1935), até a aprovação definitiva do primeiro plano (na legislação estadual), Goiânia ficaria sem um referencial único institucionalizado de normas urbanas gerais, até o final de julho de 1938. Somariam-se aos dois primeiros anos de obras (1933 à 1935), o que totalizaria quase cinco anos sem uma norma específica em lei de diretrizes de ocupação dos espaços da cidade (1933 à 1938), com exceção dos relatórios técnicos, decretos e resoluções sem aprovação legislativa, além de leis avulsas específicas aos diferentes espaços urbanos.

A imagem de uma cidade moderna era preponderante para a consolidação de poder de seu fundador. Consideraria-se, talvez, que o Plano de Urbanização de Goiânia, feito por Atílio Corrêa Lima, é considerado como o primeiro Plano Diretor da Cidade (porém, não institucionalizado por lei e, pouco efetivado, com maiores práticas na região central). Nele estão as primeiras ideias e os primeiros desenhos de Goiânia. O plano de Goiânia elaborado no decorrer da década de 1930 é considerado como “híbrido, que tinha como determinantes principais um princípio barroco e, do urbanismo culturalista, as idealizações de cidade-jardim⁴⁰⁵”, além do que seria *déco*-modernista.

Segundo Diniz, em seus projetos, Lima passou pela transição do neocolonial para a “arquitetura modernista. Muitas vezes havia a dúvida de qual estilo adotar. As soluções para os espaços internos das edificações eram iguais, porém as fachadas eram diferentes, como no caso do projeto de sua residência⁴⁰⁶”, no Rio de Janeiro.

Atílio tinha apenas 33 anos de idade, quando apresentou a Pedro Ludovico o Plano de Urbanização de Goiânia. Um ponto alto do Plano Urbanístico de Atílio seria o de sua visão “ambientalista, dirigida para o objetivo de realçar o verde. Ao notável coeficiente de áreas verdes em relação aos espaços usados para edificações⁴⁰⁷”. Havia uma preocupação em circuncidar a cidade com um anel verde, que integraria os *park-ways*, os quais teriam, no mínimo, cinquenta metros de áreas verdes de cada lado dos cursos d’água, em suas margens.

⁴⁰⁴ MELLO, 2006, p. 42

⁴⁰⁵ MELLO, 2006, p. 45

⁴⁰⁶ DINIZ, 2007, p. 47

⁴⁰⁷ GONÇALVES, 2003, p. 18

O núcleo central da cidade, proposto pelo primeiro arquiteto oficial das áreas goianienses, seria para uma população de 15.000 habitantes. Partindo da Praça Cívica, haveria um raio de cerca de nove quilômetros para abrigar uma população de cerca de cinquenta mil pessoas. Em entrevista, Pedro Ludovico disse que, a princípio, Atílio queria um planejamento para “cem mil habitantes⁴⁰⁸” no qual

a zona de diversões e esportes dispunha da quadra 69 inteiramente reservada para o Teatro Municipal e mais três quadras vizinhas a ela, pela Rua 3, no lado norte do Parque dos Buritis. Na parte sul desse parque havia uma área destinada ao Automóvel Clube de Goiás, projetado como sede social, campos de tênis e uma grande piscina. Além do Automóvel Clube, foram reservadas, ainda, quatro áreas para clubes esportivos, sendo uma na extremidade da Avenida Araguaia, junto ao Parque Botafogo e mais o Estádio Olímpico Municipal, projetado no Setor Central, junto ao Aeródromo, com um campo de futebol de acordo com dimensões internacionais, pista para atletismo, doze quadras de tênis, uma grande piscina e sede social⁴⁰⁹.

Ao realizar o primeiro esboço para a definição do lugar do plano piloto da nova capital, em uma “folha de papel vegetal, o urbanista traçou à lápis os córregos Botafogo e Capim Buba, cortados pela rodovia que fazia ligação entre as cidades de Leopoldo de Bulhões, onde chegava à ferrovia, e Campinas-GO⁴¹⁰”. O núcleo central da cidade foi estabelecido em forma de triângulo, conforme Diniz expõe no primeiro esboço de Goiânia, realizado por Lima, explanado na figura 18 (p. 104).



Figura 18: Esboço de Goiânia realizado por Atílio Correa Lima, década de 1930. Fonte: Reprodução do acervo particular da família Corrêa Lima apud DINIZ, 2007, p. 121.

⁴⁰⁸ Folha de Goiás, 24/10/1978

⁴⁰⁹ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 65

⁴¹⁰ DINIZ, 2007, p. 121.

O fato de Goiânia ter sido planejada para uma “capacidade inicial” de 50 mil habitantes, “reflete a posição do governante, como uma questão até mesmo de ordem orçamentária e pragmática, pois nenhuma autoridade contraria um projeto de cidade para uma população infinita⁴¹¹”. Portanto, segundo Júnior, “não é correto afirmar” que, na década de 1930 “Goiânia foi concebida para 50 mil habitantes⁴¹²” em todos os planejamentos administrativos. Isso porque o “Plano Diretor aprovado em 1938 compreendeu uma Cidade-Central com quatro setores iniciais (Central, Sul, Norte e Oeste) e uma cidade satélite (Campinas)⁴¹³”, além da projeção de outros bairros.

Observa-se também que, no caso de Goiânia, as terras na nova capital eram sinônimo de poder do Estado, que adquiriu grande parte das mesmas, e de quem conseguisse possuí-las. No total do Plano Original de Goiânia, entre espaços livres como parques públicos, praças ajardinadas, dentre outros, projetou-se “375 hectares ou 3.750.000m², representando 34,65% do espaço total projetado de 1.082 hectares⁴¹⁴”.

Em algumas quadras de grandes dimensões foi introduzida, no seu interior, uma série de lotes no sistema *cul de sac*, cujas ruas eram dilatadas em fundos de saco, dotadas de *play-grounds*. Essa zona foi instalada em regiões próximas às áreas de matas, cerradão e veredas, proporcionando tranquilidade e conforto ambiental, além da facilidade de acesso aos bairros tanto ‘suburbanos’ (setores Sul e Oeste) como ‘urbanos’ (Setor Central) pelas avenidas-parques (Alamedas 115, das Rosas, dos Buritis, do Botafogo e Avenida Oeste). Campinas foi planejada como cidade-satélite⁴¹⁵.

A Praça Cívica foi projetada do ponto de vista do paisagismo, pela sua área de 28.000 m², com ajardinamento e lagos decorativos⁴¹⁶. No local onde se encontra o monumento das “Três Raças”, foi proposto uma outra representação do “Anhanguera, às bandeiras e às riquezas do Estado⁴¹⁷”. Onde atualmente está a imagem do Anhanguera, entre as atuais Avenidas Goiás e Anhanguera, foi proposto “um monumento comemorativo à construção de Goiânia, contendo o marco de aroeira que serviu a sua fundação⁴¹⁸”. As avenidas-parques que foram projetadas são:

⁴¹¹ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 57

⁴¹² Ibid., p. 58

⁴¹³ Ibid., p. 58

⁴¹⁴ Ibid., p. 68

⁴¹⁵ Ibid., p. 65

⁴¹⁶ Ibid., p. 68

⁴¹⁷ Ibid., p. 68

⁴¹⁸ Ibid., p. 68

Avenida Oeste, no setor norte, contornando, pelo lado do setor Central, o horto florestal (totalmente desmatado para dar origem ao Setor Fama e parte do Setor Aeroporto);
Alameda dos Buritis, contornando o Parque dos Buritis, no Setor Central;
Ruas 101, 106 (contornando o Parque dos Buritis), 134 e 133 (contornando o parque da nascente do Córrego dos Buritis), rua 115 (contornando o Parque Linear Botafogo, no Setor Sul, Central e Norte);
Avenida das Indústrias, de sentido leste-oeste, ligando a cidade-satélite de Campinas ao Setor Central, numa da avenida-parque de contorno da represa Jaó⁴¹⁹.

Além dos projetos paisagísticos, pensou-se que “a zona residencial teria lotes com dimensões de 12 metros de testada, no centro, atingindo 15 metros e mesmo 25 metros de frente, aumentando-se proporcionalmente os fundos, nas zonas periféricas destinadas às pequenas chácaras⁴²⁰”. Percebe-se que, mesmo ainda não institucionalizado, observa-se uma semelhança ao que seria um “Plano Diretor” informalizado, imposto por autoridades ou, talvez, em partes, improvisados por moradores, juntamente com uma perspectiva de fragmentos de gestão ambiental (espacial) sendo formulados.

Conforme o enunciado de seu plano. Goiânia poderia ser rodeada por um bucólico cinturão verde e seu crescimento organizado sob a forma de pacíficas cidades-satélites, não fosse ela uma cidade inserida em um contexto político, econômico e social que esculpe a paisagem urbana ao sabor de suas contradições. Assim, os planos das cidades projetadas no Brasil, independentemente do julgamento de seus valores intrínsecos, funcionam apenas como um arcabouço básico sob o qual se desenrolará um roteiro de crescimento próprio do tipo de sociedade que deles se apropriam⁴²¹.

Doravante, “até o final da década de 1950, em decorrência das diretrizes do Plano Original da Cidade, os únicos parcelamentos permitidos de glebas de áreas da zona rural eram os que estavam de acordo com as exigências dos módulos mínimos do Incra, além da obediência às normas do Código Municipal de Obras, aprovado pela Lei nº 574, de 12 de maio de 1947, alterada posteriormente pela Lei nº 176, de 16 de março de 1950. *****

Chácaras e fazendas na região sul da cidade foram concebidas para loteamentos, sobretudo na década de 1950, como na região da Macambira, Fazenda Vaca Brava, dentre outras pequenas propriedades rurais.

Um ofício enviado ao secretário de estado de viação e obras públicas, Eurico Calixto de Godoi (sem remetente), provavelmente datado de 1953, revela os obstáculos para demarcação de lotes e padronização de residências, de onde era também denominado

⁴¹⁹ Ibid., p. 68

⁴²⁰ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 65 – Grifo nosso

⁴²¹ MELLO, 2006, p. 45-46

“Macambira”. Ressaltando que “dada as dificuldades encontradas na demarcação da parte invadida do ‘Setor Pedro Ludovico’, por parte de moradores que se opunham, de todos os modos a que fossem furadas as paredes de suas residências para piquetes colocados, obrigando-os a refazer grande parte dos serviços⁴²²”. Pelo referido ofício, solicitou-se “o reajustamento dos preços de demarcação daqueles lotes⁴²³”.

Diante das dificuldades observadas para um ordenamento espacial imposto pelo poder público no Setor Pedro Ludovico, achou-se “mais viável em vez do ajustamento – pretendido, haver uma recompensa aos trabalhos que tivessem que ser refeitos⁴²⁴”. Prevendo a entrega e demarcação daquele setor “apenas com os marcos eixos das ruas e cantos de quadras daquela parte invadida, que totaliza 1.341 lotes⁴²⁵”. O segundo Plano Diretor de Goiânia, só seria aprovado em sua totalidade, a partir de 1959.

3.4 A diferença no tratamento dos espaços legais e ilegais da cidade

Se havia forte controle sobre a cidade para corresponder ao dito primeiro Plano Diretor nas três primeiras décadas de Goiânia, por outro lado, a cidade ilegal, das invasões, situada em grande parte nas margens dos cursos d’água, crescia de maneira aparentemente não prevista. Os principais centros destas invasões eram as regiões do “Botafogo”, Vila Operária e “Macambira” (atual Setor Pedro Ludovico e demais partes da região sul, sudeste e sudoeste de Goiânia). Segundo Gonçalves: “a natural pressão social que essas invasões exerceram fez com que o Estado promovesse a urbanização dessas áreas, doando os lotes urbanizados aos invasores⁴²⁶”. Em termos técnicos e amplos, Moraes concebe este processo em cidades de valorização do espaço como uma relação de níveis de interação com o ambiente pelo qual:

tratam-se de riquezas naturais transformadas em objetos de consumo e de formas construídas que se agregam ao solo sob o qual estão erguidas. Em outras palavras, trabalho materializado na paisagem, valor depositado nos lugares – é em função

⁴²² Ofício enviado ao secretário de estado de viação e obras públicas, Eurico Calixto de Godoi. Sem remetente. Data provável de 1953. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.- Grifo nosso.

⁴²³ Ibid..

⁴²⁴ Ofício enviado ao secretário de estado de viação e obras públicas, Eurico Calixto de Godoi. Sem remetente. Data provável de 1953. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG. Grifo nosso.

⁴²⁵ Ofício enviado ao secretário de estado de viação e obras públicas, Eurico Calixto de Godoi. Sem remetente. Data provável de 1953. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

⁴²⁶ GONÇALVES, 2003, p.70.

disso que os espaços passam a se diferenciar por características humanas e não apenas por condições naturais variáveis⁴²⁷.

São percebidas diferentes formas de apropriações dos espaços durante o surgimento de Goiânia⁴²⁸. De um lado um grupo ocupava a cidade legal e planejada, e por isso, seus terrenos tinham mais valor (mesmo que se tenha extraído recursos naturais destes locais para construí-los). Do outro, haviam aqueles que habitavam a cidade ilegal, porque por lei não podiam ocupar outras regiões desocupadas. Residiam em áreas não previstas do chamado “Plano Diretor” pelas autoridades da cidade. Outrora em solo urbano, ainda em análise macro, “uma riqueza natural qualquer envolve necessariamente a construção de uma infraestrutura, na sua área de localização⁴²⁹”. Não obstante, já em termos locais, onde havia apenas o ambiente natural em Goiânia, o local, *a priori*, era desvalorizado.

O Estado tornara-se um mediador entre a cidade legal e ilegal. Na nova capital, muitas vezes, esta mediação era realizada levando-se em consideração os *status quo* das autoridades. Por exemplo, havia muita poeira nas ruas durante as construções em áreas urbanas, e os logradouros eram frequentemente assoreados pela chuva, o que fazia surgir várias ruas com buracos.

As administrações municipal e estadual tinham que mandar frequentemente, caminhões, carroças e rolo compressor puxado por bois, além de um trator doado pela prefeitura do Rio de Janeiro para serviços de cascalho e “movimento de terras⁴³⁰” nos bairros. Se levarmos em conta as Ordens de Serviço, podemos perceber, em tese, alguns locais da cidade com mais ações do que outros.

Em análise das Ordens de Serviço da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de Goiás, percebe-se a diferença de tratamento entre áreas da cidade, nas quais grande parte dos trabalhos seriam realizados por meio da administração pública. Sendo escritos nestes documentos não apenas os nomes das ruas ou logradouros, mas também nomes dos moradores dos mesmos.

Outrossim, observa-se na Ordem de Serviço nº 467 de 1936, emitida pelo engenheiro da Superintendência Geral, com sua assinatura aparentemente não legível de: “mandar dois

⁴²⁷ MORAES, 1997, p. 35

⁴²⁸ Esta dialética contraditória “espacial entre produção e consumo leva a considerar a questão ambiental” (CAVALCANTE, et al., 2001, p. 16). Neste sentido, fundamentaremos o termo ambiental, perpassando o significado da produção do “ambiente urbano” e a consequente necessidade de administrá-lo, considerando seus impactos multidisciplinares, interdisciplinares e transversais na população de Goiânia no período em pauta.

⁴²⁹ Ibid., p. 36

⁴³⁰ Termo que era utilizado nas Ordens de Serviço da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de Goiás.

caminhões para o serviço de ‘encascalhamento’ (sic) das ruas ‘71’ e ‘58’ no Bairro Popular. (As 10 casas do Sr. Waldemar)⁴³¹”. O que seria dez casas de um proprietário em uma cidade que muitos moravam perto dos córregos, para estes, não se percebe muitos serviços públicos.

Havia também os serviços cotidianos de reparações que eram realizados constantemente na cidade. Como está na Ordem de Serviço nº 399/1936, dirigida ao “chefe de transportes”, dizendo para “mandar para o serviço de cascalho e movimento de terra 8 caminhões. Experimentar os bois com o rolo compressor. Entregar o relatório de costume a respeito do transporte⁴³²”.

Porém, quando a administração pública não interfere ou se omite nas relações de poder, na tomada dos espaços, pode ocorrer violência entre moradores, como observou-se na tomada de terras por grileiros nos arredores de Goiânia. O Jornal “O Social”, do dia 10 de agosto de 1950, retrata uma dessas relações de violência na ocupação dos espaços, neste caso, na zona rural do município, mas, com ordens partindo da área urbana. Com o título “Querem Expulsar os Camponeses”, o jornal publica:

Estiveram em nossa redação no dia 17 do corrente, acompanhados dos vereadores Nicola Limongi, Julieta Fleury da Silva e Souza e Albert Xavier de Almeida, mais de 40 lavradores residentes na fazenda São Domingos, afim de protestarem pela pressão que estão sofrendo por parte de ‘grileiros’ residentes nesta capital. Estes lavradores estiveram na Câmara Municipal com a mesma finalidade, e a presidência daquela casa legislativa designou uma comissão proposta dos vereadores citados para acompanhá-los ao Palácio das Esmeraldas, onde explicaram a situação detalhadamente ao governador Hosannah Campos Guimarães⁴³³. Há famílias no número dos queixosos que residem naquelas terras há mais de quarenta anos, pagando os impostos exigidos, pois ali as glebas lhes foram apresentadas como sendo devolutas, e não é justo que agora ‘os fazendeiros do asfalto’, lhes tomem as terras, ameaçando-os até de violências. Solidarizando-se com esses camponeses nessa reclamação mais do que justa, O Social espera dos poderes competentes medidas no sentido de assegurar-lhes os direitos adquiridos com tanto sacrifício, e que não podem ser violados por negociastas de terras⁴³⁴.

Nota-se que camponeses dirigiram-se à Câmara Municipal de Goiânia para pedirem socorro devido às ameaças de grileiros no município. Esses eram chamados de “fazendeiros do asfalto”, pois, muitos, apesar de serem fazendeiros, moravam na capital. Alguns negociavam lotes para comercialização e especulação imobiliária. Estes, por terem poder

⁴³¹ Ordem de Serviço nº 467/1936, Arquivo Histórico Estadual, Caixa 02, Goiânia, 1936.

⁴³² Ordem de Serviço nº 399. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz. Nova Capital, 15 de junho de 1936. Arquivo Histórico Estadual, Caixa 02, Goiânia, 1936. No geral, segundo as Ordens de Serviço, foram feitos mais do que um “rolo compressor”, puxados pelos bois para compactar o solo.

⁴³³ Foi governador de Goiás de junho de 1950 a janeiro de 1951.

⁴³⁴ Jornal O Social, 10 de agosto de 1950. p. 1.

econômico, não seriam corriqueiramente e diretamente ameaçados pelo poder público de forma direta. Tanto assim o era que, os camponeses tiveram que levar as informações diretamente à Câmara Municipal. A cidade ilegal dos “cowboys do asfalto” (como também eram chamados parte dos grileiros de Goiânia) parecia ser mais tolerada do que a cidade ilegal dos menos favorecidos. Isso sem contar o que muitas vezes era legalizado em prol dos “fazendeiros urbanos”.

Ainda observando as influências de poder das famílias tradicionais nas diferentes áreas da nova capital, os cartórios dos municípios que constituíram Goiânia passaram a ser centralizados na nova capital, o que aumentou o poder político centralizado da administração pública mediante às regularizações fundiárias e dos espaços dos núcleos urbanos. A Portaria nº 1 do município nomeou o secretário da prefeitura e, o Decreto nº 1, o subprefeito de Hidrolândia⁴³⁵. Posteriormente, regulamentou-se os distritos de Goiânia

de acordo com o Decreto-lei estadual nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, em vigência no quinquênio 1944-1948, Goiânia adquiriu para distrito de Grimpas (ex-Hidrolândia), parte do território do distrito sede do Município de Piracanjuba, e perdeu o distrito de Trindade, desfalcado de parte do seu território, que foi construir o novo município deste nome, e também, partes dos distritos de Goianira (ex – São Geraldo) e Trindade, transferidas para o distrito sede do Município de Inhumas. Assim Goiânia passou a figurar neste quinquênio com os seguintes distritos: o da sede, que permanece com duas zonas: Goiânia e Campinas; Grimpas (ex – Hidrolândia); Guapó (ex – Ribeirão) e Goianira (ex – São Geraldo)⁴³⁶.

Ainda no que diz respeito a ocupação urbana, o estado teria começado a abrir mais ruas no Setor Sul apenas no início da década de 1950 (fato que observa-se no sub-item adiante, intitulado “O caso do Setor Sul”). Após ter retornado ao governo (1951 à 1954), neste período, Ludovico “autorizou a abertura das ruas nos setores Sul e Oeste⁴³⁷”. Segundo relatos do Sr. Pironis, topógrafo da prefeitura que trabalhou na demarcação dos lotes do Setor Sul, o qual fazia parte da maior extensão do caminho até a antiga Fazenda Macambira (atual Setor Pedro Ludovico) até ao Centro de Goiânia, o processo de abertura de ruas neste trajeto foi extremamente arcaico.

Estas ruas foram abertas inicialmente quase com bicicleta, porque isto aqui era um campo, existia muita lobeira. Na época o pessoal ia fazendo o caminho e as ruas iam sendo abertas de acordo com os pedidos. Porque a pessoa tinha a casa no meio do

⁴³⁵ SABINO JÚNIOR, 1958 p. 121

⁴³⁶ Sinopse Estatística do Município de Goiânia, IBGE, 1948. p. 8. Arquivo IBGE de Goiânia.

⁴³⁷ Ibid., P. 72.

mato e precisava logicamente ter um acesso. Então ia o DVOP⁴³⁸ e este providenciava aquela rua (...).

A locomoção aqui era feita por conta própria, não existia ônibus, a não ser a linha que ligava o centro à Macambira⁴³⁹.

Esta linha passava pela rua 90, só que o traçado era diferente. Ela era uma servidão. Onde passava o ônibus não existia rua (...) muitos lotes eu tinha que marcar na pista. Quer dizer que o ônibus passava em cima dos lotes⁴⁴⁰.

A região da Macambira situava-se depois da área não habitada do Setor Sul, teria surgido em meados do começo da década de 1940. No início da invasão, a extensa área de cerrado não ocupada do Setor Sul, fazia a divisão entre o plano piloto e os “invasores”. Pedro Ludovico comentou sua versão referente àquela invasão, em entrevista publicada no jornal “Folha de Goyaz”, em 24 de outubro de 1978.

Houve até um fato curioso. Elementos que não gostavam de mim, aliás, elementos da esquerda, fizeram que 80 operários construíssem numa noite e num dia 80 ranchos num loteamento que já estava vendido a particulares. Então, mandei um homem de minha confiança ir falar com eles. Dizer-lhes que não poderiam permanecer no local porque os lotes já estavam vendidos. Em seguida, mandei que viessem falar comigo no Palácio. No dia seguinte, pela manhã, no Palácio das Esmeraldas, falei com estes 80 homens e suas famílias: ‘Vocês não podem fazer isso e nem eu posso permitir porque os lotes não são mais do governo, agora são de particulares. Vou lhes fazer uma proposta. Eu arranjo lotes para vocês em outro setor e vocês mudam todas as suas coisas. Eu vou lhes dar uma zona num Setor – hoje Pedro Ludovico – e vocês constroem novamente seus ranchos. O pior é que estes elementos exploraram muito estes fatos com mentiras⁴⁴¹.

O ex-interventor intitula de camponeses, os quais o mesmo designou para morarem na região da Macambira, como influenciados por “elementos da esquerda”. Uma parte daquela mesma região, na qual se instalou aquelas famílias, passou a ser chamada de “Setor Pedro Ludovico”. Percebe-se, neste contexto, um aproveitamento político na expansão dos espaços urbanos, no que diz respeito aos nomes à esses espaços.

⁴³⁸ Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado que executava serviços de infraestrutura em Goiânia durante o final dos anos de 1940 e na década de 1950.

⁴³⁹ Invasão que ficava depois do Setor Sul.

⁴⁴⁰ CAIXETA, 1986, p. 136, 137 e 139 apud GONÇALVES, 2003, p. 73.

⁴⁴¹ TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Entrevista concedida ao jornal Folha de Goyaz, publicada em 24 de outubro de 1978.

3.5 O caso do Setor Sul

Segundo Gonçalves, o “embrião” do Plano de Urbanização de Goiânia teria se iniciado em 1933⁴⁴², quando Godoy foi convidado para apresentar um parecer técnico sobre o local da nova capital. Mais tarde, em meados de 1937, após voltar do Rio de Janeiro e a saída de Atílio Corrêa Lima do planejamento de Goiânia, Godoy “imprimiu no projeto algumas particularidades de cidade-jardim americana de Redburn e também o caráter simplista das cidades-jardins francesas que ele visitara nos arredores de Paris⁴⁴³”.

Godoy projetou para que o Setor Sul fosse ao molde dos bairros-jardins americanos, o que acabou não vingando de forma plena. Foi estabelecido que, primeiramente, fossem ocupadas a região central e o norte da cidade. E a região sul da cidade só poderia ter obras de ocupação depois de seis anos da aprovação do plano diretor. Entretanto, devido ao rápido crescimento de Goiânia, Pedro Ludovico baixou o Decreto-Lei nº 11, de 6 de março de 1944, proibindo loteamentos na zona urbana da cidade. Com isso, foi criticado por muitos por “frear o progresso”, pois tentava conter loteamentos que o mesmo não corroborava em diversos pontos da *urbs* goianiense.

Radburn, cidade norte-americana inspirada para o projeto do Setor Sul, foi “construída em 1929 e Nova Jersey para uma população de vinte e cinco mil habitantes, de acordo com a concepção de Clarence Stein e Henry Wright⁴⁴⁴”. Outrora, considera-se que “sua área habitacional era obtida por unidades de vizinhança que compartilhavam equipamentos urbanos em comum⁴⁴⁵”. É percebido que “Redburn ficou conhecida como uma cidade-jardim adaptada ao automóvel⁴⁴⁶”.

Porém, no setor de Goiânia, inspirado pela cidade estadunidense, viam-se carroças e carros de boi frequentemente. Todavia, “com a unidade da vizinhança pretendia-se recuperar as benesses da convivência em sociedade na escala vicinal, considerada perdida ou prejudicada pelos direcionamentos urbanos advindos da Revolução Industrial⁴⁴⁷”. Este modelo teria sido “formulado no plano de Nova York de 1929⁴⁴⁸”.

Pelo projeto de Godoy, obter-se-ia uma perspectiva para os moradores do Setor Sul de “colocar dentro de uma distância percorrível (sic) a pé todas as facilidades necessárias,

⁴⁴² GONÇALVES, 2003

⁴⁴³ PIRES, 2009, p. 18

⁴⁴⁴ MELLO, 2006, p. 42

⁴⁴⁵ Ibid., p. 42

⁴⁴⁶ Ibid., p.42

⁴⁴⁷ MELLO, 2006, p. 44

⁴⁴⁸ Ibid., p. 44

diariamente, ao lar e à escola, e manter fora dessa área de pedestres as pesadas artérias do tráfego que conduzem pessoas ou mercadorias que nada tem a ver com a vizinhança⁴⁴⁹”.

Portanto, “é provável que a primeira tentativa de aplicação do conceito de ‘unidade de vizinhança’ no Brasil tenha sido feita por Godoy no plano de Goiânia⁴⁵⁰”. Assim, obtendo “o Setor Sul, de desenho mais solto, mais afeito às formas orgânicas, contrapõe-se ao rígido plano remanescente de Atílio. Apesar de conectados, não há uma boa continuidade entre os dois, percebe-se claramente que são produtos de duas concepções diferentes⁴⁵¹”.

O Decreto Lei nº 2.104, de 27 de julho de 1937, dizia que só poderia haver construções no Setor Sul, quando a população dos setores central e norte estivessem com 12.000 pessoas⁴⁵². Ressalta-se que, a partir de 1937, os lotes do Setor Sul poderiam ser comprados, porém, não havia autorização para vendê-los ou ocupá-los, durante oito anos a partir daquele ano de compra. Segundo Armando Godoy, “os setores Central e Norte seriam construídos e somente seis anos mais tarde se poderia iniciar o Setor Sul e depois o Oeste, à exceção do Leste Universitário, embora esboçado por Atílio Corrêa Lima⁴⁵³”.

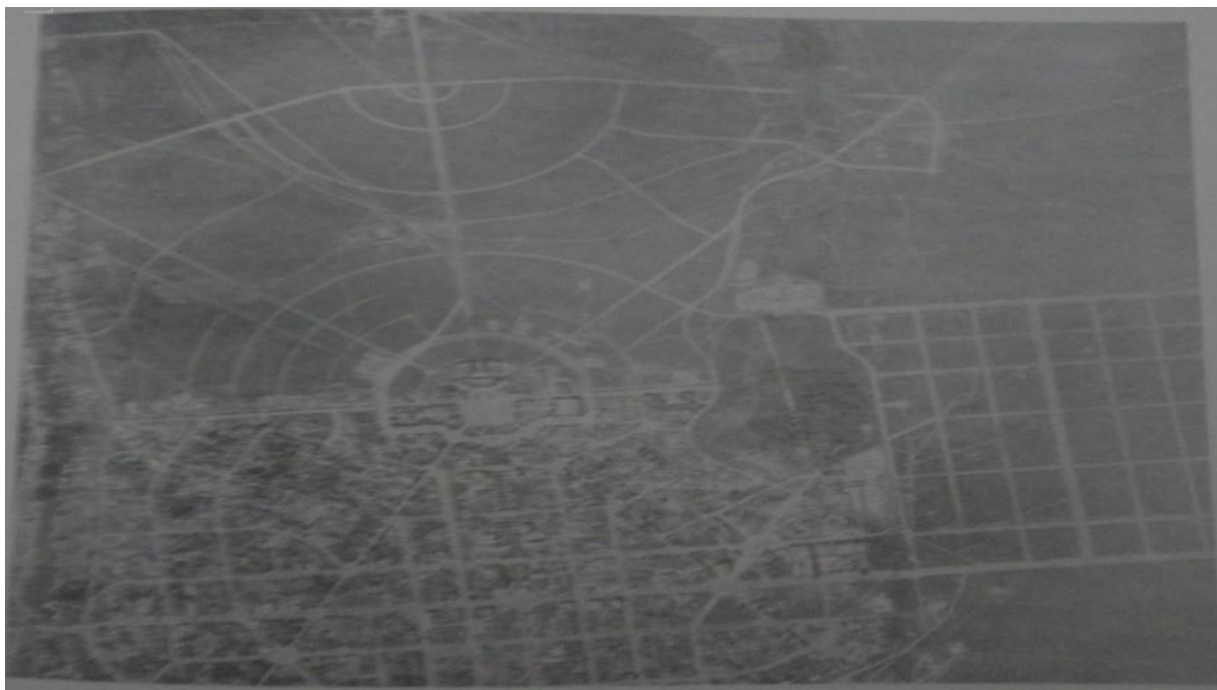


Figura 19: Foto aérea de Goiânia. Segundo Gonçalves (2003), esta foto foi tirada "provavelmente" em 1953. Cerca de duas décadas depois da fundação da nova capital de Goiás. Os atuais Setores Sul, Marista e Oeste, ainda praticamente não eram ocupados. Fonte: Janus Gerulewic apud Gonçalves (2003).

⁴⁴⁹ MUMFORD, 1998, p. 541 apud MELLO, 2006, p. 44

⁴⁵⁰ MELLO, 2006, p. 44

⁴⁵¹ Ibid., p. 45

⁴⁵² GONÇALVES, 2003, p. 59

⁴⁵³ CORDEIRO, 1989, p. 42-43

Como se percebe pela figura 19 (p. 113), a parte sul de Goiânia que conurbava com o a região central, estava quase que totalmente sem urbanização até o início da década de 1950. Pela legislação da época, em Goiânia, “os espaços de uso comum são de domínio público e se transferem automaticamente ao município a partir do ato de aprovação de loteamento pela autoridade municipal competente, pelo efeito (*ex-vilegis*) das leis de uso e parcelamento do solo urbano em vigor no país, desde então (Decreto – Lei nº 58/37)⁴⁵⁴”.

No entanto, até o início da década de 1950, a impressão é que autoridades estaduais mandavam muito mais na nova capital do que o próprio poder municipal. Isso justificaria um servidor do estado modificar quase que a totalidade do projeto original de Goiânia. Nessa perspectiva, “a implantação do Setor Sul se constitui numa das primeiras alterações do Plano Original de Goiânia⁴⁵⁵”.

Segundo Bernardo Élis, “Pedro Ludovico foi um homem progressista até a fundação de Goiânia. Aqui em Goiânia ele já começou a pisar no ‘breque’ (sic), a não permitir que o Setor Sul e outros setores fossem urbanizados. Começou a pisar no ‘breque’ (sic) e ficou reacionário a partir daí⁴⁵⁶”. Com a prorrogação da suspensão da ocupação do Setor Sul, pelo Decreto nº 11, de 1944, baixado por Pedro Ludovico, que “proibiu o loteamento durante cinco anos⁴⁵⁷”, somente “o Estado podia planejar e implantar loteamentos até o ano de 1945. Observou-se rigidamente a orientação encontrada em documentos assinados por Armando de Godoy, datados de 24 de abril de 1933⁴⁵⁸”.

Com a proibição da construção de lotes na região sul da nova capital durante as duas primeiras décadas, houve uma pressão neste período para que o poder público permitisse loteamentos em outras regiões do município. Era caro comprar um lote nas regiões centrais da cidade. Em 1949, expirou a protelação de construir na região do Setor Sul. Em 1947, foi aprovado o Código de Edificações de Goiânia, por meio do Decreto-Lei nº 574, pelo qual obrigava os proprietários dos lotes a fazerem por conta própria, “o preparo das ruas, com a colocação de meio fio, sarjetas e galerias de águas pluviais, além do seu calçamento com paralelepípedos concreto ou asfalto, não sem antes dotar o novo bairro de redes de água e esgoto⁴⁵⁹”. Não obstante:

⁴⁵⁴ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 68

⁴⁵⁵ Ibid., p. 57

⁴⁵⁶ ÉLIS, et al., 2005, p. 25

⁴⁵⁷ CORDEIRO, 1989, p. 11

⁴⁵⁸ CORDEIRO, 1989, p. 44

⁴⁵⁹ GONÇALVES, 2003, p. 71.

o Setor Sul foi redefinido e idealizado como um segundo núcleo para a cidade. O bairro, de caráter residencial, era formado por inúmeros *cul de sac*, ou vielas, como ficaram popularmente conhecidos, por onde se teria acesso motorizado ao fundo das residências que se voltaria para jardins internos destinados ao lazer e à convivência. Previa-se nesses recantos a construção de escolas e quadras esportivas⁴⁶⁰.

A situação do Setor Sul começou a mudar a partir da promulgação da Lei municipal nº 176, de março de 1950, que foi regulamentada pelo Decreto nº 16, de 16 de julho de 1950. Este tirava a obrigatoriedade do asfaltamento das ruas, porém, sem a definição se era o poder público ou os proprietários dos imóveis que seriam responsabilizados pelas melhorias urbanas. Esta lei estava sintonizada com a política do Estado, que optava por não assumir responsabilidades urbanísticas na expansão da cidade.

Para Gonçalves, pode-se afirmar que, a partir de então, o governo se eximiu de “qualquer tipo e ônus com a implantação de novos bairros⁴⁶¹” em Goiânia. Com a eventual isenção da responsabilidade de infraestrutura em novos setores, viabilizou-se novos loteamentos como o Setor Aeroporto, Macambira (atual Setor Pedro Ludovico), Jardim Europa, Jardim das Esmeraldas, Vila São João, Jardim Goiás, dentre outros.

No caso do Setor Sul, as fachadas frontais das casas “voltaram-se para as estreitas vielas de serviço e as de fundo para os amplos parques internos⁴⁶²”. Desta forma as áreas verdes foram “relegadas e abandonadas”, transformando-as em “espaços baldios, sujos e inseguros⁴⁶³”. Por isso é atribuída a ingerência do poder público que “contribuiu para a desinformação e o desconhecimento do Plano Original, o que acabou gerando uma falta de identidade urbanística da população para com a sua cidade⁴⁶⁴”. Não obstante, “procurou-se, ao máximo, separar o fluxo de pedestres do de automóveis. Na prática, o funcionamento inverteu-se. O resultado é que os jardins internos ficaram subaproveitados ou totalmente abandonados⁴⁶⁵”.

As casas do Setor Sul foram projetadas com duplo acesso, tendo as residências uma saída para os parques e praças, sendo estas as principais, e outras com saídas para ruas pelas quais haveriam serviços de limpeza urbana e maior mobilidade. Entretanto, as vielas e ruas que eram para serviços como os de limpeza começaram a serem invadidas e, muitos moradores as utilizavam como entrada principal (que não era o objetivo). Isso dificultou

⁴⁶⁰ MELLO, 2006, p. 42

⁴⁶¹ GONÇALVES, 2003, p.71-72.

⁴⁶² MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 59-60

⁴⁶³ Ibid., p. 60

⁴⁶⁴ Ibid., p. 60

⁴⁶⁵ MELLO, 2006, p. 42

muito o processo de limpeza e profilaxia no Setor Sul durante o final dos anos de 1940 e, início dos de 1950, quando o Estado e o município passaram a permitir construções no local.

Com a aprovação de novas construções no Setor Sul, iniciou-se um projeto de tráfego neste setor. Inclusive, foi esboçado os traços da “Rua” (atual Avenida) 90, Av. 136 dentre outras, como na figura 21 (p. 117).

3.6. Outros projetos de loteamentos e bairros na década de 1950

Outro exemplo da obediência de loteamentos ao plano original de Goiânia, ainda na década de 1950, é o loteamento do Jardim Europa, “aprovado pelo Decreto nº 121, de 06/11/56, ‘foi elaborado de acordo com as exigências previstas no Código de Edificações de Goiânia e do Decreto-Lei municipal nº 90-A, de 13/07/38⁴⁶⁶’”. Nas figuras 22 (p. 117) e 24 (p. 118), respectivamente, observa-se os traçados da Vila São João e Jardim Esmeralda.

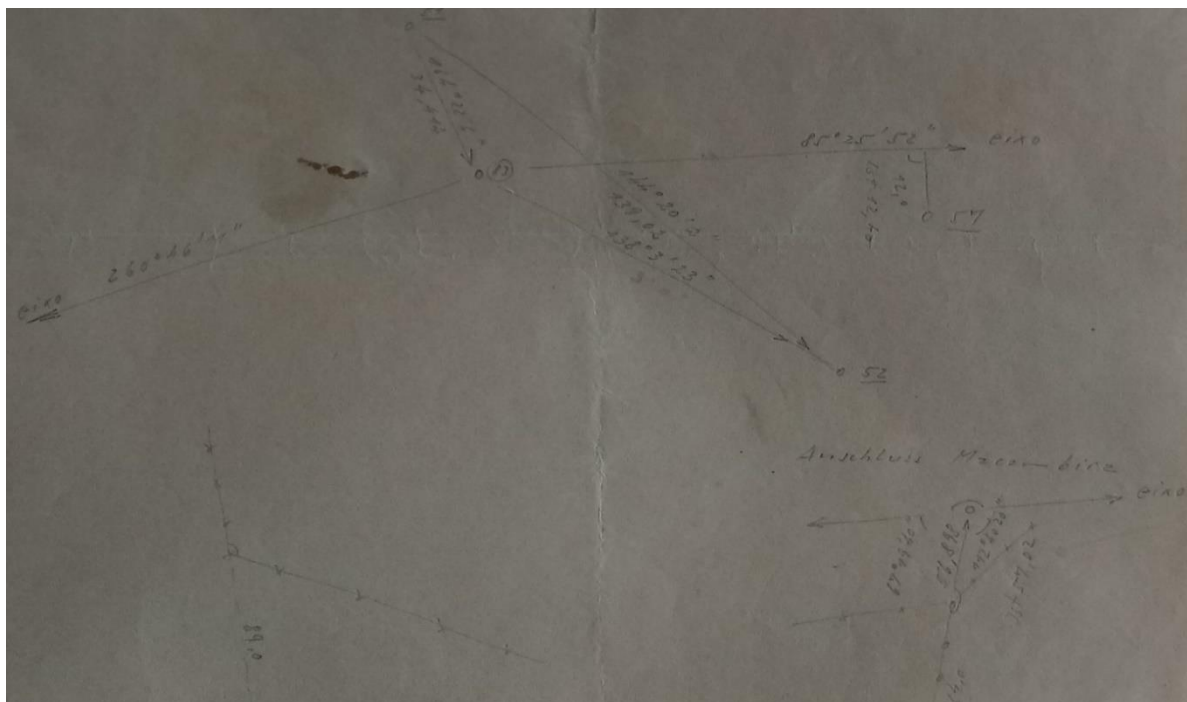


Figura 20: Projeto de um final de eixo viário de Goiânia para estabelecimento de loteamentos. As proibições de construções ao sul da cidade levaram novos imóveis a serem estabelecidos mais longe do Setor Central. Fonte: Arquivo Janssen do Museu Atropológico da UFG. Provavelmente, de 1956.

⁴⁶⁶ MARTINS JÚNIOR, et al., 2008, p. 129

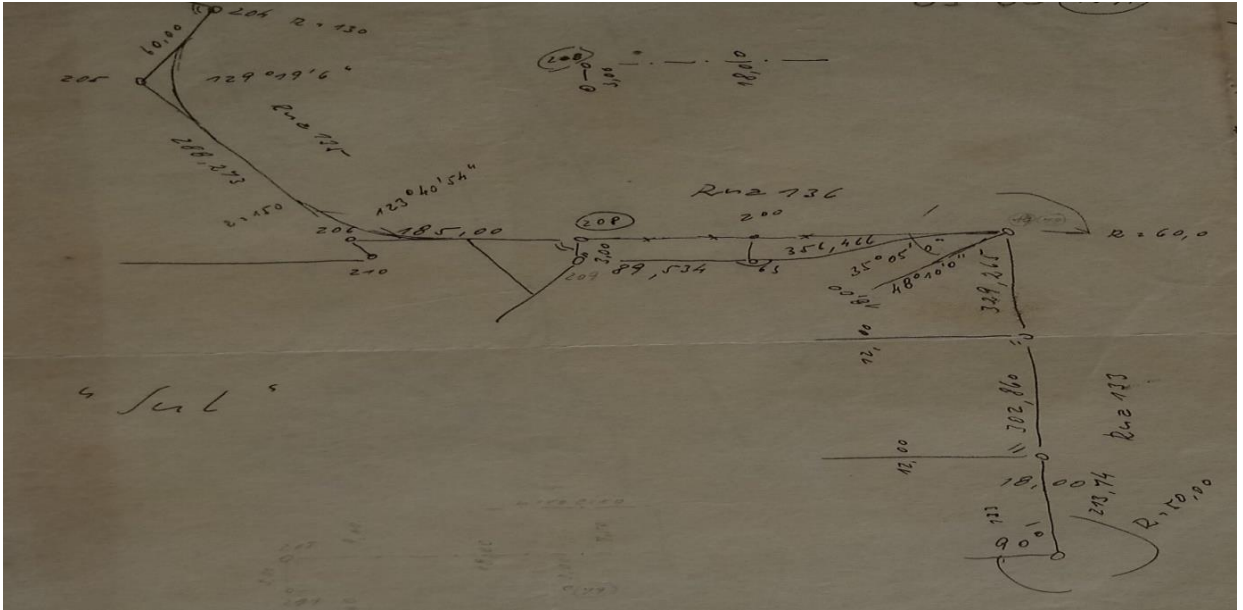


Figura 21: Projeto para as ruas do Setor Sul. Observa-se as linhas projetadas para parte do traçado da Avenida 136, Rua 133 (que seria a atual 132) e Rua 135. Década de 1950. Fonte: Arquivo Janssen. MA/UFG.

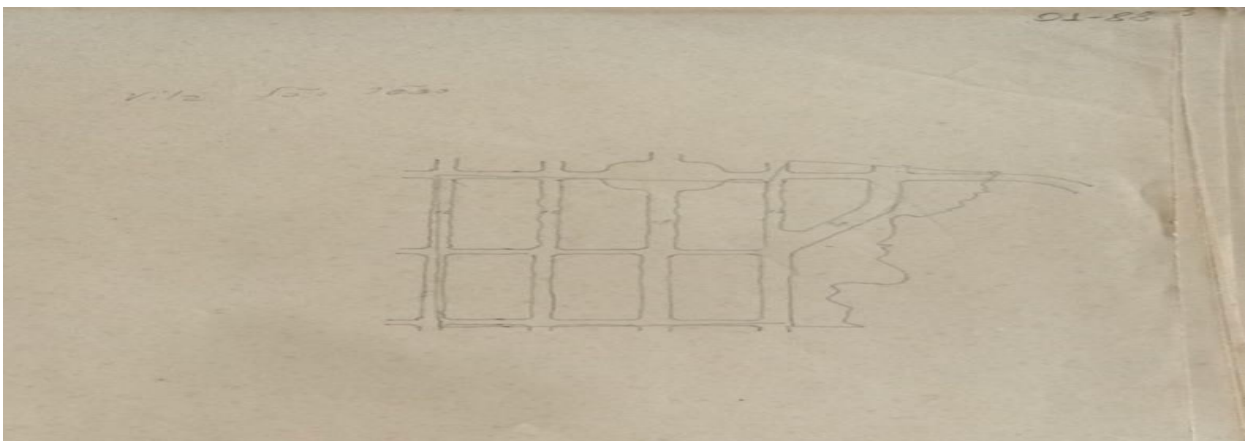


Figura 22: Traçado da Vila São João (ao lado do Jardim Goiás). Década de 1950. Fonte: Arquivo Janssen do Museu Antropológico da UFG.



Figura 23: Acima, onde estariam os primeiros traçados projetados para a Vila São João (referente à figura 22). Fonte: Google Maps. Acesso: 09/2017. Arte: ELIAS DE PAULA, 2017.

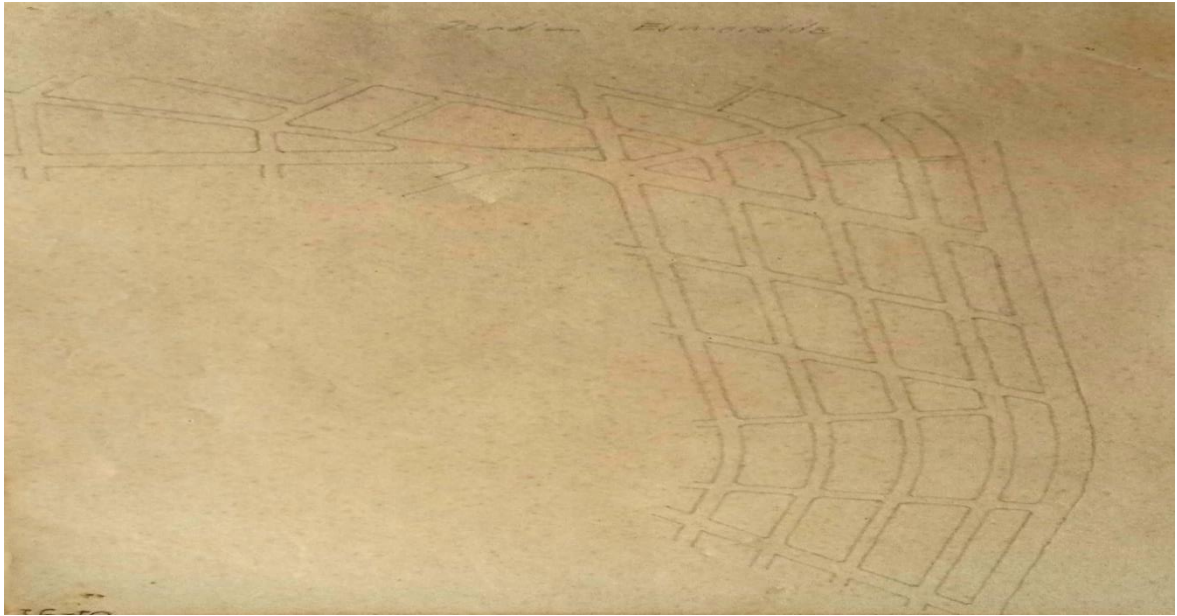


Figura 24: Área projetada do Jardim Esmeralda (ao lado do Setor Pedro Ludovico, em partes, seria chamado também de “Jardim das Esmeraldas”, que abrange atualmente também Aparecida de Goiânia). Nota-se que a área do Jardim Botânico foi preservada no projeto. Década de 1950. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG



Figura 25: Traçado (em vermelho) em imagem atualizada, do projeto de área do Jardim da Esmeralda (referente à figura 24, p. 116). Acesso: 11/2017. Arte: ELIAS DE PAULA (2017).

CAPÍTULO IV

RESÍDUOS SÓLIDOS, COLETA DE LIXO, ESGOTO E PROFILAXIA

“De certo tempo a esta parte vem Goiânia sendo invadida por um enxame de moscas o que constitui um verdadeiro suplício para todos aqueles que aqui residem. Esse fato tem como causa principal a quantidade de lixo que se está acumulada nos lotes vagos, onde a limpeza não se faz há muito tempo, ou, talvez, nunca tenha sido feita de modo geral⁴⁶⁷”.
(Jornal O Popular, 1942)

Os conceitos de resíduos sólidos e de lixo são bastante próximos, contudo, não seriam a mesma coisa. Portanto, considera-se importante utilizar-se também do conceito de resíduos sólidos, pois este pode não ser abordado como “lixo”, mas pode influir diretamente no ambiente por meio da poluição, esgoto, criadouros de mosquitos e demais vetores, queimadas, dentre outros elementos de intervenção no ambiente. Destarte que “do ponto de vista ambiental, existem três classes diferentes de poluição: a poluição atmosférica, a contaminação das águas e os resíduos sólidos⁴⁶⁸”. Considera-se aqui a poluição ambiental no que diz respeito ao lixo e resíduos sólidos. Segundo as normas brasileiras (NBR 100004/1987) os resíduos sólidos são definidos como:

Resíduos no estado sólido e semissólidos, que resultam de atividades da comunidade, de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de variação. Consideram-se também resíduos sólidos os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalação de controles de poluição, bem como determinados líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpo d’água, ou exigem para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível⁴⁶⁹.

Observaremos como a administração pública abordou como “soluções técnicas” ou foi omissa no ambiente da cidade no que se refere a questão do lixo. Diferentemente da concepção do senso comum sobre lodos (chorume) e outros resíduos considerados “líquidos”, tecnicamente, os mesmos são concebidos como “resíduos sólidos”. O próprio óleo de cozinha e o de veículos são outros exemplos de “resíduos sólidos”, tendo como referência a NBR

⁴⁶⁷ Jornal O Popular, 25 de outubro de 1942. AHE. Parece ainda haver fatos semelhantes em muitas regiões da cidade.

⁴⁶⁸ TENÓRIO; ESPINOSA et al 2004, p. 158

⁴⁶⁹ NBR. 10004/1987 apud ⁴⁶⁹ TENÓRIO; ESPINOSA et al 2004, p. 158

100004/1987. Quando se trata de resíduos sólidos, englobam-se as diversas categorias de lixo, que são constituídos como o industrial, o doméstico, hospitalar, comercial, agrícola e o de variação, Além daquilo que não seria lixo, mas, enquadraria dentro da tipologia de resíduos sólidos, como britas, areia, madeira, rochas e demais materiais acondicionados de maneira relapsa em área urbana, utilizados, por exemplo, durante a construção de Goiânia.

Portanto, quando se engloba diversos tipos de matérias primas, trabalhadas ou não, estes elementos são colocados sob um único conceito, que é o de resíduos sólidos. O primeiro projeto para a construção da nova capital do Estado, proposto por Atílio, foi elaborado para que, pela divisão da cidade em zonas comercial, residencial, industrial e rural, conforme a figura 26 (p. 123), fossem priorizados descartes de diferentes tipos de lixo ou resíduos na cidade.

No início da década de 1930, grande parte das políticas públicas de limpeza do lixo estava intrinsecamente ligada à área da saúde. Antes mesmo do surgimento da nova capital goiana, Pedro Ludovico Teixeira baixou o Decreto nº 741, de 19 de fevereiro de 1931⁴⁷⁰, que regulava os serviços de saúde pública, justificativa para tal a saúde preventiva, além de um controle social. O próprio decreto era utilizado para cuidar dos problemas relativos ao lixo domiciliar e a limpeza de logradouros nos municípios.

No início da década de 1930, os órgãos sanitários e departamentos de saúde ficaram submissos à Secretaria de Segurança Pública. Criou-se a “Diretoria de Higiene”, que dentre outros serviços, era a “polícia sanitária das habitações domésticas coletivas⁴⁷¹”, além da “orientação técnica dos serviços que tenham por fim melhorar as condições da salubridade pública⁴⁷²”. No parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto 741/1931 trata-se das

medidas essenciais de higiene nas localidades, ficando os municípios obrigados a contribuir com 10% de suas rendas, para os custeios destes mesmos serviços. São consideradas “medidas essenciais de higiene das localidades – abastecimento de água potável, esgoto, drenagens das águas fluviais (sic), calçamento e asseio dos logradouros públicos e destino final do lixo⁴⁷³”.

Percebe-se que problemas relativos ao lixo urbano eram ordenados pelas políticas de saúde e sanitárias. Ainda no artigo 31 do decreto de 1931 (antes da construção da nova capital), que regulava a saúde no Estado de Goiás, além das medidas necessárias de higiene e

⁴⁷⁰ Livro dos Atos do Governo Revolucionário do Estado de Goiás em 1931. AHE.

⁴⁷¹ GOIÁS, Decreto nº 741, de 19 de fevereiro de 1931, art. 3º, alínea “f”.

⁴⁷² Ibid., art. 3º, alínea “m”

⁴⁷³ Ibid. art 4º, § único

caráter profilático, estabelecia-se multa de 100\$ a 200\$000 (cem a duzentos mil réis)⁴⁷⁴ devido a “infração dos dispositivos a serem adotados⁴⁷⁵” pelos delegados regionais de higiene, que deveriam ser médicos. As delegacias de higiene controlavam zonas sanitárias, que eram formadas por um conjunto de municípios. Cada zona sanitária possuiria uma delegacia de higiene.

O artigo 1º, da lei que versa sobre a isenção dos servidores da área de higienização diz que: “ficam os Inspetores de Higiene, enquanto exercerem suas funções gratuitamente, isentos do imposto de indústria e profissão⁴⁷⁶”. Isso faz indagar se realmente os serviços de inspeção de higiene eram realizados gratuitamente por alguns servidores (como versava a lei), pois, mediante as atividades dos mesmos, havia isenção de impostos.

Já em uma visão “panorâmica”, Pedro Ludovico, segundo Silva: “pretendia que a nova capital privilegiasse a saúde dos habitantes, que seriam atendidos com abastecimento de água, rede de esgotos sanitários, coleta de lixo e regulamentação das construções, segundo parâmetros ideais da higiene e conforto⁴⁷⁷”. Nota-se que aquilo que é concebido atualmente como medidas básicas no meio ambiente urbano de uma cidade, como calçamento, limpeza de logradouros, abastecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de lixo, são abordados, especificamente, dentro dos parâmetros profiláticos e da saúde pública pelo Estado de Goiás, no início da década de 1930.

Para Ludovico, a topografia da Cidade de Goiás, junto com suas “precárias condições de higiene, de comunicações e de conforto, gastaria vultosas somas de dinheiro e com resultados poucos satisfatórios⁴⁷⁸”. Todavia, posteriormente, a quantidade de lixo e entulho em meio às obras de Goiânia pode ser considerada proporcionalmente significativa para a região e época.

Grande parte do transporte de matéria prima para as construções eram tirados do interior do estado e levados para Goiânia, ficando no nascente município o que sobraria desta. O pioneiro Ungarelli, por exemplo, diz que no início da cidade, trabalhou com o seu pai em Nazaré e de lá levavam cal para Goiânia “para a construção do Palácio, Grande Hotel, para os prédios que se iam construindo⁴⁷⁹”. Cinquenta quilos de cal virgem eram vendidos a “2 mil

⁴⁷⁴ Ibid. art. 31

⁴⁷⁵ Ibid. art. 31

⁴⁷⁶ Lei nº 02, de 09 de outubro de 1935. Caixa 3. Leis, Livro Legislação Goiana, 1937, Ano 1, maio, nº 11.

⁴⁷⁷ SILVA, 1999, p. 239

⁴⁷⁸ Diário da Noite, 1932 apud COSTA, 1985, p. 19-20

⁴⁷⁹ UNGARELLI, et al 1986, p. 69

e 500 réis⁴⁸⁰”. O pai da pioneira Eleonora, em seu cavalo, “fiscalizava a retirada de areia e pedra para a construção” na cidade. Ainda durante as primeiras edificações:

dr. Pedro tinha um elemento, sargento da Polícia, que era o terror dos construtores. Ele percorria obra por obra verificando se não tinha sumido material. Ia a tardinha (sic) e de manhã. Verificando que havia sumido material, ele comunicava o fato a Pedro Ludovico, que imediatamente tomava as medidas cabíveis. Por isso ninguém furtava nada, pois Pedro Ludovico levava essa missão ao extremo, pois se não fosse assim não se construía Goiânia⁴⁸¹.

De fato observa-se que havia um controle rígido de materiais não exauríveis por parte da administração pública. Controlava-se com atenção tudo aquilo que era trazido pela linha férrea, de Bonfim (atual Silvânia), e servia para as construções e manutenção da cidade. Por exemplo, a gasolina era controlada por quilômetro nos veículos do governo (talvez isso ajude a explicar a grande quantidade de carroças na cidade). Até a madeira utilizada nas construções começou a ser reaproveitada. Havia um almoxarifado do governo que gerenciava a entrada e a saída de diferentes materiais usados nas construções.

4.1. Coleta de lixo e manuseio de “resíduos sólidos”

Pouco fez diferença a extinção do Serviço Sanitário em termos de finanças logo após a Revolução de 1930 em Goiás, pois, “três meses depois surgia a Diretoria de Higiene, em 19 de fevereiro de 1931. Tinha mais de ‘mil artigos’ (sic) e era subordinado à Secretaria de Segurança Pública⁴⁸²”. Como dito, na gestão pública, a limpeza urbana era tratada de maneira profilática, exigindo “que todo município destinasse 10% para a saúde⁴⁸³”. Todavia, notava-se a legislação diferente da prática efetiva: “Pedro Ludovico pedia 10% para os municípios aplicarem na saúde, mas em 1935 destinou apenas 0,99% do orçamento para a área⁴⁸⁴”. Para o urbanismo na nova capital a “função e a higiene eram as palavras de ordem, e a velocidade sua sedução⁴⁸⁵”.

A coleta de lixo na nova capital teria sido pensada pelas autoridades públicas antes mesmo do relatório do projeto de Goiânia ficar pronto, em 1935. Isso é o que indica o Decreto

⁴⁸⁰ Ibid., p. 69

⁴⁸¹ SOUSA, et al 1986, p. 162

⁴⁸² GODINHO, 2004, p. 59

⁴⁸³ Ibid., p. 59

⁴⁸⁴ Ibid., p. 60

⁴⁸⁵ PIRES, 2009, p. 26

nº 3.547, de 06 de julho de 1933 (que estabeleceu os parâmetros para que o arquiteto Atílio projetasse a cidade), pelo qual no artigo 3º e alínea “g”, determinou-se um estudo para “indicações sobre a coleta, transporte e tratamento de lixo” para o município. Esta preocupação estava inserida no planejamento do zoneamento urbano, que foi realizado “para se obter a melhor organização dos serviços públicos, como também, para facilitar certos problemas técnicos, econômicos e sanitários, não se falando aqui da estética⁴⁸⁶”.

Evidentemente, a preocupação esteticista, talvez, teria sido um dos fatores que influenciaram a indicação de uma zona da cidade na qual seria recolhida (pelo poder público) maior quantidade de lixo, que era a comercial. A intenção era que os resíduos sólidos fossem descarregados em “áreas públicas” na zona comercial (atual Centro de Goiânia), e que pelas mesmas poder-se-ia fazer a coleta de lixo. Isso porque no projeto:

Todas as quadras desta zona dispõem de áreas públicas internamente para uso do comércio, que poderá fazer a descarga de mercadorias sem interrupção, e sem os longos estacionamentos na via pública. Assim também a coleta de lixo far-se-á livre do desagradável aspecto que apresentam mesmo as grandes cidades⁴⁸⁷.

Os comerciantes teriam que utilizar os mesmos espaços de descarga das mercadorias, que seriam “públicos”, para deixarem o lixo para a coleta, como na figura 26 (p. 123). Para a zona industrial (região da atual Praça do Trabalhador), haveria mais espaços para a triagem e descarte de resíduos sólidos.

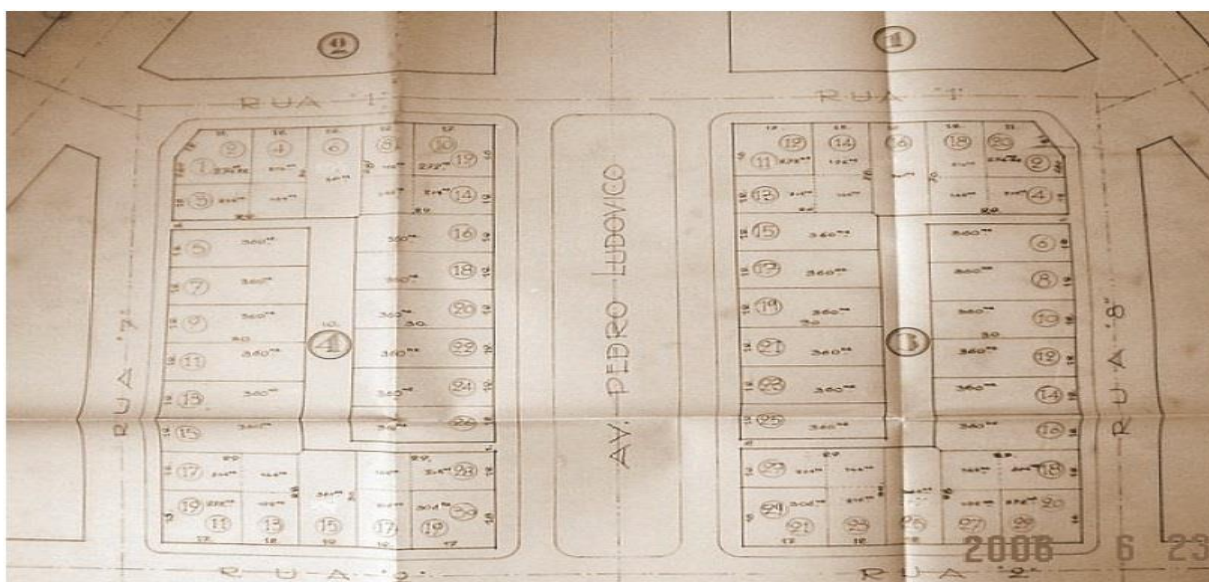


Figura 26: Quadras 3 e 4, divididas pela Av. Pedro Ludovico (atual Av. Goiás), s/d. Vuelas, para descarga de mercadorias, permeiam o centro das quadras para coleta de lixo. Partes destas vuelas existem até os dias de hoje. (Fonte: AHE).

⁴⁸⁶ LIMA, 1935, apud SABINO JÚNIOR, 1958, p. 101.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 102.

Apesar de inicialmente não contemplar de forma plena a área residencial do núcleo central da cidade, com centros de descargas de resíduos sólidos, nota-se mais uma vez que o primeiro plano diretor de Goiânia estava à frente de seu tempo, pois contemplava, além do zoneamento, a coleta de lixo. Attílio não teria pensado a cidade de Goiânia apenas do ponto de vista estético, apesar de que a preocupação com a paisagem esteja evidente, por exemplo, quando se projeta para que o lixo não fique exposto e não haja “o desagradável aspecto” na cidade. O projeto estético teria sido apropriado em maior parte pela política⁴⁸⁸. Lima foi além, teria pensado a cidade como um todo, com a interação dos seus habitantes, em uma perspectiva na qual consideramos hoje como ambiental.

No subtítulo do relatório do Plano Diretor de Attílio, denominado “Coleta e Transporte de Lixo”, indica-se que a retirada e o transporte do lixo seriam na “zona comercial, dentro das áreas públicas⁴⁸⁹”. Dever-se-ia adotar “o tipo de caixas metálicas com tampas fechadas hermeticamente⁴⁹⁰”. Estas caixas não poderiam permanecer expostas durante a noite toda, e sim, pela manhã no momento de passagem dos “carros de coleta⁴⁹¹”.

Lima previu que estes “carros” poderiam ser de tração animal, por serem mais econômicos, além de que os animais, após este serviço, poderiam ser “aproveitados nos serviços de irrigação, obras municipais, etc.⁴⁹²”. A intenção é que os animais tivessem um papel preponderante na limpeza urbana devido aos custos e aproveitamento dos serviços por tração animal. Até a indicação para o tipo de carroças para a coleta de lixo na cidade foi realizada, essas deveriam ser de construção metálica, com tampa que fechasse hermeticamente⁴⁹³.

No que diz respeito ao tratamento dos resíduos sólidos, Lima deparou-se com um problema não muito aprovado na época. Explanou que sobre o tratamento do lixo seria “difícil opinar”. Pois, em 1935, a cidade ainda estava em construção, não totalmente habitada e, por isso, ainda era “desconhecida qual a composição⁴⁹⁴” do lixo, “que varia com a latitude, com o clima e com os costumes⁴⁹⁵”.

⁴⁸⁸ Para Coelho (2002), “a nova capital deveria representar algo completamente diferente do conhecido até então pelos goianos. E é exatamente isso que será implantado: Uma cidade que traz em si mudança política, a substituição das antigas oligarquias por novas, a tradicional arquitetura da colônia portuguesa pela arquitetura da modernidade, da internacionalização, do futuro⁴⁸⁸”. (COELHO, 2002, p.107).

⁴⁸⁹ LIMA, 1935 apud JUNIOR, 1958, p. 101

⁴⁹⁰ Ibid., p. 108

⁴⁹¹ Ibid., p. 108

⁴⁹² Ibid., p. 108

⁴⁹³ Ibid., p. 108

⁴⁹⁴ Ibid., p. 108

⁴⁹⁵ Ibid., p. 108

Já havia classificações do consumo de lixo, nos grandes centros urbanos. Inclusive, sobre os resíduos sólidos não orgânicos. Baseado nesses estudos, Attilio faz uma breve projeção de parte do que poderia haver de tipologia do lixo na nova capital de Goiás.

Nos grandes centros americanos, predominam os metais e a celulosa; nos centros europeus a potassa, etc., isso de um modo geral, havendo diferenças sensíveis de cidade para cidade. No Rio de Janeiro predominam as gorduras. É provável que em Goiás deva predominar de forma sensível, as gorduras devido ao sistema de alimentação em que predomina a carne, e também pelo hábito muito nosso da fartura, o que dá margem a aumentar o volume do lixo com grandes quantidades de restos de comidas. Não havendo no Estado indústrias de papel, estamperia, etc., torna-se supérfluo o aproveitamento destes industrialmente, excetuando-se o caso das gorduras que poderão ser aproveitadas para o fabrico de sabão. Contudo, a cremação é indispensável a fim de evitar este aspecto degradante dos urubus campeando sobre a cidade⁴⁹⁶.

A limpeza urbana estava intrinsecamente ligada às questões de posturas de higiene e cultural, conseqüentemente, à saúde, devido aos vetores de doenças que proliferaram entre o lixo durante o surgimento da cidade. Além dos inspetores de higiene que passaram a ficar isentos de impostos de indústrias, que eram cobrados à época, durante aquele período, outrossim:

O governo de Pedro Ludovico isentou de impostos as indústrias ligadas à construção civil para estimular a produção desses materiais tão necessários à edificação de Goiânia, conforme solicitara Armando de Godoy. O Decreto nº 3.756 beneficia apenas indústrias implantadas a 24 quilômetros entorno da área urbana de Goiânia⁴⁹⁷.

No quesito do lixo, não é apenas pela arquitetura que Lima utilizou parâmetros europeus para a elaboração do primeiro plano diretor de Goiânia. No item coleta de lixo do relatório de 1935, ele também lembra os grandes centros americanos e europeus. Aparentemente, a coleta de resíduos sólidos é um dos poucos itens que Attilio considera mais incisivamente como relativo aos costumes da população local, levando-se em conta a cultura, o trabalho e os modos de viver em geral. Isso para prever (mesmo com dúvidas), os tipos de lixo que seriam produzidos em Goiânia.

No quesito resíduo sólidos é lembrada a origem rural dos goianos em um “sistema de alimentação que predomina a carne” e, a maneira de se comer com fartura (uma típica cultura do campo). Atividades que poderiam gerar muito lixo orgânico, incluindo maior quantidade

⁴⁹⁶ Ibid., p. 109

⁴⁹⁷ DAHER, 2003, p. 216

de gordura animal. Observa-se que já é prevista a reciclagem da gordura para a fabricação de sabão.

Attílio aparenta desanimado com a possibilidade de muitas indústrias em Goiânia, mesmo tendo planejado uma zona para elas. Pois, considerava que seria supérfluo o reaproveitamento de resíduos para fábricas de papel, estamparia dentre outras. Enfatiza-se que, aparentemente, a própria administração pública (Estado e município) era a maior produtora de resíduos sólidos, durante as obras da nova capital goiana. Já entre a população, havia a produção de resíduos orgânicos advindos de restos do abastecimento de comida, como narra o primeiro prefeito:

outro problema sério era o abastecimento da população, porque nós não tínhamos estradas para Nerópolis, Anápolis, Leopoldo de Bulhões e para o Sudoeste. Então como abastecer uma ‘chapada’ (sic)? Tudo vinha em lombo de burro, nas costas de animais, as bruacas trazendo farinha, rapadura, frangos, mandioca, guariroba (naquele tempo não havia produtos hortifrutigranjeiros como hoje). Os gêneros quando não vinham em tropas de animais eram conduzidos em carros de boi. Foi quando tive a ideia de construir o primeiro mercado. Foram dois ranchos onde é situado hoje o final da Rua 4. Para tanto, foi preciso equacionar o transporte de gêneros alimentícios. Mandei fazer um levantamento para saber quantos carros de boi havia no município. Constatamos a existência de duzentos destes veículos que foram registrados na prefeitura⁴⁹⁸.

Por volta de 1935, registrou-se duzentos carros de boi ainda na Goiânia nascente. Estes veículos foram fundamentais para o abastecimento de gêneros alimentícios na cidade, como também para o transporte de materiais de construção para edificações. No que diz respeito aos emissores de resíduos ou lixo gerado pela indústria e ou comércio⁴⁹⁹, “havia uma feira pobre situada na confluência da Rua 20 com a Avenida Anhanguera⁵⁰⁰”.

⁴⁹⁸ BORGES, Venerando de Freitas. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 7 – 8.

⁴⁹⁹ No início da nova capital “até a lenha era difícil, o toucinho também, mas, como os primeiros habitantes da cidade constituíam uma família muito unida, instituiu-se, tacitamente, o sistema de permuta de gêneros alimentícios”. (BORGES, Venerando de Freitas. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 8) Desta forma, a cultura fraterna do sertanejo substituíra a falta de infraestrutura do poder público na nova capital.

⁵⁰⁰ CURADO, et al., 1986, p. 112



Figura 27: Ranchos da antiga feira livre que seria no final da rua 4 em 1936, perto da confluência da Av. Anhangüera e Rua 20. Percebe-se o que seriam resíduos orgânicos perto dos ranchos. Fonte: Arquivo Histórico Estadual.

Entretanto, em 1936 o comércio no plano piloto é considerado nulo por uma pioneira, sendo que “as compras eram feitas em Campinas, onde também se realizava jogos, corrida e cinema⁵⁰¹”. Estabeleceu-se ali uma feira que recebia uma quantidade relativamente significativa de gêneros alimentícios.

com a chegada das primeiras famílias foi organizada uma pequena feira onde se encontra hoje a Praça Coimbra. Cargueiros, caminhões, carroças e carros de bois eram utilizados no transporte dos víveres e, naquele pequeno aglomerado, as donas de casas se abasteciam em mantimentos tais como arroz, feijão, farinha, ovos, frangos, etc. As verduras quase não apareciam e o comum era recorrer-se ao comércio de Campinas, pequeno mas em condições de melhor atendimento⁵⁰².

Em relatório de contabilidade da superintendência de obras⁵⁰³, na discriminação dos serviços preparatórios, datado de 31 de março de 1936, há gastos com esgoto, 24 ranchos de capim, pedreira número 7 (o estado poderia ser dono e também uma pessoa poderia possuir duas ou mais), prédios e a “pedreira número 1”, que era a do Rio Meia Ponte. Havia ainda a pedreira número 8, intitulada “Canêdo”. O maior custo era com a “Olaria do Estado”. Existiam também olarias particulares, o primeiro prefeito diz:

Não tínhamos ligações com Anápolis, que era a ponta de linha da estrada de ferro. Ali chegava os materiais para a construção; o cimento vinha de São Paulo, as telhas de Tambaú, etc. (A primeira olaria de Goiânia só foi construída em 1935, pelo médico Carlos de Freitas, que deixou sua clínica e montou a Cerâmica Marina, ele

⁵⁰¹ CURADO, et al., 1986, p. 112

⁵⁰² FLEURY, et al., 1986 p. 177

⁵⁰³ Relatório de Contabilidade, tido como da “Superintendência Geral da Construção de Goiânia”. 31/03/1936. Caixa 02, Goiânia, 1936 – AHE.

mesmo pelas madrugadas dirigia um caminhão conduzindo tijolos para a construção do Palácio do Governo)⁵⁰⁴.

A extração de cascalhos, às margens dos cursos d'água do município de Goiânia era constante durante a construção do núcleo urbano. Haveria certo monopólio nas compras do Estado de matérias primas, advindo da extração de recursos naturais. Em um recibo do dia 17 de abril de 1936, consta a entrega de 334,20 m³ de cascalho retirados pelo “senhor Luiz Bangara⁵⁰⁵”, mediante o pagamento de um conto, noventa e quatro mil e quatrocentos réis (1.094\$900). O recibo é em uma folha simples com pauta, datilografado e assinado, apenas com carimbos da superintendência. Não há nenhum registro de licença ou autorização para a extração de minérios no mesmo.

Durante a construção da nova capital, mandava-se por meio de Ordem de Serviço cortar e buscar lenha. Muitas destas Ordens de Serviços eram escritas manualmente em papéis ou em folhas sem pauta, cursivamente. Como por exemplo, por meio da Ordem de Serviço n° 373, que diz para “mandar buscar, com uma carroça, a lenha que foi cortada para o rolo compressor⁵⁰⁶”.

Nas serrarias, haviam os foguistas, que mantinham fornalhas permanentemente acesas, “à custa da queima de lenha, carvão, serragem e cavaco⁵⁰⁷”. Aliás, alimentar caldeiras à lenha para gerar energia, forjar metais, assar diversos tipos de alimentos ou para outras utilidades, eram vistas como ações naturais. Aparentemente, para efetivá-las, não necessitava de autorização ou algum tipo de alvará ou licença de uso no início de Goiânia. Em apenas um recibo da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de Goyaz (*sic*), é demonstrado o pagamento de oitocentos e cinquenta e cinco mil réis por “255 alqueires de carvão (...) a citada obra (*sic*),⁵⁰⁸” cobrando-se 3\$000 por alqueire de carvão.

⁵⁰⁴ BORGES, Venerando de Freitas. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 8

⁵⁰⁵ Recibo da Superintendência Geral de Obras da Nova Capital de Goyaz (*sic*). 17 de abril de 1936. Caixa 02, Goiânia, 1936 – AHE.

⁵⁰⁶ Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz (*sic*), Ordem de Serviço n° 373, de 08 de junho de 1936. Caixa 2. Goiânia – AHE.

⁵⁰⁷ GOMES, 2002, p. 48

⁵⁰⁸ Recibo da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de Goyaz (*sic*). Datado de 29 de janeiro de 1936. Caixa 02, Goiânia, 1936 – AHE



Figura 28: Carros de boi transportando madeira para a construção de Goiânia em 1937. Nota-se que após cerca de 4 anos de sua fundação, havia quantidades expressivas de madeira perto do núcleo central da cidade e dos ranchos de trabalhadores, mas também já havia grande número de áreas desmatadas. Fonte: AHE.

A quantidade de resíduos sólidos provenientes da extração de madeira pode ser considerada significativa. Mesmo com tantas árvores tombadas e cortadas, jogavam-se as serragens em buracos nos quais eram queimadas, pois delas “naquela época, pouco ou quase nada se aproveitava⁵⁰⁹”. Despojos de serragens eram utilizados para as fornalhas, inclusive para ferver roupas. Os “pátios de toras”, que chegavam ao tamanho de quarteirões ou quadras, eram compostos, em sua maioria, por espécies nativas do cerrado, dentre as quais havia: o jatobá, angico, peroba, aroeira, garapa, sucupira, mandiocão, tamboril, maria-preta, vinhático, jacarandá, cedro, bálsamo, gonçalo-alves, pereira, jequitibá, pau d’óleo, dentre outras⁵¹⁰. Lenhas eram “o único elemento fácil de encontrar na cidade⁵¹¹” (pelo menos no início). Essas madeiras eram levadas em caminhões para “diversos usos⁵¹²”.

Árvores nativas do cerrado eram cortadas e serradas no próprio município de Goiânia, distribuídas em serralherias e marcenarias para tornarem-se carvão para a fabricação de

⁵⁰⁹ GOMES, 2002, p. 50

⁵¹⁰ GOMES, 2002

⁵¹¹ SOUZA. 1989. p. 25

⁵¹² Ibidem.

molduras e estruturas de ferro em brasa para as obras, ou para fazerem móveis, ou serem utilizadas nas construções.

Em serrarias viam-se vigotas colocadas no chão e madeira serrada, que eram desdobradas “pelas possantes máquinas operatrizes, vertical e francesa, em pranchões e pranchas⁵¹³”. Muitas dessas grandes toras eram puxadas por carros de boi, como podemos observar na figura 29 (p. 130).



Figura 29: Carros de boi em "carretão" (sic) puxando tronco para a construção de Goiânia, possivelmente, na década de 1930. Fonte: AHE.

Não foi observada uma maior fiscalização da gestão pública nas marcenarias e serralherias durante o início do município de Goiânia. O Código Florestal⁵¹⁴, instituído por Getúlio Vargas em 1934, no artigo 44, dentre outros, versava que mesmo se houver abundância de determinada espécie da flora na região “terá lugar o corte sob a fiscalização da autoridade competente, afim de que só recaia em árvores adultas”. Não se percebe um controle incisivo do uso de madeiras para a construção da cidade, conforme o primeiro Código Florestal de 1934, instituído apenas cerca de três meses após o início oficial das obras goianienses.

Além da matéria prima e demais alvenarias, havia “o corte não seletivo de pequeno e médio porte, (com árvores) transformadas em carvões para atender as poucas caldeiras, oficinas de ferreiros, pequenas forjas e padarias que havia na cidade⁵¹⁵”. Para a reciclagem de matéria prima industrializada, queimava-se muito carvão para fundir o ferro. Era necessária muita brasa nas serralherias.

⁵¹³ GOMES, 2002, p. 44

⁵¹⁴ Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal.

⁵¹⁵ GOMES, 2002, p. 25

Uma “caldeira a vapor alimentava o funcionamento de todas as máquinas da serraria dos Bariani⁵¹⁶” (uma família tradicional da cidade, que chegara a Goiânia na década de 1930). Na figura 30 (p. 131), observa-se um caminhão com o que seria grandes manilhas, mas também teria sido utilizado para o transporte de toras de madeira em Goiânia. Veículo pertencente à família dos Bariani que seria, se não o único, um dos poucos caminhões utilizados para transporte de madeira na nova capital.



Figura 30: Caminhão carregando o que seriam “manilhas”, em Goiânia, para a construção da cidade. Data aproximada do final da década de 1930 e início de 1940. Mas também, poderia ser utilizado no transporte de toras de madeiras, assim como serragens e carvão, que podem ser considerados como “resíduos sólidos”. Fonte: Instituto Cultural e Educacional Bariani Hortêncio - ICEBO.

Inicialmente cercada por árvores, após um tempo, percebeu-se que a madeira já chegara à um preço considerável na cidade, na segunda metade de sua primeira década. Chegando ao ponto de que, enquanto a cidade era construída, o Estado tinha um almoxarifado, no qual guardava-se madeira e lenha para serem reutilizadas em mais de uma obra.

Havia várias viagens de caminhões de terra e entulhos, tanto em direção às obras, com cargas de saibro, britas, areia, terra e outros minerais, como também em direção aos locais de descarga de entulhos. Na folha de diárias dos serviços de transportes, registrou-se oito fretes de caminhões no dia 08 de junho de 1936. Apesar dos mesmos caminhões serem nominados com números díspares (ou seja, não estão em sequência), como o “106⁵¹⁷”, estima-se que o número de caminhões, durante a construção de Goiânia, trabalhando na construção da cidade, não teria passado anualmente de poucas dezenas.

⁵¹⁶ GOMES, 2002, 48.

⁵¹⁷ Seção de Transportes Gerais, Goiânia, 09 de junho de 1936. Caixa 02, Goiânia, 1936 – AHE.

Observou-se que, para muitos meses do ano de 1936, encontrou-se registrados não mais do que cerca de quinze caminhões trabalhando nas obras, denominados com diferentes numerações, as quais não correspondiam à quantidade total de caminhões nas obras da cidade. Os trabalhadores que perambulavam nesses caminhões cortavam árvores que estavam nas estradas do município e quebravam pedras para serem levadas às construções⁵¹⁸.

Eram transportados no município a “pedra ‘tapiocanga’ retirada da Vila Coimbra e do Setor Bueno; o saibro das cabeceiras do Vaca Brava e da Vila Santa Helena; a terra arenítica de coloração vermelha-amarela⁵¹⁹”. Extraíam-se diversos tipos de minerais dos córregos e, depois a administração pública mandava despejar os entulhos e os despojos às margens de vários cursos d’água dentro da zona urbana.

Não obstante, é o que aponta alguns registros escritos de forma cursiva, em papéis sem pauta, datados da década de 1930⁵²⁰. Segundo o IBGE, depois de 15 anos do início da construção da cidade, ainda observou-se riquezas minerais no município, inclusive, “jazidas de ouro, diamante, mica e areias monazíticas⁵²¹”. Grande parte da areia e outras matérias primas para as obras, como pedras, eram retiradas com afinco das margens do rio Meia Ponte e em outras áreas do próprio município. Observa-se um exemplo na figura 31 (p. 132).



Figura 31: Uma das primeiras pedreiras de Goiânia (sem nome e s/d, provavelmente, imagem da década de 1930). A extração de pedras, areias e demais minerais provocavam desmatamento, assoreamentos nas margens dos cursos d’água, dispersão de minerais, que são considerados também resíduos sólidos. Fonte: Goiânia: SEPLAM.

⁵¹⁸ Folha 2. Encarregado de transportes e obras. s/d. 1936. Caixa 02, Goiânia, 1936 – AHE.

⁵¹⁹ Ibid.

⁵²⁰ Há um número considerável de registros para descarregar entulhos na Avenida Paranaíba durante o ano de 1936, enviados por meio da “Seção de Transportes Gerais”. Estão na “caixa número 2, Goiânia, 1936” do AHE.

⁵²¹ Sinopse Estatística do Município de Goiânia, IBGE, 1948. p. 9. Arquivo IBGE de Goiânia.

Havia a “areia fina para reboco, areia grossa e cascalho para compor a massa de assentamento que eram retirados em ‘jasimentos’ (*sic*) localizados no rio Meia Ponte, no Anicuns e noutros leitos dos cursos d’água⁵²²”. Isso teria contribuído para o surgimento de criadouros de vetores de doenças mediante aos focos de água parada em buracos, assoalhos desmatados, barrancos degradados, poças d’água proveniente de resíduos sólidos, dentre outros criadouros.

É provável que a retirada excessiva de matéria prima, junto com o desmatamento (criação de descampados, como diziam os pioneiros). Essas degradações teriam destruído *habitats* naturais de espécimes faunísticas, de insetos, dentre outras, levando a emigração de predadores de mosquitos transmissores de doenças, como a espécie de mosquito que provocou a epidemia de malária em Goiânia, que veremos adiante, e que teria contaminado, senão centenas, dezenas de trabalhadores no município.

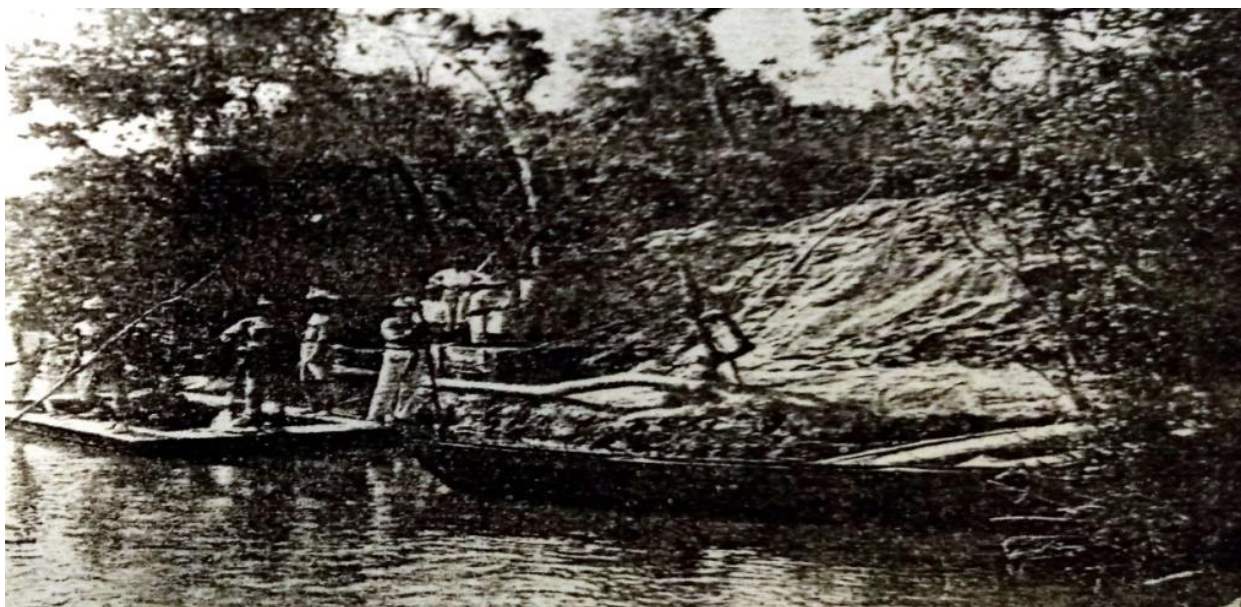


Figura 32: Extração de areia no Rio Meia Ponte. Provavelmente, na década de 1930. Na região do Meia Ponte, foi justamente onde os trabalhadores tiraram uma grande quantidade de areia e pedra, e onde houve mais casos da epidemia de malária. Aliás, durante a construção da capital, às margens do rio foram pontos epidêmicos centrais. Coincide com o espalhamento de resíduos sólidos e a consequência de possíveis criadouros do mosquito na região. Fonte: SEPLAM, Goiânia.

Enquanto a nova capital de Goiás era erigida, animais levavam resíduos e matéria prima de um lado para o outro na área urbana. Em um registro administrativo, por exemplo, com data de 26 de junho de 1936, é descrito que a “carroça nº 2 de Pioho Gomes Vianna⁵²³”,

⁵²² Memorando nº 92, 03 de março de 1939. Diretoria Geral de Saúde. AHE, caixa 950, ano 1939.

⁵²³ Transportes Gerais da Superintendência de Obras Para a Construção da Nova Capital de Goiás, 26.06.1936, Caixa 2, Goiânia – AHE. As carroças eram registradas por números.

teria feito na mesma data “9 viagens de entulho da secretaria⁵²⁴ à avenida ‘Paranahyba’ (sic)”. No mesmo dia, é relatado que por meio da carroça “número 2”, foram realizadas mais 11 viagens de terra da avenida “Nova Goiás” para a mesma avenida “Paranahyba” (sic)⁵²⁵. Mediante a quantidade de registros de descarga de entulho, que saiam de diferentes regiões de Goiânia para onde é a atual Avenida Paranaíba, percebe-se que pelo menos na década de 1930, na região da Paranaíba, haveria um local de descarte de resíduos sólidos.

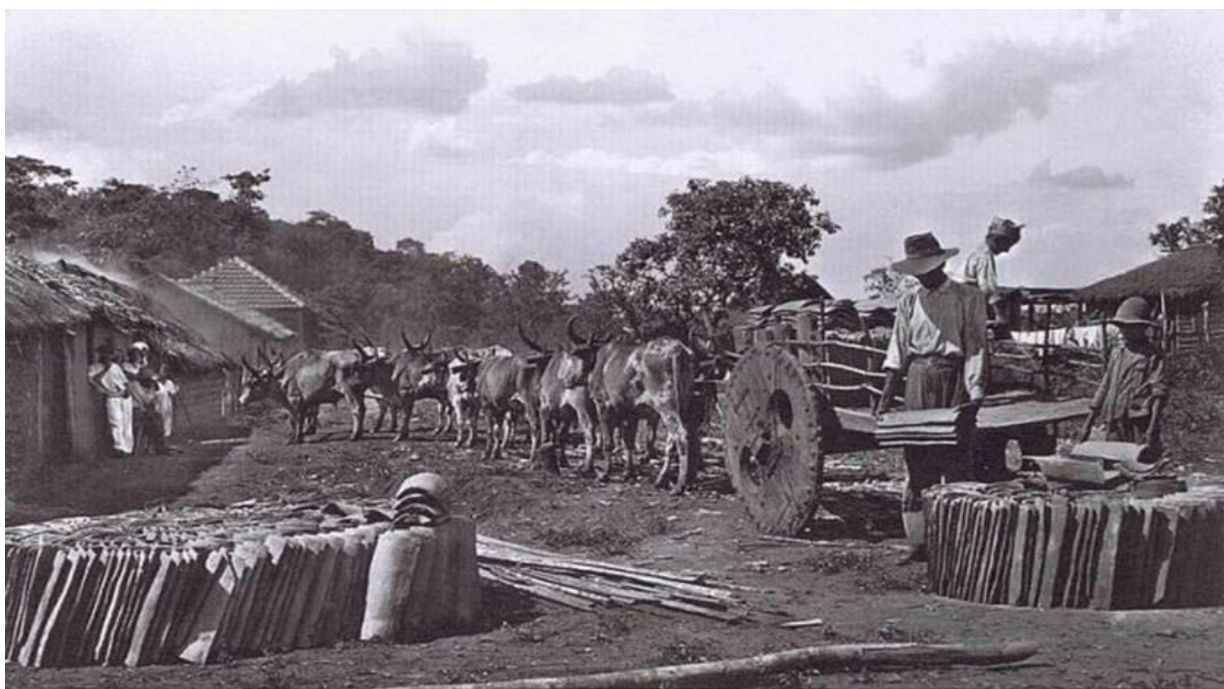


Figura 33: Carregamento de materias de construção para as obras de Goiânia em carro de boi, perto de uma possível olaria e moradias (inclui ranchos) de trabalhadores. Provável imagem da década de 1930, s/d. Fonte: AHE.

No dia 24 de junho de 1936, também foram realizadas mais “14 viagens de terra da ‘Nova Avenida Goiás’ à avenida ‘Paranahyba’⁵²⁶” por meio da carroça número 2. No dia 26 do mesmo mês, a “carroça nº 1⁵²⁷” fez mais nove viagens de “transporte de entulho” da Secretaria Geral à “avenida ‘Paranahyba (sic)’”, e no dia vinte e sete do mesmo mês, a mesma carroça “número 1” fez mais nove viagens “de entulho⁵²⁸” no mesmo trajeto.

Em média, registrou-se por meio do departamento de “Transportes Gerais” entorno de 15 carroças durante as obras de 1936. Fora as que poderiam estar em outros departamentos e as que não eram registradas ou não pesquisadas. Todavia, os caminhões e carroças não

⁵²⁴ No registro não é especificado qual secretaria.

⁵²⁵ Idem, 23.06.1936

⁵²⁶ Idem, 24.06.1936

⁵²⁷ Idem, 26.06.1936

⁵²⁸ Idem, 27.06.1936

possuíam a eficiência necessária sob a utilização de uma administração pública que, sequer sabia qual órgão seria o maior responsável pela limpeza pública.

Por meio do ofício número 234, datado em 25 de junho de 1938⁵²⁹, a Diretoria Geral de Serviços Sanitário de Goiás solicitou ao superintendente geral de obras de Goiânia, “rogando” que o “encarregado de serviço de lixo” fizesse “diariamente a limpeza pública⁵³⁰”. Observa-se que, um agente público de uma diretoria que presta serviços sanitários, parece quase que implorar, para que por meio da Superintendência de Obras, da Secretaria Geral do Estado, procure-se uma solução diária para a questão da limpeza. O pedido não era apenas para a limpeza de resíduos sólidos da construção civil, mas também para retirada de animais mortos e outros resíduos das ruas da cidade. Ressalta-se que o pedido foi para que houvesse uma solução perene, com a justificativa que a Diretoria Geral de Serviços Sanitários não dispunha de “aparelhamento necessário para tal fim⁵³¹”.

4.2 Matança de animais e proliferação de material orgânico

Por meio de outro ofício de número 305, datado de 20 de agosto de 1938, o serviço sanitário informou ao secretário geral do estado sobre diversas reclamações “quanto a remoção de lixo, animais mortos, etc. (*sic*)⁵³².” O pedido foi feito ao secretário geral do Estado, que encaminhou o mesmo, em letra cursiva, à caneta, à Superintendência Geral de Obras. Assim era a administração da limpeza urbana na primeira década de Goiânia: uma instituição repassava o serviço para outra, com a expectativa de que a outra repartição resolvesse a questão dos resíduos sólidos e do lixo no município.

A administração pública não sabia ao certo “a qual repartição estaria⁵³³ afeto o referido serviço⁵³⁴” de limpeza da cidade. Ressalta-se que a afirmação do poder executivo em não saber por meio de qual órgão recolhia-se o lixo na cidade, é datada de quase cinco anos depois de ter-se lançado a pedra fundamental do município. A dúvida é ratificada no ofício de

⁵²⁹ AHE, Caixa 936

⁵³⁰ Ibid.

⁵³¹ Ofício nº 305 da Diretoria Geral de Serviços Sanitários, 20 de agosto de 1938. AHE, Caixa 936

⁵³² Ibid.

⁵³³ Grifo nosso (original: está)

⁵³⁴ Ibid.

agosto de 1938, indagando se a responsabilidade caberia “à prefeitura, à superintendência (de obras) ou esta diretoria (Geral de Serviços Sanitários)⁵³⁵”.

Sobre o lixo orgânico, ainda durante a primeira década, Souza relata sobre a possibilidade e o perigo eminente da morte de animais durante as duas primeiras décadas de Goiânia⁵³⁶. Inclusive no período noturno, no qual sob a luz dos faróis, “só se via os olhos vidrados dos animaizinhos que corriam desorientados, procurando fugir a qualquer preço⁵³⁷”. A autora, que também é pioneira de Goiânia, cita a história de um jacaré deitado na porta de sua casa, que não existindo órgão específico para recolhê-lo, “tiveram que matá-lo⁵³⁸”.

Animais mortos eram vistos dentro das primeiras construções da cidade, quando os trabalhadores chegavam às obras e os encontravam já desfalecidos, porque os mesmos não conseguiam sair de entre as cercas, ou pularem os muros envoltos das primeiras construções. Segunda outra pioneira, Cerise, um pouco semelhante do que ocorrera com Souza: “um fato interessante ocorreu em 1941”, segundo ela, saindo de sua casa, “passando pelo Lago das Rosas, Raul [seu marido] atropelou um jacaré⁵³⁹”. Dizia-se que “havia muita ema, muita perdiz e muita cascavel também⁵⁴⁰”. Segundo o pioneiro Pedro Ponchet Meireles, na região do “Rio” (sic) Botafogo, havia como pescar e “dentro da cidade dava até veado mateiro⁵⁴¹”. Depoimentos de Caramashi relatam que durante os quinze primeiros anos na cidade, em Goiânia havia “onça” e “tinha que ficar armado de espingarda o dia inteiro⁵⁴²” para combater os índios, o que pode ser considerado um exagero⁵⁴³.

O pioneiro Pedro Ponchet Meireles, via uma paisagem na cidade como “um capital, aquela pastagem enorme. Aí da Avenida Anhanguera para baixo dava até veado ‘aí dentro’ (sic)⁵⁴⁴”. O primeiro prefeito discorre sobre os cachorros que perambulavam pela capital, o que levou a um aumento de animais mortos no município:

Os cachorros em Goiânia era um caso sério. Tinha cachorro demais. Baseado em uma lei de São Paulo, fiz uma aqui para Goiânia, mandando apreender os cães que andavam (...ilegível) pelas ruas e coloca-los num local apropriado pelo prazo de 48

⁵³⁵ Ibid.

⁵³⁶ Pioneiros como Souza (1989), ao relatar sobre as primeiras décadas de Goiânia, não o fazem de forma temporal necessariamente linear, ou seja, por ano. Todavia, estima-se que o período relatado por Souza (1989) seja a partir da segunda metade da década de 1930, ainda durante o período oficial da construção de Goiânia (1933-1942).

⁵³⁷ SOUZA, 1989, p. 25

⁵³⁸ Idem., p. 45

⁵³⁹ CERISE In: GOIÂNIA, 1986, p. 70 apud OLIVEIRA; ARRAIS et al 2016, p. 125

⁵⁴⁰ Ibid.

⁵⁴¹ MEIRELLES, 1986 In: GOIÂNIA, 1986, p. 70 apud OLIVEIRA; ARRAIS et al 2016, p. 125

⁵⁴² CARAMASHI, 1986 In: GOIÂNIA, 1986, p. 70 apud OLIVEIRA; ARRAIS et al 2016, p. 125

⁵⁴³ Considerado por ARRAIS e OLIVEIRA et al 2016, p. 125

⁵⁴⁴ MEIRELLES, 1986 In: GOIÂNIA, 1986, p. 70 apud ARRAIS; OLIVEIRA et al 2016, p. 125

horas, para que os seus proprietários os reclamassem e pegassem (...ilegível) a (sic) ‘carceragem’ (sic).

(...) Houve uma grande matança de cães em Goiânia. Morreram mais de 1000 cachorros. Eles eram envenenados com ‘bolas’ feitas espalhadas pela (...ilegível) por duas personalidades (...ilegível) cujo os nomes não vou citar. Até o cachorro ‘Paqueiro’ do dr. Pedro Ludovico comeu a ‘bola’ dentro do Palácio das Esmeraldas. Dr Pedro ficou ‘fulo’ (sic). Acontece que o funcionário da prefeitura que eu tinha demitido foi à Delegacia de Polícia e denunciou que eu estava mandando matar os cachorros. Quando dr. Pedro soube disso mandou chamar Galeno Paranhos, que era chefe de polícia e autorizou abrir inquérito para apurar⁵⁴⁵ a denúncia. Prenderam o meu chofer que ficou incomunicável e mandaram me chamar. Acontece que o meu denunciante já me endereçado uma carta, pedindo perdão por haver me denunciado e dizendo que o fizera por pressão do chefe de polícia (...). Então mostrei-lhe a carta, onde o meu denunciante dizia que tinha sido coagido pela polícia. E acrescentei: faço questão que você mande acrescentar esta carta no processo, porque ela é uma denúncia contra espancamento, violência contra presos que vocês estão fazendo. Antes disso, eu já havia estado em Palácio com dr. Pedro Ludovico. Ele me recebeu friamente e nem me mandou entrar para a sala. Disse-me: Venerando, eu soube que está mandando dar ‘bola’ para cachorro e até o meu cão morreu envenenado. Mandei o Galeno Paranhos apurar isso. E se for verdade, você será punido. Eu, então, mostrei-lhe a carta que havia recebido do meu denunciante. Isso, depois de responder-lhe à altura. Esse foi o maior entrevero acontecido entre mim e o dr. Pedro⁵⁴⁶.

Segundo o primeiro prefeito da capital, “houve uma grande matança de cães em Goiânia” e, em um só período, na nascente cidade, teria morrido mais de mil cachorros propositalmente mediante aprovação de parte das autoridades. Ludovico destacou “a criação de postos anti – rábicos (sic), resultante de entendimentos havidos entre a Diretoria de Geral de Saúde e o Instituto Pinheiros⁵⁴⁷”. O interventor destacou à Vargas “a polícia sanitária, com um serviço intenso de visitas às habitações e casas de comércio de gênero alimentício, elevando-se o número dessas visitas, em Goiânia, a 12.800⁵⁴⁸”. No relatório da Chefatura de Polícia, apresentado ao “Exmo Sr. Dr. Interventor Federal por Galeno Paranhos, Chefe de Polícia⁵⁴⁹”, referente aos anos de 1938 e 1939, é apresentado que, sobre a caça e pesca

importantes medidas foram tomadas pela Chefatura de Polícia: dai a expedição de ordens e avisos que, divulgados pela imprensa do Estado, muito contribuíram para reduzir a mortandade de peixes e animais, que não escapavam a sanha de caçadores e pescadores inconscientes, fazendo chegar ao conhecimento dos menos avisados o quanto aquelas providências viriam beneficiar uns e outros⁵⁵⁰.

⁵⁴⁵ Grifo nosso (palavra não claramente legível).

⁵⁴⁶ BORGES, Venerando de Freitas. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 9-10.

⁵⁴⁷ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 47. AHE

⁵⁴⁸ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 47. AHE (grifo nosso)

⁵⁴⁹ AHE

⁵⁵⁰ PARANHOS, Galeno. Relatório da Chefatura de Polícia ao Interventor de Goiás, Federal Pedro Ludovico Teixeira, 1939, p. 30. AHE.

Percebe-se um antagonismo entre o discurso e a prática do chefe de polícia Galeno Paranhos em relação à morte de animais, e a pescaria aparentemente desenfreada entorno e no núcleo urbano no início de Goiânia. Pois, ao mesmo tempo que animais morriam em meio às obras ou pela caça no município (inclusive na zona urbana), Paranhos relatou à Pedro Ludovico que “as nossas matas e campos se privam gradativamente dos seus mais belos espécimes de animais silvestres e de aves canoras e de ornamentação, abatidos por caçadores inconscientes⁵⁵¹”. Enfatiza-se que a grande quantidade de fauna (tendo como consequência animais mortos estendidos nos logradouros) que perambulava no núcleo urbano de Goiânia, e no município como um todo, leva-se a entender que os *habitats* faunísticos estavam sendo degradados e que, ainda haveria muitas matas, veredas e cursos d’água no plano piloto e em seu entorno. Porém, para irem de um nicho de mata para outro, muitos animais morriam ao atravessarem áreas urbanas no município. O quantitativo faunístico está intrinsecamente ligado ao tratamento do ambiente.

Com relação à pesca, em 29 de novembro de 1939, o chefe de polícia comprometeu-se a reprimir energicamente, inclusive, substâncias “venenosas e entorpecentes” com efeitos, poluidores severos:

As cercadas de peixes, fixas, de qualquer denominação, tais como currais, camboas, paris, cacuris, tapagens, coração, caçoal, curral duplo, em séria, etc... (sic);
O uso de redes ou aparelhos de qualquer espécie, tipo ou denominação, que impeçam o livre trânsito das espécies da fauna aquática nas barras, lagoas, rios, riachos e canais, bem como na vizinhança dos citados lugares;
Com dinamite ou qualquer explosivo;
Com substâncias venenosas ou entorpecentes;
Com qualquer meio, sistema ou processo que prejudique a criação ou procriação das espécies da fauna aquática. (...).
PERMITI-SE: a pesca feita com caniço ou linha de mão e com redes de espaços e flutuantes que não excedam a metade da largura de superfície líquida, sendo que as de espera não poderão permanecer mais de 12 horas no mesmo lugar⁵⁵².

A disposição enérgica do chefe de polícia Paranhos para combater a caça e pesca, em 1939, demonstra claramente que havia grande quantidade de caçadores e pescadores predatórios em Goiás, inclusive, na nova capital, onde ele residia. Pelo Decreto Federal nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934, denominado “Código de Pesca e Caça”, intensificou-se de forma institucional o combate aos caçadores. Segundo os relatos dos pioneiros de Goiânia, o

⁵⁵¹ PARANHOS, Galeno. Relatório da Chefatura de Polícia ao Interventor de Goiás, Federal Pedro Ludovico Teixeira, 1939, p. 30. AHE.

⁵⁵² PARANHOS, Galeno. Relatório da Chefatura de Polícia ao Interventor de Goiás, Federal Pedro Ludovico Teixeira, 1939, p. 30. AHE.

que foi informado pelo chefe de polícia Paranhos a Pedro Ludovico, o Código de de Caça e Pesca não era cumprido à risca na capital. Estabeleceu-se a proibição da caça de

animais úteis à agricultura, de pássaros canores, de ornamentação e outros de pequeno porte;
nos imóveis do domínio público;
nas zonas urbanas e suburbanas;
com visgos, esparrelas, alçapões, arapucas, gaiolas, com chamarizes; redes de qualquer espécie e denominação; laços, mundéus, armadilhas de qualquer espécie, armas que surpreendam a caça; explosivos, venenos, bem como à noite, com tachos, faróis, etc... (sic).
PERMITI-SE: A caça de animais doméstica, à fauna terrestre e aquática, inclusive pombos selvagens de arribação quando nocivos à agricultura, ao homem, à criação invadirem sementeiras e culturas, etc... (sic)⁵⁵³.

A proibição de matança de animais silvestres de maior porte nas zonas urbanas e suburbanas aponta que estes perambulavam por estas zonas, e que, muitas vezes, durante o início de Goiânia, em muitas áreas do núcleo urbano, havia mais espaços que pareciam mais rurais ou silvestres do que antropizados. Era comum a caça na nova capital, mesmo o governo tendo estabelecido sua proibição em zona urbana. Outrossim, “essa caracterização da cidade em seus primeiros anos mostra-a muito mais próxima do sertão do que da metrópole⁵⁵⁴”. Havia algumas pessoas que não largavam seus animais de estimação, como a “mulher da arara”, a qual tinha a ave como sua companheira, “equilibrava-se em um dos ombros, fazendo-lhe carinho como a uma criança⁵⁵⁵”.

4.3 Ambiente, profilaxia e doenças

Materiais orgânicos se acumulavam nos trajetos entre os córregos e as obras, ocasionando poças d’água. A degradação dos nichos de matas também influía na cadeia alimentar de insetos. Desta forma, junto com as casas dos operários às margens dos córregos, apareciam criadouros de insetos. Percebe-se que o planejamento da cidade foi diferente do executado, pois no artigo 4º, do Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, ficou estabelecido “que a prefeitura da nova Cidade construirá em zona para esse fim demarcada, prédios em condições higiênicas e de aluguel barato aos operários⁵⁵⁶”.

⁵⁵³ PARANHOS, Galeno. Relatório da Chefatura de Polícia ao Interventor de Goiás, Federal Pedro Ludovico Teixeira 1939, p. 31. AHE.

⁵⁵⁴ OLIVEIRA, 1999, p. 60

⁵⁵⁵ ALMEIDA, et al., 1986, p. 126

⁵⁵⁶ GOIÁS, Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, art. 2º apud SABINO JÚNIOR, 1958, p. 74.

Não obstante, “muitos açougues em Goiânia, em 1935, funcionavam em ranchos ou em casinhas de telhas sem as mínimas condições de higiene⁵⁵⁷”. O prefeito Venerando de Freitas Borges baixou um decreto, “baseado no Regulamento da Saúde Pública, regulamentando o assunto exigindo a colocação de um cepo, de uma serra e de ganchos de ferro para pendurar a carne, piso cimentado e uma barra lisa de um metro e meio nas paredes⁵⁵⁸”.

Não focaram no combate preventivo ao acúmulo de resíduos sólidos em áreas urbanas, (que propiciava águas para criadouros de vetores de doenças), no controle de assoreamentos dos cursos d’água e na retirada de areia, saibro e pedras para as construções. Uma das soluções propostas, no combate às epidemias foi impedir moradias em “depósitos de materiais”, que não tinham aparelhos sanitários.

O diretor estadual dos Serviços Sanitários, Dr. Tomaz de Aquino Muniz Callado, parece que viu uma oportunidade, em 1938, de conciliar serviços que ele considerava “profiláticos” em prol da saúde coletiva e a melhoria da estética urbana da cidade. Por meio da Diretoria Geral de Serviços Sanitários do Estado, foi solicitado a Superintendência de Obras da Nova Capital que as casas sem infraestrutura sanitária não deveriam serem utilizadas por moradores.

Solicito de V. Ex. a urgente medida no sentido de ser impedido nas construções de ranchos, barracões, ‘depósitos de materiais a moradia de qualquer pessoa ao guarda responsável’ (sic), porquanto estes habitantes com famílias prejudicam as medidas rigorosas de profilaxia, residindo em dependências que se levantam provisoriamente sem a construção de aparelho sanitário respectivo⁵⁵⁹.

O diretor de Serviços Sanitários, queria impedir que pessoas estabelecessem moradias provisórias com “depósitos de materiais”, como ranchos e barracões, justamente pela falta de “aparelho sanitário”. Porém, antes de Goiânia, em Campinas, isso não era preponderante de maneira proporcional. O que havia era uma falta de planejamento sanitário e educacional para uma maior conscientização de pessoas.

Godinho ratificaria que Ludovico “aplicou com competência o regulamento do serviço sanitário. Até os açougues tiveram de se enquadrar e adquirir ganchos de ferro para

⁵⁵⁷ BORGES, et al., 1986 p. 185

⁵⁵⁸ Ibid., p. 185

⁵⁵⁹ Callado, 1938. Ofício nº 350, da Diretoria Geral de Serviços Sanitários. Goiânia, 11 de outubro de 1938. AHE, Caixa 948, ano 1938.

dependurar a carne⁵⁶⁰”. A Lei nº 210, de 29 de julho de 1937, que dispõe sobre “a matança de vacas”, permitia que houvesse “em qualquer tempo, nos matadouros municipais, a matança de vacas (...), uma vez que o produto destine exclusivamente ao consumo local⁵⁶¹”.

Com muita sujeira na cidade, as instituições e edifícios mais limpos, eram considerados por alguns pioneiros como um “oásis”, como o Colégio Santa Clara, considerado “uma escola limpa, arejada, um oásis naquela cidade quente e poeirenta, onde os carros de bois, as carroças, as bicicletas e os poucos carros disputavam caminhos esburacados, sem asfalto e lamacentos quando chovia⁵⁶²”. Pedro Ludovico tolerava o trabalho médico das irmãs franciscanas do Santa Clara, elas eram consideradas “abnegadas religiosas⁵⁶³”.

Apesar da propagação de vetores de doenças, as enfermidades mais comuns em Goiânia estavam intrinsecamente ligadas a outros fatores como “desarranjos gastrointestinais e gripes⁵⁶⁴”. Não obstante, “os farmacêuticos eram obrigados a clinicar, em virtude da falta de médicos, pois somente na Superintendência das Obras tinham mais de 200 operários⁵⁶⁵”. Havia muito remédio importado, principalmente de “laboratórios franceses⁵⁶⁶”.

Uma maior epidemia de malária ocorreu enquanto construía-se a antiga sede da Escola Técnica Federal. Não se investia de forma significativa em saúde ou higiene preventiva para a população. Simplesmente, tentava-se impedir que moradores ocupassem determinadas áreas. Buscava-se mitigar as consequências da falta de prevenção. Como por meio do ofício assinado pelo então diretor da Diretoria Geral de Saúde do Estado de Goiás, Irany Alves Ferreira, encaminhado ao diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, Barros Barreto, em 14 de fevereiro de 1939, quando foi informado sobre a epidemia de malária, que estava ocorrendo, sobretudo, às margens do rio Meia Ponte.

Irany relatou que estavam tentando extinguir as fontes na cidade “com o serviço de saneamento e limpeza das mencionadas margens, ‘drenamento’ (sic) com a abertura de valos e esgotos para o escoamento das águas transbordadas pelo rio⁵⁶⁷” (Meia Ponte). Também, no local onde estavam construindo o leprosário (provável Colônia Santa Marta), iniciaram ali “serviços de profilaxia – extinção de focos ‘lavrários’ (sic)”.

⁵⁶⁰ GODINHO, 2004, p. 60

⁵⁶¹ Legislação Goiana 1937, Maio nº 11, Agosto nº 14. AHE.

⁵⁶² GODINHO, 2004, p. 60

⁵⁶³ Ibid., p. 61

⁵⁶⁴ JAYME et al., 1986 p. 106

⁵⁶⁵ Ibid., p. 106

⁵⁶⁶ Ibid., p. 106

⁵⁶⁷ Ferreira, Irany Alves. Ofício nº 65 da Diretoria Geral de Saúde, 14 de fevereiro de 1939.

Ao diretor do Departamento Nacional de Saúde, Ferreira, teve cuidado para explanar o problema da epidemia de malária em Goiânia ao governo federal. Porém, houve um momento em que não havia mais como mitigar a situação nos comunicados (não tinha mais como esconder a gravidade epidêmica). Em memorando de 03 de março de 1939, enviado ao presidente da comissão de compras do Estado, o mesmo diretor exclama uma “necessidade imperiosa” para a compra de medicamentos devido à “diversos casos de malária nas margens do rio Meia Ponte, próximo a esta capital, e em caráter epidêmico⁵⁶⁸”. Mais tarde, Ludovico mencionou à presidência da república que deu eficiência à

Saúde Pública no combate que levou a efeito para a extinção de um surto de malária verificado nesta Capital em consequência do alagamento provocado pela represa do rio Meia Ponte no local da Usina de Força e Luz. As providências de saneamento postas em prática produziram os mais lisonjeiros resultados⁵⁶⁹.

Observa-se mais uma vez a relação causa e efeito, sendo que, a construção da usina do Jaó teria contribuído para a proliferação de vetores de doenças. Entretanto, o então interventor não explana a expansão de possíveis focos de doenças por meio da destruição, degradação e assoreamentos ao longo de matas e cursos d’água no município. Se foi realizada a profilaxia até na Colônia Santa Marta, como já mencionado, então os focos de transmissores da malária não estariam apenas na região da Usina do Jaó como enfatizou o interventor. Mesmo com a maior propagação de doenças, a quantidade de resíduos sólidos e lixo produzido em Goiânia aumentava. Para o interventor, Goiânia seria uma cidade “higiênica”, ao escrever seu livro de memórias explanou:

Ali (Goiânia) não há lugar para as febres da Baixada Fluminense, nem para as verminoses dos estados nordestinos, nem para a promiscuidade anti-higiênica das ruas da Alfândega e de São Pedro, onde a gente tem a impressão que os bondes não passam pelas ruas, mas pelo interior das casas⁵⁷⁰.

Para diminuir a possibilidade de mais animais mortos e propagação de doenças, a prefeitura passou a recolher animais domésticos soltos na rua. Popularmente, o veículo que os recolhiam era conhecido como “carrocinha”. O problema do lixo orgânico já durava anos. Em 1942, mesmo durante o Estado Novo, o jornal O Popular, com data aparente de 25 de

⁵⁶⁸ Memorando nº 92, 03 de março de 1939. Diretoria Geral de Saúde. AHE, caixa 950, ano 1939.

⁵⁶⁹ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 47. AHE

⁵⁷⁰ TEIXEIRA apud GODINHO, 2004, p. 54

outubro⁵⁷¹, publicou reportagem cobrando “medidas necessárias” devido ao enxame de moscas na cidade.

De certo tempo a esta parte vem Goiânia sendo invadida por um enxame de moscas o que constitui um verdadeiro suplício para todos aqueles que aqui residem.

Esse fato tem como causa principal a quantidade de lixo que se está acumulada nos lotes vagos, onde a limpeza não se faz há muito tempo, ou, talvez, nunca tenha sido feita de modo geral.

Compreendendo, pois, a urgência de um combate sistemático e bem orientado a essa praga, a prefeitura municipal, de acordo com a Diretoria de Saúde, está publicando editais, determinando a todos os proprietários de terrenos vagos, lotes ou terrenos baldios, situados dentro do perímetro urbano que procedam por si por seus representantes, a limpeza dos mesmos terrenos, no prazo de 08 dias, ou seja, até primeiro de novembro.

Aos que deixarem de observar este aviso a prefeitura imporá as penas da lei.

As deliberações agora tomadas pelo prefeito Venerando de Freitas estão a merecer os aplausos de todos de vez que não é possível, numa cidade moderna e dotada de todos os requisitos determinados pela higiene, como é Goiânia, continue a existir focos de moscas, como são esses lotes cheio (sic) de lixo.

Entretanto, é mister que todos colaborem com o ‘Governador da Capital’ (sic), para que a medida, que representa um bem para a coletividade, seja concretizada no menor espaço de tempo possível, e de modo irrepreensível⁵⁷².

Nota-se que os editais publicados que determinavam que os proprietários de lotes retirassem o lixo de suas propriedades, estavam sendo publicados pela Diretoria de Saúde e, não por um órgão específico que cuidasse do ambiente como um todo da cidade. Nas casas dos operários, às margens do córrego Botafogo, “os sanitários consistiam em casinhas com um simples buraco cavado no chão, facilitando a proliferação de insetos e a contaminação do solo⁵⁷³”.

Em 1948, o jornal oposicionista “O Social” publicou sob o título “Goiânia Abandonada”, um texto de Silva Guimarães, denunciando a sujeira na cidade, o mato e o capim que tomava conta dos lotes baldios, a situação de abandono dos espaços urbanos, o alto número de pernilongos e moscas e a falta de conservação e limpeza.

De todos os erros, de todas as faltas e desacertos; de todos os “pecados”, enfim, poderá penitenciar-se o Sr. Governador Coimbra Bueno⁵⁷⁴ e conseguir absolver-se perante o tribunal de opinião popular, mas, de um “pecado monstro” jamais S. Excia. conseguirá a absolvição, o de haver abandonado a cidade de Goiânia a própria sorte e que, à míngua de simples e naturais medidas de conservação, vai

⁵⁷¹ AHE - Jornal O Popular. 1942. Mês de outubro (possível data no dia 25, pois os números da data encontram-se embaçado)

⁵⁷² Jornal O Popular. 25 de outubro de 1942. AHE.

⁵⁷³ BERNARDES, et. al. In: Revista UFG, 2009, p. 43,

⁵⁷⁴ Jerônimo Coimbra Bueno tornou-se governador de Goiás após a saída de Pedro Ludovico Teixeira. É o mesmo que ocupou a Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz, de 1934 a 1937, sobrinho de Pedro Ludovico Teixeira por parte de dona Gercina Borges (esposa do interventor), rompeu com o então interventor de Goiás na metade da década de 1940.

assumindo aspecto de ‘uma cidade’ em ruínas, onde a voracidade das ‘ervas daninhas’, transforma, dia a dia, os seus logradouros, outrora majestosos, em matagais que servem de viveiros às moscas e pernilongos

É com justa razão que o povo argumenta que nada se pode esperar de um governo que relega ao abandono a própria capital, deixando-a entregue a fúria destruidora do tempo, esquecendo-se que ali está o dinheiro sagrado do povo; a contribuição econômica patriótica da gente goiana que, prazerosamente levou ao governo idealista e construtivo de Pedro Ludovico, o preciosíssimo apoio para a edificação dessa joia, que constitui o mais nobre e justo orgulho de todo goiano.

Que faltasse como se tem faltado ao governo do Sr. Coimbra Bueno, a necessária capacidade de realização, admite-se, mas, de conservação é absurdo que clama aos céus. Que revolta a consciência de todo goiano sensato ou de todo habitante deste pedaço de grande Pátria, cujo amor, pairando acima das paixões políticas, vê com os olhos entristecidos converter-se em ruínas uma obra que significa o estouro máximo de suas aspirações e sacrifícios.

Afinal, como compreender-se a postura do Sr. Governador, face à condição de maior possuidor de valiosos lotes de terreno nos setores da Capital? A conservação da cidade não importaria concomitantemente, na valorização do seu patrimônio ‘latifundiário’.

Que S. Excia. (sic) tenha (...) pelo povo do Sudoeste, vai lá; que lhe não interesse o Norte ou o Sul, admite-se; mas o centro, a Capital, esta devera merecer-lhe especial carinho e dedicação, porquanto ali está “o marco primordial” da capacidade de realização (...), e até mesmo de certa parcela de sua cooperação técnico profissional ‘pecado’ máximo do seu governo; “Pecado mortal” para a sua existência política, da qual a geração presente o acusará para as gerações futuras.

É revoltante e entristecedor (...) contemplar-se a ‘cidade caçula’, com suas ruas abandonadas, o asfalto a desaparecer, o mato invadi-la por todos os lados e toda a beleza urbanística de seu conjunto a converter-se em escombros, buraqueiros e matagal! É triste, mas é a expressão exemplar do que significa, dentro do tempo e espaço, o desmaneio de uma administração que, além de nada realizar, nem ao menos revela a elementar capacidade de conservação.

Amanhã com que autoridade político-administrativa patrocinará o atual Governo a apresentação de um candidato à sucessão do seu governo.

Cadê as credenciais? Cadê?⁵⁷⁵

Há duas observações importantes na reportagem do jornal O Social. A primeira é que a limpeza e conservação de Goiânia estão sendo cobradas do Estado, não do município. Isso porque os logradouros, espaços públicos, aberturas de praças e outros serviços básicos da cidade eram realizados pelo Estado e município em caráter supletivo, durante as primeiras décadas da nova capital.

A segunda observação é que o jornal O Social era um meio de comunicação de oposição, porque era ligado à Pedro Ludovico Teixeira. Este rompeu com Coimbra Bueno quando ambos trabalhavam na construção de Goiânia, na década de 1930. Bueno se tornou governador de Goiás entre 1947 e 1950. Ao final da reportagem, percebe-se a antecipação do debate político para as eleições de 1950 (quando Pedro Ludovico volta a ser governador, desta vez, pelo voto popular). Naquele momento, um dos maiores ataques ao governo, era

⁵⁷⁵ GUIMARÃES, Silva. Jornal O Social, 04 de agosto de 1948. p. 3.

justamente a falta de limpeza, a não conservação dos logradouros e a falta de coleta de lixo na capital.

A limpeza da cidade, como previsto no plano diretor de Attilio, era também efetivada, sobretudo por carroceiros (porém, não da mesma forma prevista pelo arquiteto), que trabalhavam com os principais serviços de transportes e fretes nas primeiras décadas de Goiânia. Portanto, os trabalhos das carroças tinham forte influência no processo de limpeza da cidade. O próprio Estado contratava estes serviços para tal. No final da década de 1940, a greve dos carroceiros teria contribuído fortemente para que a cidade continuasse suja e cheia de entulhos e matagais. Sob o título “A Greve dos Carroceiros”, o jornal “O Social” de 20 de julho de 1948 publica:

Declaram-se em greve desde a manhã de ontem, os carroceiros de Goiânia. Pleiteavam os humildes trabalhadores de nossos transportes a suspensão de medidas ultimamente tomadas pela Delegacia da IPETEC desta Capital, sobre cobrança de contribuições atrasadas.

Além de impressionante desfile, estiveram os carroceiros na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, onde pelo requerimento do deputado Felix de Moura, foi nomeada uma comissão de parlamentares constituída desse representante e dos deputados Mendonça e Gomes Filho, para acompanhar os grevistas ao Palácio das Esmeraldas.

Depois de longo debate em mesa redonda ficou assentado.

1) Suspensão da cobrança das contribuições em atraso; 2) Memorial da Assembleia às Autoridades Federais solicitando providências definitivas; 3) Pagamento em dia das contribuições futuras, até que venha a anistia ou o abatimento que pleiteiam. À porta do Palácio falaram os deputados Gomes Filho, Felix de Moura, vereador Xavier de Almeida e Sr. Boaventura Andrade⁵⁷⁶.

Nota-se que novamente um problema que atualmente seria do município, greve de carroceiros e a questão de serviços ligados à limpeza, é tratado pelo Estado. Igualmente, por parte do executivo, as autoridades relativas ao estado negociam uma questão de mobilidade urbana na cidade de Goiânia no final dos anos de 1940. Durante as duas primeiras décadas da nova capital, “os serviços de frete eram predominantemente prestados por carroceiros, boa parte desses trabalhadores residiam no Botafogo⁵⁷⁷”(atual Setor Leste Universitário). Outra parcela dos que trabalhavam com fretes movidos por tração animal, também residiam na Vila Operária e os bairros nascentes da Vila Nova e Nova Vila.

Para transitarem os carroceiros tinham que pagar “taxas ao governo⁵⁷⁸”. Havia em Goiânia o “estacionamento de carroças”, fato publicado pelo Jornal O Popular⁵⁷⁹, que ao

⁵⁷⁶ Jornal O Social, Goiânia 20 de julho de 1948. p. 1.

⁵⁷⁷ ROCHA, 2003, p. 96

⁵⁷⁸ PARANHOS, Galeno. Relatório da Chefatura de Polícia ao Interventor de Goiás, Federal Pedro Ludovico Teixeira, 1939, p. 17. AHE.

entrevistar um libanês de 84 anos, pioneiro de Goiânia, que chegara à nova capital do estado com aproximadamente 11 anos de idade (por volta de 1944), disse que quando chegou no novo núcleo urbano, se fixou na rua 4, no Centro, e ali

não tinha nada. No lugar do hotel Umuarama era um estacionamento de carroças. Só tinha mato. Ao invés das lojas eram casas populares de trabalhadores que vieram construir Goiânia. Recordo-me de Pedro Ludovico Teixeira andando por aqui (na rua 4) tentando reinventar o espaço urbano⁵⁸⁰

Até para “reinvenção dos espaços urbanos”, garantir a limpeza da cidade, como também no fornecimento de materiais para novos edifícios, os carreiros (de boi) e os carroceiros foram fundamentais para o desenvolvimento da nova capital. Por isso, o poder público reconheceu, tanto os estacionamentos das carroças, como também levantou um censo sobre os carros de boi na nova capital durante a década de 1930.

As carroças que transportavam resíduos sólidos também eram concertadas através de serviços de reciclagem chamados de “funilarias”, que eram galpões que fundiam e reaproveitavam ferro, faziam calhas, funis e lamparinas⁵⁸¹. Em Campinas havia uma na esquina da Avenida Pouso Alto com a Avenida Bahia. Nela, produzia-se “objetos e peças de ferro fundido, para diversas serventias: chapas para carroças e carroções, portões etc.⁵⁸²”. Portanto, durante as primeiras décadas de Goiânia, ratifica-se que já haviam serviços de reciclagem.

4.3 Lixo industrial

Um relatório da prefeitura de 1940 indica a instalação de indústrias legais em Goiânia, as quais todas com atividades especificadas possuem algum grau de poluição. O relatório registra 60 (sessenta) estabelecimentos industriais legais, divididos em “11 indústrias de barro, 11 indústrias alimentares, 3 indústrias de beneficiamento, 3 indústrias gráficas, 8 indústrias de couro, 6 indústrias têxteis e 6 indústrias diversas⁵⁸³”.

Durante a construção da *urbs* goianiense, houve uma política forte na tentativa de busca pela instalação de indústrias na nova capital do Estado. Aparentemente, perante o índice

⁵⁷⁹ Jornal O Popular, 16 de abril de 2017

⁵⁸⁰ Ibid., p. M4 (Caderno Magazine)

⁵⁸¹ GOMES, 2002, p. 67

⁵⁸² Ibid., p. 67

⁵⁸³ Relatório da prefeitura municipal de Goiânia sobre o exercício no ano de 1940. AHE, Caixa 9, 1940-1967.

relativamente menor de industrialização no município, parece que não se levou em conta o processo de compensação de ações preventivas de poluição para instalações destas. Visto que os inspetores de higiene (mesmo que se “voluntários”), ainda teriam isenções de impostos em consumo de produtos advindos destas mesmas atividades poluidoras.

Costa, em meados de 1942⁵⁸⁴, escreveu que a nova cidade, depois de oito anos, estava atingindo sua “maioridade econômica e social, da qual decorrem os numerosos problemas de um núcleo populacional moderno, onde a higiene é regamente exigente e onde a custosa colaboração da arquitetura jamais se dispensa em nenhum pormenor do urbanismo⁵⁸⁵”. Costa considerava Goiânia como um “dos produtos mais vigorosos da profilaxia política operada pela Revolução de 30⁵⁸⁶”. Ou seja, a profilaxia não seria, em uma perspectiva de poder, voltada somente à saúde pública e limpeza na nova capital, mas também seria política.

Até os animais criados para o abatedouro municipal não eram examinados devidamente, aumentando-se o risco de mais mortes e o surgimento de carcaças e ossos à céu aberto, que era vistos com frequência nos logradouros e lotes baldios. Reportagem de O Popular de 25 de novembro de 1945, dizia que, até aquela data, havia “mais de um ano as rezes (*sic*) que são abatidas nesta capital não sofrem o necessário exame médico veterinário⁵⁸⁷”.

Em 1947, o abatedouro de gado na cidade estaria a todo vapor. Da capital, a carne era distribuída para o restante do Estado e, até mesmo poderia ser exportada para outros entes da federação. Não haveria problema nisso, se as carcaças e miúdos dos animais ainda não continuassem sendo lançadas na cidade, em lotes baldios e nos cursos d’água.

Ressalta-se que proporcionalmente, pelo fato de a cidade ser menor à época, a matança de gado causava forte impacto no meio urbano, inclusive, com a proliferação de urubus e transmissores de doenças, isso desde a década de 1930⁵⁸⁸. Anteriormente, Attílio estaria certo sobre a cultura de se comer carne e aumento da produção de gordura animal na nova capital, como também sobre a questão dos cuidados com vetores como os urubus.

Sob o título “Liberada a Distribuição de Carne em Goyaz”, o Jornal O Social publicou em 29 de agosto de 1947 carta do então Ministro da Agricultura, Daniel Carvalho, ao então deputado por Goiás, Galeno Paranhos, no sentido de “ser liberada a matança de gado em Goiânia”:

⁵⁸⁴Um outro exemplar foi publicado em 1985.

⁵⁸⁵ COSTA, 1985, p. 80-81

⁵⁸⁶ Ibid., p. 82

⁵⁸⁷ AHE - Jornal O Popular, 25/11/1945, p. 1

⁵⁸⁸ GOMES, 2002, p. 188-189

Em solução ao pedido do Governo do Estado de Goiás, transmitido por seu intermédio, no sentido de ser liberada a matança de gado na cidade de Goiânia, tenho o prazer de comunicar que, pela Portaria nº 458, de 6 corrente, resolvemos tornar livre a distribuição de carne em natureza naquele Estado, isentando-o, destarte, das medidas de consumo previstas no Plano de Abastecimento de Carnes para 1947⁵⁸⁹

O matadouro municipal de Goiânia já havia atrapalhado (por causa da poluição e contaminação) a balneabilidade de um trecho do córrego Capim Puba no alto de onde é a atual Avenida Independência, no Setor Aeroporto. Antes, a “área adjacente ao matadouro oferecia a todos os campinenses amantes da pesca o local ideal para, após o trabalho vespertino, buscar algumas ffeiras do apetitoso pescado, existente em abundância⁵⁹⁰”.

4.5 Saneamento⁵⁹¹: fossas sépticas e esgoto

Um dos atos nos primeiros anos de governo de Pedro Ludovico foi acabar com o então existente serviço sanitário e implantar um novo modelo do mesmo, pois, o interventor

não hesitava em denunciar atos dos governos passados. Dizia que o Serviço Sanitário existente era uma arma política dos seus adversários, que os charlatões eram tolerados e que tinha que acabar com o serviço sanitário porque o funcionalismo público estava com 10 meses de salários atrasados. Entretanto, o Serviço Sanitário foi o único extinto por razões orçamentárias⁵⁹²”.

O conceito de saneamento “pode ser entendido como o controle dos fatores do meio físico do homem, esse que pode sofrer efeito deletério sobre o seu bem estar físico, mental e social, ou seja, sobre a sua saúde⁵⁹³”. Para Phillip e Silveira:

As atividades previstas pelo saneamento compreendem o abastecimento de água, a drenagem urbana, a coleta e destinação final de resíduos sólidos, o controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis, o saneamento da habitação, a educação em saúde pública e ambiental, o saneamento dos alimentos, o saneamento

⁵⁸⁹ Jornal O Social, Goiânia 29 de agosto de 1947. p. 1. AHE.

⁵⁹⁰ GOMES, 2002, p. 189

⁵⁹¹ É de se considerar, por exemplo, que saneamento não envolve apenas distribuição de água. Abrange também o tratamento de esgoto sanitário, a limpeza pública, o controle de poluição (neste caso, água e solo), “controle de vetores em importância em saúde pública, além do saneamento de edificações, habitação, locais de trabalho e recreação, entre outros”. (GONÇALVES, 1989, p. 5)

⁵⁹² GODINHO, 2004, p. 59

⁵⁹³ *Word Health Organization* apud Phillip Jr.; SILVEIRA, et al., 2004, part. II, p. 20

de locais de trabalho e recreação, o saneamento em situações de emergência e o saneamento no processo de planejamento territorial entre outros⁵⁹⁴.

Foi recomendado que o sistema de esgoto de Goiânia fosse o separativo. Ou seja, com “a rede de águas pluviais relativamente simples⁵⁹⁵”. Isso porque se considerava que as águas seriam despejadas nos córregos. Sugeriu-se que os resíduos fecais fossem lançados abaixo da represa do Jaó, “não sendo aconselhável, de maneira alguma, que o despejo se faça acima desta; embora este só seja aconselhado após um tratamento bacteriológico químico. Este último, de preferência, para serem (sic) aproveitados como adubo os resíduos⁵⁹⁶”. As concessões para serviços públicos na nova capital poderiam ser novas, pois no artigo 7º, do Decreto nº 3.359/1933, estabelecia-se que ficavam sem efeitos

todas e quaisquer concessões, ou privilégios, que se relacionem com os serviços de abastecimento de água, esgoto, iluminação pública e viação urbana da futura capital do Estado, bem como concessões feitas de terrenos ou preferências estipuladas para edificação e que tenham, igualmente, relação com a construção da nova capital⁵⁹⁷.

A empresa responsável pelo primeiro sistema de captação de água era especialista em perfurar fossas sépticas (B. Pimentel Fossas Sépticas). Para Rocha, as fossas sépticas, “inicialmente, foram a solução para o esgoto⁵⁹⁸” em Goiânia. Não havia estação de tratamento e a água da captação até o reservatório seria canalizada à céu aberto. O próprio poder público oferecia projetos de fossas sépticas para quem fosse construir edificações na cidade, como podemos ver pela figura 34 (p. 150).

⁵⁹⁴ Phillip Jr.; SILVEIRA, et al., 2004, parte II, p. 20

⁵⁹⁵ LIMA, 1935, apud JUNIOR, 1958, p. 108.

⁵⁹⁶ Ibid., p. 108.

⁵⁹⁷ GOIÁS, artigo 7º, do Decreto nº 3.359/1933 apud SABINO JÚNIOR, 1958 p. 77.

⁵⁹⁸ Ibid., p.25

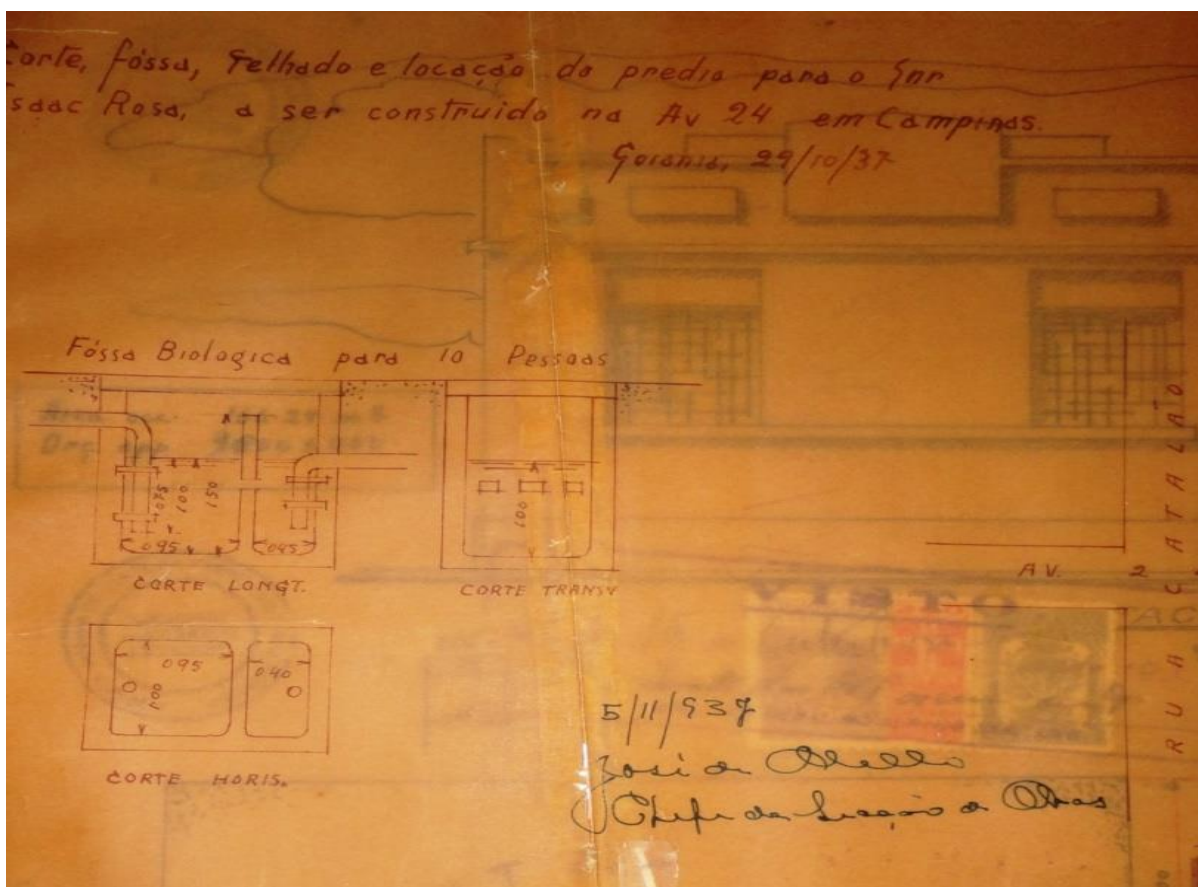


Figura 34: Projeto de fossa da prefeitura de Goiânia fornecido aos moradores por meio de pagamento de taxa. Os habitantes tinham que seguir os cuidados de higiene estabelecidos pelo governo, mesmo se os governantes não oferecessem, neste caso, a coleta de esgoto. Plantas e Projetos Arquitetônicos de Goiânia. Há duas datas no documento: 29/10/1937 e 05/11/1937. Fonte: AHE.

Para o saneamento geral da cidade, foi firmado um contrato com a empresa Herbert Pereira e Companhia, em novembro de 1934, que cuidaria mais tarde dos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto⁵⁹⁹. Sendo que “nas reuniões com os construtores de Goiânia, Pedro Ludovico sempre repetia que desejava uma cidade modelo de saúde. Ele era médico, ainda tinha pacientes, não podia dar mal exemplo⁶⁰⁰”, os servidores ratificavam que: “- Precisamos de abastecimento de água, esgotos sanitários, coleta de lixo e leis para as construções -, dizia os engenheiros”⁶⁰¹. Entre as casas construídas pelo governo já existiam algumas que eram “equipadas com canalização de água e esgoto, instalação elétrica e de telefone, porém eram numericamente menores do que as outras existentes⁶⁰²”.

⁵⁹⁹ ROCHA, 2003, p. 50.

⁶⁰⁰ GODINHO, 2004, p. 58

⁶⁰¹ Ibid., p. 58

⁶⁰² ARRAIS; OLIVEIRA et al 2016, p. 126

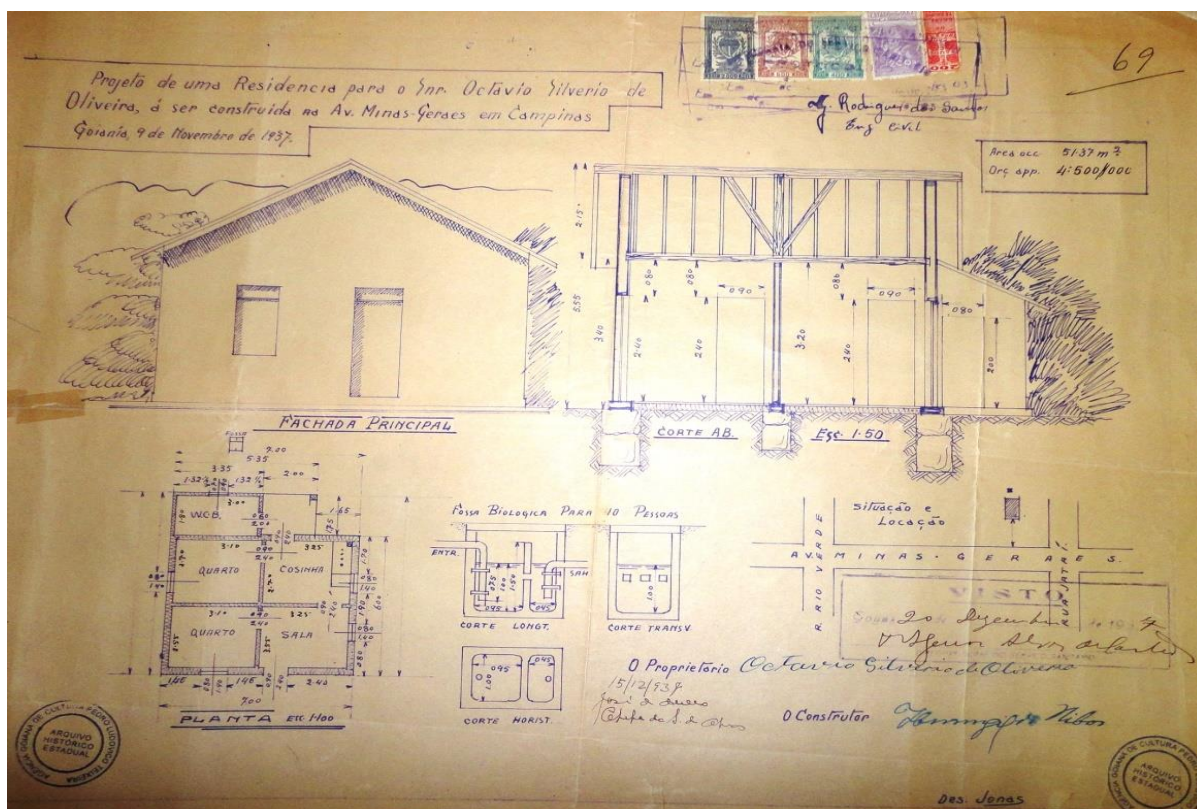


Figura 35: Os projetos de residências (nos quais eram inseridos plantas de fossas) fornecidos aos moradores deveriam ser obedecidos. A obrigatoriedade de fossas sépticas em muitas regiões eximia o governo de implantar sistema de coleta de esgoto imediatamente nas mesmas. Observa-se janelas e portas maiores, o que permite mais ventilação e salubridade. Fonte: AHE. 29/11/1937.

No final dos anos de 1930, Goiânia é considerada por Bernardo Élis como “simplesmente um enorme acampamento, sem água, sem luz e sem esgoto, onde um quarto para morar era difícil de encontrar e quando encontrava era caro, onde as pensões e casas de pastos eram raras, onde não havia leite e nem frutas⁶⁰³”. Residências eram consideradas como “paupérrimas construções primitivas⁶⁰⁴” que não resistiram ao tempo. Bernardo Élis ainda complementa com um contraponto:

a privada patente teve um papel importantíssimo em Goiás. A privada patente alterou toda estrutura da casa. O banheiro passou a ser dentro de casa e, mais que isso, passou a ser obrigatório. Em ‘Goiás Velho’ (sic), quando chegavam as três horas da tarde a pessoa punha uma toalha no ombro, vestia um pijama e ia para os poços de rio tomar banho⁶⁰⁵.

⁶⁰³ ÉLIS et al 1986 p. 22

⁶⁰⁴ Ibid., p. 26

⁶⁰⁵ ÉLIS et al., 2005, p. 29

Um fato de uma pessoa voltar de Goiânia e chegar à Cidade de Goiás e dizer: “olha, o povo lá em Goiânia é muito porco, eles fazem as necessidades dentro de casa⁶⁰⁶”, apontaria para a percepção que a nova capital teria contribuído para mudanças de hábitos sanitários de parte dos goianos. A nova cidade “deslumbrou o povo goiano. Goiânia provocou um impacto emocional em Goiás muito maior do que a mudança da capital para Brasília⁶⁰⁷”. Entretanto, para parte dos habitantes da Cidade de Goiás, “Goiânia representava a destruição do mundo⁶⁰⁸”. Bernardo Élis considera Goiânia melhor em qualidade do que Goiás, Corumbá ou Pirenópolis em diversos aspectos, como “casas que tinham privada patente ‘dentro de casa’ (sic) e ‘banheiro de chuveiro’ (sic)⁶⁰⁹”. Em meados de 1940, estavam em

execução numerosas obras de grande fôlego, empreitadas por firmas de São Paulo, mediante concorrência pública: asfaltamento de algumas das principais vias públicas, numa área de 100.000 metros quadrados, aproximadamente, com a instalação de esgoto de águas pluviais⁶¹⁰.

Segundo Cordeiro, no ano de 1941 “houve a inauguração da rede de esgoto⁶¹¹”. O crescimento desordenado da capital fez com que Pedro Ludovico, pouco mais de um ano antes da sua inauguração oficial (Batismo Cultural, em 05 de julho de 1942), baixasse o Decreto Lei nº 4.756, de 17 de setembro de 1941, que passava a concessão dos serviços de saneamento para “o escritório A.B Pimentel, com sede em São Paulo⁶¹²”. A empresa paulista iniciou os seus trabalhos criando a empresa Melhoramentos de Goiás S/A, e “ganharia direito à concessão pelo prazo de 25 anos, com cinco de carência. Em 1948, os serviços contratados eram concluídos⁶¹³”.

Em 1949, o governo de Goiás rescindiu o contrato com a concessionária de saneamento em Goiânia⁶¹⁴. Os serviços passaram para a responsabilidade do Departamento de Viação e Obras Públicas, gerido pelo governo estadual. Os serviços para o tratamento de esgoto em Goiânia foram realizados de maneira gradual durante as três primeiras décadas do município. Uma parte da estruturação dos mesmos é expressa em uma cópia de contrato

⁶⁰⁶ MOREYRA, et al., 2005, p. 33

⁶⁰⁷ Ibid., p. 34.

⁶⁰⁸ Ibid., p. 34.

⁶⁰⁹ ÉLIS, Bernardo. et al 1986 p. 22

⁶¹⁰ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 32-33. AHE.

⁶¹¹ CORDEIRO, 1989, p.27

⁶¹² Ibid., p. 50

⁶¹³ Ibid., p. 51.

⁶¹⁴ Os serviços foram repassados ao estado por meio do decreto nº 826, de 16 de fevereiro de 1949.

datado do dia 31 de janeiro de 1940⁶¹⁵. Tratava da “fabricação e assentamento dos anéis de concreto para as caixas de controle de esgoto de Goiânia⁶¹⁶”. Pelo contrato, o Sr. Benedito Pavilitz seria responsável pela fabricação e transporte das manilhas de ferro e anéis de concreto, além do assentamento dos mesmos no subsolo.

Em 1945 os prédios que possuíam “esgoto sanitário” somavam 1040⁶¹⁷. As despesas fixadas para a saúde pública, considerando as representações do Banco do Brasil e das Caixas Econômicas Federal e Estadual eram zero, e para serviços de utilidade pública era menos da metade da administração geral, Cr\$ 168.885 e 359.120⁶¹⁸, respectivamente. Isso demonstraria uma menor prioridade da gestão de governo para construir o “ambiente para espaiecerem” dos goianienses, cerca de doze anos depois da fundação de Goiânia.

⁶¹⁵ Cópia do contrato entre a Diretoria Geral de Produção e Trânsito e o Sr. Benedito Pavilitz, para a fabricação e assentamento dos anéis de concreto para as caixas de controle para esgoto de Goiânia, para linha atualmente em construção. Goiânia, 31/01/1940. AHE, Caixa 9, 1940-1967.

⁶¹⁶ Ibid.

⁶¹⁷ Sinopse Estatística do Município de Goiânia, IBGE, 1948. p. 14. Arquivo IBGE de Goiânia.

⁶¹⁸ Fonte: Sinopse Estatística do Município de Goiânia, IBGE, 1948. p. 14. Arquivo IBGE de Goiânia.

CAPITULO V

USOS DA ÁGUA

No rio, como na História, há multiplicidade, pois um rio é composto de muitos outros e de muitas águas, embora pareça superficialmente homogêneo⁶¹⁹.

Um dos primeiros requisitos técnicos e básicos para a construção de Goiânia, evidentemente, além da questão política supramencionada, foi o item de disponibilidade de água na região escolhida para a instalação da cidade. No relatório de 1933, que deu o parecer técnico para a escolha do local da nova capital, é indicada a água como item preponderante em importância na região: “circuncidada pelos rios ‘Meia Ponte e ‘Anicuns’ e o ribeirão ‘Cascavel’, Campinas oferece todos os requisitos topográficos indispensáveis para a construção de uma linda cidade moderna e salubérrima⁶²⁰”. Poder-se-ia resumir as bacias e sub-bacias hidrográficas que percorrem município de Goiânia da seguinte forma:

O Rio Meia Ponte nasce nas proximidades de Itauçu e de Taquaral de Goiás – a 60 km de Goiânia – e percorre 471 km até atingir o Rio Paranaíba, abaixo da Cidade de Cachoeira Dourada. O município de Goiânia é cortado no sentido norte-sul e alimentado por 21 sub-bacias, com cursos d’água que variam entre 2 e 20 km de extensão. A distribuição se dá pela seguinte classificação (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte, 2003):

02 rios – Meia Ponte e João Leite;

02 ribeirões – Anicuns e Dourados;

21 Córregos – Ponte Funda, Salinas, Cavalo Morto, Taquaral, Macambira, Cascavel, Capão do Mato, Ladeira, Caveirinha, Botafogo, Perdido, Gramado, Lajeado, Palmito, Bálamo, Pedreira, Pinguela Preta, Bandeira, Capoeirão, São Domingos e Capivara⁶²¹

Goiânia nasceu permeada de “nascentes, cabeceiras e olhos d’água, veredas, brejais e lagoas que jorravam e rumorejavam água em abundância, alimentando e oxigenando os cursos d’água⁶²².”, que complementavam as fontes hídricas. Nota-se que, segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte, os Córregos Buritis e Onça não são mencionados. Estes são

⁶¹⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR., Durval Muniz. *HISTÓRIA: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru – SP. Edusc, 2007. 256 p. p. 30-31

⁶²⁰ GODOI, 1933 apud TEIXEIRA, 1973, p. 73-74

⁶²¹ PASQUALETO et al 2005, p. 97.

⁶²² GOMES, 2002, p. 27

citados em documentos do período da construção de Goiânia, como veremos neste capítulo. Além dos córregos, ribeirões e do rio Meia Ponte, no município (incluindo na área urbana), haviam várias nascentes perenes e intermitentes, por meio de minas e olhos d'água. São exemplos de expressivas fontes hídricas no início de Goiânia assim descritas à época:

A Lagoinha, local onde se localiza o Hipódromo de mesmo nome; a vereda dos Buritis, que no nosso passado recobria extensa área de inundação, no presente, reduzida ao conhecido Bosque dos Buritis; as nascentes e vereda do Areião, um dos braços do Botafogo; as do Vaca Brava, jorrando água em abundância e alimentando caudais; a exuberante nascente do Capim Puba, amamentando a majestosa piscina natural do Lago das Rosas⁶²³.

Quando Attílio Corrêa Lima iniciou o projeto arquitetônico da cidade ele mudou a indicação do local de onde seria o atual Centro Cívico (Praça Cívica). Até então considerado o local mais elevado da cidade, chamado de “Alto da Paineira”, onde é hoje o Alto do Marista. “Attílio mudou o plano do centro para o atual local ‘na’ Praça Cívica, visando atender uma conveniência de abastecimento de água, cuja fonte era o manancial do Areião⁶²⁴”. Essa ficava abaixo do Alto da Paineira (região do atual Setor Marista), o que dificultaria o transporte de água. Attílio esclarece no projeto que

tendo sido escolhido pelo engenheiro João Argenta, encarregado do levantamento topográfico, o local denominado “Paineira” para o assentamento do núcleo inicial, discordamos dessa opinião por ser um local muito deslocado da estrada de rodagem⁶²⁵. (...).

Não só foi esta razão que nos obrigou a escolher novo sítio, também porque o abastecimento d'água ficaria muito dispendioso.

O núcleo inicial, situado na “Paineira”, só teria como ponto mais elevado para a localização do reservatório, o local denominado ‘Serrinha’, enquanto que naquele por nós designado o reservatório será focalizado na ‘Paineira’, cujas vantagens podem-se verificar facilmente⁶²⁶.

Lima considerou termos técnicos topográficos que beneficiariam o abastecimento de água no núcleo central de Goiânia. Percebe-se no mapa da figura 36 (p. 156), que o Plano Piloto de Goiânia é circuncidado por diferentes níveis de vazão de cursos d'água, os quais denominam-se rios, ribeirões e córregos, além de outros cursos d'água não descritos no mesmo.

⁶²³ Ibid., p. 27

⁶²⁴ ROCHA, p. 42

⁶²⁵ Essa estrada é a atual Avenida Anhanguera

⁶²⁶ LIMA, 1935, apud JUNIOR, 1958, p. 98-99

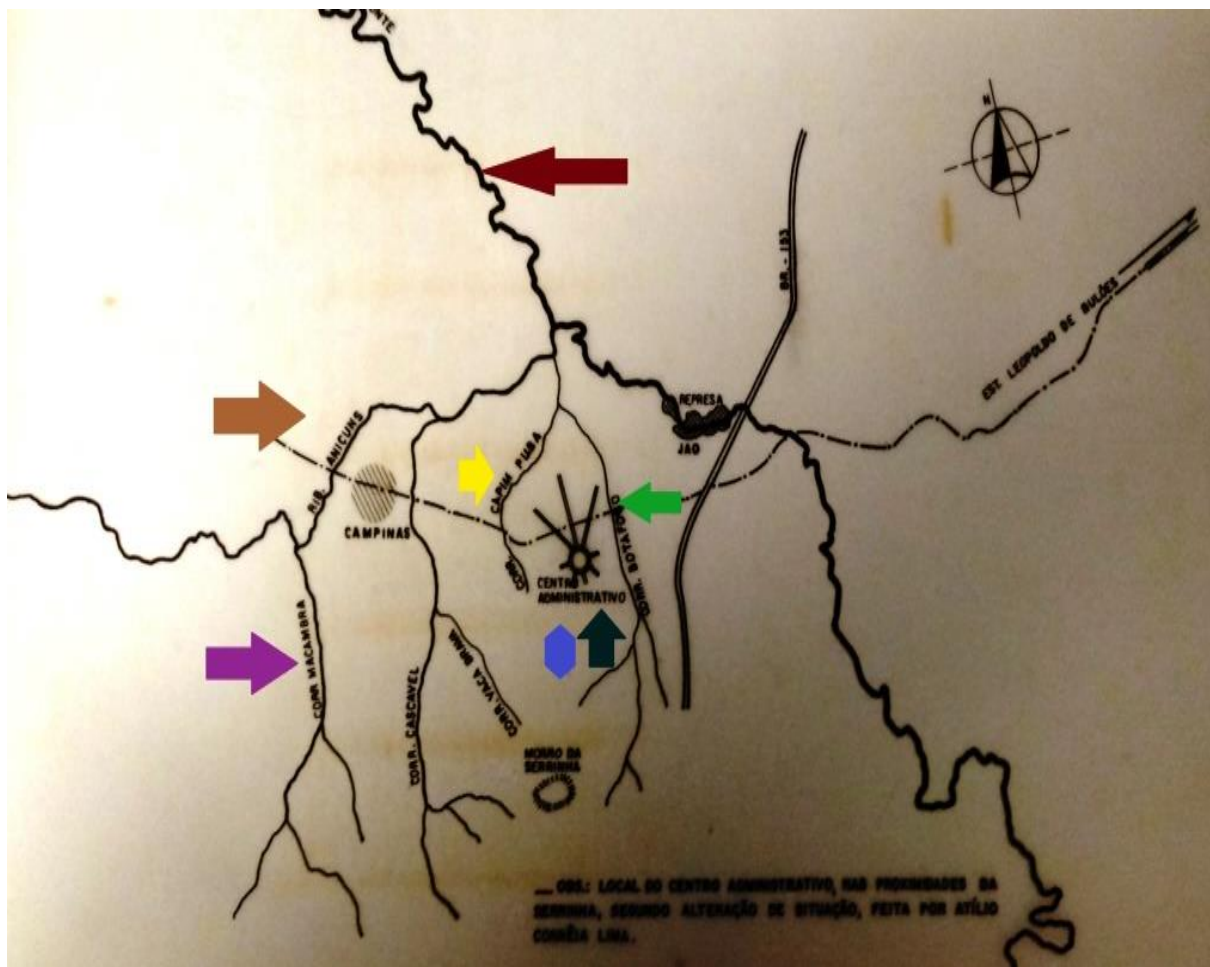


Figura 36: Alteração do local de construção feita por Atílio conforme principais cursos d'água e declive topográfico. As setas apontam, respectivamente: Amarela: Capim Puba; Vermelha escura: Meia Ponte; Verde claro: Plano Piloto e Córrego Botafogo; Marrom: Anicuns; Lilás: Macambira; Morro da Serrinha e córregos Vaca Brava e Cascavel ao sul, Campinas à oeste e a represa do Jaó na região norte. O poligonal azul seria a região da Paineira. Esboço com provável data da década de 1930. Nota-se o Plano Piloto de Goiânia cercado por diferentes níveis de cursos d'água. Fonte: Goiânia, SEPLAM. Arte: ELIAS DE PAULA, 2017.

O arquiteto Lima apresentou uma tabela a Pedro Ludovico que demonstrava uma distância menor de onde seria o reservatório e sua altitude para o escoamento d'água até o Centro Cívico. Se o reservatório fosse na “Serrinha” e o Centro Cívico na região da “Paineira”, a distância entre ambos seria de 3.550 metros, sendo necessária uma elevação mecânica do reservatório de aproximadamente 80 a 100 metros⁶²⁷. Percebe-se que a questão ambiental da água ficou entre as mais importantes para definir o local do plano piloto da cidade. Contestando a versão de que apenas a questão política teria definido o exato local do Centro Administrativo (teria definido a região, não a exata localização do plano piloto), pois do Morro da Serrinha, do sul para o norte, avistava-se de imediato a região da Paineira, como demonstra a figura 36 (p. 156).

⁶²⁷ Ibid., p. 98-99

Já a captação de água sendo na “Paineira” (região do córrego Areião), com o Centro Cívico (Praça Cívica) onde está atualmente, a distância para a captação diminuiria para 900 metros do sul para o norte. A necessidade de elevação mecânica diminuiria para apenas aproximadamente 45 metros.

O fator água também influenciou na análise da declividade e suas consequências devido às chuvas. Na região da “Paineira”, a cidade se assentaria sobre “um declive que varia, em média, entre três e quatro por cento⁶²⁸”, ao passo que, no local escolhido, a declividade variava “entre um a dois por cento⁶²⁹”, o que poderia aumentar a permeabilidade da água no solo. Atílio preocupou-se com os efeitos das chuvas tanto na declividade como no traçado da cidade, tendo o Centro Cívico em área menos elevada:

Como a região é sujeita a chuvas periódicas e abundantes, procuramos atenuar os males causados pelas enxurradas: assim evitamos as grandes velocidades d’água, com traçados que procura sempre o menor declive, e permitimos o sentido de maior declive para as ruas de maior importância, que serão beneficiadas mais cedo com calçamentos, esgotos, etc. Independente disso, os logradouros de importância como as Avenidas Pedro Ludovico⁶³⁰, Anhanguera, Araguaia e Tocantins, dispõem de 50% a 30% de área de infiltração, nas partes ajardinadas, gramadas ou cobertas com as partes de cascalinho (sic), o que diminui o volume d’água a esgotar, tendo em vista que, com o aumento das construções e da impermeabilização provocada pelos calçamentos, o volume d’água aumenta proporcionalmente àqueles⁶³¹.

Antes mesmo de construir-se Goiânia, houve uma nítida preocupação com enxurradas, impermeabilização do solo e com as principais ruas, as quais poderiam ter maior declividade e extensão, para receberem uma quantidade maior de águas. Preocupou-se para que as principais avenidas (Anhanguera, Araguaia e Tocantins) fossem ajardinadas entre 50% a 30%, para que houvesse maior permeabilidade da água da chuva, o que não ocorreu na totalidade. A captação de água no córrego Areião foi implantada “cerca de um ano depois do início das obras⁶³²” da cidade. O saneamento perpassava a gênese do projeto da nova capital. Portanto, o primeiro sistema de captação para abastecimento de água foi construído na região do “córrego Areião, afluente do ribeirão Botafogo, através de barragem de nível⁶³³”.

⁶²⁸ Ibid., p. 98-99

⁶²⁹ Ibid., p. 98-99

⁶³⁰ Atual avenida Goiás, a avenida Pedro Ludovico Teixeira mudou de nome em homenagem à antiga capital do estado.

⁶³¹ LIMA, 1935, apud JUNIOR, 1958, p. 99-100.

⁶³² ROCHA, 2003, p. 25

⁶³³ ROCHA, 2003, p. 50 apud PAULA, 2016, p. 3.

Anteriormente, a intenção era que “a água para suprir as necessidades da população, na primeira fase de desenvolvimento da cidade⁶³⁴” fosse extraída do córrego Botafogo, que segundo Attílio, possui “dois braços: um denominado ‘Botafogo’, e o outro, de córrego do ‘Areião’”. A barragem para o abastecimento inicial seria construída pouco acima da “confluência” dos córregos, que receberiam as “águas do ‘Areião’ por um canal descoberto⁶³⁵”.

A elevação mecânica das águas dar-se-ia por motor a óleo ou pelo sistema de *airlift*⁶³⁶. Previu-se até que quando o sistema fosse restrito, se utilizaria um *aríete* hidráulico⁶³⁷, “dada a altura insignificante de elevação com 45 metros, numa distância mínima de 900 metros⁶³⁸”. Considerando um consumo de 300 litros diários por habitante, Lima calculou que a barragem do Areião satisfaria uma população de “4.608 habitantes⁶³⁹”. Após atingir este número populacional, cogitar-se-ia o reforço das águas do córrego “Capim Puba”.

Nem os córregos Capim Puba e Botafogo e muito menos o córrego Areião seriam soluções definitivas para o abastecimento de água em Goiânia. E o próprio Attílio previu isso. Segundo ele, para a solução definitiva “deveria ser estudada, desde já, a possibilidade de se aduzir as águas do ribeirão Santo Antônio⁶⁴⁰”. Haveria a necessidade de mais estudos para afirmar se aquelas águas do Santo Antônio poderiam ser “transportadas por gravidade⁶⁴¹”.

No que diz respeito aos cursos d’água não foi apenas o item abastecimento preponderante na escolha do local do Centro Cívico, mas o descarte de águas e efluentes também foi considerado. Segundo Lima, o traçado da cidade delineado por ele, permitiria “evacuar não somente as águas pluviais, como as servidas, de esgoto, coletando estas em emissários colocados segundo *talwegs* do ‘Botafogo’, e dos ‘Buritis’, e aquelas no leito dos próprios córregos⁶⁴²”. Assim, o plano piloto de Goiânia seria servido diretamente por dois principais escoadores naturais de água, o córrego dos Buritis (o qual em grande parte não

⁶³⁴ Ibid., p. 107

⁶³⁵ Ibid., p. 107

⁶³⁶ “Uma bomba *airlift* ou por emulsão de ar, é um mecanismo para elevação de líquidos, ou mistura de líquidos e sólidos, através de um tubo vertical, parcialmente submerso no líquido, por meio da introdução de ar comprimido próximo da sua extremidade inferior”. (KASSAB, 2009 et. al apud APÓSTOLO, 2011, p. 4).

⁶³⁷ O *aríete* hidráulico também é chamado pelos engenheiros de “carneiro hidráulico”. “É um equipamento usado para elevação de água sem a necessidade de utilização de fontes de energia externa, como a elétrica, por exemplo, para o seu acionamento. Seu princípio de funcionamento baseia-se na utilização da energia gerada pela interrupção brusca do movimento de um fluido. A sobrepressão (sic) causada pela interrupção brusca do movimento é denominada golpe de *aríete*. Dessa maneira, o carneiro hidráulico, que utiliza essa energia para a elevação do fluido, é também conhecido como *aríete hidráulico* (sic). (DARDOT, 2012, p. 18)

⁶³⁸ LIMA, 1935, apud JUNIOR, 1958, p. 107

⁶³⁹ Ibid., p. 107

⁶⁴⁰ Ibid., p. 107-108.

⁶⁴¹ Ibid., p. 107-108

⁶⁴² Ibid., p. 100.

existe mais a céu aberto), que antes chegava à “descoberto” na região da Avenida Tocantins, e o próprio córrego Botafogo.

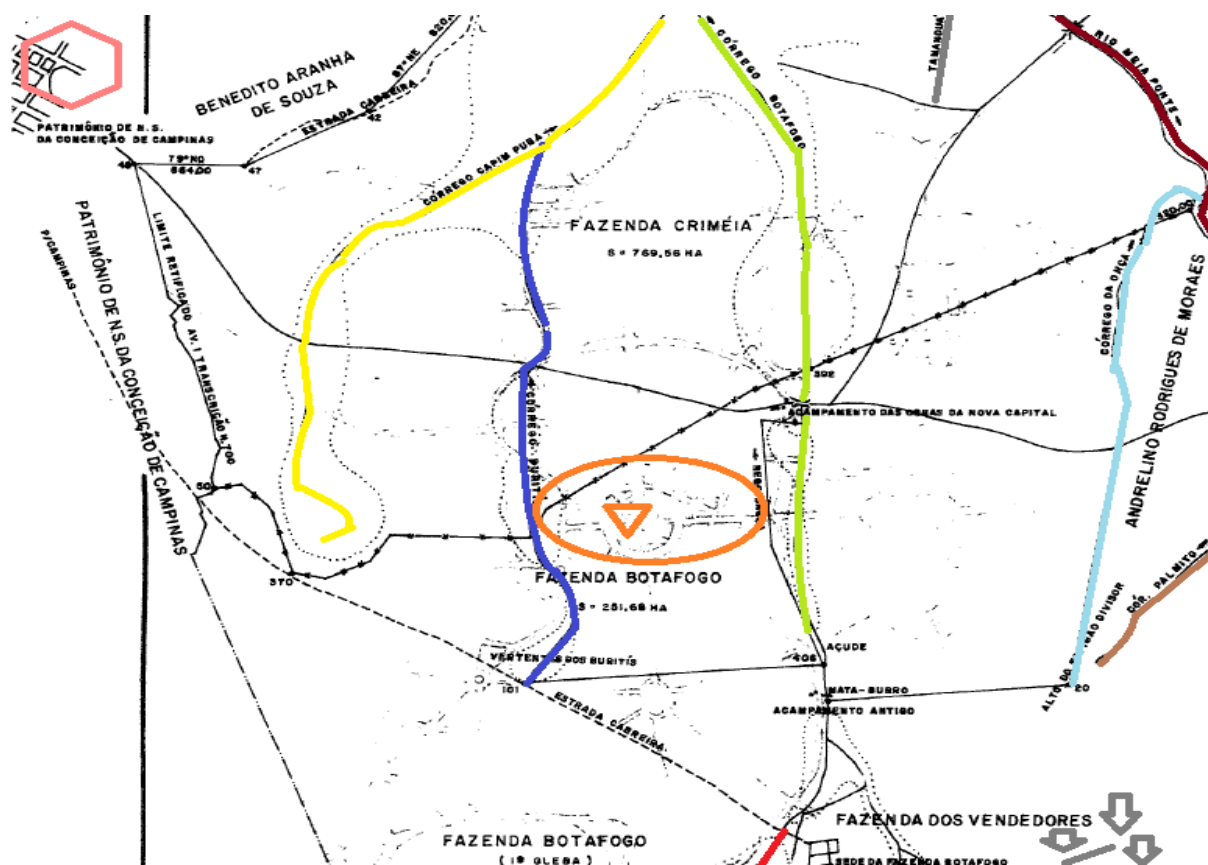


Figura 37: Uma das primeiras cartografias hidrográficas para o projeto de Goiânia, delimitando fazendas e córregos (inclusive, alguns com partes suprimidas que não existem mais à céu aberto). Classificados pelas cores das linhas: Amarela: Capim Puba; Azul escuro: córrego dos Buritis; Verde claro: córrego Botafogo; Azul claro: córrego da Onça; Marrom escuro: Rio Meia Ponte; Círculo laranja com triângulo no meio: Plano Piloto; Parte vermelha ao sul: Córrego Areião; Linhas cinzas com setas (à direita) apontando mais ao sul (além do mapa) para o Córrego Barreiro; Cinza ao norte: córrego Tamanduá; Marrom claro no sudeste: córrego Palmito, e o poligonal rosa, à noroeste do mapa, seria a região de Campinas. Data provável do início da década de 1930. Fonte: GOIÂNIA, Mapoteca da SEPLAM. Arte: ELIAS DE PAULA, 2017.

A cabeceira do córrego Botafogo seria interdita de “toda e qualquer construção”⁶⁴³. Esta forma de interdição não foi especificada no relatório de Lima. Foi indicado que seria demarcada por engenheiros municipais oportunamente⁶⁴⁴. Havia a intenção de proteger este

⁶⁴³ Ibid., p. 106

⁶⁴⁴ Nesta interligação da gestão espacial, intitulada por Martins Júnior como ambiental, “o plano estabeleceu a proteção das bacias e sub-bacias fluviais” (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 68), recomendando que a bacia de infiltração que forma a cabeceira do Córrego Botafogo seria interdita de “toda e qualquer construção” para proteger de forma eficaz a pureza da água para abastecer a cidade. De modo igual, recomendou-se a proteção ao longo do Córrego Capim Puba, que contribuiria posteriormente para o abastecimento quando a capacidade do Botafogo fosse ultrapassada. (MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 68).

curso d'água, inclusive, se necessário, impedir estabelecimentos agropecuários para “proteger de modo eficaz a pureza da água⁶⁴⁵”, que deveria abastecer a cidade. Attílio queria que a bacia do Córrego Capim Puba, à oeste do Plano Piloto, também fosse igualmente protegida, para que a mesma fosse um reforço quando a capacidade do Botafogo fosse ultrapassada⁶⁴⁶.

No próprio relatório de Lima, observa-se a atenção dada ao córrego Buritis, chamado por ele de “águas que correm pelo Buritizal⁶⁴⁷”. Aqui se percebe a visão holística do arquiteto que, mesmo quando tratara do requisito água o mesmo pensou na paisagismo. Foi proposto que as águas do “Buritizal” fossem drenadas para “alimentar cascatas e pequenos lagos atraentes no parque dos Buritis⁶⁴⁸”.

Uma Ordem de Serviço⁶⁴⁹, datada de 23 de maio de 1936, chama a atenção para a existência, à céu aberto, do Córrego dos Buritis, que atualmente é tido como subterrâneo, que passaria, à época, na região a qual atualmente seria entre o Centro de Goiânia e o Setor Aeroporto. O Córrego dos Buritis seria um dos primeiros cursos d'água planejado para descarte de efluentes ou captação de água. Neste caso, devido ao projeto de Attílio, percebe-se que seria para descarte de efluentes. A Ordem de Serviço diz para que o chefe de transporte da Superintendência de Obras da Nova Capital mande “transportar para o cruzamento entre a Avenida Tocantins e o Córrego dos Buritis (sic) com manilhas de ferro⁶⁵⁰”.

Como se percebe, não existe atualmente um córrego ou curso d'água, à céu aberto, em algum cruzamento do início da Avenida Tocantins (Praça Cívica) até a Avenida Paranaíba. É também de conhecimento que, a maior parte do Córrego dos Buritis está submersa e, seu curso d'água, atualmente, está no subsolo⁶⁵¹. Sua nascente inicia no Clube dos Oficiais, no Setor Marista, perto da Avenida 85, e continua de forma submersa até o Bosque dos Buritis. A ordem de Serviço nº 282 de 1936, apontaria o início do processo de deterioração do Córrego dos Buritis, especificamente, de forma institucional, que teria um curso d'água que passaria pela avenida Tocantins, no centro, durante a década de 1930.

⁶⁴⁵ LIMA, 1935, apud JUNIOR, 1958., p. 106

⁶⁴⁶ Ibid., p. 106

⁶⁴⁷ Ibid., p. 106

⁶⁴⁸ Ibid., p. 106

⁶⁴⁹ Ordem de Serviço nº 282, de 23 de maio de 1936. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz. AHE, Caixa 02, Goiânia, 1936.

⁶⁵⁰ Ordem de Serviço nº 282, de 23 de maio de 1936. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz. AHE, Caixa 02, Goiânia, 1936.

⁶⁵¹ Atualmente, “as nascentes do Córrego dos Buritis concentram-se na região dos clubes da Engenharia e dos Oficiais (Setor Marista), nos porões do Tribunal de Justiça (Setor Oeste) e dentro do próprio bosque (dos Buritis). Estas águas são canalizadas até os lagos existentes dentro deste complexo ecológico. Após o parque, o córrego segue canalizado até despejar suas águas no Córrego Capim Puba”. (FERREIRA; VIANA; PIMENTA, 2014, p. 18).

Esta ordem de serviço 282/1936, não deixa claro se as manilhas que seriam instaladas no cruzamento do córrego dos Buritis com a avenida Tocantins seriam para captação de água ou para emissão de efluentes. Isso porque as instalações de manilhas de barro para a captação de esgoto, só foram exigidas em Goiânia a partir do Decreto N° 826, de 16 de fevereiro de 1949 (mais de dez anos depois daquela Ordem de Serviço). Ainda durante sua gênese da cidade goianiense, “no local destinado a nova Capital, as ruas eram cortadas por valetas para o preparo de esgoto, de luz elétrica, etc., (sic)⁶⁵²”. Apesar da preocupação de usos da água para paisagem, em 1937, no núcleo urbano:

apenas algumas dezenas de prédios eram abastecidos de água encanada, vinda a princípio de um reservatório, cercado de arame e madeira, situado acima do Palácio. Para o abastecimento de outras casas, principalmente aquelas que se denominou ‘acampamento velho’, recorriam-se às fontes do córrego Botafogo, mediante o uso de um carneiro hidráulico. A rede sanitária, que somente em 1943 seria definitivamente inaugurada, era então constituída de fossas domésticas e a energia elétrica, gerada nos primeiros anos por um motor movido à óleo cru, de marca Otto Deutz, melhorou com a construção da Usina Jaó⁶⁵³.

A escassez de fornecimento de água era tanta que, segundo o pioneiro Paulo Fleury da Silva e Souza, ao relatar o cotidiano de Goiânia durante os anos de 1930, a falta de abastecimento era tão evidente que “para escovar os dentes tinha que pegar o copo d’água, a água era tirada da cisterna salobra. À tarde eram comuns banhos no poço do Bispo⁶⁵⁴”. Ao longo dos cursos d’água, os operários das construções dos principais prédios de Goiânia deveriam desocupar as margens, como do córrego Botafogo, “assim que as construções de Goiânia estivessem concluídas, mas isso não ocorreu e eles permaneceram a contragosto do governo. Essa região seria o Setor Leste na planta de Atílio⁶⁵⁵”.

5.1. Geração de energia elétrica

A água atualmente é considerada um bem público⁶⁵⁶. Todavia, na sua utilização para fins econômicos a consideramos como recursos hídricos⁶⁵⁷. Entre as primeiras formas de

⁶⁵² ALMEIDA, et al., 1986, p. 124

⁶⁵³ SABINO JÚNIOR, et al 1986, p. 147

⁶⁵⁴ TELES, 1986, p. 162 apud ARRAIS et al 2016., p. 126

⁶⁵⁵ DAHER, 2003, p. 226

⁶⁵⁶ Segundo o inciso I, do artigo 1º, da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, a água é considerada um “bem de domínio público”. Não se paga pela água, mas, pelo seu tratamento e pela utilização (quando econômica) pelo seu uso.

⁶⁵⁷ Pela legislação, água difere de recursos hídricos, sendo esta de domínio público e, os outros utilizados para fins econômicos.

utilização das águas em Goiânia como recursos hídricos, uma maneira de uso foi por meio da construção da primeira usina hidrelétrica da cidade, erguida na região do rio Meia Ponte, no atual Setor Jaó. O projeto da usina foi citado no relatório de Atílio de 1935 entregue à Ludovico, nele delinea-se a relação causa e efeito no panorama ambiental.

Havia a preocupação que, com a construção da usina, corria-se o risco de criar-se “condições sanitárias desfavoráveis ao desenvolvimento da cidade, como aconteceu com a de S. João Marcos, no Estado do Rio, que desapareceu completamente, devido às febres paludosas surgidas após a construção da represa no ribeirão das Lages⁶⁵⁸”. Portanto, observa-se, pelo menos neste ponto, no planejamento de Goiânia a preocupação dos efeitos da construção da infraestrutura básica da cidade na saúde de seus habitantes. Mesmo que, na prática, houve efeitos contrários, como a epidemia de malária.

Além da previsão de serem utilizadas para a geração de energia, as águas da represa do Jaó também seriam “para constituir um centro de atrações esportivas inédito do Estado⁶⁵⁹”. A expectativa era que, pela extensão do lago, “todos os esportes aquáticos⁶⁶⁰” ali poderiam ser praticados.

Em agosto de 1934 foi contratada a empresa para a construção da usina. Um exemplo da limitação da distribuição de energia elétrica é que, ao se hospedar em uma pensão em Campinas em 1935, o pioneiro Pedro Osório disse que quando chegou a noite no hotel da cidade, disseram-lhe “que tratasse de dormir logo porque a luz apagava à meia noite⁶⁶¹”. Os padres redentoristas de Campinas conseguiam produzir uma pequena quantidade de energia para uma parte de Campinas até então. Não obstante

Durante o dia as horas voavam porque havia muito trabalho para todos. À noite, porém, era aquela angústia de acender velas e aguardar a hora de dormir sem realizar grandes coisas porque se a leitura era uma forma de fuga, ler à luz de velas era coisa cansativa⁶⁶².

No período noturno haviam os que embrenhavam-se “pelos trilheiros com uma lanterninha na mão⁶⁶³”, durante o dia enfrentavam “poeira, sol e calor⁶⁶⁴”. Rosarita Fleury

⁶⁵⁸ LIMA, 1935, apud JUNIOR, 1958, p. 107

⁶⁵⁹ Ibid., p. 107

⁶⁶⁰ Ibid., p. 107

⁶⁶¹ OSÓRIO, et al., 1986 p. 167

⁶⁶² FLEURY, et al., 1986 p. 175

⁶⁶³ Ibid., p. 176

⁶⁶⁴ Ibid., p. 176

“achava difícil suportar as longas noites sem luz, tendo por única diversão, ver da janela, o piscar dos inúmeros vaga-lumes de que eram fartos os campos de Goiânia⁶⁶⁵”.

Depois de um ano de construção, “em 28 de janeiro de 1936, o contrato foi rescindido⁶⁶⁶” com a firma do engenheiro José Madureira Junior. Em 03 de abril de 1936, o governo assinou novo contrato com a empresa “Froés e Irmãos⁶⁶⁷”. Por este contrato, “em abril de 1936 foi cedido com exclusividade o fornecimento de energia elétrica de Goiás⁶⁶⁸” da usina Jaó para uma firma que se constituiria por meio da união de políticos e empresários do Estado. Formou-se assim a empresa Luz e Força de Goiânia Ltda. Doravante, “no dia 15 de novembro de 1936, feriado da Proclamação da República, Goiânia ganhava seu primeiro sistema de abastecimento de energia elétrica⁶⁶⁹”, por meio das águas do rio Meia Ponte.

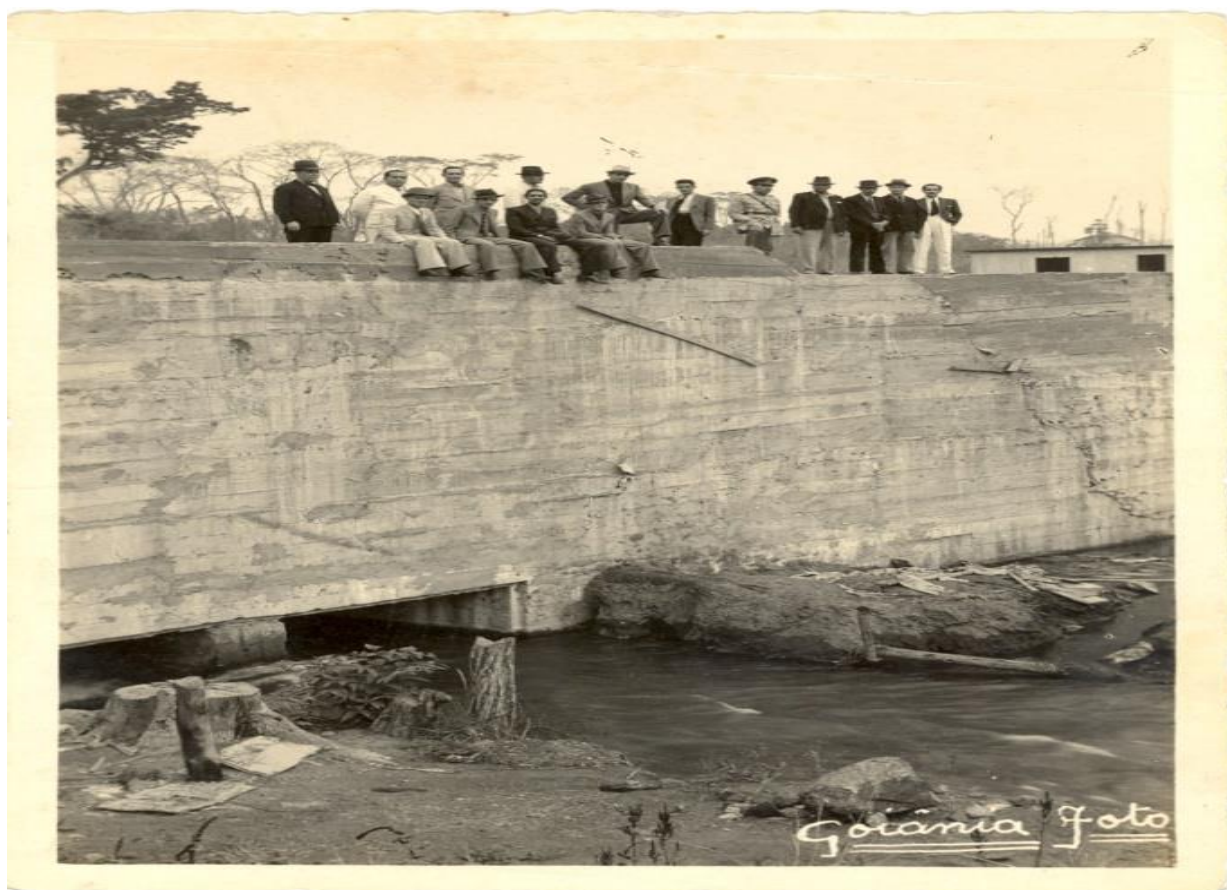


Figura 38: Barragem da Usina do Jaó, s/d. Provavelmente, imagem da década de 1940. Fonte: Arquivo Histórico Estadual.

⁶⁶⁵ Ibid., p. 178

⁶⁶⁶ ROCHA, 2003, p. 29

⁶⁶⁷ Ibid., 29

⁶⁶⁸ DAHER, 2003, p. 214-216

⁶⁶⁹ Ibid., p. 30

Não ter energia elétrica poderia ser pretexto para demolir casas (além da falta de “higiene”, como supramencionado). Tinha “status” quem obtinha eletricidade em sua residência. Às margens do córrego Botafogo, onde se localizaram as primeiras invasões protagonizadas pelos trabalhadores da construção civil, causava preocupação nas autoridades não fornecer energia às moradias consideradas “ilegais”. Conforme relatou Geraldo Teixeira Álvares:

A preocupação maior dos responsáveis pelas obras, em colaboração com o dr. Irani Alves Ferreira, que por largo tempo foi o Diretor Geral de Saúde, era evitar, a todo custo, o estabelecimento, nas redondezas da cidade, de núcleos de habitação tipo ‘favelas’, um dos maiores problemas dos grandes centros urbanos (...). O ofício nº 662, de 19 de janeiro de 1938, sugerindo ao governo a proibição de fornecimento de luz elétrica a esses bairros em formação. Idem nº 757, de 4 de mar. 1938 (sic), solicitando providências à Diretoria Geral de Segurança Pública para demolir uma construção que não fora autorizada⁶⁷⁰.

Chegando ao início da década de 1940, segundo a gestão pública da época, Goiânia possuía “excelente luz e forças elétricas hidráulicas⁶⁷¹”. Em 1945, segundo dados oficiais do IBGE, Goiânia tinha 110 logradouros públicos, dos quais 108 eram “iluminados à eletricidade⁶⁷²”. A “iluminação domiciliária à eletricidade (ligações domiciliares)” abrangiam oficialmente 2.650 domicílios⁶⁷³.

A barragem da usina do Jaó se rompeu devido a uma enchente que ocorreu na noite do dia 04 para o dia 05 de abril de 1945. A estrutura que desabou, além de ter contribuído anteriormente para a geração de energia elétrica, também contribuíra para abastecer a “cidade desde 1936⁶⁷⁴”. Houve um colapso na economia de Goiânia depois do rompimento da barragem do Setor Jaó. Muitas indústrias em solo goianiense pediram ajuda até para o governo federal devido à falta de energia elétrica: “Na noite do dia 04 para 05 de abril de 1945, sob o peso e a violência das águas de uma grande enchente sobre o Rio Meia Ponte, depois de dias seguidos de chuvas, rompeu-se a barragem da Usina do Jaó, ficando a cidade sem energia elétrica e sem luz⁶⁷⁵”.

As chuvas, o forte vento e o aumento do nível da água da barragem do Meia Ponte pressionaram as comportas da represa e danificaram seus equipamentos que foram

⁶⁷⁰ ÁLVARES, 1942, p. 149 apud DAHER, 2003, p. 224-226

⁶⁷¹ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 30. AHE.

⁶⁷² Sinopse Estatística do Município de Goiânia, IBGE, 1948. p. 14. Arquivo IBGE de Goiânia.

⁶⁷³ Ibid.,

⁶⁷⁴ Ibid., p. 84.

⁶⁷⁵ BRITTO, et al 1986, p. 40

levados pela enchente. A usina que já não tinha potência suficiente para atender Goiânia, que havia sido planejada para 50 mil habitantes se encontrava danificada⁶⁷⁶.

Ainda no período da Segunda Guerra Mundial, “os materiais para a sua reconstrução estavam escassos e controlados. Só com autorização do governo poderiam ser adquiridos⁶⁷⁷”. Além disso, dois deputados da oposição, Hermógenes Ferreira Coelho e João Coutinho, tiveram dificuldades para iniciar as obras de restauração da usina, “ficando a cidade e seus representantes prejudicados até a queda do malsinado Estado Novo⁶⁷⁸”.



Figura 39: Barragem do Jaó após rompimento. Para sua reconstrução, estruturas que sobraram tiveram que ser demolidas. Fonte: AHE. Década de 1940.

Para se ter ideia do tamanho do estrago do rompimento da barragem do Jaó, o consumo de energia elétrica por habitante em Goiânia, caiu de 215 Kw em 1944 para 67 Kw em 1946⁶⁷⁹. Isso com a cidade em expansão. Não obstante, “muitos estabelecimentos

⁶⁷⁶ LIMA, 2011 p. 22

⁶⁷⁷ BRITTO, et al 1986, p. 40

⁶⁷⁸ Ibid., p. 40

⁶⁷⁹ IBGE, 1948. p. 19. Arquivo IBGE de Goiânia. p. 26.

comerciais e residenciais, que ainda não estavam integrados à rede de energia produzida na cidade, não utilizavam formas alternativas de iluminação (geradores, lâmparas, entre outros), ficaram às escuras⁶⁸⁰”.

Após o rompimento da barragem, disseram que os goianienses ficariam “sem luz uma semana⁶⁸¹”, porém, a luz faltou por “dois anos⁶⁸²”. Ainda em tempos de guerra, não se podia “comprar o motor⁶⁸³” (gerador de energia⁶⁸⁴) facilmente. Mesmo assim, “Pedro Ludovico conseguiu o motor de um navio velho (submarino⁶⁸⁵) e o instalou onde hoje é a Alameda Botafogo⁶⁸⁶”. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o motor de submarino comprado pelo governo estadual para gerar eletricidade na nova capital mitigou o problema apenas de maneira parcial. Mesmo assim, para ele funcionar, era necessário água:

O equipamento foi instalado às margens do córrego Botafogo, pois necessitava o tempo todo ser resfriado à água. Quando a água que passava pelo imenso motor voltava ao leito do córrego, estava muito quente e aquecia o caudal que se juntava. Isso fazia com que um trecho de algo como 25 a 30 metros do Botafogo ficasse gostoso para banho como se fosse um manancial de águas termais. Os meninos que gostavam de nadar no córrego deliciavam-se com a novidade⁶⁸⁷.

A solução emergencial do motor submarino, o qual teria sido utilizado na Segunda Guerra Mundial fez com que houvesse a “constante necessidade de resfriamento do motor⁶⁸⁸”. Ao instalar o motor no córrego Botafogo “a água então era devolvida ao córrego em alta temperatura e atraía curiosos que aproveitavam para tomar banho nas águas quentes. Outrossim, “nesse período o abastecimento era apenas interno, inexistindo a iluminação pública⁶⁸⁹”. Mesmo com o motor gerador no córrego Botafogo, a energia era racionada e limitada à alguns pontos da cidade, para sair à noite, as pessoas tinham que andar “com lanterna na mão⁶⁹⁰”. A falta de energia elétrica foi

um problema que durante muito tempo afligiu a população pioneira, retardava o andamento das obras. Padeceu-se com a falta de luz. A cidade era mal iluminada,

⁶⁸⁰ LIMA, 2011 p. 22

⁶⁸¹ MONTEIRO, et al., 1986, p. 141

⁶⁸² Ibid., p. 141

⁶⁸³ Ibid., p. 141

⁶⁸⁴ Monteiro não especifica se este motor seria para o da Usina Hidrelétrica do Jaó. Porém, como ela adiante cita o motor do submarino (que ela chama de “navio velho”), e foi utilizado provisoriamente, é provável que ela se referia neste caso ao motor da usina.

⁶⁸⁵ Grifo nosso

⁶⁸⁶ MONTEIRO, et al., 1986, p. 141

⁶⁸⁷ ROCHA, 2003, p. 40

⁶⁸⁸ LIMA, 2011 p. 23

⁶⁸⁹ OLIVEIRA, 1999, p. 61

⁶⁹⁰ MONTEIRO, et al., 1986, p. 141

sendo frequente as interrupções do precário e primitivo sistema elétrico. Acontecia muitas vezes de a cidade ficar na escuridão⁶⁹¹.

A região da nova capital “reunia as condições favoráveis para a implantação de uma usina: cercada de grande manancial de águas, alvo de grandes investimentos governamentais e acima de tudo, a seu favor, estava toda a vontade política para construir uma metrópole moderna⁶⁹²”. Nesta perspectiva

dois anos foram necessários para o restabelecimento da energia na capital, que sofreria severas consequências com a falta de luz. Uma época em que velhos hábitos tiveram que ser resgatados. Aqueles que possuíam lanternas conseguiram vencer a falta de luz nas ruas. Nas casas a população se adaptava com o uso de lampiões, velas e lamparinas⁶⁹³.

É provável que o rompimento da barragem na usina do Jaó tenha diminuído o ritmo crescente da poluição ambiental na cidade. Isso porque, por um lado, durante o período “sem usina”, a cidade foi iluminada por geradores particulares e públicos, por outro, diminuiu-se o crescimento de atividades econômicas poluidoras. Antes do rompimento da usina, “Goiânia triplicaria sua população entre a mudança definitiva da capital, em 1937, e o Batismo cultural em 1942⁶⁹⁴”. Todavia, sem energia elétrica ou com racionamento, proporcionalmente, “a cidade iria crescer muito pouco nesta segunda metade da década de 1940⁶⁹⁵”.

Alguns estabelecimentos comerciais utilizaram geradores para continuarem funcionando. Foi comum a venda da energia à vizinhos e também usá-la como estratégia para atrair clientes aos poucos bares e lojas iluminadas. No início da noite, as lojas que ofereciam a rara mercadoria era ponto de encontro do goianiense⁶⁹⁶.

Mesmo a usina do Jaó tendo sido reconstruída, provisoriamente, cerca de dois anos depois⁶⁹⁷, esta foi uma das principais fontes de energia para a cidade até o término da construção da Usina Rochedo na década de 1950. “Eram constantes as quedas de energia elétrica ou a sua falta por dias a fio. No início da construção, a partir de 1936, o abastecimento

⁶⁹¹ SABINO JÚNIOR, et al 1986, p. 146

⁶⁹² LIMA, 2011 p. 15

⁶⁹³ LIMA, 2011 p. 22-23

⁶⁹⁴ Ibid., p. 85

⁶⁹⁵ Ibid., p.86

⁶⁹⁶ LIMA, 2011 p. 23

⁶⁹⁷ Ibid., p. 86

de energia elétrica da cidade era feito de forma precária pela Usina do Jaó, no Rio Meia ponte⁶⁹⁸. Mesmo com a reconstrução da usina que foi terminada em 1947, todavia,

era nítido que a capacidade de produção não atenderia o afã do crescimento de Goiânia pelos anos seguintes. As quatro ampliações realizadas (duas em 1939 e uma em 1959) não seriam suficientes para atender a população e rede de comércio que não parava de crescer⁶⁹⁹.

Em 1953, “a Companhia de Força e Luz do Estado promovia o racionamento de energia – de quatro em quatro horas e os setores da cidade revezavam no recebimento do tão precioso produto⁷⁰⁰”. Pedro Arantes, presidente da Companhia Força e Luz, quando estava no Centro da cidade fazendo um tratamento odontológico, determinou que o racionamento naquele setor fosse interrompido para que o dentista lhe prestasse os serviços. “O jornalista Haroldo Gurgel soube desse episódio e estampou no outro dia em seu Jornal a manchete: ‘O homem chegou e deu a luz⁷⁰¹’”.

No outro dia o jornalista Haroldo Gurgel foi assassinado perto da redação de seu jornal, na região da Praça do Bandeirante. Este crime “quase provocou a renúncia do governador Pedro Ludovico. Repercutiu no Congresso Nacional de Jornalistas realizado no Paraná e foi assunto da revista norte-americana *Times*⁷⁰²”. Em 1951, a geração de energia passou a ser responsabilidade do governo estadual, quando foi criado o Departamento de Água e Energia Elétrica, mais tarde renomeada como CELG (Companhia Energética de Goiás)⁷⁰³. Nota-se que, inicialmente, o governo tratava a questão da energia elétrica por meio do mesmo departamento que geria o abastecimento de água. Os diferentes usos da água e recursos hídricos eram concebidos como um único eixo de administração.

A água tinha um mesmo departamento para os seus diferentes usos na gestão pública para a sociedade. O governo percebera a complexidade de se tratar da gestão urbana para a cidade que, até então, já teria a maior quantidade de pessoas em uma zona urbana da história de Goiás. Um relatório escrito por Janssen, datado de 12 de fevereiro de 1952, intitulado de “Exposições sobre a Urbanização da Cidade de Goiânia” leva em conta, entre outros itens, até

⁶⁹⁸ ARRAIS; OLIVEIRA et al 2016, p.126

⁶⁹⁹ LIMA, 2011 p. 23

⁷⁰⁰ OLIVEIRA, 1999, p. 55

⁷⁰¹ Ibid., p. 55

⁷⁰² Ibid., p. 55

⁷⁰³ LIMA, 2011 p. 23

então projetados e ou executados, “o desenvolvimento geral da cidade de Goiânia⁷⁰⁴” e os “seguintes projetos federais e estaduais⁷⁰⁵” no que diz respeito aos usos da água e o desenvolvimento regional:

- 1) O aproveitamento das imensas forças naturais de Cachoeira Dourada garantindo fornecimento suficiente de força elétrica especialmente para a industrialização da capital goiana.
- 2) A mudança da Capital Federal para o planalto goiano com o aumento consequente da população com base importante de crescimento econômico⁷⁰⁶.

Janssen leva em conta o clima favorável de Goiânia para enfatizar algumas indicações de um “provável progresso demográfico⁷⁰⁷” para a cidade a partir de 1952. Lembrando a “Marcha ao Oeste (sic) e a comparação de (sic) situação de Goiânia com a de outras cidades que permitira supor o número de 200.000 habitantes para essa Capital em um futuro não muito longo⁷⁰⁸”. No que diz respeito ao abastecimento de energia elétrica, ressalta-se que

apesar de no momento se tratar de problema cuja a solução apresenta sérias dificuldades, num futuro próximo, poderá ser solucionado, levando em conta que o Governo (sic) Estadual (sic) em colaboração com o Governo Federal (sic), tem possibilidade de relativamente em pouco período de tempo, conseguir uma potência de 30.000HP, com a construção da usina do Rochedo no Meia Ponte e a da (sic) Cachoeira Dourada, no volume rio Paranaíba, isto no caso de se fazer questão de usinas hidroelétricas, para a produção de energia⁷⁰⁹.

Em 1955, inaugurou-se a Usina Rochedo que melhorou o abastecimento de energia e, no final daquela mesma década, a primeira etapa da Usina de Cachoeira Dourada “estabilizou o sistema em Goiânia⁷¹⁰”.

A partir de 1955, com a conclusão das obras da Usina Rochedo, o abastecimento energético se estabiliza um pouco, porém o crescimento populacional vai progressivamente exigindo mais energia. Esta só vem com um pouco mais de abundância em 1959, com a inauguração da primeira etapa da Usina ‘Serra Dourada’ (sic)⁷¹¹.

⁷⁰⁴ JANSSEN, “Exposição Sobre a Urbanização da Cidade de Goiânia”, 12/02/1952, p. 01. Arquivo Janssen, Museu Antropológico da UFG.

⁷⁰⁵ Ibid., p. 01

⁷⁰⁶ Ibid., p. 01

⁷⁰⁷ Ibid., p. 01

⁷⁰⁸ Ibid., p. 01.

⁷⁰⁹ Ibid., p. 01.

⁷¹⁰ ARRAIS; OLIVEIRA et al., 2016, p. 126

⁷¹¹ OLIVEIRA, 1999, p. 61

Salienta-se uma preocupação ambiental de um dos principais engenheiros responsáveis pela construção de Goiânia. Segundo Bernardo Élis, na década de 1950, Coimbra Bueno “fazia umas coisas diferentes, como querer construir escada para peixe⁷¹² na [hidrelétrica de] Cachoeira Dourada⁷¹³”, usina que resolveu grande parte dos problemas de energia de Goiânia. Este método de escadas em hidrelétricas é interessante porque foi um dos principais utilizados na segunda metade do século XX (e ainda se utiliza do mesmo) e, empreendê-lo ainda na década de 1950 para uma hidrelétrica que abasteceria Goiânia, seria considerado um avanço para época na região.

5.2. Balneários e nascentes, incluindo, na área urbana

Durante as primeiras obras, trabalhadores consumiam água por meio de bicas e duchas. Souza intitula uma destas duchas como “balneário público”, que se encontrava à altura da Rua 24 (atual Setor Central de Goiânia), onde havia uma grande bica de água⁷¹⁴. Também, ali haviam “algumas minas que eram ‘aproveitadas’ para o banho⁷¹⁵”.

A lógica de haver minas d’água perenes perto das primeiras obras de Goiânia indica áreas que ficavam perto das construções. Antes do lançamento da pedra fundamental, haveria mais vegetação nativa do cerrado, além de veredas e outros tipos de *biotas* (isso porque nascentes são protegidas por matas ciliares).

Gomes relata banhos, “inclusive, nos buracões de ‘tapiocanga’ da Vila Coimbra e nos saibros do Vaca Brava⁷¹⁶”. Era comum avistar no município “lavadeiras, semidesnudas, em seus banhos costumeiros⁷¹⁷”. Para muitos, era diversão nos primeiros anos de Goiânia ir até o rio “Meia Ponte para tomar banho⁷¹⁸”.

Nascimento considera a Campininha daquele tempo como um “paraíso”. No “rio Meia Ponte, os córregos Anicuns e Cascavel tinham peixe em abundância⁷¹⁹”. No Cascavel

⁷¹² As escadas para peixes são projetadas até os dias atuais para que os peixes possam passar para o outro lado da barragem das hidrelétricas.

⁷¹³ ÉLIS et al., 2005, p. 26

⁷¹⁴ SOUZA, 1989. P. 19

⁷¹⁵ Ibid., p. 19

⁷¹⁶ GOMES, 2002, p. 25-26

⁷¹⁷ Ibid., p. 26

⁷¹⁸ OSÓRIO, et al., 1986 p. 167

⁷¹⁹ NASCIMENTO et al., p. 92

pegava-se “peixes menores, como traíra, dourado, piau, papa-terra, piracanjuba; No Meia Ponte e Anicuns pegava-se surubim, jaú e dourado enorme (sic)⁷²⁰”.

Os córregos da cidade eram utilizados para a balneabilidade, caça, pesca e lazeres. Aos poucos, foram sendo utilizados para outros fins, como para limpeza da área do abatedouro municipal, que ficava às margens do córrego Capim Puba, na região da atual Avenida Independência no Setor Aeroporto. Suas águas eram utilizadas para a limpeza do abatedouro e da carne do gado. O córrego é afluente do Botafogo como observa-se na figura 36 (p. 159). O curso d’água do Capim Puba passa na área que estão o atual Zoológico e Lago das Rosas. No relatório de Pedro Ludovico, apresentado ao presidente Vargas, em 1940, sobre as administrações de 1938-1939, o interventor discorre que Goiânia possui “excelentes condições topográficas, clima saudável, temperatura ameníssima e mananciais de fácil captação⁷²¹”.

No Plano Original, Atílio Corrêa Lima queria que o Capim Puba fizesse parte de um parque linear. Em 1938 o projeto foi corroborado pelo engenheiro Armando Godoy, que queria que a cidade fosse cercada por um “cinturão verde” às margens dos cursos d’água (como explanou-se, o plano piloto é cercado dos mesmos). Na região do Capim Puba haviam

águas oxigenadas e sem poluição, correndo rápido em outros lugares e, em alguns lugares e, noutros formando poços e remansos, possuía barrancos cobertos com vegetação úmida de capim, daí ser chamado de Capim Puba, formava pequenos nichos ecológicos, verdadeiros santuários de reprodução da vida. A área adjacente ao matadouro oferecia a todos os campinenses amantes da pesca o local ideal para, após o trabalho vespertino, buscar algumas fieiras do apetitoso pescado, existente em abundância: bagres, mandis, lambaris e ‘lambarizões’ (sic), sendo que, na maioria das vezes, as nossas rituais pescarias noturnas, em média, três vezes por semana, resumia-se ao trecho cevado pelo próprio matadouro. Enguias d’água doce, peixe-espada e cascudos eram ‘também fígados e devolvidos ao córrego’, por julgá-los feios e não comestíveis⁷²².

Os resíduos do antigo matadouro municipal poluíam as águas do Capim Puba até o córrego Botafogo, que levava a poluição até a região central da cidade, onde havia acampamentos de operários entre a região central e o atual bairro da Vila Nova. Todavia, os córregos ainda tinham maior poder de diluição proporcionais àqueles resíduos, à época.

O córrego Macambira é afluente do Ribeirão Anicuns, que deságua no Rio Meia Ponte. Portanto, não seria por simples conveniência que Pedro Ludovico optou não construir o primeiro sistema de captação de água potável de Goiânia na região do córrego Botafogo

⁷²⁰ Ibid., p. 01, p. 92

⁷²¹ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 27. AHE.

⁷²² GOMES, 2002, p. 189

mais perto do Palácio das Esmeraldas, mas na confluência do Botafogo com o Areião. Enquanto os banhos dos primeiros operários e outros moradores eram realizados nas águas do córrego Botafogo⁷²³, nas moradias da Zona Central “usavam-se grandes bacias de folhas de flandres, cheias de água aquecida no fogão à lenha⁷²⁴”.

Considerando a água como patrimônio natural, o Estado aparece com mais força na zona urbana como um mediador na distribuição da água e dos recursos hídricos, priorizando alguns em detrimento dos menos abastados economicamente e, em muitas vezes, não haviam condições de contemplar nem os de melhores condições financeiras. “Até o Secretário de Segurança ia banhar no poço, “saia de pijama, chinelo, toalha nas costas e sabão também em direção ao poço de banho. Chegando ao poço do Bispo era aquela molecada, misturada com o Secretário de Segurança, sem nenhum respeito à autoridade⁷²⁵”.

Quando um hóspede foi tomar banho no Grande Hotel, entorno de 1937, empoeirado da viagem, ao abrir o chuveiro exclama: - “Cadê a água?⁷²⁶” e ainda quando indaga o gerente, este lhe responde: “Não se ‘procupe’ (sic), pois houve o ‘rumpimento’ (sic) de um dos canos de abastecimento, mas ‘dentro’ de 24 horas ‘estar’ (sic), segundo a ‘promessa’ (sic) do administrador das obras⁷²⁷”. O hóspede então pergunta:

- Mas onde poderei banhar-me?
- O ‘jaito’ (sic) é o rio Meia Ponte.
- É perto daqui?
- Pois fica a uns dez quilômetros⁷²⁸.

E o hóspede do luxuoso Grande Hotel se tornou “frequentador assíduo deste rio, procurando-o todas as manhãs⁷²⁹”, estando hospedado em um hotel com móveis novinhos em folha, assoalho encerado, tapete de veludo e com um recém chegado gerente que dizia que em São Paulo “já” trabalhara em “hotéis 5 estrelas⁷³⁰”. Banhava no rio porque não havia água no chuveiro. Os distritos de Goiânia eram “dotados de terras ubérrimas, regadas por numerosos rios e ribeirões, a par de um clima invejável, como é comum em toda região subtropical⁷³¹”.

⁷²³ BERNARDES, et al. 2009, p. 44.

⁷²⁴ SOUZA, 1989, p. 19.

⁷²⁵ SOUSA, et al., 1986, p. 162-163 – Grifo nosso

⁷²⁶ LIMA et al., 1986 p. 100

⁷²⁷ LIMA et al., 1986 p. 100

⁷²⁸ LIMA et al., 1986 p. 100

⁷²⁹ LIMA et al., 1986 p. 100

⁷³⁰ LIMA et al., 1986 p. 100

⁷³¹ COSTA, 1985, p. 75

5.3. Água para consumo e demais usos humano

Durante o lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia, em 24 de outubro de 1933, Ludovico disse que “os mananciais dentro de um perímetro de nove quilômetros bastarão para uma colmeia humana para mais de um milhão de habitantes⁷³²”. Entretanto, era necessário planejar como esta água seria tratada, distribuída e consumida pelos moradores da nova capital do Estado.

Ter um filtro em casa seria sinônimo de luxo entre os moradores de Goiânia durante as três primeiras décadas⁷³³. Os que não possuíam tal recurso, consumiam água diretamente das bicas, cisternas, duchas e córregos. Durante a primeira década de Goiânia, mesmo sendo relativamente em pouca quantidade, até o Governo do Estado de Goiás comprava água mineral em vendas no município, mesmo quando até na região central (Plano Piloto) da cidade, haviam bicas, olhos d’água e córregos.

Em um recibo com uma rubrica de um representante do “governo de Goiás”, do “Empório Nova Capital”, instalado no bairro de Campinas, datado de 29 de agosto de 1935, é registrado que de 24 de julho a 20 de agosto de 1935, foram comprados pelo Estado, dentre outros produtos, 13 garrafas de água mineral naquela venda⁷³⁴. O recibo não descreve a quantidade de água em cada garrafa. Entretanto, percebe-se que mesmo em uma região rica em recursos hídricos e com minas de água potável, o Estado comprava água potável para consumo na administração pública. Em torno de 1936, uma pioneira diz que “não havia água encanada, somente cisternas muito fundas e estreitas⁷³⁵”. Destarte que “o problema do abastecimento d’água à população goianiense vinha-se resolvendo, de conformidade com as circunstâncias do momento e com as condições do erário estadual, luz e força elétricas⁷³⁶”.

Outro recibo de uma venda de Anápolis - GO, com o título de “Superintendência Geral das Obras de Goiânia”, indica que o estado comprou “lata de água⁷³⁷” a um preço de 80\$000 (oitenta mil réis). Também não é especificada a quantidade de água nesta lata.

⁷³² FERREIRA, 1970, p. 26. apud ELIAS DE PAULA, 2016, p. 4.

⁷³³ Eliézer Cardoso de Oliveira, enfatiza esta “personagem cidade” em construção nas casas dos trabalhadores, como na casa de Dona Fia e Joviano do romance “*Chão Vermelho*” que, “agora tinha um filtro em casa. Achava que o maquinismo estragava o gosto da água, tirava até a sustança dela. Nas construções os trabalhadores bebiam na mão, emborcados por cima dos registros. O filtro era um luxo em casa. (OLIVEIRA, 2004, p. 167 apud BRASILIENSE, 1993, p. 10).

⁷³⁴ Recibo do Empório da Nova Capital, 29 de agosto de 1935. AHE, Caixa 2, Goiânia, 1936. (Observação: O recibo data de 1935, mas, está na caixa de 1936).

⁷³⁵ CURADO, et al., 1986, p. 112

⁷³⁶ COSTA, 1985, p. 60

⁷³⁷ Recibo da venda Abraão Abdalla Hellou, Campinas-GO, 31 de dezembro de 1935. AHE, Caixa 2, Goiânia, 1936. (Observação: O recibo data de 1935, mas, está na caixa de 1936)

Entende-se que não houve falta de disponibilidade de água durante a construção de Goiânia. O que houve foi má gestão deste elemento tão essencial à vida humana. Os problemas com a falta de água potável não duraram apenas no período da construção da cidade, como observa-se adiante.

Quando Goiânia tinha sete anos, ao presidente Vargas, Ludovico relatou que “o serviço de água encanada, vem funcionando desde os primeiros tempos da cidade, a ‘contento⁷³⁸’”. Mas que, todavia, o governo ainda estava “empenhado na construção da rede definitiva, para o que já adquiriu copioso material (tubulações em ferro fundido)⁷³⁹”. Para o interventor, a água que até então abastecia os goianienses era “saudável e pura⁷⁴⁰”. Ele faz esta afirmação apresentando o relatório de um técnico contratado pelo próprio governo, Dr. Alcides Jardim:

Os resultados dos exames bacteriológicos da água, distribuída à cidade, SÃO PERFEITAMENTE ACEITÁVEIS EM SE TRATANDO DE ÁGUA DISTRIBUÍDA ‘IN NATURA’ (sic), não sofrendo processo prévio de purificação. Os mananciais que abastecem a cidade do Rio de Janeiro fornecem frequentemente água com índice colimétrico muito superior ao que encontramos nas amostras citadas. Estamos autorizados, em vista das observações colhidas, a afirmar que, construindo o novo reservatório de acordo com os preceitos recomendáveis em construção dessa natureza, convenientemente protegidas as bacias hidrográficas e canalizados os diversos córregos aproveitados, as condições químicas e bacteriológica da água distribuída à população SERÃO REALMENTE EXCELENTES (sic). Consideramos a situação futura da cidade de Goiânia, em face do problema do abastecimento público de água, REALMENTE INVEJÁVEL (sic), em virtude das seguintes razões: As bacias hidrográficas dos córregos aproveitados (Buriti, Areia e Botafogo) não tem habitantes e podem ser eficientemente cercadas e protegidas. b) os mananciais se acham mais altos do que a cidade e podem atingir o reservatório por declividade, não necessitando de bombeamento, o mesmo acontecendo quanto à distribuição dentro do perímetro urbano. c) águas, nas respectivas nascentes, MUITO PURAS SOB O PONTO DE VISTA FÍSICO, QUÍMICO E BACTERIOLÓGICO (sic), dispensa por consequência qualquer processo de esterilização (cloração) e podem ser distribuídas ‘in natura’. d) volume de água suficiente após aproveitamento do Córrego Botafogo, para uma população muito superior à atual⁷⁴¹.

Segundo o químico contratado pela administração, águas disponíveis nos mananciais envolta do plano piloto poderiam ser distribuídas *in natura* (sic), sem cloração ou tratamento. O índice colimetro destas águas era “muito superior” ao que abastecia a cidade do Rio de Janeiro naquele período do final dos anos de 1930, dispensando, segundo o químico, “qualquer processo de esterilização”. Observa-se também que foi recomendado para que ao

⁷³⁸ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 30. AHE.

⁷³⁹ Ibid., p. 01, p. 30

⁷⁴⁰ Ibid., p. 01, p. 30.

⁷⁴¹ JARDIM, Alcides In: Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 30-31. AHE.1940.

longo dos cursos d'água dos Córregos Buritis, Areia (Areião), e mais ao sul do Botafogo, onde ainda não haveria “habitantes”, houvessem cercamentos para a preservação destes mananciais, o que efetivamente não ocorrera a contento.

Em 1945 os prédios que possuíam abastecimento d'água na cidade somavam 1559⁷⁴². Igualmente, o recurso natural, essencial à vida, a água, tinha um sistema de canalização do parque Areião até a região do Palácio das Esmeraldas, porém, esta água não era distribuída entre as moradias de operários no geral. Priorizava-se a delimitação do plano piloto de Goiânia, que beneficiou os moradores do núcleo central, com o abastecimento de água das minas e via canalização, que eram mais distantes dos moradores menos favorecidos que residiam às margens dos córregos com o recurso líquido considerado por muitos como insalubre.

Os próprios trabalhos “profiláticos” do poder público, quando haviam epidemias de doenças devido ao lixo, degradação e falta de saneamento (como supramencionado), eram realizados nas margens dos cursos d'água, o que comprovaria a insalubridade daquelas áreas. Em 1945, no ano que houve a queda do Estado Novo, o Jornal O Popular publicou o caos que vivia parte dos moradores de Goiânia devido à falta de potabilidade desta matéria prima.

[...] Vila Nova e seu drama doloroso – Vila Nova e Botafogo, habitados por gente ordeira e laboriosa, são os bairros mais pobres desta capital.

No primeiro, ligado ao centro urbano, numa ligeira colina, vive um aglomerado humano, num drama emocionante e cada vez mais aflitivo, pela crescente e desnorteada carestia de vida.

Sua população, quase na totalidade constituída de operários, hoje, mais do que nunca, atravessa uma fase de desalento e de aperturas, por haver a Secretaria de Economia Pública proibido que sejam abertas cisternas, mas sem primeiro haver estendido até lá os canos que produzem e donde jorram água, esse líquido precioso e tão indispensável à existência.

Para agravar mais a situação dos que vivem e se entregam ali à labuta cotidiana de seus afazeres, o Departamento acima aludido, não permite também, a reconstrução dos prédios existentes naquele bairro, por serem eles, em grande parte, de aspecto antiestético e avelhantado.

Acontece, porém, que a maioria da população de Vila Nova, formada desses proletários que construíram Goiânia, não pode, em absoluto, edificar residências modernas e vistosas, como as do centro da cidade, em vista do drama que enfrenta, heroicamente, que é o da penúria, do abandono, e, ate mesmo, da fome, com todo o seu cortejo de miserabilidades. [...]

[...] vimos naquele bairro muitas famílias dormindo ao relento, porque suas casas não puderam ser retelhadas, também crianças sujeitas aos ventos frios e cortantes da noite, pelo fato das paredes desmoronadas não poderem ser reconstruídas⁷⁴³.

⁷⁴² IBGE, 1948. p. 14

⁷⁴³ Jornal O Popular, 01/07/1945 apud GONÇALVES 2002, p. 97.

Goiânia com mais de uma década enfrentava o problema de abastecimento de água, segundo o jornal O Popular. Como descrito na reportagem, parte da população estava proibida de abrir cisternas e sendo privada “deste líquido tão indispensável à existência humana”. E a parcela da sociedade que mais carecia de água era justamente os “proletários” da Vila Nova, bairro até então considerado um dos mais pobres de Goiânia. As obras para o primeiro sistema de abastecimento de água do bairro de Campinas, foram lançadas em janeiro de 1946, como noticiou o jornal O Popular:

Os serviços para abastecimento de água e esgoto sanitário constituem velha e justa aspiração dos habitantes do bairro de campinas, que ainda não ressentem da falta desses tão indispensáveis requisitos de higiene e conforto. Fomos, porém, cientificados de que o prefeito Ismerino Soares porá (*sic*) ainda este mês, em concorrência pública a execução daquelas obras, para o que já se encontra em entendimento com empresas interessadas em seu financiamento.

O bairro de Campinas, habitado por gente culta e laboriosa, é o mais antigo e o mais populoso desta capital, sem contar, entretanto, com os melhoramentos a que faz jus. Assim é que aquela iniciativa, que só agora vai entrar em sua decisiva fase de realização, despertou ali, como era natural um movimento de interesse e entusiasmo⁷⁴⁴.

Depois de mais de doze anos de existência, o bairro de Campinas (que abrigou Goiânia quando o mesmo era município), ainda não tinha rede de abastecimento de água, segundo a reportagem acima. O problema da rede de abastecimento continuou na cidade. Pedro Ludovico afirmou, em entrevista, que o Rio Meia Ponte, além de fornecer o abastecimento de água, mesmo que precário, serviu também para a instalação de uma usina hidrelétrica que abasteceu a cidade durante vários anos. Entretanto, o ex-interventor reconheceu, durante a mesma entrevista, que não teve o cuidado necessário com a preservação daquele rio:

Desde o início foi um erro transportar os dejetos para o Rio Meia Ponte (*sic*), porque polui. Naquele tempo a ideia era que Goiânia seria uma cidade bem menor e mesmo fizemos isso com o intuito de gastar menos dinheiro. O esgoto até poderia ser jogado no Rio Meia Ponte, mas pouco abaixo, porque as cidades existentes abaixo de Goiânia são poucas e o rio cresce muito em volume de água mais abaixo. Por exemplo, da estrada que vai de Rio Verde para Itumbiara, o Rio Meia Ponte é muito grande, aliás, tem quatro vezes o volume de água do que aqui em Goiânia. Agora, eu penso que futuramente Goiânia precisará até do Rio dos Bois que fica daqui a 60 quilômetros⁷⁴⁵.

O próprio fundador de Goiânia percebeu as consequências em poluir o Rio Meia Ponte, quando nas primeiras décadas de Goiânia. Novamente, observou-se as relações de

⁷⁴⁴ Jornal O Popular, 17 de Janeiro de 1946. AHE.

⁷⁴⁵ Folha de Goyaz, 24/10/1978. AHE.

causa e efeito com a gestão do ambiente. Poluição que levou consequências e continuou mesmo depois que Pedro Ludovico deixou o poder pela primeira vez. Em 29 de agosto de 1947, sob o título - “Água! Água! Água!” - O jornal “O Social” Publica:

Enquanto se faz barulhentas propagandas em entrevistas astronômicas, sobre realizações estratosféricas que ninguém vê, e das quais ninguém sente os efeitos, os problemas urgentíssimos se encontram sem solução.

A cidade de Goiânia já se acha sem água e as poucas gotas do precioso líquido se acham captados e conduzidas (*sic*) ao reservatório sem a menor higiene.

A nossa população está seriamente ameaçada de graves enfermidades, que já começam a aparecer, devido ao uso da água poluída. Um pouco do dinheiro que se gasta em viagens, em aviões, em automóveis e *tourinhos* (*sic*), daria para solucionar o problema.

Que se fale muito, mas também que se realize alguma coisa⁷⁴⁶.

Outra relação de causa e efeito (ou de efeitos sinérgicos e cumulativos) na reportagem acima é justamente a falta de abastecimento de água potável e o conseqüente aparecimento de “graves enfermidades” devido à utilização de “águas poluídas”. Um ano após a reportagem supramencionada, em 03 de novembro de 1948, com ironia sobre a chegada das chuvas, sob o título - “E As Chuvas Chegaram” - o mesmo jornal publica: “Com a chegada das chuvas, felizmente, foi resolvido o problema da falta d’água nesta capital. Água suja, barrenta, mas abundante⁷⁴⁷”. Em 1949 o então governador de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, publicou o Decreto Nº 826, de 16 de fevereiro daquele ano, que aprova o regulamento dos serviços de água e esgotos, águas pluviais e pavimentação da cidade de Goiânia⁷⁴⁸.

No decreto do regulamento dos serviços de água estabeleceu-se que somente seriam captadas para o abastecimento da cidade a água que, depois de analisada, fosse considerada “capaz de se apresentar perfeitamente potável, após adequado ou nulo tratamento a que tenha que ser submetida⁷⁴⁹”. Verifica-se que o poder público tinha consciência ou conhecimento da possibilidade de captação de água potável sem necessidade de tratamento da mesma na região do município de Goiânia. Visto que, é previsto, desde que a água seja capaz de se apresentar “perfeitamente potável”, que a mesma pudesse passar por “nulo tratamento” para o abastecimento.

No artigo 3º do regulamento dos serviços de água de 1949, é previsto que, se fosse o caso, a água seria “tratada por processo mecânico, físico ou químico, antes de sua distribuição à cidade”. Também era previsto que se no período da seca o manancial não apresentasse

⁷⁴⁶ Jornal O Social, 29 de agosto de 1947. p. 1

⁷⁴⁷ Jornal O Social, 03 de novembro de 1948. p. 1.

⁷⁴⁸ Diário Oficial do Estado, sexta feira, 04 de março de 1949. AHE, Caixa 09, 1940-1967.

⁷⁴⁹ GOIÁS. Decreto Nº 826, de 16 de fevereiro de 1949. Art. 2º.

vazão suficiente para atender o consumo da cidade, deveria ser construído um reservatório. Os gestores pensaram, à época, no futuro em relação ao abastecimento de Goiânia. Agora mais realistas em relação à década de 1930.

Desta vez de uma forma mais pragmática, estabeleceu-se que a quantidade de água necessária ao abastecimento da cidade seria “calculada em função do índice médio de crescimento da população até 1980⁷⁵⁰”. O poder público projetou o abastecimento para entorno de 30 anos após o final da década de 1940. Tomou-se por base “200 litros de água no mínimo por habitante⁷⁵¹”. Essa demanda por água considerada expressiva para os padrões atuais urbanos⁷⁵² seria justificada, dentre outros motivos, pela quantidade de hortas nos quintais das casas à época, muitas vezes considerados extremamente importantes para a sobrevivência alimentar de muitas famílias, da falta de conscientização das pessoas no uso da água, e pela precaução para o abastecimento devido ao crescimento acelerado da cidade.

Foi instituído a partir de 1949 que a captação de água seria preferencialmente realizada em local elevado, a fim de evitar o “recalque do ponto de captação para a estação de tratamento e reservatórios⁷⁵³”. A adução também era considerada na lei de acordo com a situação topográfica. Os reservatórios de distribuição não poderiam ter capacidade de água “inferior a 1 (um) dia e 6 (seis) horas de consumo normal da cidade⁷⁵⁴”. Da captação de tratamento em diante, era “exigido o conduto forçado⁷⁵⁵” das águas.

A partir do Decreto 826/49, o Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP) tornou-se responsável pelo controle de qualidade dos hidrômetros dos domicílios, dos serviços de ligação de água das redes até os hidrômetros, além de “vender água ou dar⁷⁵⁶”. Nota-se que ainda não havia o conceito, pelo menos entre os gestores de Goiânia à época, da água como um bem público, pelo qual paga-se apenas pelo tratamento da mesma para o consumo em área urbana. Caberia ao diretor do DVOP impor multas em casos de infrações como as de ligações clandestinas de tubulações ou encanamentos. Era interesse da administração que todos os domicílios com abastecimento de água tivessem coleta de esgoto, e isso foi estabelecido no decreto 826/49, todavia, não efetivado em grande parte.

⁷⁵⁰Ibid., art. 6º

⁷⁵¹Ibid, § 3º do art. 6º

⁷⁵² Segundo o programa “Cidades Sustentáveis”, o consumo diário de água por habitante em Goiânia, calculado por meio de fontes da SANEAGO e do IBGE, nos anos de 2012 e 2013, é de aproximadamente, 110 litros de água por habitante.

⁷⁵³ GOIÁS. Decreto Nº 826, de 16 de fevereiro de 1949, art. 7º.

⁷⁵⁴ Ibid. § 1º art. 9º

⁷⁵⁵ Ibid. art. 11

⁷⁵⁶ Ibid. § 5º do art. 16.

O poder público impôs rigidez contra o desperdício de água no final dos anos de 1940, estabelecendo que, nos domicílios, a tolerância na aferição do hidrômetro seria de “5% (cinco por cento)⁷⁵⁷”. Além disso, os hidrômetros de aferição de água nos domicílios em Goiânia passaram a ser “de propriedade do Estado e alugados ao consumidor⁷⁵⁸”. Quem consumisse água além do máximo tabelado (fosse domicílio ou indústria), pagaria “1½ (uma e meia) vezes a taxa pelo excesso⁷⁵⁹”. Percebe-se um rigoroso controle na distribuição de água durante o final da segunda década da nova capital. Todos os projetos de abastecimento de água e coleta de esgoto, inclusive de cada domicílio e indústria na cidade, teriam que ser submetidos ao Departamento de Viação e Obras Públicas, DVOP. Buscou-se medidas rígidas contra o desperdício devido ao receio de eventuais problemas no abastecimento. Na década de 1950, o saneamento no município continuava precário, pois

o abastecimento de água também ficou vulnerável, pois a cidade já havia rompido a barreira dos 50 mil habitantes que na sua concepção original se imaginou. A cidade ‘começava’ a enfrentar problemas de falta de água. Um deputado estadual da própria base governista, Jair Estrela (PSD), antecipa-se ao crescimento do clamor da bancada da oposição, com proposta aprovada pelo Legislativo no sentido de que o executivo adquirisse e instalasse mais um motor de recalque no ribeirão Cascavel e que desse alta prioridade a obras no ribeirão João Leite, implantando serviço de captação que efetivamente desse conta de atender a demanda que havia crescido tanto⁷⁶⁰.

Na década de 1950, até um deputado da base do governo estadual protestou sobre os problemas da falta d’água em Goiânia. Foram utilizados desde o início da cidade, sistemas de captação no córrego do Areião, na represa do Jaó (rio Meia Ponte) e já se projetava as obras no Ribeirão João Leite e a captação no Ribeirão Cascavel. Isso porque havia outros córregos nos quais poderiam captar-se água, como o Anicuns e o Capim Puba. Mesmo assim ainda faltava abastecimento de água para consumo em Goiânia. Não foi à toa que Goiânia cresceu em grande parte na região das margens do rio Meia Ponte. Houve uma indicação técnica na década de 1950 para tal:

1º) – A área abrangida pelos perímetros urbanos é suficiente para agregar ‘800.00’⁷⁶¹ (sic) habitantes aproximadamente.

Lotear uma área para maior número de habitantes, no momento, seria um gravíssimo erro, pois as condições técnicas, sociais e outras que podem ser perfeitamente previstas, pois trata-se de uma cidade relativamente jovem e, passa se poder estabelecer condições de traçado, além deste limite, há necessidade de se aguardar

⁷⁵⁷ GOIÁS. Decreto Nº 826, de 16 de fevereiro de 1949, art. 30.

⁷⁵⁸ Ibid., art. 30.

⁷⁵⁹ Ibid., art. 33, § 1º

⁷⁶⁰ ROCHA, 2003, 138.

⁷⁶¹ Provavelmente, Janssen se referia ao número de 800.000 habitantes e, aqui teria havido um erro de digitação.

um desenvolvimento de alguns anos, principalmente no concernente às indústrias, para melhor se aquilatar das possibilidades dessa capital, que sem dúvida serão grandiosas, mas nestas condições os trabalhos na certa, serão muitíssimos aprimorados.

2º) – Os perímetros urbanos propostos, incluem todos os traçados existentes e aprovados, dentro dos limites descritos, facilitando assim o enquadramento dos loteamentos ainda isolados no Plano Diretor da Cidade.

3º) As condições naturais do terreno desta Capital, exige um desenvolvimento que acompanhe o Rio Meia Ponte (esgoto) e, para possibilitar o aproveitamento das vias principais já existentes há necessidade de se localizar as indústrias às margens do cito (ilegível), acompanhando a E.F. de Goyaz (transporte, escoamento, etc...) ⁷⁶².

A criação e ou expansão de bairros em Goiânia foram projetados oferecendo tamanhos maiores de lotes para os setores mais periféricos e, ao mesmo tempo, tamanhos menores para bairros mais perto do “marco zero” da cidade, que seria onde está o Palácio das Esmeraldas. Para um leigo e vivendo nos tempos atuais, seria impactante a pretensão do técnico topógrafo, contratado pelo Estado, de o desenvolvimento da cidade “acompanhar o Rio Meia Ponte” e localizar-se “às margens do cito”, visando a água, rede de esgoto e expansão da indústria.

Em parte, percebe-se pontos divergentes de Janssen (década de 1950) em relação a Atilio Corrêa Lima (na década de 1930), que queria que os mananciais fossem preservados. Entretanto, por outro lado, não se considera Janssen totalmente equivocado devido à questão da capacidade de diluição dos rios, córregos e cursos d’água no que se refere aos efluentes e em relação ao abastecimento de água. Na época, havia uma quantidade menor de esgotos, uma altura maior da lâmina d’água nos mananciais, além de córregos e ribeirões que, em parte ou totalmente, à céu aberto não existem mais, como o Córrego dos Buritis, que na maior parte ainda existe por encanamento no subsolo.

É destacado que “em virtude de ser servida pelo rio Meia Ponte, curso d’água de considerável volume líquido, e também permeada por numerosos córregos, dispostos em condições especiais, a ‘Cidade’ (sic) tem absoluta facilidade de ser lautamente abastecida de água e pode ser bem atendida por ótimas redes de esgoto ⁷⁶³”. Ou seja, ao citar o Rio Meia Ponte como um possível canalizador de ocupação na região norte e nordeste do município, Janssen considerou os demais cursos d’água localizados nas demais regiões de Goiânia para o abastecimento urbano.

⁷⁶² Relatório sobre a Delimitação dos Perímetros Urbanos e das Cidades Satélites da Cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goyaz”, p. 2, 1952. Arquivo Janssen, 1952. Museu Antropológico da UFG.

⁷⁶³JANSSEN, Edwald. Plano de Urbanização de Goiânia. Capital do Estado de Goiás. 27/12/1952, p. 1. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

CAPÍTULO VI

PAISAGISMO, URBANISMO E ESPAIRECIMENTO SEGUNDO OS PIONEIROS

*E entre poeiras e névoas,
naquela extensão vazia,
estendiam-se os traçados, dos
logradouros de um dia,
palácios, alguns sobrados,
avatar de moradias⁷⁶⁴.*

Foi estabelecido que no projeto para a construção de Goiânia houvesse a elaboração de um plano de “sistemas de parques, jardins, ruas jardins, terrenos para esporte e recreio, bem como indicação sobre arborização das ruas⁷⁶⁵”. Nesta perspectiva, Atílio recomenda que “todas as ruas sejam arborizadas, e as principais avenidas ajardinadas. Os passeios terão parte de sua área gramada⁷⁶⁶”. Segundo Moreyra, “Goiânia provocou tanto a construção de fontes luminosas quanto de escolas, como alterou o urbanismo, a arquitetura e o grau de modernidade das casas residenciais⁷⁶⁷”.

Percebe-se que este ajardinamento e arborização no plano piloto da nova capital começaria praticamente do zero, pois, quando foi realizada a limpeza para a construção da cidade, o que resultou foi um imenso descampado para as primeiras obras no plano piloto. Não levaram em conta em aproveitar de forma plena as plantas nativas do cerrado na área urbana do núcleo central para proveito de arborização.

Em torno de 1933, ainda no município de Campinas, “a Av. 24 de outubro era terra vermelha onde tinha algumas casinhas até a rua Jaraguá. Na praça Joaquim Lúcio tinha a cadeia, o hotel e na Praça da Matriz a igreja e o Colégio Santa Clara⁷⁶⁸”. No início da década de 1930, em Campinas, “não havia bancos, nem governo. Só tinha a prefeitura⁷⁶⁹”.

“Goiânia nasceu sob o signo do mutirão⁷⁷⁰”, o pioneiro Dante Ungarelli diz que estava no início da formação do ambiente de Goiânia carregando água para os trabalhadores “para

⁷⁶⁴ Poema de Bernardo Élis sobre o Batismo Cultural de Goiânia, entregue ao primeiro prefeito Venerando de Freitas Borges. (ÉLIS, 1983).

⁷⁶⁵ GOIÁS, Decreto nº 3.547, de 06 de julho de 1933, art. 3º, alínea “e” apud JUNIOR, 1958, p. 82.

⁷⁶⁶ LIMA, 1935, apud JUNIOR, 1958, p. 105.

⁷⁶⁷ MOREYRA, et al., 2005, p. 29

⁷⁶⁸ BILEMJIAN et al 1986, p. 73

⁷⁶⁹ Ibid., p. 73

⁷⁷⁰ UNGARELLI, et al 1986, p. 67

roçar a Praça Cívica⁷⁷¹”. Descreve que então “pingava uma casa aqui, e outra ali e foi surgindo a cidade⁷⁷²”.

6.1 Paisagens sob o olhar dos pioneiros

Em entrevista à Revista “Goiás Industrial”, o primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, descreve que a região da nova capital “era apenas um campo aberto, das antigas fazendas da Criméia, do Botafogo e da Macambira⁷⁷³”. Em 1933, “fez-se a ‘roçada’ do local onde hoje está situado o Palácio das Esmeraldas até a Avenida Anhanguera. A construção da cidade, propriamente dita, só começou em 1934, porque o projeto só foi elaborado neste período⁷⁷⁴”.

Segundo Eleonora Loyola Azeredo “a condução da maioria das pessoas que trabalhavam na nova capital era o cavalo⁷⁷⁵”. O pai de Azeredo, segundo ela, foi um dos primeiros que vieram para Goiânia em maio de 1933, durante o ano seguinte, ainda mal amanheciam os dias, e ele “pegava seu cavalo e rumava (sic) para o acampamento⁷⁷⁶”. Recém-chegado nos anos trinta, Gerson de Castro Costa intitula a então área urbana de Campinas e o entorno da mesma de “arranchamento de Goiânia nascente⁷⁷⁷”. Outrossim, “as construções de madeira naquela região do Botafogo ficavam também inseridas em uma considerada “ladeira, exatamente entre a rua 3 e avenida Anhanguera⁷⁷⁸”.

As ruas de Goiânia começaram a ser traçadas e abertas antes mesmo do lançamento da pedra fundamental. Talvez, a demarcação dos extremos da Avenida Tocantins ter acontecido no mesmo dia do lançamento da pedra fundamental, no lugar que seria o Palácio das Esmeraldas, tenha confundido lembranças de parte dos pioneiros sobre onde teria sido o exato local de lançamento da pedra fundamental.

Paulo Fleury da Silva e Sousa, assim como uma grande parte dos pioneiros, consideram a região do início de Goiânia como um “descampado⁷⁷⁹”, lembra que quando ficou hospedado em Campinas até meados de 1935, “em Goiânia somente existiam barracos,

⁷⁷¹ Ibid., et al 1986, p. 67

⁷⁷² UNGARELLI, et al 1986, p. 69

⁷⁷³ BORGES, Venerando de Freitas. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 7. p. 6 – 10.

⁷⁷⁴ Ibid.

⁷⁷⁵ AZEREDO et al 1986, p. 76

⁷⁷⁶ Ibid., et al 1986, p. 76

⁷⁷⁷ COSTA et al 1986 p. 81

⁷⁷⁸ JAYME et al., 1986 p. 105

⁷⁷⁹ SOUSA, et al 1986, p. 159

alojamentos de engenheiros, topógrafos, que estavam fazendo o levantamento do terreno⁷⁸⁰,”. Depois que o Grande Hotel ficou pronto, muitos desembargadores, juízes e servidores públicos moravam ali.

Em 1935 Goiânia era constituída de pouquíssimas casas: as que ficam na ala esquerda da Rua 20, entre a praça da Catedral e a casa do dr. Colemar Natal e Silva, esquina com a Rua 15. O Palácio, a Secretaria da Fazenda, o Grande Hotel ainda por terminar. Nas esquinas da Av. Araguaia com a Av. Anhanguera e a Rua 3, dois prédios iguais, particulares. No primeiro, foi instalada a Prefeitura (parte térrea) e no 2º pavimento, a residência do Dr. Fleury, 1º juiz da Comarca de Goiânia. No segundo prédio, mais tarde, foi instalada a Agência dos Correios e Telégrafos⁷⁸¹.

O barulho das primeiras obras “enchia o tempo e o espaço, violando o chão com a audácia dos braços fortes, num hino constante de trabalho⁷⁸²”. Estes sons das máquinas como ruídos de “picaretas assustavam pássaros medrosos, acordavam bichos ariscos que, então, buscavam outros rumos⁷⁸³”. Sabino Júnior lembra-se das “noites mal dormidas, do batido seco dos martelos, do ranger intermitente das serras e serrotes, quebrando o grande silêncio reinante em todo o sítio⁷⁸⁴”. O pioneiro refere-se a sua casa como “sítio” e não como uma residência em área urbana. Um lugar que é tido com uma terminologia rural, mas cheio de barulhos advindo da construção civil⁷⁸⁵: “Era um tempo em que as galinhas ciscavam nos terreiros das residências e os porcos ainda fuçavam nas lamas das ruas⁷⁸⁶”.

Ao chegar à Goiânia em 1935, Pedro Osório diz ter visto “uma imensidão de planície⁷⁸⁷”. Para ele “Goiânia não tinha quase nada⁷⁸⁸”. Para a pioneira que viu *in loco* o lançamento da pedra fundamental de Goiânia em 1933, Rosarita Fleury :

a Goiânia de 1935 era como uma fazenda, tamanha a quietude e tranquilidade durante o dia e a escuridão à noite. Parecia, mesmo, uma fazenda. Apenas, fazenda sem o mugir do gado, sem moendas de cana, sem garapa nem melado. As ruas foram

⁷⁸⁰ SOUSA, et al 1986, p. 159

⁷⁸¹ BORGES, et al., 1986 p. 184

⁷⁸² ALMEIDA, et al., 1986, p. 123

⁷⁸³ Ibid., p. 123

⁷⁸⁴ SABINO JÚNIOR, et al 1986, p. 147

⁷⁸⁵ Goiânia é percebida como uma cidade amada por parte de seus habitantes e como veremos adiante, uma cidade com ares de proteção “uterina”, ratificado por uma parcela do pensamento popular. O espairamento dos pioneiros da nova capital de Goiás envolve a contemplação das paisagens, a utilização de recursos naturais e de espaços antrópicos, a própria interação da comunidade, a limpeza dos logradouros, a qualidade da água que se bebe, a iluminação pública, a improvisação para descontrações e outras questões que envolvem o interagir dos indivíduos no ambiente goianiense que causara ou não o espairamento.

⁷⁸⁶ SABINO JÚNIOR, et al 1986, p. 148.

⁷⁸⁷ OSÓRIO, et al., 1986 p. 167

⁷⁸⁸ Ibid., p. 167

traçadas e roçadas. O povo, contudo abria trilheiros por toda parte, na procura ansiosa as distâncias⁷⁸⁹.

Segundo Rosarita Fleury “não havia meios de transporte⁷⁹⁰” e os habitantes eram “obrigados a cobrir a pé todas as lonjuras⁷⁹¹”. Ainda em 1935, “as casas que ficaram prontas foram as da rua 20 e nelas foram alojadas as primeiras repartições públicas⁷⁹²”. Fleury lembra com nostalgia o início de Goiânia: “campo aberto pintalgado de margaridas amarelas. Seriemas, saracuras, pardais, às vezes emas, a nostalgia dos ipês lilases e o couro das caraíbas. Solidão, noites tranquilas, perfume de flores campestres, ventilação sadia a nos oxigenar os pulmões⁷⁹³”. Na metade da década de 1930

o bairro de Campinas era o centro comercial que abastecia a Nova Capital. O regime de troca era normal. Quem não tinha toucinho, trocava-o por lenha com o vizinho. Dois ranchos de capim localizados, mais ou menos, no fim da rua 4 (esquina com a rua 24), serviam de ‘feira’, onde os cargueiros e carros de boi traziam os produtos da lavoura para serem vendidos aos primeiros moradores que se localizavam em casas de madeira e ranchos, às margens do córrego Botafogo. Por volta de 1936, foi construído o primeiro Bar (com bilhar), um pouco abaixo da esquina da Rua 24 com Av. Anhanguera⁷⁹⁴.

As primeiras obras da Rua 20 (centro) foram aparecendo, “cujas as primeiras construções foram entregues à Companhia Lar Brasileiro⁷⁹⁵”. A primeira rua mais urbanizada de Goiânia já era também utilizada para lazer, onde a população já praticava o “animado *footing*”, que eram passeios realizados pela população na cidade, sobretudo pela mocidade que andava em grupos contemplando a emergente paisagem semi-urbana. Isso demonstra que o próprio ambiente de Goiânia era utilizado para o lazer dos moradores. Segundo Paulo Fleury, quando fechou-se o primeiro quarteirão da cidade de edifícios, “era ali em frente ao Lyceu, na rua 19 (...). Isso em 1940 por aí. Antes era uma casa aqui e outra ali⁷⁹⁶”.

O esparecimento estava na contemplação das construções, andar pelas matas, ver redemoinhos, pescar no Meia Ponte e conversar com a vizinhança. Apesar de parecerem hábitos simples para os dias atuais, percebe-se uma nostalgia entre os moradores quando os mesmos explanam suas lembranças do gênese da cidade.

⁷⁸⁹ FLEURY, et al., 1986 p. 171

⁷⁹⁰ Ibid., p. 175

⁷⁹¹ Ibid., p. 175

⁷⁹² Ibid., p. 175

⁷⁹³ Ibid., p. 181

⁷⁹⁴ BORGES, et al., 1986 p. 184-185

⁷⁹⁵ ALMEIDA, et al., 1986, p. 124

⁷⁹⁶ SOUSA, et al 1986, p. 160

O lazer para as mulheres católicas “de Campinas e Goiânia⁷⁹⁷” era ir à missa na Igreja do Ateneu Dom Bosco, na nova capital, “todos os dias da semana, às cinco horas da manhã⁷⁹⁸”. Já o esparecimento dos homens era mais voltado no aproveitamento do ambiente natural e externo das casas de Goiânia, “uma das diversões mais preferidas eram as pescarias e os banhos nos rios (Rio Meia Ponte, Anicuns, Cascavel, etc.)”. O público masculino também frequentava os bares da cidade. Entende-se “que os habitantes de Goiânia (a elite e os operários) teriam assimilado esses hábitos dos campinenses⁷⁹⁹”.

Inicialmente, “Goiânia era totalmente desprovida de centros de diversão. Não havia clubes e nem salões de festas⁸⁰⁰”. As festas eram organizadas, antes da inauguração do Grande Hotel, embaixo de uma moreira, na rua 24 no Centro. Sobre a sombra daquela árvore ou à luz de lampião, realizavam-se aos sábados “forrós ao som de acordeom⁸⁰¹”. O prefeito pioneiro descreveu como eram estes eventos:

Aqui não tínhamos diversão, não havia cinema, não havia nada. A luz gerada por um motor diesel era muito fraca e apagada às 10 horas. A gente ficava pensando, olhando as estrelas, ou contemplando a lua nas noites de luar. Mas todos éramos jovens e gostávamos de divertir. Foi então, que eu resolvi improvisar um ‘salão de festas’ (sic) e o fiz ao ar livre, mandando construir um tablado grande envolta de uma Moreira enorme (...). Comprei um lampião e comecei a promover bailes com um único músico que aqui existia, o motorista do governador, que nas nossas festas tocava sanfona (...). Operários se nivelavam com os engenheiros e com o prefeito. E todo mundo se divertia⁸⁰².

A falta de uma estrutura básica de diversão levava a administração pública a improvisar festas, como nos casos acima explanados por Venerando. Na sobrevivência (e vivência) da Goiânia inicial, em 11 de dezembro de 1935, o primeiro prefeito da nova capital, Venerando de Freitas Borges, publica o artigo “A Mentalidade Dominante em Goiânia”, no Jornal “GOIÂNIA”.

Aqui, irmanados pelo mesmo ideal, num alvoroço contínuo, se confundem chefes e subordinados (...). Todos que movidos pelo instinto de conservação procuram auxiliar-se mutuamente. Aqui, é um que, ao faltar-lhe lenha, recorre ao vizinho o qual, por sua vez, recebe, em paga, pequena quantidade de manteiga; ali, um operário, mãos calosas, tez requeimada pelo sol das campinas, que pede ao engenheiro chefe que lhe leve a correspondência ao correio⁸⁰³.

⁷⁹⁷ OLIVEIRA, 1999, p. 55

⁷⁹⁸ Ibid., p. 55

⁷⁹⁹ OLIVEIRA, 1999, p. 55. Grifo nosso.

⁸⁰⁰ BORGES, et al., 1986 p. 186

⁸⁰¹ Ibid., p. 186

⁸⁰² BORGES, Venerando de Freitas. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 8

⁸⁰³ GOIÂNIA, 1935 apud BORGES et al., 1986, p. 189

Os usos de materiais cotidianos, formas de alimentação e trocas como uma das maneiras de comércio, podem indicar que havia entre os moradores goianienses, nas relações comerciais, significativas demonstrações de afetividade⁸⁰⁴. As frequentes trocas de manteiga e toucinho entre os moradores, ratificariam as lembranças dos pioneiros da criação de porcos e os mesmos andando pelas ruas. O ex-prefeito de Goiânia segue descrevendo o cotidiano da nascente capital: “A gasolina, produto vital para o transporte, racionado ao extremo; o sal, escasseado nas cozinhas e rareando nas fazendas para o sustento do gado; o açúcar faltando nos armazéns⁸⁰⁵”.

Quando a pioneira Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro chegou em Goiânia, no dia 19 de dezembro de 1935, ela disse ter tido uma grande “decepção”, pois pensou que encontraria várias ruas formadas, mas ela encontrou só “um trecho de rua, a rua 20, naquele trecho que fica perto da Catedral, onde existia 10 casas que Dr. Pedro (sic) mandou construir⁸⁰⁶”. Em meados de 1935, o percurso de Campinas até Goiânia era realizado em uma distância de em torno de “5 quilômetros, passando pelo meio do mato⁸⁰⁷”.

Ofélia dizia que, após ir para a Rua 20, “se sentia como se estivesse morando numa grande fazenda, muito moderna, em casas modernas, com água luz, etc.⁸⁰⁸” Na década de 1930, em uma cidade em construção no meio do sertão, a pioneira utilizara o termo “casas modernas” ao mesmo tempo quando diz que era “como se estivesse no campo”, como uma expressão dúbia e, aparentemente, expressa com naturalidade.

Segundo Monteiro, primeiro surgiram “as casas da rua 20, depois as casa da rua 14 e da 15, fechando todo quarteirão até a rua 19⁸⁰⁹”. A rua 20 é considerada a “primeira rua da

⁸⁰⁴ Esta sintetização de diversos elementos urbanos é observada em paisagens (não apenas em um item que forma cada uma). Estes vários elementos interligados que podem formar uma paisagem é perceptível na seguinte exclamação de um pioneiro de Goiânia: Já desapareceram da memória do povo o frio daquele tempo, a temperatura era mais baixa que agora, a poeira, os redemoinhos enormes que estou lembrando: quantas vezes a ponte do Botafogo na Anhanguera foi levada. O córrego se enchia de repente com as primeiras chuvas, a caixa era estreita, carregava a ponte. (MOREYRA, et al., 2005, p. 24). Bringel descreve a nova capital também pelo frio (com o que sentia, não apenas com o que via), também podemos “sentir” onde estamos ao entristecermos com o desmoronamento da ponte, por exemplo, como citou o pioneiro. Nesta dinâmica do sentido humano em relação ao meio de convivência, segundo Godoy, a nova capital de Goiás seria “dotada de ambiente propício ao desenvolvimento – de todas as funções da vida do homem – que será Goiânia, quando completamente desenvolvida”. (GODOY, 1937 apud CORDEIRO, 1989, p. 13).

⁸⁰⁵ BORGES, et al., 1986 p. 191

⁸⁰⁶ MONTEIRO, et al., 1986, p. 138

⁸⁰⁷ Ibid., p. 138

⁸⁰⁸ Ibid., p. 138

⁸⁰⁹ Ibid., p. 138

cidade⁸¹⁰” habitada. Estas primeiras casas construídas pelo governo para os servidores públicos precederam as casas edificadas pelos particulares.

A distração de muitas pessoas, inclusive de Pedro Ludovico e Dona Gercina, “era de sair a andar por aquelas campinas para ver se havia começado alguma nova construção⁸¹¹”. O interventor de Goiás também esparecia-se no ambiente à noite, “estava sempre de terno branco e lá no alpendre (de sua casa), luz acesa e aquele vazio, aquele descampado⁸¹²”. Se a vista fosse do Palácio das Esmeraldas, e fosse durante o dia, talvez a imagem seria semelhante a da figura 40 (p. 187), de 1937. Observa-se o mesmo descampado, com o Grande Hotel do lado direito, algumas casas ao fundo, também à direita e, a avenida Goiás ainda vazia.



Figura 40: Vista do palácio das Esmeraldas. O Grande Hotel está à direita da avenida Goiás (ainda sem ações paisagísticas). Percebe-se na imagem o “descampado” tão mencionado pelos pioneiros e algumas construções à frente do Palácio. 1937. Fonte: Arquivo Histórico Estadual.

Mesmo com “os prédios das principais repartições públicas em construção, o local causava a sensação de uma cidade vazia⁸¹³”. O ambiente se complementava com os horizontes ao redor “claros e bonitos, de tons às vezes avermelhados nas tardes de muito

⁸¹⁰ Ibid., p. 140

⁸¹¹ Ibid., p. 139

⁸¹² Ibid., p. 139

⁸¹³ SABINO JÚNIOR, et al., 1986, p. 144

frio⁸¹⁴”. Próximo ao córrego Botafogo, havia um conjunto de casas de “madeira lá improvisado no começo da construção da cidade⁸¹⁵”, onde inclusive, havia pensão, utilizada também para refeições, e que “ao fundo passava um farto rego de água⁸¹⁶”.

Em meados de sua construção, Goiânia era considerada “muito fresca. Certamente as extensas matas ainda de pé, às margens do Rio Meia Ponte, contribuíam para isso e para que suas manhãs fossem envolvidas em densa garoa, o que hoje é raríssimo⁸¹⁷”. Havia as “desajeitadas alas de improvisados barracões, na maioria de madeira, que margeavam o Córrego Botafogo⁸¹⁸”. Em 1936, na região do plano piloto ainda “havia apenas duas construções nas proximidades da Av. Anhanguera⁸¹⁹”.

No início da segunda metade da década de 1930, o aspecto ambiental de Goiânia é considerado um “grande vazio⁸²⁰”, com o Grande Hotel “em acabamento⁸²¹” e, segundo Eduardo Bilemjian, o Palácio do Governo estava ainda “no alicerce. Na rua 20, algumas casas em acabamento e outras prontas. Na margem do Botafogo, no rumo da Av. Anhanguera, haviam algumas casas de madeira onde morava o Dr. (sic) Joaquim Câmara Filho⁸²²”. Neste período

havia apenas um pequeno núcleo urbano. A avenida Goiás cortava o centro em linha reta e morria pouco adiante. Era um enorme espaço vazio. Pouco habitado durante os primeiros anos, sofreu algumas modificações ao correr do tempo, porém, seu traçado original foi conservado⁸²³

Em meados de 1936, “a Praça Joaquim Lúcio era o ponto Central da cidade. Havia uma condução (coletivo) conhecida por ‘Xaranga’ (sic), que fazia o transporte para Goiânia. A sua população era de gente simples sem dinheiro, trabalhadores braçais, marceneiros, pedreiros, serventes⁸²⁴”. Concomitantemente, “em todo lugar de Campinas estava fincado esteio para fazer casinhas de adobe, cobrindo com as telhas, etc. (sic)⁸²⁵”. Segundo um pioneiro, na paisagem goianiense

⁸¹⁴ Ibid., p. 144

⁸¹⁵ BRITTO, et al 1986, p. 37

⁸¹⁶ Ibid., p. 37

⁸¹⁷ Ibid., p. 37

⁸¹⁸ Ibid., p. 42

⁸¹⁹ JAYME et al., 1986 p. 104

⁸²⁰ BILEMJIAN et al 1986, p. 73

⁸²¹ Ibid., p. 73

⁸²² Ibid., p. 73

⁸²³ SABINO JÚNIOR, et al 1986, p. 145-146

⁸²⁴ BILEMJIAN et al 1986, p. 75

⁸²⁵ Ibid., p. 75

ou havia demais ou não havia nada. Havia demais: poeira, falta de produtos alimentícios, ausência de médicos, de habitações suficientes, luz elétrica, de meios de transportes, mesmo urbanos, muito trabalho e, sobretudo, muitos sonhos. Não havia nada: luxos, malquerenças⁸²⁶.

Segundo um dos observadores da construção da cidade nos primeiros anos, o cotidiano paisagístico parece ser considerado pitoresco: “a azáfama, o corre-corre dos edificadores, a curiosidade dos interessados e dos simples observadores⁸²⁷”. Via-se na área urbana “montões de terras⁸²⁸” além de “pilhas e tijolos e telhas⁸²⁹” que faziam parte do cotidiano da vida urbana. Outrora, na “Goiânia do começo pode-se dizer que a cor predominante era marrom. A cor do pó, da poeira. Esta impregnava os cabelos, as sobancelhas, os narizes, as mãos, os colarinhos, as camisas e blusas, os vestidos e saias, os sapatos. Era o festival cromático do progresso⁸³⁰”. Doravante “formavam-se os hábitos da população um tanto tumultuária, já servida, entretanto, de confortos sociais de toda sorte, como religião, esportes, divertimento popular, etc., (sic) além do comércio e da indústria em franco e relativo desenvolvimento⁸³¹”.

Quando o pioneiro José Júlio Guimarães Lima chegou à Goiânia ainda durante a gestão do primeiro prefeito da cidade, ele obteve a “impressão de uma colmeia de atividades: muita poeira, muito mato, caminhões, carros de bois, operários por todos os cantos e recantos, algumas ruas iniciadas e inúmeras veredas, lobeiras e unhas de gato, dificultando o trânsito⁸³²”. O recém-chegado Lima via casas de madeira em quantidade que o fez “lembrar Canudos, descrito por Euclides da Cunha; raros prédios de alvenaria, como o Palácio das Esmeraldas, o Correio e Telégrafos; Delegacia Fiscal, e pouco mais, em término de construção⁸³³”.

Quando Mariana Augusta Fleury Curado chegou em Goiânia, em 02 de dezembro de 1936, ela diz ter visto na cidade uma “grande campina verde, muito verde, entrecortada por sulcos vermelhos, a demarcação das ruas e avenidas. Algumas casas esparsas e diversas em construção⁸³⁴”. O Palácio das Esmeraldas ainda “se erguia majestoso, assim como os prédios da Secretaria da Fazenda e do Fórum⁸³⁵”. E outros prédios de repartições federais estavam em

⁸²⁶ COSTA et al 1986 p. 84

⁸²⁷ Ibid., p. 86

⁸²⁸ Ibid., p. 86

⁸²⁹ Ibid., p. 86

⁸³⁰ Ibid., p. 86

⁸³¹ Ibid., p. 60

⁸³² LIMA et al., 1986 p. 99-100

⁸³³ Ibid., p. 100

⁸³⁴ CURADO, et al., 1986, p. 111

⁸³⁵ Ibid., p. 111

construção acelerada e perto das “poucas casas existentes na vasta campina⁸³⁶”. No seu terceiro ano de existência

Goiânia era um imenso descampado que esbarrava nos horizontes. Com dezenas de casas esparramadas pelo terreno e muitas outras em construção, aparentava uma grande oficina de trabalho. Às vistas eram jogadas em um planalto sem tamanho, sentia-se que estava se começando uma batalha para a implantação de uma ‘*urbs*’ moderna em pleno sertão do centro-oeste brasileiro⁸³⁷.

O Grande Hotel recém-inaugurado em 1937 era o “oásis naquele matagal⁸³⁸”. Esta última frase do pioneiro Lima faz perceber uma diferença de valores na formação do ambiente de Goiânia, pela qual, para parte da população, as construções tornara-se “oásis” em meio à paisagens naturais e outras descampadas para se erguer mais construções.

Um visitante ao narrar uma locação de um quarto no Grande Hotel durante os anos da década de trinta observa que o mesmo querendo “banciar o importante⁸³⁹”, disse ao funcionário do recinto: “Prefiro o de fundo, por ser mais tranquilo (tranquilidade em uma cidade em construção, sem frente e sem fundo, em pleno cerrado, onde só se ouvia o ladrar dos cães)⁸⁴⁰”. Oscar Sabino Júnior chegou a Goiânia em junho de 1937, quando viu a cidade começada

em um vasto planalto, que parecia não ter fim, a 700 metros sobre o nível do mar, a nova metrópole parecia então mais um acampamento de colonos. Bosques e pequenos capões de mato rodeavam o núcleo central do sítio, onde já se erguiam os primeiros edifícios da nova capital⁸⁴¹.

Em meados de 1936-37, a rua 20 ainda “abrigava a sede do governo, secretarias do Interior e Justiça, também a família do Sr. Governador e de alguns de seus auxiliares diretos⁸⁴²”. Em 1937, morando em Campinas, Nelly Alves de Almeida diz ter sentido Goiânia “levantando-se do nada, para uma grandeza sempre renovada⁸⁴³”. Ela retrata o começo como o “vazio, colorindo-se de sonhos. Um sonho que, aos poucos, se foi transformando em clara

⁸³⁶ Ibid., p. 111

⁸³⁷ SABINO JÚNIOR, et al., 1986, p. 144. Grifo nosso.

⁸³⁸ LIMA et al., 1986 p. 100

⁸³⁹ Ibid., p. 100

⁸⁴⁰ Ibid., p. 100

⁸⁴¹ SABINO JÚNIOR, et al., 1986, p. 143

⁸⁴² CARVALHO, et al., 1986, p. 114

⁸⁴³ ALMEIDA, et al., 1986, p. 122

realidade⁸⁴⁴”. Nelly diz ter sentido assim que chegou, que “o cheiro verde e agreste da coisa inexplorada já se substituíra pela certeza de um trabalho ousado e ininterrupto⁸⁴⁵”.

A ação humana que resultou no desmatamento e ocupação do núcleo urbano de Goiânia fez com que no início, “devido à altitude e ao grande descampado, as tempestades eram pavorosas, raios cortando o céu e uma ventania⁸⁴⁶” que arrancava telhas. Ainda em 1937, o antropólogo Levi Strauss, ao passar por Goiânia, observou a cidade como

uma planície sem fim, que tinha algo de terreno baldio e campo de batalhas, erizada de postes elétricos e estacas de agrimensores, deixava de entrever uma centena de casas dispersas pelos quatro cantos do horizonte. A mais importante de todas era o Hotel (sic), um paralelepípedo de cimento, que fazia lembrar, no meio daquela planície, uma ‘aerogare’ (sic) ou um forte; de boa vontade lhe chamaríamos ‘bastião da civilização’, expressão ousada já não num sentido figurativo, mas direto, que adquiria assim um valor singularmente irônico, pois nada poderia ser tão bárbaro, tão desumano, como essa iniciativa no deserto. Aquele edifício sem graciosidade era o contrário de Goiás; não havia história, duração ou hábito que saturasse o seu vazio ou adoçasse a sua rigidez; sentíamos-nos ali sempre como passageiros e nunca como residentes, como numa estação ou num hospital. Só o receio de um cataclisma podia justificar aquela casamata. Tinha-se, com efeito, verificado um, cuja ameaça era prolongada pelo silêncio e imobilidade reinantes. Cadmus, o civilizador, semeara os dentes do dragão. Numa terra esfolada e calcinada pelo sopro do monstro esperava-se que os homens medrassem⁸⁴⁷.

Há de se considerar que Levi Strauss percorreu lugares longínquos do oeste brasileiro, deparando-se com tribos indígenas e diferentes vegetações isoladas. Mesmo assim, ao chegar em Goiânia, a vê com o olhar estrangeiro. Ao mesmo tempo que o antropólogo diz que a nascente cidade era “uma iniciativa no deserto”, o mesmo, aparentemente, se contradiz dizendo que o Grande Hotel seria como um “hospital” e uma “casamata”. Para Mello (2006), Levi Strauss, ao passar por Goiânia, percebia que

a cidade em construção era vista como um ato resultante de violência. Isso significava (para Strauss) que não se podia erguer cidades de forma abrupta, sem que antes se estabelecesse ‘alguma história’, ou seja, ‘alguma duração’. O autor desaprovava a artificialidade de se materializar espaços urbanos sem que o hábito ou a vivência ajudasse esculpir a paisagem⁸⁴⁸.

⁸⁴⁴ Ibid., p. 123

⁸⁴⁵ Ibid., p. 123

⁸⁴⁶ CURADO, et al., 1986, p. 112

⁸⁴⁷ STRAUSS, Levi apud SABINO JÚNIOR, 1986, p. 145

⁸⁴⁸ MELLO, 2006, p. 33

Nessa ótica, Goiânia não seria produto inicial da convivência, mas da outorga governamental da administração pública, com espaços centrais planejados a *priori*, na perspectiva de uma hierarquia na qual os espaços urbanos ratificariam o poder de quem residia nas zonas centrais do plano piloto da cidade. Segundo um morador da nova capital, na época se poderia cuidar “mais de um bezerro do que de uma criança. O valor econômico se sobrepuja ao valor afetivo e humanitário. Havia ‘certidões de nascimento’ (sic) [certificados], árvores genealógicas – enfim o pedigree⁸⁴⁹”, de animais do campo. Nota-se que “Lévi Strauss clamava por naturalidade e ameaçava os desobedientes de perderem sua humanidade na ‘terra esfolada e queimada pelo hálito do monstro’⁸⁵⁰”.

Percebe-se que o ambiente de “deserto” descrito por Strauss não era natural, mas sim fomentado antropicamente. Como supramencionado, a quantidade de vegetação extraída para construir Goiânia no próprio núcleo urbano é observada como significativa. Isso porque “o espaço físico ocupado pelas primeiras edificações era uma extensa solidão ‘devassada’ (sic) pelos pioneiros⁸⁵¹”. Durante a primeira década,

as construções, algumas de madeira, dispersavam-se por vários pontos do núcleo central. O prédio do Grande Hotel, terminado em fins de 1936, aparecia como um ponto solitário na extensão da avenida Goiás. O prédio do Palácio do Governo, distanciado das casas de táboas (sic) erguidas na baixada da Av. Anhanguera e na rua 24, proximidades do córrego Botafogo, situado no centro geográfico da cidade, era um ponto de referência. Nos primeiros anos, as ruas mais habitadas eram a 20, 19, 24, 7 e 4. Na rua 20, ainda coberta por camadas de cascalho, ficavam as ‘sedes da primeira sede do governo’, a Secretaria Geral e a Diretoria Geral da Fazenda. Ali também residiam o interventor Pedro Ludovico e autoridades do primeiro escalão governamental⁸⁵².

As casas mencionadas por Sabino Júnior nas regiões das ruas 20, 19 e 24, podem ser vista ao fundo da imagem 41 (p. 193), fotografia que também foi tirada do Palácio das Esmeraldas, na década de 1930.

⁸⁴⁹ COSTA et al 1986 p. 88

⁸⁵⁰ MELLO, 2006, p. 33

⁸⁵¹ SABINO JÚNIOR, et al 1986, p. 145

⁸⁵² Ibid., p. 145



Figura 41: À frente, onde é a atual Biblioteca Estadual Pio Vargas, na Praça Cívica que, inicialmente, teria sido um órgão do governo estadual. Ao fundo, observa-se as primeiras casas e edifícios ao longo e ou perto das ruas 20, 19, 24, 15, 14 dentre outras, e da avenida Araguaia, que está à esquerda. Ao fundo, observa-se um nicho de mata, onde é o atual Parque do Botafogo. Percebe-se também o colégio Lyceu ao fundo. Fonte: Arquivo Histórico Estadual. Década de 1930.

Em 1937 “a cidade ainda se esboçava no terreno⁸⁵³”. Campinas ainda era vista com “ruas empoeiradas, com casario velho e alguns prédios de estilo colonial pobre⁸⁵⁴”, do outro lado do córrego Capim Puba. Outro pioneiro ratifica que a estrada que ligava Goiânia à Campinas era de “chão batido, com uns cinco ou mais quilômetros de extensão⁸⁵⁵”. Mesmo assim, em Campinas, nos bares, sorveterias e cinema perambulavam rapazes que faziam o *footing*, a principal opção de lazer à época.

Na segunda metade da década de 1930, “ainda sem aparência de uma metrópole, a nova ‘*urbs*’ (sic) não tinha asfalto, apenas largas avenidas e ruas ‘rasgadas’ no terreno, que pareciam longas estradas que desapareciam nas distâncias⁸⁵⁶”. Na cidade caíam chuvas consideradas “tempestuosas”. Segundo Sabino Junior, “chovia mais naquela época, em virtude das grandes áreas verdes que circuncidavam os sítios e dos rios, ribeirões e córregos então mais caudalosos, cortando o seu espaço físico em todas as direções⁸⁵⁷”.

É lembrado que, na capital, “nos dias de muita chuva, a terra encharcada amenizava o calor que se abatia sobre a cidade. As ruas cobertas de poeira ou cascalho ficavam

⁸⁵³ Ibid., p. 146

⁸⁵⁴ Ibid., p. 146

⁸⁵⁵ Ibid., p. 146

⁸⁵⁶ Ibid., p. 146

⁸⁵⁷ Ibid., p. 146

enlameadas, dificultando o trânsito dos poucos veículos que havia⁸⁵⁸”. Mesmo assim, para os pioneiros, “o cheiro bom da terra molhada⁸⁵⁹” deixava-os em “estado de euforia”, no qual, “não havendo o que fazer depois das seis horas (da tarde), dormia-se mais cedo, sob a agradável sensação da chuva ‘marulhando’(sic) no telhado⁸⁶⁰”. No espaço goianiense “o clima mais ameno ao entardecer não era tão sufocante como hoje, porém, durante o dia, principalmente no mês de agosto, a terra seca do cerrado ficava saturada de calor e sol⁸⁶¹”.

Quando Paulo Augusto de Figueiredo chegou em Goiânia, no início de 1938, o impressionou a quantidade de emas e seriemas que vira “pelas planícies marginais da estrada⁸⁶²” e, ao chegar em Campinas perguntou ao motorista do carro:

- Falta muito para chegar em Goiânia?
- Já passamos, estamos em Campinas”.
‘Puxa onde é que vim parar! Então isso que é Goiânia (algumas ruas, alguns palácios, o resto... um deserto (sic)⁸⁶³’?.

Ao ver a cidade, Figueiredo considerou Goiânia “materialmente falando como um ‘acampamento’. Havia a praça com seus Palácios – alguns inacabados. Havia a rua 7, a rua 20, as mais movimentadas,⁸⁶⁴” onde as vezes fazia-se *footing*. O então recém-chegado destaca “as grandes avenidas – Tocantins, Goiás, Anhanguera – então quase desertas. E havia sobretudo, o grande hotel e o Palácio das Esmeraldas, os dois centros principais de reuniões políticas, literárias e sociais⁸⁶⁵”.

Por volta do ano de 1938, em parte das alamedas já traçadas como na Rua 7 (centro), já se via “fila de sobradinhos elegantes⁸⁶⁶”. Em setembro de 1938, Almeida muda-se para a Avenida Araguaia para uma residência inacabada, até então, pelas lembranças da mesma, a única casa residencial da avenida, que “cercada de cerrado por todos os lados⁸⁶⁷” parecia para sua família “uma ilha de encantamento⁸⁶⁸”. Sua nova residência oferecia-lhes “paisagem

⁸⁵⁸ Ibid., p. 147

⁸⁵⁹ Ibid., p. 147

⁸⁶⁰ Ibid., p. 147

⁸⁶¹ Ibid., p. 147

⁸⁶² FIGUEIREDO, et al 1986, p. 151

⁸⁶³ Ibid., p. 151

⁸⁶⁴ Ibid., p. 153

⁸⁶⁵ Ibid., p. 153

⁸⁶⁶ ALMEIDA, et al., 1986, p. 124

⁸⁶⁷ Ibid., p. 124

⁸⁶⁸ Ibid., p. 124

diferente, aquecida por ninhos de pássaros vários e festivos⁸⁶⁹”, e durante o verão ouvia-se o “canto das cigarras vadias⁸⁷⁰”.

Perto da residência dos Almeida, havia a “extensão do mato que os cercava⁸⁷¹” onde colhiam, “em abundância, os frutos da época: gabiroba, pitanga, marmelada, murici, fruta de ema” dentre outros. Sem que os Almeidas percebessem, “como num passo de magia outras residências foram surgindo⁸⁷²” na vizinhança, e a “chegada do asfalto foi uma festa⁸⁷³”. De manhã, as “máquinas pesadas e barulhentas, iam derramando, no dorso da Avenida (sic) tão preparada, o líquido quente e negro para a pavimentação⁸⁷⁴”.

Não obstante, “na segunda zona, que correspondia a Campinas, havia 1.184 edificações; as moradias continuavam sendo construídas segundo o secular modo tradicional: casas de adobe (espécie de tijolos feitos de barro não cozidos), mantidas firme por uma estrutura de madeira que as sustentavam, o enxaimel⁸⁷⁵”. O ar do campo ainda pairava sobre o bairro de Campinas, pois ali “as casas de tijolos eram raras e as que fugiam do padrão moderno não eram exclusividade de Campinas⁸⁷⁶”. Estas casas, no geral, percebe-se que eram construídas com a própria matéria prima da região da então nova capital, pois eram erguidas com areia, saibro e ou barro.

No Brasil, a partir dos “anos 30, nas maiores cidades, as empresas resolveram em parte o problema da moradia da mão de obra através da construção de vilas operárias, geralmente contíguas às fábricas, cujas as residências eram alugadas ou vendidas aos operários⁸⁷⁷”. Entretanto, no caso da construção de Goiânia foi diferente, em grande parte, muitas vezes diretamente, o Estado era o empregador, não as empresas.

As casas dos operários não eram contíguas ao plano piloto e, as melhores casas eram alugadas ou cedidas aos servidores públicos e para os que faziam parte de grupos dominantes, como também o governo estimulava a ocupação por estes. Deixando barracões, casebres e lotes em regiões mais distantes para os operários. Não obstante, as paisagens antrópicas urbanas aos poucos iam constituindo-se “em ostensivo esqueletos de moderna arquitetura onde surgia, por exemplo o Palácio das Esmeraldas, a Secretaria Geral e o Grande Hotel⁸⁷⁸”.

⁸⁶⁹ Ibid., p. 124

⁸⁷⁰ Ibid., p. 124

⁸⁷¹ Ibid., p. 124

⁸⁷² Ibid., p. 124

⁸⁷³ Ibid., p. 124

⁸⁷⁴ Ibid., p. 124

⁸⁷⁵ OLIVEIRA, et al., 2016, p. 126 apud Alencar Arrais et al., 2015

⁸⁷⁶ OLIVEIRA, et al., 2016. P. 126 – Grifo nosso

⁸⁷⁷ KOWARICK, 1979, p. 30

⁸⁷⁸ BRITTO, et al, 1986, p. 36 (grifo nosso)

Além disso, como já explanado, o processo de industrialização no início de Goiânia, pode ser considerado proporcionalmente inexpressivo.

Com o aumento da industrialização no Brasil (que não é o fator principal específico de Goiânia), aumenta-se a pressão imobiliária sobre as regiões fabris, o que expurgava os trabalhadores para as zonas periféricas, transferindo os custos da moradia para o de transporte⁸⁷⁹. Diferentemente, no caso das obras da capital goiana, os trabalhadores já estabeleceram moradias relativamente longe do centro de obras da cidade, pois a industrialização goianiense tem um histórico relativamente fraco à época. Refere-se aqui à ocupação dos espaços no início da construção da cidade, como um paralelo do que estaria ocorrendo nas maiores zonas urbanas do sudeste brasileiro.

Surgiram na capital goiana novos loteamentos e invasões, sem a infraestrutura mínima das regiões melhores localizadas no centro, que também deixava a desejar. Os recursos naturais locais, à época, como água subterrânea para cisternas, dentre outros, teriam mitigado àquela precariedade de residências dos operários menos favorecidos economicamente, e até dos mais favorecidos. Esta expansão urbana em Goiás por meio da construção da nova capital faria com que Goiânia tornar-se-ia como uma região de fronteira, de tensão entre o discurso do novo e as práticas velhas. Entende-se que

a ‘frente pioneira’ como uma modalidade de se estender a fronteira, incorporando novas áreas ao sistema produtivo, onde vão se produzir as relações sociais que estão na base do mesmo. Assim sendo, considera-se que a questão deve ser colocada não apenas como ampliação da área ocupada, mas como inserção dessas áreas na divisão de trabalho no espaço, devendo-se atentar não apenas para ocupação, mas também para a apropriação do espaço, para as relações de trabalho, para a produção e suas ligações com o mercado, para a especulação, uma vez que a terra se torna mercadoria⁸⁸⁰.

A partir de 1938, as construções seriam inicialmente “feitas no setor Central e Norte. Seis anos mais tarde, poderiam iniciar-se no Setor Sul e só posteriormente no Oeste⁸⁸¹”. Percebe-se que as invasões como a Macambira (atual Setor Pedro Ludovico) e o conjunto do Botafogo (atuais Vila Nova e Setor Universitário), pelo menos inicialmente, simplesmente, aparentam ficar de fora do planejamento urbano do núcleo principal da cidade, como já explanou-se.

Havia o desejo que se evitasse “uma excessiva dispersão demográfica da cidade que dificultasse os serviços urbanos e, conseqüentemente, a vida da cidade, durante a sua

⁸⁷⁹ KOWARICK, 1979, p. 31

⁸⁸⁰ FERREIRA, et al., 1986 p. 6 In: *A Formação das Cidades na Fronteira*

⁸⁸¹ GODOY, 1937 apud CORDEIRO, 1989, p. 13. Grifo nosso.

formação⁸⁸²”. Sobre as regiões periféricas: “desde Cartas de Attílio Corrêa Lima e relatórios de Armando de Godoy, datados de 1933 ao interventor Pedro Ludovico, já havia preocupações quanto aos arredores da cidade⁸⁸³”, como consta na carta do próprio Attílio Corrêa Lima ao então interventor de Goiás, em 1936:

Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor.

Respondendo à v. (sic) consulta sobre quais limites deverá estender-se o perímetro da nova capital, passo expor qual deverá ser essa linha de demarcação, e as razões que a ela se impõem, para maior clareza e facilidade nos meios legais de aquisição das áreas, que constituirão o patrimônio urbano.

Diz o decreto de mudança da capital do Estado, que esta será localizada em uma área doada, e, compreendida entre os córregos ‘Botafogo’ e ‘Capim Puba’. Estes dois córregos indicam apenas a área doada e nunca os limites em que deverá fixar-se a cidade. Seria inadmissível que a área urbana se limitasse à exígua faixa de terras compreendida entre os dois córregos citados, pois prejudicaria o desenvolvimento urbano do ponto de vista econômico, administrativo e estético.

Como primeiro argumento nas razões de ordem econômica, temos a questão da valorização futura. Será inevitável a valorização dos terrenos circunjacentes e talvez de rapidez inesperada. Inevitável será também a contingência em que ficará uma administração esclarecida de adquiri-los, para salvaguardar a extensão sistematizada da cidade, do desenvolvimento caótico das mãos dos particulares, não sujeitos ao regulamento de construções. (Tanto mais que o limite urbano dista apenas 600 metros da zona central). Nesse caso a compra ou desapropriação far-se-ia com grande ônus para os cofres públicos, porque acrescia a valorização dos terrenos às benfeitorias porventura existentes. Entretanto, no momento atual as responsabilidades financeiras limitar-se-ão à aquisição de campos e alguns trechos de mata. Ficando o Estado ainda com recurso valioso de aproveitar para as obras ora em andamento a exploração de pedra, areia, saibro e madeira (...)

(...) Por outro lado a regulamentação das construções da cidade, será ineficaz para evitar os fracassos dos terrenos fora do perímetro, que como ficou dito acima, em certo trecho dista apenas 600 metros da zona central. Este último argumento por si só engloba razões de ordem econômica...⁸⁸⁴”

Pela carta de Lima enviada em 1936 ao interventor goiano, fica eminente a preocupação da administração pública estadual com a expansão urbana da capital. Cordeiro ratifica a preocupação com as áreas circunvizinhas à zona urbana, que seria, todavia, em outra perspectiva, citando o “relatório de 1936 dos Coimbra Bueno ao Diretor Geral da Fazenda, datado de 1936,⁸⁸⁵”, no qual assim é escrito:

Tiveram os responsáveis pelas obras a enorme preocupação de uma vigilância assídua, persistente, num constante estado de alerta, afim de impedir ou evitar a prática de certos atos, movidos por interesses de particulares, que pudessem, mais tarde, vir a criar embaraços ou ocasionar prejuízos ao interesse social do plano de urbanização.

⁸⁸² Ibid., p. 13. Grifo nosso

⁸⁸³ CORDEIRO, 1989, p. 21

⁸⁸⁴ LIMA, 1936, carta enviada à Pedro Ludovico Teixeira apud CORDEIRO, 1989, p. 21-22

⁸⁸⁵ CORDEIRO, 1989, p. 22

Assim é que, desde o início, lutaram para impedir o retalhamento, em chácaras, de certos terrenos na parte Norte da futura cidade – área esta prevista nos estudos do Plano Geral.

Temos empregado o melhor de nossos esforços para evitarmos a precipitação como a que resultaria da venda de chácaras, sem primeiro ter-se estabelecido o plano geral. Bem sabemos que disto resulta um parcial prejuízo para o imediato desenvolvimento de Goiânia, mas o prejuízo seria imperdoável se agora fôssemos pedir ao Estado que desapropriasse terras para novas zonas, o que se verificaria na certa, caso tivesse sido levado a efeito a divisão de terreno há tempos efetuada, na parte Norte da cidade, à nossa revelia e felizmente abandonada.

Era uma medida de defesa, indispensável, para o planejamento futuro da cidade, cujo arcabouço, nas suas linhas essenciais, já estavam então estruturado, através de longos e trabalhosos estudos, feitos, não só no local, em toda a região a ser urbanizada, como também no escritório técnico através da consulta aos doutrinadores e aos compêndios mais modernos da ciência e da arte do urbanismo. (...) A resistência contra os interesses particulares – despertada pelas especulações em torno da rápida valorização dos terrenos circunvizinhos - era uma das medidas imperiosas, pelas quais se batiam os engenheiros responsáveis pelo Plano Diretor da Nova Capital.

Belo Horizonte, tão estudada de início, está com todo o seu plano inteiramente deturpado, devido a não ter o plano previsto a defesa da cidade contra os interesses provados – afirmavam, sempre, os técnicos encarregados do Plano de Goiânia. Era a prática e experiência, a ensinar medidas adequadas, que sempre foram sugeridas ao Governo do Estado, no sentido de preservar a fiel aplicabilidade do Plano Geral de Urbanização⁸⁸⁶.

Portanto, segundo os engenheiros responsáveis pelas obras, a parte norte da capital, ficaria, pelo menos por algum tempo, menos pressionada pela especulação imobiliária. Percebe-se também a cobrança pela institucionalização do Plano Diretor, que só seria aprovado em lei cerca de dois anos mais tarde (após as observações expostas por Coimbra Bueno). Entretanto, “em meados de 1937 o arcabouço do Plano estava inteiramente definido, compreendendo os Setores Central, Norte, Sul e cidade satélite de Campinas.

Para Cordeiro, “o domínio do Estado sobre o processo de urbanização era intimamente relacionado ao poder de decisão de Pedro Ludovico⁸⁸⁷”. Vargas denominou em 1940 como ação “organizadora” a de construir “em pleno descampado, uma cidade como esta, a segunda do Brasil, edificada de acordo com um moderno plano urbanístico⁸⁸⁸”. Todavia, em Goiânia, a partir da atuação dos irmãos Coimbra Bueno, na prática isso não é perceptível. Pois, observa-se os próprios donos da principal empreiteira responsável pelas obras de Goiânia atuando incisivamente nos espaços urbanos da cidade, inclusive os expandindo por meio de novos loteamentos, como os dos atuais setores Coimbra e Bueno, como já observado.

⁸⁸⁶ Relatório dos Coimbra Bueno entregue ao Diretor Geral da Fazenda e, posteriormente à Pedro Ludovico Teixeira, datado de 1936, apud CORDEIRO, 1989, p. 22-23

⁸⁸⁷ CORDEIRO, 1989, p.25

⁸⁸⁸ VARGAS, 1940 apud CORDEIRO, 1989, p.25

Em “1937, já existia em Goiânia o Grande Hotel (inaugurado), algumas casas na rua 7, meia dúzia de casas na rua 20 e as casas no Bairro Popular⁸⁸⁹”. A região de Campinas “era a vida noturna de Goiânia⁸⁹⁰”. Foram feitos traços no projeto das denominadas “avenidas-parques, com largura média de 15 a 20 metros, foram traçadas contornando grandes extensões de áreas verdes criadas como parques públicos⁸⁹¹”. O Parque dos Buritis foi “implantado no local determinado pelo Plano (entre o Centro Administrativo e a área destinada ao Setor Oeste), e ao longo do tempo sofreu perdas de áreas por órgãos públicos⁸⁹²”.

No começo de Goiânia, o problema da comunicação permeava “estradas primitivas apenas para dar passagem⁸⁹³”. No início das obras “máquinas levantavam poeira vermelha, abriam ruas nas planícies desertas obedecendo ao traçado topográfico da nova cidade”. Na gênese da epopeia ludovisquista (e depois de sua inauguração em diversos pontos da área urbana), “era comum rajadas de vento em redemoinhos elevarem também muito pó às enormes alturas, oferecendo curioso espetáculo⁸⁹⁴”. Não obstante, sobretudo no Plano Piloto, os dias de sol eram descritos como “ardente” nos quais “apareciam o redemoinho que ‘catava’ (sic) folhas secas, papéis e, o pior, um pó finíssimo e vermelho invadindo as casas⁸⁹⁵”.

Nos primeiros anos a população do Plano Piloto sofreu com a poeira e a lama. Eram dias de ventos muito fortes “destelhando casas⁸⁹⁶”, pelos quais a cidade “do chão vermelho, brotava a incômoda poeira e, quando chovia, virava fábrica de lama⁸⁹⁷”. Durante a visita de Getúlio Vargas em Goiânia, no dia 07 de agosto de 1942, na região da antiga estação ferroviária, atual Praça do Trabalhador, levantou-se um “portentoso redemoinho, que levantava, em forma de cornucópia, uma imensa camada de poeira vermelha⁸⁹⁸”. O presidente da república teria perguntado: “O que é aquilo?⁸⁹⁹”. Este mesmo redemoinho maior é narrado por Mariana Augusta Fleury Curado da forma que, estando Vargas em Goiânia

subiam as autoridades pela Avenida Tocantins. Era um grupo numeroso, quando apareceu um redemoinho a sua frente, ‘saçaricando’ (sic), formando uma grande roda, caprichando em levar aos ares, bem alto, poeira, folhas, papéis, e assim foi rodopiando até a Praça Cívica, quando se desfez⁹⁰⁰.

⁸⁸⁹ LEITE, et al., 1986, p. 164.

⁸⁹⁰ Ibid., p. 164.

⁸⁹¹ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 66-67

⁸⁹² CORDEIRO, 1989, p. 43

⁸⁹³ BORGES, et al., 1986 p. 185

⁸⁹⁴ BRITTO, et al 1986, p. 36

⁸⁹⁵ Ibid., p. 112

⁸⁹⁶ ROCHA, 2003, p. 31

⁸⁹⁷ Ibid., p. 31

⁸⁹⁸ COSTA et al 1986 p. 87

⁸⁹⁹ Ibid., p. 87

⁹⁰⁰ CURADO, et al., 1986, p. 112

Os redemoinhos e poeira não diminuíram os elogios à Goiânia ditos ao presidente da república pelo interventor, o qual enfatizou “que os setores Central e Norte, em que ficam situadas a zonas comercial e industrial (de Goiânia), apresentam um traçado geométrico mais severo e clássico, ‘a exemplo das cidades europeias’⁹⁰¹, (sic)”. O interventor expressara ao então presidente Getúlio Vargas, com o vislumbre para a nova capital de “extensos jardins e gramados, onde ‘ficam’ (sic) localizadas as escolas e campos esportivos (...), constituindo sítios e recreios”⁹⁰². De fato, mesmo com redemoinho e poeira o interventor não perdia a pose e andava, inclusive,

com terno de linho branco, acompanhado de sua mulher, Dona Gercina, elegante em seu vestido bordado, caminha ao lado de Getúlio Vargas. Desenvoltos, em meio à poeira e à luz inclemente do sol, e acompanhados de uma massa humana, visitam as obras em 1940 da Escola Técnica, dedicada ao ensino dos topógrafos, agrimensores, projetistas – gente de sabedoria científica que teria que transformar definitivamente a paisagem do Planalto Central de Goiás⁹⁰³.

Os ventos não amedrontavam o interventor, que andava de terno branco em meio às construções e um descampado aberto, onde a poeira tomava grandes dimensões, independentemente onde se havia logradouros ou não.

6.2 Urbanização de Logradouros e o caso da Praça Coronel Joaquim Lúcio

A principal avenida da cidade, chamada inicialmente de Pedro Ludovico Teixeira (atual Avenida Goiás), teria “uma largura excepcional para uma aglomeração relativamente modesta”⁹⁰⁴. Isso porque esta se formaria com “45% de área ajardinada e convenientemente arborizada”⁹⁰⁵. Um local mais voltado para lazer e contemplação.

⁹⁰¹ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 29. AHE.

⁹⁰² Ibid., p. 29. .

⁹⁰³ PIRES, 2009, p. 129

⁹⁰⁴ Ibid., p. 105.

⁹⁰⁵ Ibid., p. 105.

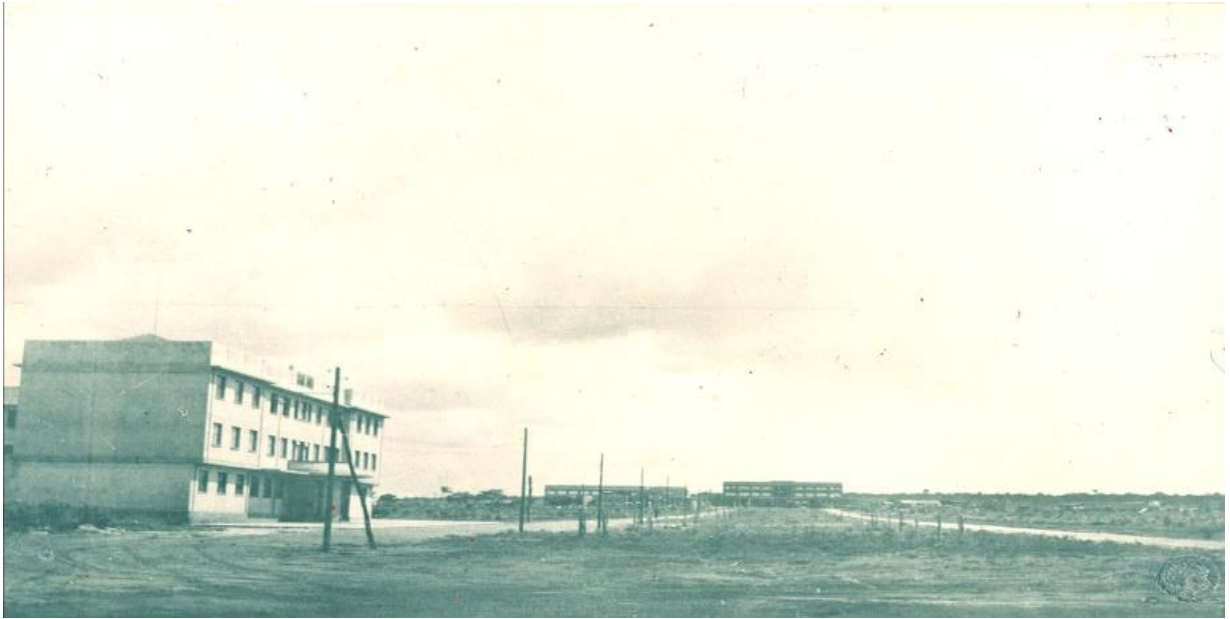


Figura 42: Avenida Goiás ainda em processo de urbanismo, em 1937. Do lado esquerdo está o Grande Hotel e, ao fundo, o Palácio das Esmeraldas e a Praça Cívica. Percebe-se o espaço central da avenida sendo preservado para ajardinamento e arborização. Fonte: AHE.

Na figura 42 (p. 201), percebe-se claramente que, após a roçagem e as aberturas dos terrenos para as construções dos logradouros, que praticamente não havia mata nativa naquelas áreas. Todavia, em outros pontos da cidade, Lima queria, por exemplo, que o buritizal da Rua 26 (atual Bosque dos Buritis) se transformasse em um parque, mas não seria como o é atualmente (apesar de características daquela área verde lembrar seu primeiro projeto).

À época, na região à oeste da Praça Cívica (atual Bosque dos Buritis), haveria um lago com uma quantidade bem mais expressiva de água. Projetou-se uma drenagem, por meio de um canal aberto, que alimentaria outros pequenos lagos. Às margens deste canal e de outros possíveis cursos d'água naquela área, medir-se-ia “50 metros para cada lado deste, no mínimo. Formando o que os americanos denominam de *park-way*⁹⁰⁶”.

Em alguns pontos do Plano Piloto, como na Rua 20, “com surpreendente rapidez, eram levantadas as primeiras casas para a gente do mundo oficial (sic), inclusive para o chefe do Poder Executivo⁹⁰⁷”. Aos poucos, “na vastidão das campinas, um prédio aqui, outro acolá⁹⁰⁸”.

Considerou-se estas construções “com conforto ainda desconhecido por muitos⁹⁰⁹”. Por outro lado, muitas casas dos operários eram consideradas “mais próximas de ranchos de

⁹⁰⁶ Ibid., p. 106.

⁹⁰⁷ BRITTO, et al, 1986

⁹⁰⁸ Ibid., p. 36

palha ou tábuas, situadas às margens do córrego Botafogo⁹¹⁰”. Em meados de 1940, na região da Rua 27, ainda via-se “a terra vermelha e solta da ainda desabitada Avenida Araguaia⁹¹¹”.

Em relatório da prefeitura de Goiânia do exercício de 1940, assinado pelo então prefeito Venerando de Freitas Borges, há um destaque especial sobre o “ajardinamento da Praça Cel. Joaquim Lúcio e Avenida 24 de Outubro⁹¹².” A prefeitura considerava até então que as “obras de reparos e conservação de ruas, estradas, pontes, serviços de escoamento das águas pluviais⁹¹³”, dentre outros, tinham “vulto, mas que não tem projeção, talvez, pela natureza de sua feição⁹¹⁴”. Tal afirmação institucionalizada pela prefeitura indicaria a falta de importância dada pela administração pública a determinadas questões urbanísticas, pois, apesar do governo municipal explicar estas obras, o município dá uma conotação de menor “projeção” às mesmas no citado relatório de 1940.

A falta de maior respaldo no nível de importância dado às atividades de limpeza urbana, obras profiláticas, conservação e reparos dos logradouros, também pode indicar que a própria sociedade goianiense não via “projeção” nessas benfeitorias. O que demonstraria também um aspecto cultural por parte de moradores, de menos entendimento da complexidade infectológica por meio de transmissores de doenças por causa do lixo urbano. Ou até mesmo, seria omissão do próprio poder público. A estética urbana em pontos específicos da cidade seria mais destacada em relatórios às autoridades superiores.

Segundo o relatório municipal de 1940, a Avenida 24 de Outubro e a Praça Cel. Joaquim Lúcio, “já havia sentido os benefícios dos cuidados municipais por intermédio dos serviços de passeio e abaulamento, receberam, pode-se dizer, roupagem domingueira, apresentando-se, de então, com apreciável beleza aos olhos que nelas pousarem⁹¹⁵”.

Segundo a prefeitura, em 1940, a “Avenida 24 de outubro foi arborizada de um extremo ao outro, e hoje, o que foi plantado, embora arbusto, já oferece aos transeuntes certa amenização para os raios solares, quando a canícula é mais intensa⁹¹⁶”. Observa-se que apesar de não ser utilizado o termo “ambiental”, os agentes públicos explanaram a correlação do tratamento da paisagem do ambiente urbano, por meio da arborização, e a sensação climática

⁹⁰⁹ Ibid., p. 36

⁹¹⁰ OLIVEIRA, et al., 2016, p. 126

⁹¹¹ BRITTO, et al, 1986, p. 43

⁹¹² Relatório da prefeitura municipal de Goiânia sobre o exercício no ano de 1940. 1941. AHE. Caixa 09, 1940-1967.

⁹¹³ Ibid.

⁹¹⁴ Ibid.

⁹¹⁵ Ibid.

⁹¹⁶ Ibid.

relacionada ao bem estar social dos transeuntes e habitantes da cidade (pelo menos em áreas mais centrais de de visibilidade urbana).

Além do processo paisagístico da Avenida 24 de Outubro no início da década de 1940, também, “a Praça Joaquim Lúcio teve seu jardim demolido, fazendo-se erguer, em seu lugar, outro, que é verdadeiro hino de bom gosto e de encanto⁹¹⁷”. Nota-se que a preocupação da prefeitura de Goiânia não se limitava ao bem estar proporcionado pelas sombras e a convivência nos logradouros. As principais praças e avenidas da cidade tinham que agradar os olhos das pessoas e, isso parece, em muitos momentos, tão importante ou mais do que o cuidado com a exposição aos raios solares.

Na reforma da Praça Joaquim Lúcio de 1940, foi considerada a relação da vegetação natural com a área de prédios em seu entorno. Isso é percebido nos parques de Goiânia até os dias atuais.

Foi elaborado plano bem estudado, de modo que, nos dias presentes, mesmo sem ainda ter alcançado a magnitude de dias futuros, o jardim que a prefeitura mandou levantar no concorrido logradouro de Campinas, oferece, tendo como fundo, os modernos prédios da praça em que se localiza, um quadro maravilhoso, digno do pincel dos mais famosos pintores⁹¹⁸.

Apesar dos percalços administrativos em relação à profilaxia na periferia urbana, os administradores públicos preocupavam-se com a estética da cidade, pelo menos em regiões centrais de bairros consolidados, como o de Campinas, além do Plano Piloto. Estas intervenções, como podemos ver nas imagens 43 e 44 (p. 204), não seriam necessariamente de forma profilática, mas para ser de “apreciável beleza aos olhos” de quem pudesse contemplar os logradouros públicos. Mesmo se parte da estrutura do município tentasse esconder a miséria de parcela dos seus moradores, localizados em grande parte nas margens dos cursos d’água.

⁹¹⁷ Ibid.

⁹¹⁸ Ibid.



Figura 43: Praça Coronel Joaquim Lúcio antes da intervenção urbanística da prefeitura de Goiânia, no ano de 1936. Fonte: AHE.



Figura 44: Praça Coronel Joaquim Lúcio após a intervenção da prefeitura, em 1940. Os traçados considerados mais "modernos" refletiriam o sentimento de progresso de parte dos goianienses. Percebe-se uma diferença devido à intervenção urbanística considerável entre as figuras 43 e 44 (p. 204). Fonte: AHE.

A prefeitura justificou os custos para os serviços do jardim de Campinas dizendo que este é “uma das riquezas que conta o patrimônio da cidade, ainda nova, portanto, pobre de obras que possam ser admiradas⁹¹⁹”. O que reforçaria a percepção que parte dos serviços paisagísticos e urbanísticos no início de Goiânia, seria mais para ser admirado ou contemplado, do que, necessariamente, para um bem estar social no sentido de refrescar-se às sombras, ou para a convivência social. Apesar que, paisagismo também seria uma estratégia de influência social do poder público, por meio da contemplação da paisagem urbana dos habitantes da cidade. De início o *footing* ou “vai-e-vem⁹²⁰” teria sido realizado “não em Goiânia, como fora planejado, mas em Campinas⁹²¹”, na Praça Joaquim Lúcio:

Com umas ‘luzinhas’ (sic) pelo jardim, os jovens andavam, ou melhor, rodavam, durante duas ou três horas, toda a noite; os do sexo masculino num sentido, os do sexo feminino em sentido contrário. E se olhavam e se namoravam. Flertavam, como se dizia. Era o *footing*. De repente, um rapaz criava coragem, depois de muitas voltas e trocas de olhares, e se aproximava, todo trêmulo, da moça, para uma conversa sobre a chuva ou sobre o calor⁹²²

Enfatiza-se que, pelo menos no início da cidade e, em diversos momentos, “a tradicional Praça Joaquim Lúcio de Campinas era mais atraente para a população do que os monumentos modernos de Goiânia⁹²³”. A prática do *footing* demonstrava uma “valorização ou desvalorização de certas partes da cidade⁹²⁴”. O *footing* também “se fazia na Avenida Goiás em frente ao Grande Hotel, onde também se localizava uma movimentada sorveteria⁹²⁵”.

Neste contexto, “à medida que a paisagem urbana se alterava com construções de prédios públicos ou particulares, mudava também a preferência da juventude em escolher um local para realizar este passeio⁹²⁶”. Percebe-se, mais uma vez, a mudança de ambiente devido às construções, influenciando no comportamento dos habitantes goianienses. Em 1940, no relatório apresentado ao então presidente Getúlio Vargas, foi informado que “a farta e variada arborização prevista para as ruas e praças já se acha em adiantadíssima fase de execução⁹²⁷”.

⁹¹⁹ Ibid.

⁹²⁰ OLIVEIRA, 1999, p. 58

⁹²¹ Ibid., p. 58

⁹²² CASTRO COSTA, apud GOIÂNIA, 1989, p. 98, apud OLIVEIRA, 1999, p. 58.

⁹²³ OLIVEIRA, 1999, p. 58

⁹²⁴ Ibid., p. 58

⁹²⁵ Andiar Bastos Guimarães apud Goiânia, 1989, p. 98 apud OLIVEIRA, 1999, p. 58

⁹²⁶ OLIVEIRA, 1999, p. 58

⁹²⁷ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 29. AHE.

6.3 Manutenções, serviços em logradouros e prioridades de despesas

Ao presidente da república, o interventor demonstrava preocupação com a questão urbana, pois, incessantes eram “os serviços relativos à urbanização da cidade, que cresce em todas as direções: abertura de ruas, avenidas e praças, nivelamentos, meios fios, passeios, etc. (sic)⁹²⁸”. Aproximadamente em 1940, no que diz respeito à paisagem,

merecia cuidado a arborização das vias públicas, já em grande parte executada. Para evitar embaraços por carências de espécie adequadas à arborização, cultivam-se essas em um horto mantido pelo Estado, onde se encontram mais de 50.000 mudas. Com isto, tem-se garantida a continuidade destes serviços, cuja a grande utilidade em qualquer centro urbano ninguém ousa contestar⁹²⁹.

Os serviços públicos municipais, obras e melhorias urbanas no município de Goiânia, totalizariam, respectivamente, “22% e 26,30%⁹³⁰”, do orçamento municipal de 1940. Isso significaria que 48,30%, quase 50% de todo o orçamento da prefeitura naquele ano, estaria destinado à questão estética urbanística na cidade. Então, por que a capital, proporcionalmente, estaria tão suja durante os anos de 1930 e 1940 como se explanou no capítulo três? Por que haveria tanto lixo no solo urbano de Goiânia durante suas primeiras décadas? Talvez, a explicação estaria justamente no caráter estético das principais obras públicas, com as ações de “profilaxia”, em caráter emergencial, destinadas, em grande parte, às regiões periféricas “para se prevenir doenças ou epidemias”. Ou seja, poderia “esconder o lixo” em determinadas partes da cidade.

No quadro que especifica as despesas fixadas com as realizadas no exercício de 1940⁹³¹, no relatório referente ao mesmo ano, é considerado como “serviços públicos municipais” a manutenção de estabelecimentos poluidores, como a conservação do matadouro municipal. Porém, são incluídas despesas como as do cemitério; limpeza pública; lixeiros e varredores, custeio e transporte; jardim público: jardineiro e auxiliar e serviços urbanos, composto por chefe de turma, motorista e operários⁹³². Os serviços para a “conservação do veículo” (sic) oficial, de 7:429\$5, possuía uma dotação de quase o dobro de um dos serviços

⁹²⁸ Relatório de Pedro Ludovico ao presidente Getúlio Vargas (1938-1939), p. 33. 1940. AHE

⁹²⁹ Ibid.

⁹³⁰ Ibid.

⁹³¹ Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada Com a Realizada no Exercício de 1940 da Prefeitura de Goiânia. Datado de 15/01/1941. AHE, Caixa 9, 1940-1967.

⁹³² Ibid.

de limpeza pública, 4:705\$0⁹³³. Os serviços urbanos foram estimados em quase o mesmo valor referente aos de jardins públicos (4:800\$0) e o “geral” (4:800\$0).

Individualmente, pelo menos no relatório, a limpeza, serviço de jardins e outras ações urbanas, em 1940, foram dotadas com valores estimados menores do que o combustível (11:000\$1), subsídio do prefeito (20:400\$0), secretário (9:600\$0), contador (10:800\$0), chefe do protocolo (7:200\$0), material de consumo administrativo do Fórum (14:638\$40), carro oficial (17:830\$0) e percentagem da coleta (11:833\$8)⁹³⁴. Há gastos quase equiparados, porém, desproporcionais no que diz respeito às benfeitorias urbanísticas à população, como o salário pago ao subprefeito de Hidrolândia⁹³⁵ (4:800\$0) e o subprefeito de Trindade (8:400\$0)⁹³⁶.

O relatório da prefeitura de Goiânia de 1940 continua apresentando, nas demais folhas, alguns itens de forma detalhada às dotações e efetivações de serviços como: limpeza das ruas (dotados⁹³⁷ 2 itens de 500\$00, 1 de 400\$00 e 1 de 5:000\$00⁹³⁸, com gastos efetivos respectivos de 250\$00, 136\$00, 218\$00 e 6:353\$87); abaulamento, encascalhamento (sic) e conservação (dotado 20:000\$00, realizado 23.376\$70) e iluminação (1 item dotado em 40:000\$00 e outro em 11:961\$9, com gastos efetivos respectivos de 40:000\$0 e de 18:902\$7)⁹³⁹.

Um relatório de despesas da administração municipal aponta um investimento na conservação de espaços urbanos que estaria relativamente pequeno, durante um mês, por parte do município⁹⁴⁰. Só no mês de março de 1936, o município de Goiânia teria investido mais nos subsídios do prefeito (800\$000), do que no pessoal da limpeza dos logradouros públicos da cidade (416\$700)⁹⁴¹. Estes gastos e as notícias sobre o lixo supramencionadas indicariam, pelo menos durante períodos intermitentes, que a limpeza urbana não seria prioridade durante as obras do início da construção de Goiânia. A não ser, quando a quantidade de lixo na cidade começa a causar sérios problemas de saúde no final da década de 1930 e início da de 1940. A “limpeza urbana” do ponto de vista institucional não estaria baseada em uma política pública

⁹³³ Ibid. Neste caso, os serviços estão expostos de forma genérica.

⁹³⁴ Ibid.

⁹³⁵ Ibid.

⁹³⁶ Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada Com a Realizada no Exercício de 1940 da Prefeitura de Goiânia. Datado de 15/01/1941. AHE, Caixa 9, 1940-1967.

⁹³⁷ Os orçamentos dotados são os previstos no início do ano, porém, não correspondem ao que foi gasto no final do mesmo período.

⁹³⁸ Não é detalhado neste relatório se estes valores para a limpeza de ruas são suplementares. Porém, entende-se que o poder público municipal deliberou valores específicos para a limpeza de ruas no exercício de 1940.

⁹³⁹ Ibid.

⁹⁴⁰ Relatório da administração municipal de Goiânia, referente a março de 1936. Caixa 02, Goiânia, 1936 – AHE.

⁹⁴¹ Ibid.

constante e homogênea na cidade, era realizada de forma inconstante pelos diferentes órgãos. Isso continuou nas décadas subsequentes da fundação de Goiânia.

6.4 Lago das Rosas, Bairro Botafogo, “Piscina Pública”, projeto de civlovias, outras edificações e benfeitorias.

Para estabelecer uma conexão perene entre Goiânia e Campinas, efetivou-se na região onde está a atual Lago das Rosas, “várias obras de corte e ao aterro que foi necessário fazer-se com um volume de 70.000 metros cúbicos; O Lago das Rosas, com logradouro que foi construído no ponto intermediário dessa Avenida, com o aproveitamento da represa feita pelo aterro no vale do rio Capim Puba⁹⁴²”. Foi realizado um

projeto e demarcação de um bairro inteiramente novo, o ‘Bota-fogo’ (sic), destinado às classes mais pobres, onde se passa a construir casas do tipo modesto, composto de 74 quadras, com 18 lotes cada uma, ocupando uma área de 112 hectares e 36 ares, com 30 ruas de largura diversas e uma avenida de contorno de 45 metros de largura e 3600 de extensão, além de duas praças de dimensões diferentes, sendo uma central de 215 x 180 metros; e inúmeras outras de menor vulto, que seria longo enumerar⁹⁴³.

Para a balneabilidade e lazer, a administração projetou uma “piscina pública, de 25 x 12 metros, dotada de maquinário para a cloração de água, torre de saltos com 10 metros de altura, vestiários, bar, jardins, portão monumental⁹⁴⁴”.

Chegando ao início da década de 1940, Goiânia já possuía “3.349 edificações⁹⁴⁵”, das quais 1.786 consideradas como edificações principais, 261 dependências (que seriam conhecidas como os atuais “barracões” de fundo), 980 demais “barracões e casebres” e 322 edificações “provisórias do bairro Botafogo”, divididas em alvenaria (115) e demais barracões e casebres geralmente construídos de barro e ou madeira (207)⁹⁴⁶. Ainda na década de 1940, poder-se-ia ir da construção do Grande Hotel ao Estádio Pedro Ludovico, “traçando linha diagonal passando no meio dos terrenos, em linha reta até o estádio⁹⁴⁷”.

Observam-se gastos relativamente expressivos no que diz respeito à iluminação pública na cidade. Mesmo que até então ainda não havia ocorrido a enchente que levou ao transbordamento da usina hidrelétrica do Jaó. Durante o Batismo Cultural em 1942, em

⁹⁴² Ibid,

⁹⁴³ Ibid.

⁹⁴⁴ Ibid.

⁹⁴⁵ Ibid.

⁹⁴⁶ Ibid.

⁹⁴⁷ LEITE, et al., 1986, p. 165

Goiânia “cabeças capazes dirigiam seu destino, braços fortes ‘rasgavam-lhe’ (sic) o chão de onde estava brotando a nova cidade. E assim, ruas, praças, casas residenciais e comerciais, prédios públicos, igrejas, hotéis, escolas e hospitais iam ocupando os vazios da grande planície⁹⁴⁸”. Observa-se que nas ruas, avenidas e em outros ambientes da cidade ainda percebiam-se “uma cidade em construção⁹⁴⁹”. Durante o seu batismo cultural, em 05 de julho de 1942

Goiânia oferecia jeito de lugar com ares de cidade. É fato que não havia, ainda, uma rua inteira construída. As casas erguia-se aqui, ali, seguindo o traçado imposto pelo urbanista Attílio Correa Lima com ruas abertas e delineadas, deixando entre elas muitos lotes baldios ou desocupados, onde o capim crescia agreste, encobrindo répteis perigosos. Para diminuir as distâncias, abriam-se trilheiros logo palmilhados por todos⁹⁵⁰.

Grande parte dos “logradouros” de Goiânia seriam iniciados por “trilheiros”. Havia pouca infraestrutura urbana, sendo as trilhas abertas pelos moradores e prefeitura, pelo menos nos primeiros anos ou nas duas primeiras décadas, assim era muitas “vias de acesso” aos diversos locais da cidade. No ano do batismo cultural, já havendo mais logradouros na cidade, seus habitantes poderiam “passar os momentos de lazer⁹⁵¹” na

praça Cívica, o jardim da Praça Joaquim Lúcio, em Campinas, em toda extensão da avenida ‘Goiáz’ (sic), servida de bancos e de bela arborização, no bosque do Automóvel Clube, na represa do Jaó, as margens do Meia Ponte em geral, além de numerosos recantos menos importantes⁹⁵².

Todos estes lugares eram considerados “maravilhosos” por parcela da população, nos quais se prestavam “uns a inspirações idílicas e outros, às festas de caráter bucólico, a piqueniques, etc⁹⁵³”. As áreas de lazer foram pensadas e planejadas para diversos pontos da cidade. O poder público planejou a reserva das áreas para tais práticas como:

A área compreendida entre a cidade-satélite Campinas e o parque público da nascente do córrego Capim Puba foi delimitada como zona de esportes, para instalação de clubes voltados a prática de polo, golfe, tênis, equitação, ciclismo, bem como para passeios em meio aos recantos naturais de belas paisagens que ali existiam⁹⁵⁴.

⁹⁴⁸ BRITTO, et al 1986, p. 45

⁹⁴⁹ Ibid. p. 45

⁹⁵⁰ FLEURY, et al., 1986 p. 179

⁹⁵¹ COSTA, 1985, p. 83

⁹⁵² COSTA, 1985, p. 83 – Grifo nosso

⁹⁵³ Ibid.

⁹⁵⁴ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 65-66

Entre as cidades satélites projetadas, foi previsto que houvesse áreas de lazer as quais permeariam o cinturão verde que envolveria todo o plano piloto da cidade. Estas áreas de lazer estavam intrinsecamente relacionada à áreas verdes, e incluía bosques, o zoológico e o Horto Florestal. Onde é o atual Lago das Rosas e o Zoológico seria uma parte deste “cinturão verde”, que continuaria pelo curso d’água do Capim Puba e o Bairro Botafogo:

previsto para a área entre a cidade-satélite de Campinas e o Parque Ecológico, nas proximidades do Lago das Rosas e da Rodoviária. O Parque Zoológico deveria constituir-se na área de terreno atravessada pelo vale nas proximidades do Capim Puba, coberto de densa vegetação, conservando-se seu estado virgem (compreendido entre hipódromo e a área do antigo aeroporto – a qual foi permitido o parcelamento através do Decreto nº 11 de 1944). Sendo descaracterizada sua destinação, a área foi parcelada. O bosque Bandeirantes e o Capim Puba formaram um único conjunto, denominado Horto Florestal, sendo o Zoológico instalado próximo ao Lago das Rosas, constituindo-se um elemento deste conjunto⁹⁵⁵,

Continuando pelo curso daquele córrego e fechando o “cinturão” até a região sul da área urbana (região da antiga fazenda Macambira), continuaria o “*park way*”, separando o plano piloto (região central que inclui a Praça Cívica) das demais cidades satélites ou bairros. Aos poucos, essa separação diminuía significativamente, sobrando apenas algumas partes deste “cinturão”, como o próprio Lago das Rosas, Zoológico, Bosque do Botafogo (que seria parte do antigo Horto Florestal), área do atual Parque Mutirama, Parque Vaca Brava, dentre outras. Na década de 1950, Janssen se preocupou com áreas verdes na cidade, pensando inclusive no projeto original de Goiânia, segundo ele

para que haja área verde compatível com o número de habitantes, para o qual a cidade foi projetada, é imprescindível que seja reservada, para mais tarde ser desapropriada pela P. M. desta capital, as matas, de conformidade com as indicações procedidas no Plano Diretor, existentes no sentido Norte desta cidade, as quais deverão constituir um magnífico bosque, tendo, além da finalidade recreativa, o objetivo de funcionar como regulador climatérico e, ainda importar como purificador do ar⁹⁵⁶

O projeto do “Cinturão Verde” para Goiânia, projetado na década de 1930, foi tão bem visto por técnicos, que durante a década de 1950 ele foi corroborado. Inclusive, para além da formação de paisagem e refrescância, mas também tê-lo como “purificado do ar”.

Na década de 1950, nota-se projetos de ciclovias para Goiânia. Foi planejado que as ciclovias seriam construídas na região central da cidade. Estas ficariam entre as calçadas e as

⁹⁵⁵ CORDEIRO, 1989, p. 43

⁹⁵⁶Relatório sobre a Delimitação dos Perímetros Urbanos e das Cidades Satélites da Cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goyaz”, p. 2-3, 1952. Arquivo Janssen, Museu Antropológico da UFG.

avenidas. Foram projetadas, sobretudo, para as maiores avenidas e o alargamento destas e de ruas do plano piloto. Conforme a figura 45 (p. 211). As “vias para ciclistas” foram projetadas, inicialmente, em 1,5 metros para cada uma das vias em um único sentido. Cada ciclovia acompanhava o sentido das avenidas de mão dupla. As vias de pedestres foram projetadas para ao lado das de ciclistas.

A topografia de Goiânia, considerada em grande parte como “plana”; os bairros que teriam sido estabelecidos para além do “cinturão verde”, mais distante da zona central; o crescimento urbano em grande parte desordenado, fazendo com que muitas regiões da cidade ficassem sem linhas de transporte público; o grande fluxo imigratório das primeiras décadas, dentre outros fatores, teriam contribuído para a grande propagação de bicicletas em Goiânia em suas primeiras décadas. Entretanto, os projetos cicloviários da década de 1950 não teriam sido implementados, pelo menos de forma plena.



Figura 45: Ciclovias projetadas para "alargamento de avenidas e ruas" na década de 1950. Projetadas dos dois lados da avenida, entre as vias para automóveis e as de pedestres, cada uma teria 1,5 metros de largura de cada lado.

6.4.1 Avenida “Contorno Norte” (atual Perimetral) e a preservação de chácaras na região norte de Goiânia

Em um relatório intitulado de “Av. de Contorno ‘Norte’ de Goiânia”, Janssen explana a necessidade de alargamento da Av. Anhanguera devido a grande movimentação de veículos naquela avenida de leste para o oeste da cidade e vice versa. Todavia, é reconhecido que este alargamento para 80 metros não seria possível. O que o faz propor uma nova via ligando o

leste à oeste, a qual, inicialmente, é denominada de “Avenida Contorno Norte”. A busca desta expansão teve como referência o “Plano Primitivo de Urbanização de Goiânia” que pelo qual foi projetado

no sentido Leste-Oeste (sic) uma única via principal, a Av. Anhanguera com apenas 30,00 metros de largura e o prosseguimento da mesma no Bairro Campinas, como Av. Marechal Floriano Peixoto com apenas 18,00m de largura.

Considerando, que a tendência do maior trânsito e tráfego é no sentido Leste-Oeste (sic), e vice – versa. Esta artéria de trânsito devia ter pelo menos uma largura de 80,00 metros, contando com um aumento ainda mais acelerado da motorização. O congestionamento da Av. Anhanguera e da Av. Marechal Floriano já se verifica.

Pelas dificuldades de realizar um alargamento suficiente e breve, é preciso procurar soluções, dentro de pouco tempo realizáveis e que permitem melhorar a situação precária do trânsito em Goiânia, não só no momento, como também no futuro⁹⁵⁷.

A expansão da avenida Contorno “Norte” foi planejada com perspectivas de precaução de maiores congestionamentos futuros, pois, para Janssen, “a Av. Contorno ‘Norte’ não é uma medida provisória, mas sim uma solução necessária de enquadrando no ‘Plano Diretor’ da cidade de Goiânia⁹⁵⁸”. Entre as funções desta, o topógrafo destaca:

- 1) Desviar do Centro da cidade o tráfego entre as zonas de Trindade e Inhumas num lado e Anápolis – Brasília noutro lado⁹⁵⁹.
- 2) Possibilitar a distribuição do tráfego para os diversos setores da cidade pelas vias radiais e laterais, saindo da Av. Contorno ‘Norte’.
- 3) Obter uma ligação dos bairros na parte Leste de Goiânia com o Aeroporto, sem precisar passar pelo centro da cidade.
- 4) Servir as situações militares da maneira mais funcional possível⁹⁶⁰. (O quartel está situado na margem da Av de Contorno ‘Norte’)

Observa-se a peculiaridade do projeto da Avenida Contorno Norte, que além de ter sido objetivada para desafogar o trânsito na cidade, distribuir o tráfego nas zonas de Trindade e Inhumas, facilitar a saída para Anápolis – Brasília (que provavelmente estava ainda sendo construída). A outra finalidade é explanada de forma literal, que é a militar. O projeto para uma grande e larga avenida ao norte de Goiânia, ressuscita as aspirações de relativas avenidas grandes de cidades de séculos atrás nas quais se pretendiam ações militares. Isso depois de mais de duas décadas do início da construção da cidade e, em um período, no geral, considerado democrático e de relativa paz no Brasil com outros países, que é durante a década

⁹⁵⁷ JANSSEN, Relatório da Av. Contorno “Norte” de Goiânia, provavelmente, final da década de 1950, s/d, p. 1. Arquivo Janssen, Museu Antropológico da UFG.

⁹⁵⁸ Ibid.

⁹⁵⁹ Brasília começou a ser construída na segunda metade da década de 1950. Em meados de 1957. Apesar de sua inauguração em 20 de abril de 1960.

⁹⁶⁰ JANSSEN, Relatório da Av. Contorno “Norte” de Goiânia, provavelmente, final da década de 1950, s/d, p. 1. Arquivo Janssen, Museu Antropológico da UFG.

de 1950.

A criação de novos loteamentos também era considerada para a construção da avenida Contorno Norte, sendo que Janssen exclama que: o “projeto da Av. Contorno ‘Norte’ tem que levar em conta a amarração com todos os loteamentos, que ela corta ou tangecciona (sic), sem criar casos de uma difícil e dispendiosa indenização⁹⁶¹”. Não obstante, o serviço de topografia contratado pelo Estado, ao entregar o projeto às autoridades, já havia “indicado os pontos obrigatórios de passagem, de acordo com os loteamentos já aprovados⁹⁶²”. Percebe-se o Estado agindo em parte de acordo com interesses da iniciativa privada.

Observa-se no projeto da Av. Contorno “Norte” (sic) que a região norte de Goiânia, em meados do final da década de 1950, que as “subdivisões das terras perto da cidade em chácaras com áreas pequenas⁹⁶³”, levaria “a realização do projeto da Av. de Contorno ‘Norte’, cada vez tornando-se mais complicada⁹⁶⁴”. Portanto, salientou-se “evitar futuras desapropriações onerosas ao Estado⁹⁶⁵”, o que “seria conveniente estudar a possibilidade de uma breve autorização para execução do projeto⁹⁶⁶”. Talvez isso explique, em parte, (somado à questão dos afluentes e nascentes do meia ponte) grande número de chácaras que perduraram na região norte de Goiânia até os dias atuais, inclusive, muitas que estão perto do Campus 2 da UFG.

O aeroporto de Goiânia foi estabelecido inicialmente onde é o atual Setor Aeroporto. Com o crescente aumento de residência em seu entorno, o mesmo foi transferido posteriormente para justamente onde foi projetado o final da Av. Contorno Norte. A mudança do aeroporto já se deu na década de 1950, “o local escolhido ficava próximo à área onde havia sido construída a pioneira usina da capital, na região de Goiânia, na época distante oito quilômetros do setor central. (...) terras de propriedade do governo federal e também áreas particulares⁹⁶⁷”, entre as quais uma era de Altamiro de Moura Pacheco. Em 1958 “a pista de pouso foi asfaltada⁹⁶⁸”, este era à época “um dos maiores do país. As ruas e avenidas receberam os seus primeiros carros de cascalho (sic), até que no futuro viessem a ser asfaltadas.

⁹⁶¹ JANSSEN, Relatório da Av. Contorno “Norte” de Goiânia, provavelmente, final da década de 1950, s/d, p. 1. Arquivo Janssen, Museu Antropológico da UFG.

⁹⁶² Ibid.

⁹⁶³ Ibid.

⁹⁶⁴ Ibid.

⁹⁶⁵ Ibid.

⁹⁶⁶ Ibid.

⁹⁶⁷ LIMA, 2011 p. 20

⁹⁶⁸ Ibid. p. 21

6.4.2 Horto Florestal

Durante a construção da capital, o governo do estado e a prefeitura priorizaram em vários pontos da cidade, plantas alóctones, não nativas do cerrado. O horto florestal foi instituído para que fossem cultivadas mudas vegetais para o paisagismo de Goiânia. A localização do mesmo, durante as duas primeiras décadas da cidade, seria “em uma área pública, destinada a preservar uma mata exuberante, de árvores centenárias de grande porte, que ocupava uma área de um milhão m² (sic) (100 hectares), localizada ao norte do Córrego Capim Puba⁹⁶⁹”. Era conhecido à época como “Horto Florestal do Botafogo”.

Um relatório emitido pelo poder público, aparentemente, pela prefeitura de Goiânia, datado de janeiro de 1940, sobre o “Horto Florestal do Botafogo⁹⁷⁰”, relata que este horto aumentou em área no ano de 1939. E o mesmo destinava-se a “fornecer elementos para a arborização da cidade⁹⁷¹”. Até então, o horto contava com “17.000 mudas das diversas espécies mais apropriadas à urbanização⁹⁷²”. Segundo o relatório sobre o Horto Florestal, diversas benfeitorias haviam sido realizadas no recinto, como “a construção de esterqueiras, dois prédios para os empregados e zeladores, instalação de pequena serra para a fabricação de caixotes e melhoria de seu sistema de irrigação⁹⁷³”. Na relação de mudas para a arborização e ajardinamento da cidade, consta que as mesmas estavam “em latas”, entre as quais as principais espécimes eram: flamboyant, magnólia e amendoeira.

Enquanto o Horto Florestal produzia as mudas, a Superintendência Geral de Obras da Nova Capital remanejava essas plantas e terra vegetal para os pontos da cidade que seriam arborizados. Como por meio da Ordem de Serviço nº 384, de 10 de junho de 1936, pela qual é ordenado ao chefe de transportes “mandar um caminhão pequeno buscar material para arborização⁹⁷⁴”.

O Horto Florestal não produzia apenas mudas, também preparava terra para a vegetação, como demonstra uma Ordem de Serviço emitida em 11 de junho de 1936⁹⁷⁵:

⁹⁶⁹MARTINS JUNIOR, 1996, p. 51

⁹⁷⁰AHE, Caixa 9, 1940-1967, Goiânia, 1940. Relatório sobre o Horto Florestal do Botafogo. .

⁹⁷¹Ibid.

⁹⁷²Ibid.

⁹⁷³Ibid.

⁹⁷⁴Ordem de Serviço nº 384, de 10 de junho de 1936. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz. AHE, Goiânia, 1936, Caixa 2.

⁹⁷⁵Ordem de Serviço nº 27, de 11 de junho de 1936. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz. AHE, Goiânia, 1936, Caixa 2.

“Mandar às ordens do Sr. João Teixeira, encarregado das plantações, caminhão para transporte de terra vegetal⁹⁷⁶”.

Como na região onde se construiu Goiânia parecia um campo aberto, foi necessário que houvesse um serviço constante de arborização e paisagismo urbano, sobretudo, no Plano Piloto. Houve incentivo ao plantio de mudas entre os moradores da cidade, hábito que os goianienses preservam até os dias atuais. Estes serviços de jardinagem também eram prestados em bairros já consolidados, como Campinas.

Um questionário enviado pelo Serviço Florestal, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura do Governo de Getúlio Vargas, com data de 22 de setembro de 1939⁹⁷⁷, perscrutado por autoridades durante a construção de Goiânia, tinha apenas uma única pergunta respondida pelo governo de Goiás. A interrogação respondida era sobre: “quais organizações particulares” que cuidavam da questão florestal no território goiano? Que o governo respondeu: “Botafogo, Campinas”. Todas as outras perguntas sobre institutos florestais, serrarias, administração florestal estadual e silvicultores, não foram respondidas ao governo federal. O que ratificaria mais uma vez que o governo de Pedro Ludovico Teixeira, não estabelecera em Goiânia uma política florestal (ou ambiental) que corresponderia aos novos planos de ação referentes às políticas de Getúlio Vargas. Pois, quase não haveria o que responder sobre atos administrativos relativos à preservação florestal.

6.5 Estudos e planejamento para o segundo Plano Diretor Institucional, na década de 1950.

Em abril de 1954, o topógrafo contratado pelo Estado, Ewald Janssen, por determinação do então governador, Pedro Ludovico Teixeira, envia ao diretor do D.V.O.P os estudos do “novo ‘Plano Diretor’ da cidade de Goiânia, bem como os demais elementos complementares para serem postos em execução⁹⁷⁸”. As medidas urbanísticas para Goiânia na primeira metade da década de 1950, por meio dos estudos para o “Plano Diretor”, são destacadas da seguinte maneira:

- 1) O referido Plano Diretor
- 2) Medidas de caráter técnico para realizá-lo

⁹⁷⁶ Ibid.

⁹⁷⁷ AHE, estante 42, Caixa 950, ano 1939, Ministério da Agricultura – Serviço Florestal.

⁹⁷⁸ JANSSEN, Ewald. Envio dos estudos do “Plano Diretor de Goiânia” ao diretor do D.V.O.P., Eurico C. de Godoi. 04/1956. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

- a) planta cadastral
 - b) planta de distribuição funcional das áreas públicas.
 - c) planta de novos alinhamentos – arborização – qualificação das Avs. Novas – parte estética, áreas para estacionamento.
 - d) exigências técnicas do D.V.O.P.
 - e) Demarcação de todos eixos e cantos exclusivamente das quadras das Avenidas (sic) dos loteamentos já aprovados e abertura das mesmas.
 - f) Distribuição da indústria
- 3) Necessidades organizadoras para realizá-lo:
Continuidade dos serviços exige cargo permanente dos funcionários encarregados.
Precisa de um veículo de locomoção.
- 4) Medidas de caráter jurídico para realizá-lo:
Decreto-Lei (sic) delimitando a área na qual as áreas (sic) ainda não loteadas podem ser urbanizadas nas condições do Código atual.
Nas mesmas condições continuam os loteamentos já em andamento.
Para os novos loteamentos fora da delimitação precisa antes da aprovação a realização da cláusula 6.2.1.0 do Código de Edificação de Goiânia.
Continua a antiga subdivisão em zonas pelo Decreto-Lei nº 90-A, de 30 de julho de 1938⁹⁷⁹.

Janssen relatou que os estudos para o novo “Plano Diretor” de Goiânia, na década de 1950, foram elaborados “à base da ‘planta de orientação’ de uma firma da cidade, que entretanto não possui precisão técnica desejável⁹⁸⁰”. Portanto, até que a planta mais completa estivesse disponível, mostrou-se apenas uma “ideia”. Destarte que

]

O plano diretor (sic) ora apresentado consiste numa elaboração mais detalhada do primeiro plano diretor da cidade que serviu até agora como base para enquadrar os loteamentos particulares.
O novo plano diretor foi baseado numa futura população de um milhão de habitantes e reúne numa só planta os seguintes elementos:

- a) a planta da distribuição funcional das áreas
- b) a estrutura das vias principais⁹⁸¹

Os estudos para o segundo Plano Diretor Institucionalizado perpassaram a estimativa de um milhão de habitantes. E, segundo Janssen, o primeiro Plano Diretor da década de 1930 servira para “enquadrar os loteamentos particulares”. No que diz respeito à estrutura das vias principais, observou-se os fatores que poder-se-iam influenciar nos trajetos das mesmas ainda no início da década de 1950:

- 1) projetou-se a parte atualmente já construída de Goiânia sem que se levasse em conta grande movimento de veículos motorizados dos tempos modernos. Por causa disso a largura das vias de comunicação interurbanas é insuficiente, especialmente em relação à av. Anhanguera.

⁹⁷⁹ Ibid., p. 01

⁹⁸⁰ Ibid., p. 01

⁹⁸¹ Ibid., p. 01

2) a maior parte dos loteamentos particulares foi elaborada como loteamentos independentes, sem levar em conta o caráter de conjunto urbanístico que devem formar todas as partes componentes da cidade⁹⁸².

Segundo os técnicos da década de 1950, os bairros mais distantes não teriam sido projetados levando em conta o “caráter urbanístico”, ou o conjunto da cidade como um todo. Essa concentração de pessoas em bairros mais distantes fez com que avenidas como a Anhanguera tornassem insuficientes para o tráfego motorizado. Por isso, houve a necessidade de projetar-se avenidas mais largas como a Contorno Norte (que seria a atual Perimetral Norte). Elaborou-se novos projetos para o traçado das avenidas principais para “melhorar e corrigir os erros já cometidos⁹⁸³”.

1) para desviar o tráfego do centro da cidade foram previstas Avenidas Contornos ligando todas as estradas e saídas principais da cidade de uma maneira que o tráfego interurbano passando assim na periferia, possa evitar as partes centrais de Goiânia. As diversas Avenidas Contornos recebem todas as vias principais dos diversos setores da cidade entre si, sem a necessidade de passar no centro da cidade.

2) Em relação ao trânsito urbano: (sic) Em relação ao trânsito urbano a planta apresentada procura resolver a falta de ligações entre os diversos loteamentos particulares para diminuir as despesas de desapropriações, a localização de novas avenidas, aproveitou na maior parte dos casos os arruamentos já aprovados, sugerindo apenas um alargamento das mesmas⁹⁸⁴.

Enfatiza-se que Janssen não fez apenas os diagnósticos das questões ambientais urbanas de Goiânia, mas também apontou providências para que o Plano Diretor em elaboração fosse efetivado. Isso lembra a fundamentação teórica deste trabalho de que, a legislação é um dos instrumentos fundamentais para a gestão do espaço urbano e ou ambiental, pois, para efetivar o Plano Diretor, seria fundamental o estabelecimento de leis e normas. Dentre as quais sinalizou-se:

a) Medidas de caráter jurídico-administrativo
b) Aprovação e oficialização do ‘Plano Diretor’
c) Completação (sic) e modificação do Código atual de edificações, etc. (sic) na seguinte forma:

1) As áreas ainda não loteadas e circunscritas pelas Avenidas (sic) de Contorno (sic) obedecerão quanto ao seu loteamento das normas até agora estabelecidas no Código atualmente em vigor, isto porque: torna-se necessário o fechamento rápido da zona urbanizada com a finalidade de evitar um aspecto incompleto do conjunto.

2) também os loteamentos e projetos já aprovados ou em via de aprovação situados fora da área compreendida entre as Avenidas de Contorno (sic) até a data de aprovação do novo Código deverão ser aprovadas em obediência ao Código vigorante atual.

⁹⁸² Ibid., p. 04

⁹⁸³ Ibid., p. 04

⁹⁸⁴ Ibid., p. 04

3) Para os novos loteamentos fora da delimitação acima pelas Avenidas Contornos é necessário que antes da sua aprovação se exija o cumprimento dos dizeres da cláusula 6.2.1.0 do Código atual.

4) Continuará por enquanto o antigo critério em relação a subdivisão em zona urbana, zona suburbana e rural regulada pelo Decreto-Lei nº 90-A de 30 de julho de 1938⁹⁸⁵.

Em relação ao Decreto 90-A de 1938, Janssen salienta que, pela exigência do item 3 “as despesas de um loteamento a ser aprovado vão se elevar de tal maneira que não é mais interessante fazer loteamento longe da cidade construída⁹⁸⁶”. Percebe-se que o topógrafo contratado pelo Estado queria combater a especulação imobiliária em Goiânia, sobretudo, os loteamentos estabelecidos longe da área construída da cidade, que eram verdadeiros oásis de lucro para os corretores, empresários e fazendeiros. Ainda é enfatizado que “visto que pela legislação atual não é possível proibir loteamento, estas exigências técnicas representam o único meio seguro para evitar loteamentos, que nem tecnicamente e nem moralmente são justificáveis, os quais somente servem para desacreditar o caráter sereno e honesto do plano diretor (sic) da cidade⁹⁸⁷”. No relatório é citado que “é conhecido que outras cidades tem se valido desses recursos para impedir a especulação desenfreada e desabonadora⁹⁸⁸”.

6.5.1 Encaminhamento para o fim das Cidades Satélites

Segundo Armando de Godoy, ao projetar a cidade na segunda metade da década de 1930, Goiânia não teria uma expansão urbana contínua, mas grande parte de seus habitantes iriam se estabelecer em “cidades satélites”:

projetada a cidade em todos os seus contornos, o perímetro urbano ficaria fixado para sempre. Não haveria continuidade entre a cidade e as zonas de extensão que, a bem dizer, não existiriam. Atingida a população para qual a cidade foi projetada, o excesso de população, ou seja, a extensão da cidade, se faria em novos núcleos suburbanos designados ‘cidades satélites’, separadas e convenientemente afastadas do núcleo projetado⁹⁸⁹.

O plano piloto de Goiânia estaria como “fixo para sempre”, sem continuidade entre a cidade e as também chamadas “zonas de extensão”. A população fora da zona central estaria após o cinturão verde, no que seriam “núcleos suburbanos”, ou seja, nas intituladas “cidades

⁹⁸⁵ Ibid., p. 05

⁹⁸⁶ Ibid., p. 05

⁹⁸⁷ Ibid., p. 05

⁹⁸⁸ Ibid., p. 05

⁹⁸⁹ CORDEIRO, 1989, p. 12

satélites”. Martins Júnior, com base em seu diagrama, estabeleceu as seguintes “conjecturas” do planejamento administrativo de 1938 do Plano Diretor de Goiânia:

Cidade-Central = 58 mil habitantes
Com possibilidade de expansão, a exemplo das cidades novas da Inglaterra, para 400 mil habitantes.
Cidades satélites = cada uma com 50 mil habitantes.
População das oito cidades-satélites...400 mil habitantes
População total de Goiânia800 mil⁹⁹⁰

Portanto, era para Goiânia ter cidades satélites distanciadas umas das outras. Se os projetos de Attílio não foram contemplados em sua totalidade, os de Godoy também não foram plenamente. Isso porque Godoy projetou que “a expansão da cidade normalmente ocorreria pela ampliação da zona urbana e suburbana, com aprovação de loteamentos de novos setores e pela criação de mais sete cidades-satélites⁹⁹¹”. Todavia, devido a especulação imobiliária estas áreas verdes foram suprimidas e os nichos urbanos aos poucos foram conurbados uns aos outros. Obter-se-ia, pelo menos no que diz respeito ao planejamento, a partir de então, um paralelo com Brasília posteriormente. No entanto, no caso do Distrito Federal, o governo manteve os “espaços vazios” em volta do Plano Piloto e construiu cidades satélites.

Na seção 5.2.4.2 do Decreto n° 574 (Código de Edificações de Goiânia), de 1947, dispõe-se que “os núcleos populares que se formarem na zona rural serão delimitados pela prefeitura, quando julgar conveniente e transformados em cidades-satélites⁹⁹²”. Entre as cidades satélites, “a pequena Campinas, cidade que já existia antes de Goiânia, foi considerada a primeira delas⁹⁹³”. Ainda nas duas primeiras décadas, porém, na prática Campinas não era cidade satélite, pois a antiga campininha que acolheu Goiânia, era mais considerada, por muitos, um bairro da nova capital já no final da década de 1930.

Um dos motivos que as cidades-satélites seriam construídas em Goiânia (pelo menos de maneira institucional), “remete à questão da gestão e da apropriação do espaço urbano, tendo em vista a determinação legal estabelecida desde os primórdios da cidade de, no mínimo, 35% de espaços livres e vias de comunicação das glebas parceladas⁹⁹⁴”. Essas leis de uso do solo somente permitiam a existência de “cidades-satélites, num raio de 15 quilômetros

⁹⁹⁰ Martins Júnior, 2007, p. 67

⁹⁹¹ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 58

⁹⁹² Decreto n° 574/47 apud DAHER, 2003, p. 230

⁹⁹³ MELLO, 2006, p. 44

⁹⁹⁴ MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 58

da Praça Cívica. Fora esses casos – cidades satélites e módulos mínimos do Incra, - os únicos usos possíveis eram as chácaras e os sítios de recreio⁹⁹⁵”.

Não obstante, nota-se que muitos setores, conjuntos habitacionais e bairros de Goiânia, até poucas décadas atrás, faziam parte de chácaras e ou fazendas e sítios, incluindo, partes de setores que atualmente são considerados centralizados e de classe média alta, como o Jardim América.

Um núcleo urbano planejado conforme a concepção de cidade-jardim apresenta os espaços interurbanos, compreendidos entre as cidades satélites, formando um cinturão verde que se comunica diretamente com as áreas urbanas, através de várias categorias de espaços livres (*parkways*, parques lineares, parques municipais, praças, áreas verdes, jardins, chácaras, áreas de preservação ambiental, reservas particulares do patrimônio natural, áreas de preservação permanente, reserva legal, etc.)⁹⁹⁶.

Um relatório assinado pelo topógrafo Ewald Janssen, enviado à prefeitura em 1952, intitulado de “Delimitação dos Perímetros Urbanos e das Cidades Satélites da Cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goyaz (sic)⁹⁹⁷”, tem como referência uma delimitação por meio de “15.000,00 m² (sic) a partir do ponto de coordenadas zero da cidade⁹⁹⁸”. Nesta perspectiva, em seus projetos de bairros, Janssen relata que acompanha “uma linha geométrica e não leva em conta as linhas naturais, as quais representam mais racional, especialmente com relação as questões de urbanização⁹⁹⁹”. Segundo o topógrafo contratado pelo Estado:

As cidades não devem ser projetadas, todo o conjunto, para mais de 25.000 habitantes.

O traçado de cada uma delas deve ser projetado de tal forma que possibilite, no futuro, a ligação das mesmas com Esta (sic) Capital (sic), sem solução de continuidade, isto é, fomentando um único conjunto urbano.

Os loteamentos que se encontrarem além dos perímetros urbanos, e já se encontram aprovados, figurarão com traçados isolados na zona suburbana.

A completa supressão de traçados urbanos Nesta (sic) Capital (sic), onde os lotes constituem elementos de relevante valor econômico e, vem aproximar Goiânia de todas as Cidades do País, seria muitíssimo prejudicial por estas razões (que) recomendo seja (sic) permitido os traçados das áreas vagas ainda existentes dentro dos perímetros urbanos.

Afim de se obter nas áreas descritas no item supra, traçados funcionais e estéticos, e, para evitar desperdícios de energia é de relevante importância, que, todo e qualquer proprietário possuidor de vagas abrangidas pelos perímetros urbanos, antes de iniciar qualquer traçado, consulte por escrito, a Prefeitura Municipal, das possibilidades da área que lhe pertence e, após, a consulta, desejando realmente

⁹⁹⁵ Ibid

⁹⁹⁶ Ibid.

⁹⁹⁷ Arquivo Janssen, Museu Antropológico da UFG.

⁹⁹⁸ Relatório sobre a Delimitação dos Perímetros Urbanos e das Cidades Satélites da Cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goyaz”, p. 1, 1952. Arquivo Janssen, 1952. Museu Antropológico da UFG.

⁹⁹⁹ Ibid

lotear a área em consideração, deverá de antemão, entrar em entendimentos com o D.V.O.P., munidos de um anteprojeto da área que pretende urbanizar Goiânia, maio de 1952. Edwald Janssen¹⁰⁰⁰.

Janssen considera que a delimitação de 15 km de raio abrangerá “uma área extremante extensa¹⁰⁰¹” para aquele momento, o que poderia “provocar um número excessivo de loteamentos¹⁰⁰²” e impedir “o controle de uma urbanização funcional¹⁰⁰³”. Quase vinte anos depois do primeiro Plano Diretor de Goiânia institucionalizado, Janssen muda a concepção de bairros mais distantes do plano piloto, vislumbrando uma futura conurbação de núcleos urbanos, afim de Goiânia se aproximar de “todas as cidades do país”. O topógrafo sugere para que a delimitação constante do Código Municipal seja substituída por outra, “constituindo de três perímetros e de três cidades-satélites¹⁰⁰⁴”. Assim são descritas uma parte pelo mesmo:

1º) A possibilidade de se dedicar ao melhoramento dos traçados já existentes, retificando os lapsos ocorridos até a presente data, antes de piorar a situação já existente, com acréscimo de construções.

2º) As zonas não incluídas nos perímetros que serão descritos, não poderão ser loteadas, circunstância que favorecerá a possibilidade de se melhorar e cuidar das já traçadas.

3º) Com a regularização das condições de traçado, ainda será possível obter loteamentos com linhas funcionais e esteticamente harmoniosas como as já existentes.

4º) A moralização dos negócios de lotes, um dos esteios econômicos desta cidade, por meio da inclusão dos traçados em suas respectivas zonas, o que oferecerá base real para os compradores¹⁰⁰⁵.

Janssen propôs mais dois perímetros urbanos além do que existia até o início da década de 1950: “o segundo perímetro deverá ter as seguintes divisas: (...) Só lotes de 450 m no mínimo e 15,00 m de frente no mínimo¹⁰⁰⁶”. Já para o terceiro perímetro projetou-se os limites de “só lotes de 600 m no mínimo e 15,00 de frente no mínimo¹⁰⁰⁷”. Portanto, não é por simples acaso que muitas residências de setores mais afastados do centro de Goiânia possuem lotes maiores do que na região do antigo plano piloto da cidade. Observa-se assim que, diferentemente do que muitos pensam, a expansão de Goiânia não teria delineado-se do simples “acaso”, mas em grande parte, a expansão urbana da nova capital, além da

¹⁰⁰⁰ Ibid.

¹⁰⁰¹ Ibid..

¹⁰⁰² Ibid.

¹⁰⁰³ Ibid.

¹⁰⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁰⁶ Relatório sobre a Delimitação dos Perímetros Urbanos e das Cidades Satélites da Cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goyaz”, p. 2, 1952. Arquivo Janssen, 1952. Museu Antropológico da UFG.

¹⁰⁰⁷ Relatório sobre a Delimitação dos Perímetros Urbanos e das Cidades Satélites da Cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goyaz”, p. 2, 1952. Arquivo Janssen, 1952. Museu Antropológico da UFG.

especulação, para melhor ou para pior, foi também resultado da ação direta da gestão pública no ambiente da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*E, enfileirados, vão, floridos e
felizes,
Balouçando a ramagem
espontânea,
Como saudando, a rir, em rútilos
matizes,
As amplas avenidas de
Goiânia¹⁰⁰⁸.*

Mesmo que os estudos ambientais não tenham sido conceitualizados, nas décadas de 1930 e 1940, como o são atualmente, percebe-se que houve fragmentos de ações as quais são consideradas em uma perspectiva de gestão ambiental por parte da administração pública em Goiânia, no período estudado. Neste processo, muitos atos administrativos efetivados à época, como coleta de lixo e esgoto, tratamento da água e ações urbanísticas, eram estabelecidos para enfrentar muitos desafios semelhantes aos da gestão pública atual, dentro de suas devidas proporções e relatividades à época em epígrafe. As ações para a coletividade não foram sintetizadas por meio de um único viés que lemraria uma “gestão ambiental”, mas de forma fragmentada, por meio dos diversos órgãos e departamentos da administração estadual e municipal. Entretanto, percebe-se que o poder público já enfrentava diversos problemas baseados na causa e efeito de questões relativas ao ambiente urbano e natural em Goiânia e no entorno da cidade, tendo que enfrentar intempéries ambientais urbanas as vezes de forma coordenada, para que os problemas na nova capital não se agravassem.

A fragmentação das ações públicas para a resolução de problemas urbanos levava as autoridades a uma intensa preocupação administrativa, como observou-se no Ofício nº 305 da Diretoria Geral de Serviços Sanitários, de 20 de agosto de 1938. Neste, é demonstrado que, até então, não se sabia “qual repartição” estaria encarregada de recolher o lixo na cidade. Este desespero adviria justamente da falta de perspicácia do poder público em não ter enfrentado os problemas urbanos de Goiânia com uma visão mais holística do ambiente urbano.

Além dos resíduos domésticos e provenientes da construção civil, animais mortos eram frequentemente vistos pela cidade. Parte dessas carcaças de animais mortos aumentava a proliferação de vetores, além do abatedouro municipal, que poluíam as águas do córrego

¹⁰⁰⁸ TELES, Gilberto Mendonça. Alvorada. Goiânia: Asa Editora Gráfica Ltda, s.d. 109 p. 13,5x18,5 cm. Inclui, ao final, uma “fortuna crítica”. Edição fac-similar. “Gilberto Mendonça Telles” Ex. bibl. Antônio Miranda”.

Capim Puba, outrora utilizada para balneabilidade. Isso contribuía, inclusive, para que a população perdesse áreas de lazer.

As adaptações e modificações no meio ambiente natural e urbano, durante o surgimento da nova capital de Goiás foram de certa forma improvisadas, de acordo com a demanda dos problemas de saúde, estética arquitetônica e de ordem social. Estas demandas surgiam em meio à população e ao crescimento urbano, sobretudo, entre classes sociais mais pobres que estavam instaladas fora do plano piloto da cidade. Os impactos sinérgicos e cumulativos entre os itens socioambientais eram tratadas com maior incisividade pelo poder público apenas após as consequências trazidas à população como a propagação de doenças como o surto de malária. Percebe-se que as políticas públicas preventivas seriam muito mais eficazes do que a simples espera para resolver as consequências da falta de cuidados com o ambiente urbano.

Goiânia surgiu em um período no qual houve um relativo crescimento da população urbana e uma política de ocupação no interior do Brasil. O que levou as administrações públicas a se preocuparem mais com a higienização e questões sanitárias, as quais passaram posteriormente a englobar, em uma velocidade geométrica, em alguns períodos, sobretudo, na segunda metade do século XX, a abordagem holística ambiental. Além de um caráter estético de modernidade em centros urbanos. Neste contexto, Goiânia não acompanhou o processo de industrialização das maiores cidades do sudeste do país. Mas, a nova capital sofreu em seu início com rápida ocupação demográfica.

Além da vontade de Pedro Ludovico influenciar os planos para a construção da cidade, já se observava a questão ambiental como preponderante para a escolha do local do plano piloto. Sendo que, no relatório assinado pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy do início da década de 1930, consta que a região que se encontra Goiânia, oferecia todos os itens topográficos para uma cidade salubre. Incluindo o fato da cidade ser cortada pelo Rio Meia Ponte, ribeirão Anicuns, ribeirão Cascavel, dentre outros cursos, minas e olhos d'água. A transferência da exata localização do plano piloto, da região conhecida como "Paneira" (atual alto do Marista), para a região atual que o mesmo se encontra, também evidencia que não seria apenas aspectos políticos para o "exato local" do centro administrativo.

A abundância de cursos d'água na área escolhida para a moradia dos goianienses também contribuiu para o fornecimento de matéria prima, como saibros, argila, pedras, cerâmicas, britas dentre outras, tanto para o transporte até as obras, como também para a edificação das mesmas. A extração de recursos naturais na região levou a uma degradação

ambiental às margens de rios e córregos e a consequente desestruturação de nichos da *biota* do cerrado nativo.

Junto com uma política social não adequada entre as famílias de baixa renda, que moravam fora do plano piloto de Goiânia, a poluição ambiental fez com que a administração pública iniciasse um forte programa de profilaxia no município, inclusive, impedindo que moradores fixassem residências em áreas consideradas ilegais, em vez de maiores investimentos para o tratamento de resíduos sólidos e prevenções sanitárias.

Além dos recursos minerais, a lenha extraída para a construção da *urbs* e para uso de seus moradores, gerava uma quantidade significativa de resíduos sólidos. O poder público não fiscalizava devidamente a extração da madeira. Além de serem utilizadas nas construções, a lenha era usada para aquecer fornalhas de máquinas à vapor em serrarias e marcenarias; para fundir ou manusear o ferro em serralherias ou funilarias; para aquecer a água e preparar alimentos em residências; para preparar alimentos em padarias dentre outras ações do cotidiano urbano ou rural. Grande parte da serragem era, simplesmente, descartada, o que demonstra pouca preocupação ambiental com a vegetação na época. Neste período, já se observava o quesito “madeira de lei” na fiscalização, corroborada pelo Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934, que pode ser considerado como o “primeiro Código Florestal” do Brasil.

Por meio de ações administrativas do Estado no que diz respeito aos resíduos sólidos e da saúde ambiental, criaram-se as inspetorias de higiene, que era uma forma de polícia sanitária para habitações domésticas e coletivas (que se equivaleria atualmente à fiscalização do meio ambiente, como conceituado nos primeiros capítulos deste trabalho). O Estado tinha um discurso de garantir a saúde dos habitantes de Goiânia com uma preocupação com o ambiente e para o bem estar social, todavia, não com equidade no tratamento dos moradores.

Havia um lugar no qual seria a atual Avenida Paranaíba onde haveria o descarte de resíduos sólidos nos primeiros anos da nova capital, pois, há um número significativo de Ordens de Serviço para que carroças levassem entulhos ou resíduos sólidos para aquela região.

Cada morador que vivia às margens do poder público se esparecia pela própria natureza, em banhar no Rio Meia Ponte, pescar no córrego Capim Puba, se refrescar em regos alimentados por minas d’água, caçar animais silvestres (mesmo que muitas vezes sob a proibição de tais práticas), ver quais construções estavam sendo erigidas, praticar o “*footing*” (chamado popularmente de “vai e vem”). Os pioneiros goianienses que viviam às margens das

benfeitorias do Estado ou do município desenvolviam os seus próprios métodos de diversão, os quais seriam, muitas vezes, independentes da vontade do que Pedro Ludovico planejara.

Mudou-se o projeto do Centro Cívico (“Paineira” - Alto do Marista), para atual Praça Cívica devido à diminuição da elevação mecânica da água para captação. Também, houve a observância da menor declividade topográfica, devido às águas das chuvas, o que pesou na decisão para erigir os principais prédios públicos.

A primeira usina hidrelétrica para a geração de energia (Usina do Setor Jaó), inaugurada em 1936 também serviu para abastecimento de Goiânia, até o rompimento da barragem, em 1945. Previa-se, no mínimo, três funções ambientais para aquela mesma obra: o lago, que teria um aspecto paisagístico; esportes aquáticos e abastecimento público de água; além da própria geração de energia. Observa-se o caráter sinérgico e cumulativo no ambiente para que a sociedade pudesse tirar diferentes proveitos e impactos de uma mesma obra, pela qual, simultaneamente, ofereceria-se energia elétrica e uma paisagem para seus moradores espairecerem (mesmo se na prática seriam poucos). Entretanto, conclui-se que o espairecimento fomentado pelo governo para os moradores de Goiânia seria apenas em “pontos localizados” da nova capital. Em outras áreas do município, a natureza, a cultura dos imigrantes (como as corridas de jegues e mulas e músicas) e, dos goianos, eram utilizadas para o lazer.

Quem não tinha onde morar não teria tempo para espairecer, e muito menos disposição física, visto que havia questões mais importantes como a saúde, alimentação e moradia para se preocupar. Também espaireciam-se os pioneiros com maior renda nas paisagens goianienses, nos banhos do Meia Ponte, dentre outros, mas sem a preocupação da moradia, por exemplo. Os detalhes da natureza e do cotidiano, como o cantar das cigarras, o passar dos animais, o vento, a neblina, dentre outros itens naturais no município são lembrados poeticamente pelos pioneiros,

Mesmo as dificuldades e limitações, às vezes, parecem serem relatadas de maneira nostálgica, diante de um metrópole nova que surgia: os animais correndo pelas ruas, presos às obras em construção, as casas que se erguiam, as quadras que iam se fechando com casas, os comportamentos diferentes das pessoas e tudo que se erguia na cidade, parece ser lembrando com emoção e, muitas vezes, com alegria pelos pioneiros. O próprio Bernardo Élis cita essas mudanças que impactaram pessoas da roça e do interior de Goiás, como a questão da “privada” e, outra visitante demonstra “perplexidade” sobre “o banheiro dentro das casas”. Goiânia mudaria a visão de mundo de muitos goianos.

A população da nova capital usufruiu de uma mesclagem da estrutura natural do cerrado com o planejamento e ou improvisado da administração pública e da sociedade na criação de espaços antrópicos. Por exemplo, nas zonas planejadas, como na altura da Rua 24, havia duchas e bicas d'água, pelas quais moradores e trabalhadores banhavam-se à céu aberto.

A política preventiva de saneamento não visaria apenas uma prudência para a não propagação de doenças. O consumo de água, em grande parte, era por meio de bicas e cisternas ou até das próprias águas retiradas diretamente dos córregos e ribeirões. Tal abordagem profilática, fez com que as consequências do enfrentamento dos problemas de saúde entre a população tornassem bem mais onerosos.

Apesar do projeto inicial de separação entre galerias pluviais e sistema de esgoto para a cidade, a própria prefeitura oferecia projetos para a construção de fossas sépticas para quem tivesse condições de construir suas casas. Construções que seriam segundo os modelos arquitetônicos propostos pelo poder público nas zonas residenciais. Mas quem não tinha condições de construir estas casas, simplesmente poderia ser deixado ao relento e, paradoxalmente à prevenção sanitária. Famílias eram até impedidas de construir sanitários em barracões para que nesses não fixassem residência.

O que se observa é que o impedimento de ocupações na gestão dos espaços no início de Goiânia teria contribuído, de forma mais significativa, para a propagação de doenças. Não havia uma preocupação, *a priori*, por parte do poder público que, sem uma moradia adequada, os moradores não teriam estrutura básica de saúde, e isso poderia gerar problemas ao meio ambiente, que não seriam sentidos apenas nas regiões mais pobres, mas, em toda a cidade. Todavia, autoridades, aparentemente, acharam mais prático fazer uma “limpeza” em derrubar casas do que necessariamente educar a população carente às margens urbanas para manter um ambiente limpo no centro, sem dar-lhes um mínimo de estrutura básica.

A gestão do ambiente (ou ambiental) instituído para os goianienses “espairecerem”, pela melhoria estética no plano piloto de Goiânia, causou a reação periférica do espaço da cidade, que paradoxalmente, acarretara a falta de água potável ou tratada, propagação do lixo, aumento do mato e maior demanda social. Isso aponta que, devido a maior complexidade de uma cidade, a administração pública deve observar fatores sinérgicos e cumulativos no meio ambiente urbano e social. Não adianta “esconder” a poluição ou as pessoas, se o problema ambiental não fosse resolvido na periferia, o mesmo poderia espalhar-se, inclusive, aumentando a demanda de recursos públicos para outras áreas que não estavam no planejamento urbano.

O investimento no paisagismo e urbanismo em Goiânia, durante suas primeiras décadas, como o plantio de mudas, repaginagem de praças e avenidas, deveria acompanhar, em proporções maiores o investimento em saneamento básico, coleta de lixo, distribuição de água tratada, limpeza de logradouros, dentre outras ações na periferia da cidade, que não contemplariam apenas os olhos, mas também a saúde e o bem estar social. Neste contexto, perceberia-se que a gestão pública poderia ser focada para todos os pioneiros goianienses, o que não é perceptível.

Em muitos momentos, observou-se a gestão pública da nova capital de Goiás gastar mais com combustível e conservação do veículos oficiais, do que com a limpeza pública ou jardins, o que demonstra um governo caro, principalmente para a região e o período estudados. O que demonstraria a falta, em muitos momentos, de prioridade da gestão municipal com a limpeza da cidade como um todo, assim como, com a conservação paisagística e a manutenção do urbanismo durante as primeiras décadas na nova capital (serviços restritos, muitas vezes, às partes mais centrais da cidade). Mas sobretudo, observou-se equívocos em investimentos ambientais para que o elemento paisagístico ser humano (como fundamentou-se o mesmo fazendo parte da paisagem), fosse valorizado na periferia urbana, com moradias salubres e os elementos naturais que lhe seriam de direito, como água potável e a salubridade natural.

Observou-se que, fugir da sinergia e cumulatividade de aspectos econômicos, sociais, políticos, científicos, de educação e tecnológicos na gestão pública goianiense no período abordado, acarretou problemas urbanos graves que teriam gerado uma maior demanda de serviços administrativos, os quais gerariam até mais custos para a construção de Goiânia. As conexões ecossistêmicas podem ser sentidas pelo ser humano, pela vegetação ou fauna, independentemente se os espaços nos quais estes seres interagem são naturais, antrópicos, urbanos ou rurais. Pois é o ser vivo que sente os efeitos da gestão do ambiente (ou ambiental) e não apenas o contempla: o frio devido a falta de casa, a sede por causa da falta de água, o calor por meio da falta de vegetação, dentre outros itens.

É altamente perceptível a consideração dos diferentes elementos naturais para estabelecer o zoneamento de Goiânia. Como por exemplo, quando considera-se o trajeto das correntes de vento para planejar (refere-se aqui a intenção e abordagem urbana) as zonas industriais. Soma-se isso o que levaram em conta das áreas verdes para a implantação das zonas residenciais e, a projeção de reflorestamento em alguns pontos urbanos para o aumento da qualidade de vida dos moradores da nova capital goiana.

A administração pública teve que considerar vários fatores para estabelecer ações específicas, para uma otimização de resultados, evitando o acúmulo de problemas ambientais e na área da saúde. Isso leva a crer que, conscientemente ou inconscientemente, as autoridades públicas de Goiânia, durante as três primeiras décadas da nova capital, no mínimo, administrou na perspectiva de fragmentos da gestão ambiental, porém, não uma gestão ambiental como um todo. Observa-se também que, a busca pelas autoridades públicas de um ambiente em que todos esparecessem por meio de Goiânia, não corresponderia aos fatos relatados e analisados. Muitos pareciam perceber Goiânia, como nas palavras de Eli Brasiense, pelo seu livro intitulado de “Chão Vermelho”, no qual o personagem Joviano olhava a cidade “como uma mulher infiel a trastes como Juventino, expulsando gente pobre de seu chão vermelho transformado em outro. No princípio era apenas o chão vermelho, terra à-toa para procissões de saúvas e armações de cupins¹⁰⁰⁹”. Porém, mais tarde, na década de 1950, a cidade “era rebuliço de muito povo. Lugar de maquinações de traficantes, cidade grande. Mesmo assim não a abandonaria nunca. Tinha muito do seu braço¹⁰¹⁰”. Onde nascia uma cidade, Goiânia, moradores e escritores faziam analogias do que viam, a transição do “chão vermelho” com “saúvas e cupins” para um “rebuliço de povo”, onde parte da população nunca o abandonaria.

¹⁰⁰⁹ BRASILIENSE, 1993, p. 167.

¹⁰¹⁰ Ibid. p. 168

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Geraldo Teixeira. *A Luta na Epopéia de Goiânia: uma obra da engenharia nacional*. Rio de Janeiro: Of. Graf. Do Jornal do Brasil, 1942.

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. *Attílio Corrêa Lima: uma trajetória para a modernidade*. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Projeto de Arquitetura) –FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo); Universidade de São Paulo, 2007, 342 p.

ALBUQUERQUE JUNIOR., Durval Muniz. *HISTÓRIA: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru – SP. Edusc, 2007. 256 p.

APÓSTOLO, Ana Sofia Carvalho. *Arejamento e Elevação em Sistemas de Saneamento por Injeção (sic) de Ar Comprimido*. Dissertação apresentada ao Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra – Portugal. 2011.

ALMEIDA, Nelly Alves de. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 118-136. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho.

ALENCAR ARRAIS, Cristiano et al. As rugosidades de Campinas: continuidades e descontinuidades de uma estrutura urbana. In. SILVA, Ademir Luiz; OLIVEIRA, OLIVEIRA, Eliézer Cardosos de (Orgs). *Goiânia em mosaico: visões sobre a capital do cerrado*. Goiânia: Ed. PUC-GO, 2015.

_____. *O século XX em Goiás: O advento da modernização*. Cristiano Alencar Arrais, Eliézer Cardoso de Oliveira, Tadeu Alencar Arrais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2016.

ARTIAGA, Índio. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE GOIÂNIA – IPLAN. *Goiânia: Urbanização, problemas e programas sociais urbanos*. Goiânia, IPLAN, 1982. Palestra proferida por Índio Artiaga no I Congresso e I Mostra de Programas Sociais Urbanos realizados em São Paulo de 11 a 13 de janeiro de 1982.

ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás: Síntese dos acontecimentos da política e da administração pública em Goiás, de 1592 até 1935*. 1953. Goiânia – Estado de Goiás, Brasil.

AZEREDO, Eleonora Loyola. Entrevista concedida à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. 76 – 79.

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial*. São Paulo: Saraiva, 2007.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Fundação Vila Nova Artigas: Pini, 1986.

BILEMJIAN, Eduardo. Entrevista concedida à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 72 – 75.

BRASIL. IBGE. *Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

BERNARDES, Genilda d’Arc. *O Cotidiano dos Trabalhadores da Construção de Goiânia: O mundo do trabalho e extratrabalho*. In: Revista UFG, junho de 2009, ano XI, nº 6. p. 37-51.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central. Eco-História do Distrito Federal: Do indígena ao colonizador*. Editora Solo. 1994, Brasília – DF.

BORGES, Venerando de Freitas. *Samburá*. Goiânia: Ed. Autor, 1987. 270 p.

_____. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 183-193. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho.

_____. *A Mentalidade Dominante de Goiânia*. Jornal Goiânia, 11 de dezembro de 1935. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho.

_____. Entrevista concedida à Revista “Goiás Industrial”, s/d, arquivo do IBGE da capital de Goiás, pasta “Goiânia”. Fotocópias avulsas. p. 6 – 10.

BRASILIENSE, Eli. *Chão Vermelho*. Goiânia: IGL: AGEPEL, 2002. 278 p. (Coleção Karajá).

_____. São Paulo: 2 ed. Estação Liberdade, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. 1986. Resolução Conama nº 001.

BRASI. *Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Lei com fundamento nos incisos VI e VII do art. 23 e no art. 225 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

BRASIL, *Lei Nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. *Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934*. Decreta o Código das Águas.
BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. 1934.

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. 1937.

BRASIL. *Decreto Nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934*. Aprova o Código Florestal.

BRASIL. *Decreto Nº 24.642, de 10 de julho de 1934*. Decreta o “Código de Minas”.

BRASIL. *Decreto-Lei Nº 66 de 14 de dezembro de 1937*. Declara em vigor, com as modificações resultantes dos preceitos constitucionais, o Código de Minas e outros decretos que o especifica, e expede bases para confirmar a execução destes decretos à Constituição.

BRASIL. *Decreto-Lei número 1985, de 29 de março de 1940*. Revoga o Decreto N 66, de 14 de dezembro de 1937.

BRASIL. *Decreto Nº 24.643, de 10 de julho de 1934*. Decreta o Código das Águas.

BRINGEL, Josete. *Crime Ambiental não é só um Problema de Falta de Educação* In: MARTINS JÚNIOR, Osmar Pires (org.). *A verdadeira história do Vaca Brava e outras não menos verídicas*. Goiânia :Kelps/UCG, 2008. 524 p.

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BRUGMANN, J. 1992. “*ManagiungUrbanEcosystems*”. *The InternationalCouncilfor Local Environmental Initiatives (ICLEI).Reviewcopy*.

_____ 1993. “*Call for a Local Agenda 21*”. *The InternationalCouncil for local Environmental Initiatives*. ICLEI Paper.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. 28-57.

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira. *Setor Sul: processo de formação do espaço urbano*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1986. Monografia apresentada à Universidade Católica de Goiânia, Goiânia.

CÂMARA, Jaime. *Os Tempos da Mudança*. Goiânia 1979. Editora O Popular, 272.

CAMPOS, Francisco Itami. *A mudança da Capital: uma estratégia de poder*. In: *Cadernos do Indur* n 2. Goiânia, 1980.

CAPRA, Fritjof. *Alfabetizaçãoecológica: o desafio para a educação do século XXI*. In: TRIGUEIRO, André (Org.). *Meioambiente no século XXI*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

CARLOS, A. F. A. *Repensando a Geografia Urbana: uma nova perspectiva se abre*. Carlos, A. F. A. (Org.). In: *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Editora da USP, 1994.

CARSON, Rachel L. (1962), *Silent spring*. Nova York, Ballantine.

CASTRO, Therezinha de. *História documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1978.

CHAUL, NasrFayad. *A Construção de Goiânia e a Mudança da Capital*. Goiânia. Ed. UFG. 1999. 170 p. (Coleção Documentos Goianos).

_____. *Caminhos de Goiás da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia: editora da UFG. 1997.

CARVALHO, Marilda de Godoi. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 114 – 117.

CAVALCANTE, Lana de Souza. *Uma Geografia da Cidade – Elementos da Produção do Espaço Urbano* In: *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia* / Lana de Souza Cavalcante (org.) – Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 240 p.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

COELHO, Gustavo Neiva. [et al]; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.); PEREIRA, Eliane M. C. Manso Pereira.; SOUZA; Candice Vidal e.; SILVA, Luiz Sérgio Duarte da.; CARVALHO, Eugênio Rezende de.; CAMPOS, Francisco Itami. *Goiânia: cidade pensada* – Goiânia: Ed. da UFG, 2002. 184 p.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. 1986. Resolução Conama n^o 001.

CORDEIRO, Narcisa Abreu. *Goiânia Evoluções do Plano Urbanístico*, Goiânia. Ed. UCG, 1989. 63 p.

COSTA, Castro. *Goiânia: a metrópole do oeste*. Castro Costa – Goiânia: Prefeitura Municipal, Assessoria Especial de Cultura, 1985, 98 p.

COSTA, Gerson de Castro. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 80 – 91.

COSTA, Manoel Bento. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 109 – 110.

CURADO, Maria Augusta (Nita) Fleury. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. *Memórias Goianenses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 111-113.

CUTTER, S. L. 1985. *Rating Places – A Geographer's View on Quality of Life*. Pennsylvania, American Geographer's Association. Resource Publication in Geography.

DAHER, Tania, 1947. *Goiânia, uma utopia europeia no Brasil*. Goiânia. Instituto Centro Brasileiro de Cultura, 2003. 323 p.

DARDOT, Jean-Paul. *Comportamento Hidráulico de Gotejadores Pressurizados por Carneiro Hidráulico*. Universidade Federal de Lavras. Lavras-MG. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* ao Departamento de Engenharia da Universidade Federal de Lavras. 2012.

DIAS, Reinaldo. *Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. 1** Ed.– 4 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

DINIZ, Annamaria. *Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1933-1935). Ideal estético e realidade política*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UNB. Brasília. 250 p.

DELLITE, Welington, *Análise Ambiental: Uma visão multidisciplinar / organizadores TORNISIELO, Sâmia Maria Tauk; GOBBI, Nivar; FOWLER; Harold Gordon. et. al. – 2. ed. rev. E ampl. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. – (Natura Naturata)*.

DOSSE, F. A. *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.

DRUMMOND, José Augusto. *A Primazia dos Cientistas Naturais na Construção da Agenda Ambiental Contemporânea* In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2006 p. 5-25.

DUBOS, René. *Man and His Environment: Scope, Impact and Nature*, Detwyler Thomas R. (ed.) *Man's Impact on Environment*, New York: McGraw-Hill Book Company, 1971, pp. 684-694.

ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991

EHRlich, Paul R. (1986 [1968]), *The population bomb*. Revised edition. Nova York, Random House.

_____. *População, recursos, ambiente: problemas de Ecologia humana*. Paul. R. Ehrlich |e| Anne H. Ehrlich; tradução de José Tundisi. São Paulo, Polígono, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

ELIAS DE PAULA, Thiarlles. *A Extração de Recursos Naturais do Cerrado Para a Construção de Goiânia nas Décadas de 1930 e 1940*. In: *Anais do II Simpósio Nacional Saberes e Expressões Culturais no Cerrado*. Pirenópolis – GO, 2016, 11 p.

_____ *A Gestão Ambiental da Administração Pública nas Duas Primeiras Décadas de Goiânia*. In: I Fórum de Programas de Pós Graduações do Centro Oeste e XI Seminário de Pós Graduação em História. Goiânia. 2016. 15 p.

_____ *Usos e Consumo da Água Na Construção de Goiânia*. In: V Seminário Franco Brasileiro Cidades e Rios na História do Brasil: Rio Araguaia. II Seminário de História Social e Ambiental. XII Semana de História. Campus UEG – Uruaçu- Goiás. 2016. 5 p.

_____ *A Simbologia da Construção de Goiânia*. Universidade Federal de Goiás, 2007. Monografia apresentada à Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

ÉLIS, Bernardo. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 19-27.

_____ Entrevista a Sérgio Paulo Moreira e Maria Araújo Nepuceno. In: UNES, Wolney, (org.). *Bernardo Élis. Vida em Obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro brasileiro de Cultura, 2005. 179 p.

_____. 'Oeste' – lucro e/ou logro. *Revista Oeste, Universidade Católica de Goiás*, 1983, (Edição comemorativa do cinquentenário da fundação de Goiânia).

ENGELS, Friedrich. *Para a questão da habitação*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas* (em três tomos). Moscovo: Lisboa: Edições Progresso: Edições Avante, 1983. p. 322-406. (Tomo II).

ESTEVAM, Luis, *O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica em Goiás*. 2º ed. – Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FENELON, Déa R. *Cidades*. São Paulo: Olho D'água, 1999, p. 7. apud BOSI, Antonio de Pádua. *Territórios e fronteiras* – Revista do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal do Mato Grosso, Vol. 4. n Cuiabá 2003.

FERRARA, Lucrécia D' Alessio. *Os significados urbanos* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Fapesp, 2000, 185 p.

FERREIRA, Dilmar. *Goiânia e sua vida*. Editora 05 de Março. 1970 65 fls.

FERREIRA, Irany Alves. Ofício nº 65 da Diretoria Geral de Saúde, 14 de fevereiro de 1939. Arquivo Histórico Estadual. Caixa 936.

_____ Memorando nº 92, 03 de março de 1939. Diretoria Geral de Saúde. AHE Arquivo Histórico Estadual. Caixa 950, ano 1939.

FERREIRA, Joaquim Carvalho, *Presidentes e governadores de Goiás*. Goiânia, Ed. UFG, 1980, 174 p. (Coleção Documentos Goianos).

GALLI, Ubirajara. *A história do batismo cultural de Goiânia*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007, 98 p.

GIL, Gilberto. *Algumas notas sobre cultura e ambiente*. In: TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio Ambiente no século 21*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

GODINHO, Iuri Rincon. *Médicos e Medicina em Goiás*. – Goiânia: Contato Comunicação, 2004. 276 p.

FERREIRA, Alberto Silva; VIANA, Eugênio Sousa; PIMENTA, Glenyo Rocha. *Estudo de Caso de uma Seção Canalizada da Bacia do Córrego Botafogo na Cidade de Goiânia*. Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo. Departamento de Engenharia Civil. Atividades Práticas Supervisionadas. 2014.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. *Expansão da Fronteira Agrícola e Urbanização* In: *A Urbanização da Fronteira*. Organização Lena Lavinas. Rio de Janeiro. Publicação do *Workshop Urbanização da Fronteira*. 07 e 08/05 de 1987. 2 volumes. Série monográfica número 5.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 149 – 156.

FLEURY, Rosarita. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 169-182

FONTANEZI, Janete Romano. *Centro de uma capital planejada: forma, memória e história de Goiânia (1933-1969)*. Dissertação (Mestrado) – UFG, 2004.

FREITAG, Barbara. Prefácio In: MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e de palavras*. Ed. da UFG, 2006. 224 p.

GENILDA, Darc: *Construtores de Goiânia: cotidiano do mundo do trabalho*. PUC – São Paulo. 1989. Dissertação de Mestrado.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Edunesp, 1991.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. Assessoria Especial de Cultura. *Memória Cultural: ensaios da história de um povo*, 1989.

GOIÂNIA, *Decreto-Lei municipal 90-A, 30 de julho de 1938*. Institui, em forma de lei, o primeiro plano de zoneamento de Goiânia-GO.

GOIÂNIA, *Decreto N° 16, de 16 de julho de 1950*.

GOIÂNIA. *Cadastro de bairros e logradouros* – DGEO. Seplam/Comdata, Goiânia. 1950.

GOIÁS, Constituição Estadual. 1891.

GOIÁS, *Decreto Lei Nº 2.104, de 27 de julho de 1937.*

GOIÁS, *Decreto-Lei Nº 11, de 6 de março de 1944.*

GOIÁS. Fundação Indur. *Estudo da Região e Expansão de Goiânia; Relatório I: Subsídios para uma política urbana.* Goiânia, 1981. 93 p.

GOMES, Horieste. *Lembranças da Terrinha.* Goiânia. Ed. do Autor, 2002. 226 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente.* 14ª ed. São Paulo. Contexto, 2006. (Temas Atuais).

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: uma modernidade possível.* Brasília:Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002. 177 p. (Coleção Centro Oeste de Estudos e Pesquisas, 10).

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade.* São Paulo: Edunesp, 1991.

GUIMARÃES, Silva. *Jornal O Social*, 04 de agosto de 1948. p. 3. Arquivo Histórico Estadual.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna.* 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOWARD, Ebenezer. *Garden-citiesoftomorrow.* London: Faber & Faber, 1946.

_____. *Villes-jardins de demain.* China: Tietsin Press Limited, 1902

JAYME, Leyde. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses.* TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 104 – 108.

JUNIOR, Oscar Sabino. *Goiânia Documentada.* 25º aniversário da cidade. Serviço de Documentação do Museu Estadual. Goiânia. 1958.

_____. *Goiânia Global.* Goiânia. Editora Oriente, 1980, 286 p.

LEFEBVRE, Henri, *Introdução à modernidade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 4. *apud*

KOSELLECK, Reinhart, 1923 – 2006. *Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos.* Tradução do original alemão: Wilma Patricia, Carlos Almeida Pereira; Revisão da tradução: César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006. 368 p.; 23cm. Tradução de VergangeneZukunft

KOWARICK, Lucio. *A espoliação Urbana.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 44).

LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 4. *apud*

_____. *O direito à cidade.* São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEFF, H. *Construindo a História Ambiental da América Latina. ESBOÇOS* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, N° 13, p. 11-26, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383/9913>

LEITE, Paulo Gomide. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 164 – 166.

LEOPOLD, Aldo. (1984 [1949]), *A sand county almanac*. Nova York, Ballantine Books [edição original: Oxford, Oxford University Press, 1949].

LIMA, Atílio Corrêa. *Goiânia – a nova capital de Goyaz*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, Conselho Nacional de Geografia. *Goiânia: Coletânea especialmente editada pelo IBGE como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia*. Rio de Janeiro, 1942. p. 82-112.

LIMA, José Júlio Guimarães. In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 94 – 103.

LIMA, Nádia. *História do Setor Jaó*. 2º Ed. Goiânia. Editora PUC-GO. Kelps, 2011.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. *História Ambiental: uma demanda contemporânea*. In: Caderno de Pesquisas Cdhis, Uberlândia, v. 23, nº 2, jul/dez. 2010.

MACEDO, Ricardo Kohn de. *Gestão Ambiental: os instrumentos básicos para gestão ambiental de territórios e de unidades produtivas*. Rio de Janeiro: ABES: AIDIS, 1994. 284 p.

MACIEL, 2015, et al SILVA, Ademir Luiz da. *Goiânia em mosaico – visões sobre a capital do cerrado* (Org) e OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. (Org). Goiânia. Ed. da PUC Goiás, 2015. 319 p.

MACHADO, Lucy Marion CalderiniPhiladelpho. *Qualidade Ambiental: indicadores quantitativos e perceptivos* In: *Indicadores Ambientais*. MAIA, Nilson Borlina; MARTOS, Henry Lesjak. (Org.). Sorocaba: s/n., 1997, 266 p.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia/Cegra/UFPA, 1990. 254 p. (Coleção Documentos Goianos, 18).

MAIA, Nilson Borlina; MARTOS, Henry Lesjak. (Org.). *Indicadores Ambientais*. Sorocaba: s/n., 1997, 266 p.

MARTINS JUNIOR, Osmar Pires. *Uma Cidade Ecologicamente Correta*. Goiânia: AB. 1996. 224 p.

_____. *Acabar com a farra das alienações é conquista histórica* In: *A verdadeira história do Vaca Brava e outras não menos verídicas*. Organizador: Osmar Pires Martins Júnior. Goiânia :Kelps/UCG, 2008. p. 121-138; 524 p.

_____ *A verdadeira história do Vaca Brava e outras não menos verídicas*. Organizador: Osmar Pires Martins Júnior. Goiânia: Kelps/UCG, 2008. 524 p.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo. Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007, 144 p.

MASLOW, Abraham Harold. 1954. *Motivation y Personalidad*. Barcelona, Sagitário.

MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e de palavras*. Ed. da UFG, 2006. 224 p.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*, 2013, Goiânia, Editora Vieira, 681 p.

MILARÉ, Édís. *Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário*. Prefácio Ada Pellegrini Grinover. 6º ed. rev. at. e ampliada. São Paulo. Editora: Revista dos Tribunais. 2009.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*, 1979, Goiânia, Gráfica e Editora Lider. 663 p. (Reedição do original de 1938).

_____. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho. In: TELES, José Mendonça. (org). *Memórias Goianienses*. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986, v. 1. il. p. 137-142

MOISÉS, Aristides. *A produção de territórios segregados na região noroeste de Goiânia: uma leitura sociopolítica*. In: ENCONTRO DEMOCRACIA, IGUALDADE E QUALIDADE DE VIDA. O DESAFIO PARA AS CIDADES NO SÉCULO XXI. 2001.

MOREYRA, Sérgio Paulo. Entrevistando Bernardo Élis juntamente com Maria Araújo Nepomuceno. In: UNES, Wolney, (org.). *Bernardo Élis. Vida em Obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro brasileiro de Cultura, 2005. p. 21- 44.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. Direitos Reservados EditoraHucitec Ltda. 2º ed. 1997.

MORAES, Sandro de Brito. *Redescobrimo a história de Goiás*. 2 edição – Goiânia: Kelps, 2012. 138 p.

MORIN, E. *O Enigma do Homem*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

MORIN, E. *O Método: A Natureza da Natureza*. Publicações Europa-América, Portugal, s/d

NASCIMENTO, Josaphat. Entrevista concedida à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho In: TELES, José Mendonça. (org). *Memórias Goianienses*. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986, v. 1. il. p. 92 – 93.

NEIVA, Myrna de Fátima Gontijo. *A Qualidade Ambiental em Goiânia* In: *Uma Cidade Ecologicamente Correta*. MARTINS JUNIOR, Osmar Pires. (org). Goiânia. AB. 1996. P. 33-39.

NUNES, Heliane Prudente. *A imigração árabe em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000. 194 p. 21 cm.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso: *Acidente Com o Césio 137 e a Pós-Modernidade em Goiânia*. In: SERPA, ÉlioCantalício (Org). II MAGALHÃES, Sônia Maria de de (Org). *História de Goiás: memória e poder*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p. 228

_____. *As Cidades dos Sonhos/* organizadores, NasrFayadChaul e Luis Sérgio Duarte da Silva – Goiânia: Ed. da UFG, 2004. 255 p.

_____. *Imagem e Mudança Cultural em Goiânia*. Dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós Graduação em História da UFG. 1999.

OLIVEIRA, Amanda Carolina Barreto de. *Art Déco: depoimentos e imagens*. Goiânia, 2007. 64 p.

OSÓRIO, Pedro. Entrevista concedida à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho In: TELES, José Mendonça. (org). *Memórias Goianienses*. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986, v. 1. il. p. 167-168.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. In: Estudos avançados. 2010. p. 81-101.

PALACIN, Luís. *História de Goiás*. Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (Org.) 6º ed. Ed. da UCG, 1994. 126 p.

PASQUALETO, Antônio (Org). *Gestão das Águas*. Goiânia. Ed. Da UCG, 2005, 120 p.

PECLÁT, Antonio Henrique. Entrevista concedida à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho In: *Memórias Goianienses*. TELES, José Mendonça (org.). Goiânia. UCG/SUDECO, 1986. v. 1. il. p. 17-18.

PEARSON, Education do Brasil: *Gestão Ambiental*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PINHEIRO, Antonio César Caldas: Vila Boa de Goiás: *O Tempo Mítico e Sua Fundação, Memória e Tradição Inventada*. SERPA, ÉlioCantalício (Org). II MAGALHÃES, Sônia Maria de de (Org). *História de Goiás: memória e poder*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. 264 p.

PIRES, Jacira Rosa. *Goiânia: cidade pré-moderna do cerrado 1922-1938: modernidade e cidade – jardim na urbanística da nova capital do estado de Goiás/* Jacira Rosa Pires – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2009. 288 p.: il.

PROST, Antoine. 1933 – *Doze Lições Sobre a História*; [tradução de Guilherme de Freitas Teixeira] – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Título original: Douzeleçonssurl'histoire, p. 116. 287

RATTNER, Henrique. Contabilização econômica do meio ambiente. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 1992

RIBEIRO, Mirian Bianca Amaral. *Família e Poder em Goiás*. AGEPEL/UEG, 2002. 58 p. (Coleção Histórias de Goiás). Goiânia.

RIBEIRO, Helena; VARGAS, HelianaComin. *Qualidade Ambiental Urbana: Ensaio de Uma Definição*. In: RIBEIRO, Helena; VARGAS, HelianaComin. (Org.). *Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana*. - 1º ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Acadêmica, 36).

_____. (Org.). *Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana*. - 1º ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Acadêmica, 36).

ROCHA, Hélio. *Os Inquilinos da Casa Verde- Governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela*. Cast(Comunicação e Assessoria Técnica) e Hélio Rocha. Goiânia. 1998

SOUZA, Armênia Pinto. *Goiânia - A Saga dos Pioneiros*. Goiânia: Gráfica Oliveira, 1989.

_____. Sete décadas de Goiânia. Contato Comunicações. 2003.

ROVERE, Emílio Lèbre La.; MARGULIS, Sérgio, et. al. Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e econômicos. Rio de Janeiro, IPEA: Brasília, IPEA/PNUD, 1990. 246 p.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado*; tradução de Asta-Rose Alcaide. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, (Teoria da História 2).

SABINO JÚNIOR, Oscar. Depoimento concedido à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho In: TELES, José Mendonça. (org). *Memórias Goianienses*. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986, v. 1. il. p. 143-148.

SANTOS, José Eduardo dos. *A Cooperação Acadêmica Interinstitucional URI e UFSCar; Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental*, Introdução In: *Faces da Polissemia da Paisagem: Ecologia, Planejamento e Percepção*. SANTOS, José Eduardo dos; ZANIN, Elizabeth Maria. (Org.). – São Carlos: RiMa Editora, 2013. 400 p.

_____. ZANIN, Elizabeth Maria. (Org.). *Faces da Polissemia da Paisagem: Ecologia, Planejamento e Percepção*. São Carlos: RiMa Editora, 2013. 400 p.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hicitec, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um Auto-retrato*. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, c1983. 620p. (Coleção Temas Brasileiros, 24).

SERPA, ÉlioCantalício (Org). II MAGALHÃES, Sônia Maria de de (Org). *História de Goiás: memória e poder*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. 264 p.

SILVA, Ademir Luiz da. (Org) e OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. (Org) *Goiânia em mosaico – visões sobre a capital do cerrado*. Goiânia. Ed. da PUC Goiás, 2015. 319 p.

SILVA, Leicy Francisca da. S586e. *Eternos Órfãos da Saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, 2013. Faculdade de História – 2013.

_____: *Colônia Santa Marta e a Hanseníase em Goiás*. SERPA, ÉlioCantalício (Org). II MAGALHÃES, Sônia Maria de de (Org). *História de Goiás: memória e poder*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. 264 p.

SILVA, Colemar Natal e. Entrevista concedida à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho In: TELES, José Mendonça. (org). *Memórias Goianienses*. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986, v. 1. il. p. 58-64

SILVEIRA, P.X. *Pedro Fundamental* In: *A Saga da Construção de Goiânia no Coração do Brasil*, (Org.) MACHADO, Iris Rezende. Senado Federal. Brasília – DF, 2011.

SOUSA, Paulo Fleury da Silva. Entrevista concedida à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho In: TELES, José Mendonça. (org). *Memórias Goianienses*. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986, v. 1. il. p. 157 – 163.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias; auto-biografia*. Goiânia, Livraria Editora Cultura Goiana, 1973. 313 p., 21,5 cm.

TELES, Gilberto Mendonça. Alvorada. Goiânia: Asa Editora Gráfica Ltda, s.d. 109 p. 13,5x18,5 cm. Inclui, ao final, uma “fortuna crítica”. Edição fac-similar. “Gilberto Mendonça Telles “ Ex. bibl. Antonio Miranda”.

_____; CORRÊA, Edwirges Conceição Carvalho; CARVALHO, José Rafael de. (org). *Memórias Goianienses*. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986, v. 1. il.

_____. *Rap Goiânia de meus amores*. O Popular Online, Goiânia, 13 de julho de 2013. s/p. Disponível em <<http://www2.opopular.com.br/antiores/13jul2003/colunas/cronica.htm>> Acessado por Mello (2006) em 26/02/2004.

TRIGUEIRO, André. Introdução. In: TRIGUEIRO, André (Org.). *Meio ambiente no século 21*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

UNES, Wolney, (org.). *Bernardo Élis. Vida em Obras*. Goiânia: AGEPEL: Instituto Centro brasileiro de Cultura, 2005. 179 p.

UNGARELLI, Dante. Entrevista concedida à José Mendonça Teles (org); Edwirges Conceição Carvalho Corrêa e José Rafael de Carvalho In: TELES, José Mendonça. (org). *Memórias Goianienses*. Goiânia, UCG/SUDECO, 1986, v. 1. il. p. 65-71.

VARGAS, HelianaComin. 1999. *Qualidade Ambiental Urbana: Em busca de uma Nova Ética*. Artigo apresentado no VIII Encontro Nacional da Anpur. O Desafio Urbano Regional Brasileiro: *Que Propostas para a Próxima Década*. Porto Alegre, Anpur/Portpur/UFRG.

VIANA, Gilney, SILVA, Marina, DINIZ, Nilo organizadores et. al. O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIEIRA, Patrick di Almeida. *Attílio Correa Lima e o Planejamento de Goiânia-Um Marco Moderno na Conquista do Sertão Brasileiro*. In: Urbana, v. 4, março de 2011. Dossiê: Os Eruditos e a Cidade. CIEC/UNICAMP

WOSTER, Donald. *Para Fazer História Ambiental*. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v. 4 n. 8, 1991, p. 198-215.

FONTES

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Documento do Ministério da Agricultura, datado na até então capital federal do Brasil, cidade do Rio de Janeiro, no dia de 22 de setembro de 1939. Estante 42, Caixa 950, ano 1939, Ministério da Agricultura – Serviço Florestal.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Ofício número 234, da Diretoria Geral de Serviços Sanitários de Goiás, datado na cidade de Goiânia, em 25 de junho de 1938. Enviado para a Secretaria Geral de Obras da Nova Capital. Caixa 936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Registro da “Seção Transportes Gerais”, da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz (*sic*), 26.06.1936, Caixa 2, Goiânia. 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Registro da “Seção de Transportes Gerais”, da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz (*sic*), 26.06.1936, Caixa 2, Goiânia. 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Recibo da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de Goyaz (*sic*). Datado de 29 de janeiro de 1936. Caixa 02, Goiânia, 1936 – AHE.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Registro da “Seção de Transportes Gerais”, da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz (*sic*), 24.06.1936, Caixa 2, Goiânia. 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Registro da “Seção de Transportes Gerais”, da Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz (*sic*), 27.06.1936, Caixa 2, Goiânia. 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz (*sic*), Ordem de Serviço nº 373, de 08 de junho de 1936. Caixa 02, Goiânia, 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz (*sic*), Registro da “Seção de Transportes Gerais”. 09.06.1936. Caixa 02, Goiânia. 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Recibo da Superintendência Geral de Obras da Nova Capital de Goyaz (*sic*). 17 de abril de 1936. Caixa 02, Goiânia, 1936

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Folha2. Encarregado de transportes e obras. s/d. 1936. Caixa 02, Goiânia, 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Relatório de Contabilidade, tido como da “Superintendência Geral da Construção de Goiânia”. 31/03/1936. Caixa 02, Goiânia, 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual Jornal. O Popular. Outubro de 1942. 25.10.1942 (possível data)

AHE - Arquivo Histórico Estadual Jornal. Ofício nº 350, da Diretoria Geral de Serviços Sanitários. Goiânia, 11 de outubro de 1938. AHE, Caixa 948, ano 1938.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Ordem de Serviço nº 467, Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz, 30 de junho de 1936. Arquivo Histórico Estadual, Caixa 02, Goiânia, 1936.

Arquivo Histórico Estadual. Ordem de Serviço nº 399. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz. Nova Capital, 15 de junho de 1936. Arquivo Histórico Estadual, Caixa 02, Goiânia, 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual . Folha de Goiaz de 24 de outubro de 1978.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Jornal O Popular, 17 de Janeiro de 1946.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. *Jornal O Popular, 25 de novembro de 1945.*

AHE - Arquivo Histórico Estadual . Jornal O Social, 03 de novembro de 1948.

AHE - Arquivo Histórico Estadual . Jornal O Social, 10 de agosto de 1950.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Jornal O Social, 29 de agosto de 1947.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Jornal O Social, Goiânia 20 de julho de 1948.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Lei nº 02, de 09 de outubro de 1935. Leis, Caixa 03, Livro Legislação Goiana, 1937, Ano 1, maio, nº 11.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Relatório do Horto Florestal do Botafogo. Caixa “Caixa 9, 1940-1967”, Goiânia, 1940.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Cópia do contrato entre a Diretoria Geral de Produção e Trânsito e o Sr. Benedito Pavilitz, para a fabricação e assentamento dos anéis de concreto para as caixas de controle para esgoto de Goiânia, para linha atualmente em construção. Goiânia, 31/01/1940. Caixa 9, 1940-1967.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Ordem de Serviço nº 384, de 10 de junho de 1936. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz. Goiânia, Caixa 2, 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Ordem de Serviço nº 27, de 11 de junho de 1936. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz. Goiânia, 1936, Caixa 2.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Ordem de Serviço nº 282, de 23 de maio de 1936. Superintendência Geral das Obras da Nova Capital do Estado de Goyaz. AHE, Caixa 02, Goiânia, 1936.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Relatório da prefeitura municipal de Goiânia sobre o exercício no ano de 1940. AHE, Caixa 9, 1940-1967.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada Com a Realizada no Exercício de 1940 da Prefeitura de Goiânia. Datado de 15/01/1941. Caixa 9, 1940-1967.

AHE – Arquivo Histórico Estadual. Decreto nº 741, de 19 de fevereiro de 1931. Reorganiza os Serviços de Saúde Pública no Estado. Livro dos Atos do Governo Revolucionário do Estado de Goiás em 1931. Caixa nº 1, Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1936.

AHE – Arquivo Histórico Estadual. Decreto N ° 826, de 16 de fevereiro de 1949. Aprova o Regulamento Geral dos Serviços de Água, Esgotos, Águas Pluviais e Pavimentação da Cidade de Goiânia. Diário Oficial do Estado, sexta feira, 04 de março de 1949. AHE, Caixa 09, 1940-1967.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Recibo do Empório da Nova Capital, 29 de agosto de 1935. AHE, Caixa 2, Goiânia, 1936. (Observação: O recibo data de 1935, mas, está na caixa de 1936).

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Recibo da venda Abraão Abdalla Hellou, Campinas-GO, 31 de dezembro de 1935. AHE, Caixa 2, Goiânia, 1936. (Observação: O recibo data de 1935, mas, está na caixa de 1936).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. *Goiânia*: coletânea especial editada pelo IBGE como contribuição ao Batismo Cultural de Goiânia. Rio de Janeiro, 1942.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE GOIÂNIA – IPLAN. Goiânia: Urbanização, problemas e programas sociais urbanos. Goiânia, IPLAN, 1982. Palestra proferida por Índio Artiaga no I Congresso e I Mostra de Programas Sociais Urbanos realizados em São Paulo de 11 a 13 de janeiro de 1982.

JANSSEN, Edward. Relatório sobre a Delimitação dos Perímetros Urbanos e das Cidades Satélites da Cidade de Goiânia, Capital do Estadode Goyaz”, 1952. Arquivo Janssen, Museu Antropológico da UFG.

JANSSEN, Edward. “Exposição Sobre a Urbanização da Cidade de Goiânia”, 12/02/1952, Arquivo Janssen, Museu Antropológico da UFG.

JANSSEN, Edward. Relatório da Av. Contorno “Norte” de Goiânia, início da década de 1950, s/d, p. 1. Arquivo Janssen, Museu Antropológico da UFG.

JANSSEN, Edwald. Início da década de 1950. Ofício enviado ao então prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

JANSSEN, Edward. 23/08/1951, “Retificação do Setor Leste”. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG. p. 1

JANSSEN, Edwald. Envio dos estudos do “Plano Diretor de Goiânia” ao diretor do D.V.O.P., Eurico C. de Godoi. 04/1956. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

JANSSEN, Edwald. Envio de relatório ao diretor do D.V.O.P., Eurico C. de Godoi. Possivelmente na metade da década de 1950. s/d. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

JANSSEN, Edwald. Plano de Urbanização de Goiânia. Capital do Estado de Goiás. 27/12/1952, p. 1. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

Jornal Goiânia, 11 de dezembro de 1935.

Legislação Goiana 1937, Maio nº 11, Agosto nº 14. AHE.

MAPS, Google. Acessos nos meses 10 e 11 de 2017

Ofício enviado ao secretário de estado de viação e obras públicas, Eurico Calixto de Godoi. Sem remetente. Data provável de 1953. Arquivo Janssen. Museu Antropológico da UFG.

Plantas e Projetos Arquitetônicos de Goiânia – 1937. AHE.

Revista Goiás Industrial, s/d. Fotocópias avulsas. p. 6-10 (pasta Goiânia, arq. IBGE)

Sinopse Estatística do Município de Goiânia, Estado de Goiás. Aspectos Históricos e Geográficos. Alguns Resultados Estatísticos – 1945. Principais Resultados Censitários – I-IX-1940. Estatísticas dos Municípios das Capitais – 1944/1946. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Conselho Nacional de Estatística. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 1948.